



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

MILTON GENÉSIO DE BRITO

**ENTRE RESISTÊNCIA E RESIGNAÇÃO:
AS FÁBULAS DE FEDRO COMO PERSPECTIVAS SOBRE AS
RELAÇÕES SOCIAIS AO INÍCIO DO PRINCIPADO ROMANO**

Londrina
2009

MILTON GENÉSIO DE BRITO

**ENTRE RESISTÊNCIA E RESIGNAÇÃO:
AS FÁBULAS DE FEDRO COMO PERSPECTIVAS SOBRE AS
RELAÇÕES SOCIAIS AO INÍCIO DO PRINCIPADO ROMANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em História Social da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social na linha de pesquisa em Culturas, Religiosidades e Representações.

Orientador: Professor Doutor Marco Antonio Neves Soares.

Londrina
2009

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B862e Brito, Milton Genésio de.

Entre resistência e resignação : as fábulas de Fedro como perspectivas
sobre as relações sociais ao início do Principado romano / Milton
Genésio de Brito. –
Londrina, 2009.
168 f.

Orientador: Marco Antonio Neves Soares.

Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História Social, 2009.

Inclui bibliografia.

1. Historiografia – Teses. 2. Roma – História – Império – Teses.
3. História – Literatura – Fábulas – Teses. I. Soares, Marco Antonio
Neves. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e
Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III.
Título.

CDU 930.2

MILTON GENÉSIO DE BRITO

**ENTRE RESISTÊNCIA E RESIGNAÇÃO:
AS FÁBULAS DE FEDRO COMO PERSPECTIVAS SOBRE AS
RELAÇÕES SOCIAIS AO INÍCIO DO PRINCIPADO ROMANO**

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Marco Antonio Neves Soares
Universidade Estadual de Londrina – Orientador

Professor Doutor João Bortolanza
Universidade Federal de Uberlândia – 1º Titular

Prof. Dr. Julio César Magalhães Oliveira
Universidade Estadual de Londrina – 2º Titular

Londrina, 30 de abril de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradecer aos que de variadas maneiras contribuíram no decorrer desta pesquisa não é uma tarefa simples. Existe o risco de acabar por não se referir a pessoas que foram e continuam sendo importantes no périplo que empreendi pelo universo acadêmico.

A maneira mais segura, creio, é partir do ponto de onde essa viagem começou.

Não me considero seguidor de nenhuma denominação religiosa, apesar de ainda acreditar que existe um sentido em cada uma das situações que vivencio. Sentido que muitas vezes confesso não sou capaz de interpretar.

Inicialmente, à minha família a qual privei de momentos de convivência que dificilmente poderei recuperar. Todo trabalho exige seus sacrifícios e esse foi sem dúvida o maior deles.

Também aos colegas de trabalho no sistema penitenciário pelo incentivo, e por que não dizer aos adversários que tentaram dificultar ao máximo uma mais que tensa jornada de trabalho, mas que serviram como ingrediente no processo de superação.

Ao meu orientador professor doutor Marco Antonio Neves Soares que me forneceu o livre-arbítrio necessário para ousar e experimentar possibilidades de abordagem inusitadas para a análise e o trabalho com fontes da Antiguidade.

À professora doutora Sylvia Ewel Lenz, que hoje considero grande amiga, e que, em uma aula sobre o humanismo renascentista há muitos anos, despertou o interesse adormecido pelas línguas e culturas da Antiguidade clássica. Se esta dissertação ganhou materialidade, devo a ela a semente.

Sucessivamente ao professor doutor José Adriano Filho e à professora Rita de Cássia Ló, que de forma animada me ministraram os princípios das línguas grega e hebraica, respectivamente.

Aos professores doutores Nelson Atílio Ubiali e João Bortolanza que, cada um a seu modo e com empenho, demonstraram que a língua latina de maneira nenhuma pode ser considerada como “morta”, muito menos a cultura a partir da qual se manifestou.

Aos funcionários e amigos do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica desta universidade que, além das palavras de incentivo, contribuíram muitas vezes com algumas reflexões: Leila Terezinha Fernandes Bernardes Rosa, Edson José Holtz Leme, Cacilda Maesima, Laureci Silvana Cardoso, Marlene Oliveira e Reinaldo Santos Gabriel.

Infelizmente não me é possível nomeá-los, mas quero agradecer também a presteza e a paciência com que me atenderam, e com isso muito colaboraram para a constituição do acervo deste trabalho, aos funcionários das seguintes instituições: Gabinete Português de Leitura, Biblioteca Nacional e biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro; biblioteca da Universidade do Vale dos Sinos, em São Leopoldo; e biblioteca da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara.

Considero que todo périplo, assim como todo poema, tem sua musa inspiradora. A minha conheci faz alguns anos e depois desse dia percebi o quão longa seria a jornada a percorrer, pois, não é apenas o acúmulo de conhecimentos que habilita alguém a ser um indivíduo melhor. Assim como um navegante que atravessa um vasto oceano em busca uma pequena esperança, me empenhei em modificar antigos hábitos, alguns dos quais consegui, e iniciei uma viagem sem retorno. Agradeço a Celina Aparecida Negrão o que me é difícil definir em palavras.

DEDICATÓRIA

O que de significativo houver nessa dissertação dedico às pessoas as quais agradeço, pois sem a contribuição de cada uma delas sei que nada me seria possível. Quanto aos erros e equívocos que de fato existem, apesar de ser uma fórmula recorrente, estes são de minha inteira responsabilidade.

Mas, em especial, ao professor doutorando Claudiomar dos Reis Gonçalves (1965-2006) in memoriam. Sua maneira muitas vezes irônica, porque não dizer satírica, de descrever os obstáculos e percalços de um pesquisador que se empenhe em estudar a Antigüidade em um país como o Brasil, tendendo a ser rotulado como pedante e pressupostamente afeito a conhecimentos que em nada contribuiriam para a vida contemporânea, ao contrário de ser um impedimento, se transformou em um estímulo para descobrir a importância de tais estudos.

*Porque na muita sabedoria há muito enfado;
E quem aumenta ciência aumenta tristeza.*

Eclesiastes (1.18)

*... Digo a todo o momento: não são as lendas que investigo,
é a mim mesmo que examino...*

Platão (Fedro, 230a)

BRITO, Milton Genésio de. **Entre resignação e resistência:** As fábulas de Fedro como perspectivas sobre as relações sociais ao início do Principado romano. 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Nesta pesquisa historiográfica de caráter exploratório temos por escopo analisar perspectivas sobre as relações na sociedade romana nos primórdios do Principado, ao início da era cristã. A fonte na qual se fundamenta são as fábulas de Fedro, liberto do imperador Otaviano. Suas construções discursivas, consideradas como “dispositivos” em uma dinâmica estratégia retórica, foram formuladas em um gênero periférico da literatura latina e elaboradas entre os governos dos imperadores Tibério e Cláudio. A premissa é que a configuração dos textos ficcionais e os diversos personagens estereotipados delineiam em si fragmentos de experiências idealizadas, percebidas ou vivenciadas em níveis variados pelo fabulista. Uma maneira singular de focalizar determinadas questões a partir do *locus* ocupado em seu coetâneo ordenamento social. Na abordagem proposta, através da articulação de etapas metodológicas de enfoque semântico e literário, e da confrontação de conceitos da psicologia social - permeados pela “estética da existência” foucaultiana -, se procura explorar quais os possíveis sentidos ou função podem ser atribuídos à sua escritura em diferentes momentos.

Palavras-chave: Roma imperial. Relações sociais. Literatura Latina. Fábulas.

BRITO, Milton Genésio de. **Between resignation and resistance:** The fables of Phaedrus which perspectives about social relationships in the early of the Roman Principate. 2009. 178p. Dissertation (Master's degree in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

ABSTRACT

In this exploratory historiographical research we intend to analyse perspectives about relationships in the roman society in early Principate at the Christian age onset. The source is substantiated in the fables of Phaedrus, freedman of the Octavian emperor. Their discursive constructions, reputed as the “gadgets” in a dynamic rhetoric strategy on our research, were formulated in a Latin literature's peripheral gender and elaborated in the midst of Tiberius and Claudius governments. Our hypothesis is who in the fictions configurations and on the diverse stereotypical characters are outline itself experience fragments – idealized, perceived or lived in various levels toward the fabulist. A peculiar manner of accost specific matters, considered tenanted *locus* onwards in his coetaneous social ordination. In the approach that we propose through the articulation of methodological stages semantic ness and literaryness, and on the confrontation of social psychology concepts – permeated by the foucaultian “existence esthetical” -, we search to scan what earthly senses or function might be attributed in different moments to our writings.

Keywords: Imperial Rome. Social relationships. Latin literature. Fables.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PERSPECTIVAS SOBRE FEDRO E SUAS FÁBULAS	20
1.1 UM NOME DISSONANTE DE SEU SIGNIFICADO?	24
1.2 A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> FEDRIANO	32
1.3 OS CÓDICES: UMA POSSIBILIDADE DE LEITURA	39
1.4 AS FÁBULAS COMO RECURSO RETÓRICO	45
1.5 LIBERTO NÃO QUERIA DIZER LIVRE.....	47
2 A DINÂMICA SOCIAL DO PRINCIPADO	52
2.1 A SOCIEDADE ROMANA SERIA EM TESE PARTICIPATIVA	53
2.2 ROMA, UMA CIDADE ENTRE CAÓTICA E FULGURANTE.....	57
2.3 A ATUAÇÃO DE AUGUSTO E A INSTITUIÇÃO DO PRINCIPADO	67
2.4 DISCURSO DE ALIENAÇÃO OU TEMOR DE NOVOS CONFLITOS.....	72
2.5 UMA METÁFORA DA SUBMISSÃO VOLUNTÁRIA	74
3 É EXCESSIVA A PAIXÃO DAS MULHERES?	80
3.1 AS MULHERES NA SOCIEDADE ROMANA	81
3.2 SEJANO: ADVERSÁRIO OU INSTRUMENTO DE TIBÉRIO?	83
3.3 UM POSSÍVEL MOTIVO PARA A CONDENAÇÃO DE FEDRO.....	87
3.4 CRÍTICA DA MULHER OU APOLOGIA DA LEGISLAÇÃO DE AUGUSTO.....	98
3.5 A MATERNIDADE IMPOSTA OU UMA CRÍTICA A EURÍPIDES?	103
4 A TÔNICA É DE RESIGNAÇÃO OU DE RESISTÊNCIA?	108
4.1 AS FORMAS DE <i>MANUMISSIO</i> E SUAS IMPLICAÇÕES	110
4.2 O VALOR DA MANUMISSÃO PARA UM ESCRAVO	121
4.3 ESTRATÉGIA RECORRENTE DE ASCENSÃO SOCIAL	128
4.4 IMITAÇÃO OU ADAPTAÇÃO DAS FÁBULAS DE ESOPHO?	137
4.5 A DESCONSTRUÇÃO DA FIGURA DO LOBO MAU	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150

REFERÊNCIAS	153
ANEXOS	169
ANEXO A – Comparação das edições - PHAEDRI FABULARUM.....	170
ANEXO B – Mapas.....	177

INTRODUÇÃO

A nossa escolha das fábulas, que consideramos como construções discursivas, ou mais especificamente como dispositivos retóricos, em um gênero literário concebido como de relevância periférica entre os romanos, objetiva analisar perspectivas expressas, no entanto no mais das vezes dissimuladas, sobre assimetria nas relações entre agentes sociais ao início do Principado, entre o período de governo dos imperadores Tibério e Cláudio.

A escrita do liberto de Augusto é interpretada a partir da seguinte óptica: uma forma de engajamento, na qual o fabulista teria considerado as circunstâncias contextuais, segundo descreve Pereira (2005, p.255), não apenas como limitações, mas principalmente como condições para a sua produção. Sob a elaborada superfície de diálogos e de enfrentamentos imaginários estaria dissimulado um fundo de “realidade”.

E através desse enfoque, partimos de duas pressuposições que procuraremos validar durante a nossa exposição do trabalho:

1º) que alterações no campo político, como a gradativa transferência de atribuições para o topo do ordenamento social, a partir do final do período republicano e depois com a paulatina constituição do novo regime político, o Império, produziram rearticulações na configuração da sociedade romana;

2º) e que características desta dinâmica foram: a articulação de novas formas de sociabilidade; e a emergência de indivíduos, ou segmentos sociais. Características que consideramos podem ser indiciáveis através de manifestações da cultura como as obras literárias.

Entretanto, de modo mais abrangente, este trabalho é decorrência de um longo périplo acadêmico. Incipiente nos primeiros passos, tropeçando nas palavras, desorientado em um labirinto de idéias no, então impensado, complexo universo de utilização das linguagens para alguém oriundo do mundo aparentemente objetivo das práticas.

De início procurando se ater a explorar de forma descritiva algumas das inúmeras possibilidades suscitadas pela elocução, para em seguida analisar seus limites de uso, e enfim propor uma tentativa de síntese próxima da transgressão da fronteira de cânones acadêmicos ao mesclar idéias e métodos, a princípio quase incompatíveis.

Necessário é reconhecer que, em cada uma das etapas trilhadas, o princípio dinâmico foi mais um questionamento existencial do que o imprescindível interesse pela

construção do conhecimento: refletindo para além da análise historiográfica, é possível afirmar que o escopo desta pesquisa seja o de saber como fazer a crítica a comportamentos e conceituações culturais pleteras de um sistema sociopolítico, sendo dele integrante, e, simultaneamente, aprender a transitar de modo mais sutil no espaço movediço constituído pelas suscetibilidades humanas.

Talvez, por esse motivo, o interesse por Fedro, inicialmente embrionário. O liberto de Augusto, devido ao *locus* ocupado e através das estratégias adotadas, induz a crer na possibilidade de transformação do cotidiano pelo instigante emprego dos recursos da linguagem, mas, também, nos faz refletir sobre as conseqüências de desconsiderar os seus sutis limites de utilização. E, neste sentido, é pertinente declarar que foi o objeto de investigação que atraiu o pesquisador em uma empatia que se constituiu paulatinamente e tornou possível a articulação de idéias e indícios para dar consistência aos argumentos aqui utilizados numa espécie de catarse.

Todavia, consciente do risco de se deixar dominar pelo tema, usá-lo de modo emblemático para questionamentos estritamente subjetivos, e acabar se atendo aos limites do objeto da pesquisa, cabe aqui a proposta de intentar transcender estas “barreiras”, procurando abordar e refletir sobre discussões de amplitude que articulem a relação entre as esferas pública e particular e que de fato contribuam para a reflexão sobre o conhecimento histórico.

Exposto o nosso escopo maior, principiamos por definir o que nesta pesquisa se conceitua pela expressão “perspectiva” - vocábulo derivado da junção do verbo latino *spectare* (assistir a, referir-se a, ou observar algo) com a preposição *per* (através de) utilizado no sentido de “observar através” das narrativas do liberto – realizando a primeira de diversas incursões em áreas do conhecimento que consideramos simbióticas do *faire histoire*, pois não concebemos uma cisão, mas uma estreita relação de complementaridade entre tais domínios.

Optamos por utilizar nesta pesquisa a noção de “perspectiva” em lugar do conceito de “representação” elaborado por Chartier (1991) por considerar tal conceito demasiado amplo, pois, remete a concepções grupais e a práticas apresentadas como referências para demarcar as imagens que uma coletividade tem de si, identificação, e do outro, alteridade. Embora Fedro fosse um liberto imperial não é possível afirmar que representasse esta categoria social.

Argumentamos que o escritor, que é também analisado através de suas obras, adotou posicionamentos singulares, e cambiantes, em momentos distintos de sua

escritura que melhor se ajustam à idéia de visão em perspectiva – o fabulista foi o único liberto-escritor que conseguimos rastrear.

Adentramos a província terminológica da psicologia para nos apropriarmos do termo alemão “*Weltanschauung*” que simultaneamente significa a maneira subjetiva como um individuo constrói as suas percepções, e em conseqüência destas interpreta o seu universo de relações; e a partir de quais elementos e noções de seu contexto social tais percepções são legitimadas – estes fatores podem ser absorvidos de modo involuntário, pouco refletido ou impostos de forma ostensiva, descrição símile ao sentido de ideologia.

As noções e elementos utilizados como referências para avaliar, e categorizar as experiências vivenciadas, e que são exteriores ao sujeito, tendem a se constituir em princípios operativos validados pela interação social e se aglutinar formando o núcleo de um sistema cognitivo no qual o indivíduo procura conciliar as esferas subjetiva e objetiva. Quando os elementos constituintes do núcleo são colocados em questionamento o sistema corre o risco de se tornar instável, e até deixar de existir gerando uma crise no sujeito.

Podemos também descrever o conceito de “perspectiva” por uma analogia terminológica com a informática: a maneira como as interpretações do autor foram elaboradas corresponderiam ao seu *software*, ou seja, como a sua escritura se adequou a condições existentes para se tornar efetiva; as referências de que se utilizou se correlacionariam com uma *library* de *functions* e *procedures*; esta “biblioteca” estaria limitada pelas condições contextuais existentes, disponibilizadas ou impostas, que equivaleriam ao *hardware* sobre o qual se constituíram os seus discursos, e que teria uma função mais axial do que limitante nas maneiras como configurou sua linguagem - mesmo no aparentemente “livre” e “dinâmico” mundo virtual atuam consistentes “linhas-de-força” que polarizam as relações possíveis, aspecto pouco perceptível devido à interface gráfica. Porém, apesar das limitações, o sujeito tem a possibilidade de optar por caminhos tanto seqüenciais como paralelos dentro dessa arena.

Desse modo, nesta dissertação, a linguagem e as conceituações utilizadas nas fontes têm um papel fundamental na interpretação elaborada, no sentido de auxiliar a explorar as formas como os recursos simbólicos foram empregados para dar sustentação e significação às práticas, às experiências e às representações do vivido, seguindo o enfoque da História Social - considerada como uma construção que necessariamente precisa abranger fenômenos dinâmicos e multifacetados, como a cultura e a política, e as complexas relações e sociabilidades tecidas no espaço entre tais fenômenos, mas, sobretudo, também observando as escolhas individuais feitas em um repertório de opções possíveis.

A opção feita de utilizar as fábulas de Fedro, liberto do imperador Otaviano, como fonte para esta pesquisa, torna-a de caráter inaugural no campo historiográfico.

Esta, entretanto, não é a primeira nem a única pesquisa acadêmica a focar o liberto Fedro e as suas fábulas latinas, pelo menos nas últimas três décadas.

Vieira (1992) realizou uma análise crítico-literária de parte da produção fedriana baseada em temáticas correlatas mais aos vícios do que as virtudes humanas – são discutidos temas como o uso inconseqüente da astúcia, a valorização excessiva da aparência, o papel da arrogância, da inveja e da prepotência nas relações entre os indivíduos, e da efervescente vingança, talvez como conseqüência, cabendo destaque entre as virtudes apenas à prudência.

Em sua dissertação procurou também estabelecer analogias da escritura de Fedro com autor anterior, como Esopo; e posteriores da Antiguidade e do Medievo, como Bábrio, Aviano, Marie de France e Gabrielle Faerne; e da contemporaneidade, como La Fontaine e José Leite de Vasconcellos, para evidenciar a recorrência dos temas selecionados.

Consideramos que a linguagem de que o fabulista fez uso, e que seria expressão de sua experiência, representaria não apenas uma realidade *per se*. Indicaria também condições específicas que afetaram o sujeito-intérprete em sua busca de respostas, de acordo com a abordagem de Rocha (2006, p.356-366). Na relação desse sujeito com a realidade circundante, teria ocorrido uma delimitação constante na interação entre ambos, dependente da fase de escritura enfocada e perceptível pelos simbolismos e práticas que utilizou para constituir a “sua” dada configuração narrativa.

Nesse sentido, a mescla de elementos teórico-metodológicos e conceituais foi necessária para explorar possíveis sentidos na produção de um fenômeno sócio-cultural como as fábulas, dialogando com outros campos do conhecimento através da mediação de práticas para evitar o estabelecimento de hierarquias valorativas entre domínios distintos. O objetivo primordial dessa amálgama foi o de intentar a elaboração do que Alceu Dias Lima (DEZOTTI, 2003, p.12) descreveu como um “hipertexto”: um texto sobre o qual não deve incidir uma leitura nem linear, nem única.

Em termos epistemológicos, o *insight*, a idéia que inicialmente norteou este projeto, surgiu durante a leitura de um excerto, utilizado por Coelho (1987, p.5) como epígrafe, e atribuído ao etnólogo brasileiro Luiz da Câmara Cascudo, no qual se enfatiza a relevância expressiva do “conto popular maravilhoso” como um “documento vivo” que estaria saturado de informações sobre tradições e idéias, formas de percepção e de avaliação, e atitudes e comportamentos em um contexto específico.

Outra contribuição para a fundamentação teórica da análise foi a formulação de De Certeau (1998, p.84-85) que debate sobre o papel dos contos e lendas como modelos ou, de forma mais adequada, como possibilidades táticas para aplicação em “situações conflituais”, desdobrados como “discursos estratégicos” isolados do cotidiano.

A partir dessas hipóteses, a proposição foi iniciar a análise das fontes pela linguagem utilizada, tendo como escopo fazer emergir indícios ou fragmentos de uma perspectiva específica, dentro da “cartografia” e da “topografia” sociais, permeada por fatores contextuais: a expressão “cartografia” é utilizada neste trabalho no sentido de delinear um mapeamento de posições relativas a partir de um epicentro de gravidade política – epicentro porque emerge ou irrompe a partir de uma articulação específica de fatores que não necessariamente estariam antes correlacionados; “topografia” como o qualitativo potencial de recursos simbólicos disponíveis a um determinado indivíduo que procuraria fixar, quando não fosse possível ampliar e ascender, o seu espectro de interações sociais.

Entretanto, neste diálogo entre “linguagem” e “história”, fez-se necessário ressaltar determinadas precauções, de acordo com Cardoso e Vainfas (1997, p.378-379), para que não se valorizasse em demasia o potencial da linguagem, e que, em contrapartida, se desarticulasse a capacidade interpretativa da história, que poderia ser reduzida a um simples gênero narrativo preso a estruturas discursivas: a escolha criteriosa de métodos viáveis, baseados em conhecimentos lingüísticos específicos; a exploração de idéias e significados implícitos, e não apenas a recorrência a citações ilustrativas; e a flexibilidade no uso do instrumental metodológico para evitar que os procedimentos se sobrepusessem à verificação das hipóteses e a interpretação histórica elaborada.

Desse modo, para que a utilização dos textos ficcionais como fonte se tornasse viável primeiramente foi imprescindível a sua decodificação. Procedimento que objetivou atingir as significações lingüísticas específicas, ou o conteúdo semântico em termos de local e época de produção, segundo a abordagem de Cardoso (1997, p.20), considerando como fatores relevantes os hábitos de escritura então difundidos, o contexto de utilização e as peculiaridades estilísticas do autor.

Na abordagem de Darnton (1988, p. XVIII; 33), uma expressão singular, a maneira como se apreendem e se entendem as coisas e as sensações, ocorre dentro de um “idioma geral” elaborado em um complexo sistema de relações denominado “cultura”, em si coativo e que limita as possibilidades das formas de manifestação. Por esse motivo, devido às limitações e às incongruências delas resultantes, para elaborarmos uma interpretação mais adequada, faz-se indispensável uma leitura e uma análise com base em várias versões.

Assim, a fim de constituir um “núcleo duro” do *corpus* fedriano para esta operação de “decodificação” foram selecionadas para comparação quatro edições críticas bilíngües que têm o texto latino como base: as francesas de Ludovicus Havet (1895) e de Alice Brenot (PHÉDRE, 1961); a brasileira de Maximiano Augusto Gonçalves (1957); e a italiana de Fernando Solinas (FEDRO, 2005) – edições sobre as quais comentaremos. No entanto, outras edições que contêm coletâneas ou comentários sobre as fábulas foram incorporadas para a elucidação de questionamentos.

Apenas uma breve consideração: nas referências às obras de autores antigos utilizaremos dois tipos de notação. Quando nos ativermos a comentários e notas de seus tradutores, faremos uso da seguinte notação: Tradutor (AUTOR, ano, página(s)). Em relação ao trecho do texto original seguiremos a norma: Autor (Obra, trecho).

A opção pela releitura de Fedro a partir das edições latinas segue o argumento proposto por Manguel (1999, p.309): para este autor devemos nos aprofundar nas construções sintáticas de outras línguas porque um texto, lido em nossa própria língua, se transforma numa barreira que limita pela própria definição das palavras que constituem o nosso universo. O exercício de tradução proporia um “universo paralelo” de significados possíveis entre a língua original e a de quem traduz, sem tantas certezas, porém, mais sensível a aspectos que tendem a passarem despercebidos.

Para Tavares (1983, p.73-84), no processo de tradução devemos procurar uma “equivalência dinâmica” entre manter-se próximo à forma do texto original e parafrasear, preservando apenas o sentido. Para isso é necessário tentar captar a função da mensagem e compreender o itinerário de transmissão e de conservação do texto.

Por esse viés, após a definição do “núcleo”, com relação às etapas metodológicas para abordagem do objeto de estudo, algumas experimentações foram feitas. Fundamentamo-nos em Gill (2002, p.244) que ao discutir a consistência da expressão “análise do discurso” argumenta sobre a possibilidade de abarcar sob essa denominação dezenas de “diferentes enfoques no estudo de textos”, fundamentados em teorias e metodologias diversificadas, dentre as quais, entretanto, nenhuma seria hegemônica.

E, nesse sentido, formulamos uma “configuração” metodológica na qual foram articuladas etapas na tentativa de apreender posicionamentos na obra literária, assim como problematizar a utilização que Fedro fez de determinadas expressões em suas estruturas discursivas, esboçando como que as “conexões” de um “hipertexto”.

A etapa metodológica inicial foi delinear uma possível “intencionalidade” na linguagem utilizada, e baseando-nos na “semântica argumentativa”, descrita por Koch

(2002), procuramos indícios através das relações tempo-aspectuais dos verbos, nos operadores argumentativos e nos marcadores do discurso, representados pelas categorias gramaticais empregadas. Nesse modo de abordagem, a forma de linguagem é considerada como uma forma de ação intencional sobre o mundo, no sentido de que há um objetivo ou propósito almejado caracterizado pela argumentatividade, pela maneira como os argumentos são utilizados, e que veicula uma ideologia, um determinado modo de interpretação da realidade.

As recorrentes marcas tempo-aspectuais na enunciação seguem “leis de concordância” dentro do período (p.35-47), sem uma necessária vinculação com o tempo cronológico, mas que, divididas em sistemas de temporalidade distintos, baseados no *Perfectum* e no *Imperfectum* latinos, definiriam a cisão entre um mundo narrado e um mundo comentado, o segundo pressupondo maior comprometimento nas “situações comunicativas”.

Consideramos que o nosso conhecimento da língua latina está aquém do necessário para explorar as nuances dessas temporalidades, mas procuraremos desenvolver uma análise coerente com os recursos de que dispomos.

Entretanto, para proporcionar maior fundamentação às considerações desta abordagem de viés semântico, a segunda etapa metodológica foi buscar o que Manguel (1999, p.298-299) conceituou como “ancestralidade da obra”: identificar na produção literária, não apenas do período, “ressonâncias”, vestígios de autores e obras com os quais as fábulas poderiam dialogar, ou seriam tributárias de algum modo.

No mesmo sentido nos foi possível utilizar o conceito de “intertextualidade” expresso por Koch, Bentes e Cavalcante (2007) que incorpora o postulado bakhtiniano segundo o qual um texto somente pode ser avaliado ou compreendido através do diálogo com outros textos. A significação dessa etapa foi a de propor a decomposição dos fatores utilizados no discurso que visasse o entendimento da constituição de sua estrutura narrativa, como continuidades ou rupturas nas perspectivas apresentadas.

Próximo está de enfoques como o de Brunel e Chevrel (2004) que, através do cruzamento de referências textuais, em seus ensaios sobre literatura comparada, procuraram identificar a constituição de perspectivas de alteridade entre autores. Abordagem também análoga a de Caetano (1997) que, examinando a retomada de estereótipos culturais em determinados contextos, buscou estabelecer um diálogo entre obras distintas para fazer emergir e aferir possibilidades semânticas na recorrência de um tema.

Nesta fase o objetivo foi demonstrar, através de manobras discursivas específicas, variações nos limites de expressão para interação no espaço social.

Ainda fez-se necessário enfatizar o estilo do autor como forma de leitura do contexto no qual estava inserido, dentro desse viés de análise da expressão literária.

Na perspectiva de Spina (1997, p.41), o estilo não é apenas a expressão formal de um artista que se insere em determinada época, classe ou movimento literário. É simultaneamente uma marca, uma maneira característica de apreensão, concepção e expressão singular de um conteúdo sobre a “realidade” circundante através das palavras. Nuances no estilo utilizado permitiriam distinções entre o socialmente aceito e o que se idealiza. O estilo significaria também, a partir de uma perspectiva deleuziana, um singular tratamento sintático para uma linguagem levada ao seu limite de utilização (DELEUZE apud PEREIRA, 2005, p.254).

Nesse sentido, propusemos, por meio do diálogo entre os aspectos morfológico, simbólico e estético da linguagem utilizada, e o seu contexto histórico de produção e de circulação, possíveis significados para a enunciação formulada pelo fabulista.

Mas a proposta não é apenas de especificar as relações do texto com seu contexto de produção e de circulação, mas, principalmente, de perceber como o contexto foi elaborado através dos elementos articulados no texto.

Assim, também procuramos extrair a partir dos textos ficcionais fragmentos de perspectivas primeiro pelo indiciamento de continuidades ou rupturas nas formas de relacionamento apresentadas nas diversas fases da obra de Fedro; depois, pela aferição dos limites sugeridos para interação no espaço social; e também, da distinção entre condutas socialmente aceitas, esperadas e representadas.

Quanto à estratégia de exposição, para explorar as possíveis perspectivas de assimetria nas relações através das fábulas, três papéis de agentes sociais no Principado foram conceituados como índices, cada um dos quais analisado como eixo temático de capítulo específico.

Antes, porém, para o entendimento da dimensão política das narrativas, foi elaborada no primeiro capítulo uma releitura de Fedro a partir de sua posição de inserção na sociedade romana, e de sua obra, considerado o gênero literário, nessa abordagem, como um instrumento discursivo característico.

A seguir, no capítulo dois, o objetivo é o de analisar a perspectiva elaborada pelo liberto-escritor sobre as possibilidades de atuação percebidas para o *populus*, o povo romano, as categorias sociais que se encontravam na base do ordenamento social romano. O término do período republicano romano significou entre outros fatores uma centralização progressiva do poder político. Este fato implica em avaliar se idéias recorrentes como a de

que na República o poder político emana do povo e em seu nome seria exercido, e a de que tal segmento participa efetivamente das decisões, podem ser aplicáveis ao contexto dos primórdios do Principado.

No terceiro capítulo, o escopo é ponderar como Fedro construiu a figura da *femina*, como caracterizou a mulher e a sua participação na sociedade, a quais aspectos o liberto procurou ressaltar ou enfatizar, descrevendo-os como condições inerentes ao gênero feminino, e que abstrações são possíveis a partir de suas fábulas. A mulher tinha papéis definidos na sociedade romana, sujeitos às influências nem sempre sutis de alterações ou decisões no espaço político.

E, no último capítulo, quais deveriam ser a conduta e os papéis desempenhados pelos *serui* em diferentes formas de interação com os demais agentes sociais, para um ex-escravo de etnia helênica em suas breves narrativas. A forma de organização social romana não era rigidamente estratificada, porém, entre cada um dos seus segmentos componentes havia categorizações que não se podem ignorar.

Nas considerações finais, procuramos sintetizar os pontos constitutivos das formas de relacionamento apresentadas ou construídas nas “perspectivas” de Fedro para a interação social entre os agentes no espaço do *Orbis romanorum* – um universo multifacetado com profundas e extensas ramificações na cultura contemporânea e que, por isso, consideramos ainda explorado de forma incipiente.

1 PERSPECTIVAS SOBRE FEDRO E SUAS FÁBULAS

Fedro é referenciado como o introdutor da fábula enquanto gênero na literatura latina – pequenas narrativas de sentido moralizante -, e seu maior expoente entre os romanos. O termo *fabula*, porém, já era há séculos de uso corrente¹ na sociedade em que viveu o escritor significando, segundo Saraiva (2000, p.468), qualquer conteúdo de conversação mais extensa, real ou fictícia, o que nos é possível inferir a partir de obras anteriores às fábulas fedrianas tais como as de Cícero (Dos Deveres. 3, 38; 39; 94; 98),² distinto da expressão *fabella*, no diminutivo, que remetia a pequenas narrativas de caráter ficcional e que abrangiam nesse aspecto tanto anedotas como contos ou historietas.

O fabulista latino também foi utilizado como *exemplum* para a elaboração de estruturas discursivas, principalmente a partir do século XIX, com a maior difusão de sua obra, e até o período em que o aprendizado da língua e da cultura latina fez parte da formação educacional. Esta forma de abordagem de Fedro e de sua obra foi reiterada por Estevão Cruz (1939, p.372) que explicou a sua escolha do fabulista como modelo baseado em características que lhe seriam inerentes como a precisão e a clareza do estilo, a pureza e a elegância da linguagem e a finíssima versificação. Pilar Guibelalde (ESOPO Y FEDRO, 1956, p.22) compartilha dessa perspectiva e afirma que não teriam sido tais características superadas *por ningún outro clásico latino*, porém não remete a quais outros autores latinos teria utilizado como parâmetros para formular este critério valorativo de Fedro e de suas fábulas.

Entretanto, de modo recorrente, Fedro foi e continua sendo classificado em diversos trabalhos, nos quais se propõe um estudo mais abrangente da literatura latina, como uma figura secundária, quando não omitida, ou qualificada como simples êmulo de Esopo.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar uma distinção entre ambos, Esopo e Fedro: as narrativas esópicas que nos chegaram estão transcritas em prosa, o que permite

¹ O termo *fabula* relacionado à expressão *palliata* foi aplicado durante a fase final das guerras púnicas às comédias gregas adaptadas ou imitadas por escritores como Terêncio e Plauto – o nome *palliata* deriva do *pallium*, a indumentária grega. As temáticas adaptadas gradativamente ao cotidiano romano resultaram na *fabula togata* – devido ao uso da *toga*, vestimenta característica dos romanos. Narrativas elaboradas posteriormente que tinham um cunho mais dramático e assuntos tirados da tradição romana receberam o nome de *fabulae praetextae*, pois *toga praetexta* era um traje reservado para o uso apenas dos jovens romanos de nascimento livre até a idade adulta e de alguns magistrados ocupantes de cargos elevados.

² No corpo desta dissertação utilizaremos-nos de dois métodos de referências a autores antigos e suas obras: quando nos reportarmos a um autor clássico ou a uma de suas obras faremos uso da norma da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos – (Autor, Obra, excerto citado) ou Autor (obra, excerto citado); quando nos referirmos a alguma nota explicativa ou informação constante em determinada tradução utilizaremos o padrão para referências bibliográficas – (Autor, ano de edição, página).

uma flexibilidade no uso das expressões dificilmente obtida através de uma versificação atrelada à determinada métrica, como nas fábulas fedrianas.

A perspectiva sobre a atuação periférica do fabulista na literatura latina foi adotada por brasileiros como Otto Maria Carpeaux (1959, p.135-136) e Manuel Bandeira (1969, p.43) em seus trabalhos. Fedro, *a voz mais solitária da literatura romana*, a de um escravo, ter-se-ia limitado apenas à imitação das composições de Esopo, devido à ausência de *força poética* para Carpeaux, apesar de um refinado uso da linguagem para Bandeira.

Entretanto, quando se refere ao fabulista francês Jean de La Fontaine (1621-1695), Bandeira tem outra perspectiva. Argumenta que o contato com a literatura clássica e o fato de ter utilizado como fonte o mesmo material a que recorreu Fedro, além das próprias composições deste, como também de acontecimentos contemporâneos, da leitura de autores como Rabelais, e de outros mais, e principalmente de fábulas hindus, não seria um fator limitante a sua originalidade (p.68-69).

O mesmo enfoque, de modo ainda mais sintético, foi reiterado por José Marques da Cruz (1965, p.151), que citou Fedro ao lado de um poeta satírico como Marcial.

As concepções formuladas por Bandeira e Carpeaux possivelmente podem ser tributadas a abordagens como as dos críticos literários franceses Pichon (1930) e Petit Mangin (1946). Seus estudos, em uma análise rápida, pareceriam quase que se contrapor quanto à consideração recorrente sobre o estilo de Fedro: Petit Mangin inicia sua sintética apreciação enfatizando uma *élégance e concision classique*, uma clássica brevidade e correção demarcadora da escritura do liberto. Porém, o que, a princípio, parecia ter ressaltado o autor teria se convertido em algo *ordinaire* e contraproducente, caracterizando o fabulista como árido e insensível - *sec et froid* (p.144); Pichon, apesar de dedicar um espaço maior ao exame de Fedro (p.518), desqualifica de início qualquer elegância ou valor que a obra do fabulista latino pudesse ter, pela *brièveté* utilizada, vizinha da *sécheresse*, além de categorizá-lo como simples tradutor (p.514) sem o *charme esthétique* de Esopo.

Ambos podem ter elaborado esta perspectiva anacrônica a partir de suas leituras da obra produzida pelo fabulista francês Jean de La Fontaine, qualificado como *écrivain de premier ordre*, o *philosophe* e *poète* da fábula (PICHON, 1930, p.518) ou ainda *génie souriant*, um gênio alegre dotado de uma maravilhosa flexibilidade - *souplesse merveilleuse* (PETIT MANGIN, 1946, p.144).³

³ A concepção formulada por ambos aparece também em estudo de 1871 do estudioso francês Paul Albert (1827-1880), *Histoire de la littérature romaine*, cujo texto integral se encontra disponibilizado no site: <http://remacle.org/bloodwolf/livres/litterature/romainelivre3a.htm>. Acessado em 10 de dezembro de 2007.

Os contextos e as condições de escritura de Fedro e de La Fontaine não são cogitados. Todavia, Pichon conjectura que Fedro teria atribuído as suas fábulas uma função “corajosa” e “inovadora”: instrumento de oposição através da sátira social.

Humbert (1932), que correlaciona em um breve capítulo dedicado à poesia sob o governo dos Césares ⁴ no primeiro século da era cristã (p.261-268) a poesia didática de Manílio, as fábulas de Fedro, as tragédias de Sêneca e as sátiras de Pérsio, também declara que o maior mérito do fabulista era a sua elegante brevidade, expressa numa linguagem refinada (p.264). Entretanto, apesar da importância ressaltada, reitera um consenso de que o fabulista não poderia ser comparado ao gênio criativo de La Fontaine.

Bayet (1965, p.307-310) além de pressupor que Fedro teria morrido durante o governo de Nero, reitera a concepção do fabulista como imitador de Esopo. Classifica as suas fábulas como poesia de espírito clássico que mescla a grandiloquência e um irônico desencantamento, e cita alguns exemplos relacionando-os apenas como um elo entre Esopo e La Fontaine.

A argumentação de Perés (1955, p.228-229) procurou corroborar a figuração de Fedro como um autor apenas de nível intermediário ou *no más que de mediana importância e influencia* na literatura de seu tempo, com temáticas baseadas não somente em Esopo mas também em assuntos procedentes de literaturas orientais.

Contudo, em trabalhos com proposta de enfoque literário abrangente como os de Prampolini (1940), Macy (1958) e D’Onoffrio (1990) Fedro não foi citado entre os escritores do período julio-claudiano. Esse silêncio em relação ao autor poderia ser atribuído a possível emulação de Esopo ou a sua condição social de ex-escravo?

Se os que se propuseram a um estudo crítico da literatura latina restringiram ou omitiram a presença de Fedro, o mesmo não ocorreu com seus tradutores.

Na introdução de seu trabalho, que alternou em sua tradução do texto latino entre versos alguma prosa, o português Nicolau Firmino (FEDRO, 1990) apesar de ter se utilizado de expressões como “escravo forro” para referir-se ao liberto Fedro, procurou estabelecer uma analogia entre a sua situação de perseguido político pelo governo português e a do autor das fábulas. A primeira edição é de 1943, época de recrudescimento do regime ditatorial salazarista.

⁴ Em relação ao nome César, ou *Caesar* (cabeludo), de *Caesaries* (cabeleira), um *cognomen*, um qualificativo característico da *gens Iulia*, tornou-se, a partir do governo de Otaviano, em uma espécie de *praenomen*, nome próprio utilizado por todos os imperadores.

Abordagem diferente foi formulada por Lockwood (1963, p.137-139) que não excluiu nem anacronizou o autor, mas suscitou novos questionamentos. Fedro é descrito de forma resumida como escritor de fábulas esópicas, de textos ficcionais, e posicionado no embate ideológico entre a hipotética *freedom of thought*, uma liberdade de expressão que seria inata à cultura grega, e à *reverence for authority*, caracterizada como uma irrefletida submissão dos romanos à autoridade política; e que o fabulista não teria atingido, no entanto, um ponto de equilíbrio. Podemos questionar se Lockwood estaria remetendo-se de fato ao passado ou em essência utilizando-se de uma linguagem metafórica entremeada de estereótipos para criticar os embates entre uma arraigada tradição política que cerceava quaisquer apreciações que pudessem pôr em dúvida seus parâmetros e os emergentes movimentos de contestação cultural da década de 1960.

Na interpretação formulada por Lind (2000), esta depreciação estereotipada da cultura latina em aditamento da grega seria resultante de um movimento mais amplo que se iniciou no ocidente europeu com o neoclassicismo do século XVIII, permeou-se no romantismo do século XIX, e se espalhou no modernismo do século XX. De forma gradativa se construiu uma relação dicotômica entre a pressuposta liberdade de expressão, e de costumes, que seria característica de uma “radiante” e “jovial” “civilização” insular grega; e uma “repressora” e “senil” forma de ordenamento social instituída pelos romanos, transmitida pelo cristianismo e associada de modo explícito ao autoritarismo político no século XX.

Se analisarmos a contraposição entre as representações resultantes desse movimento cultural, poderemos também cogitar sobre possíveis implicações políticas: o modelo grego de estudioso, exposto em muitos dos textos disponíveis, é o do intelectual que procurava uma posição de “distanciamento” do seu contexto social para tecer a partir desse ponto suas considerações fragmentárias de caráter teórico - distanciamento que pode se tornar uma estratégia recursiva de evasão.

Todavia, o padrão “acadêmico” exposto em textos como os de Cícero ou de Sêneca, e que teria inspirado os pensadores renascentistas, procurava coligar reflexão à ação, e estava voltado para questões práticas e cotidianas.⁵

Podemos conjecturar que a segunda forma de atuação pode ser interpretada como mais ameaçadora, mesmo em um contexto sociopolítico de aparente liberdade

⁵ Cícero (Da República, 1, 2) argumentou que a virtude, o valor, de qualquer conhecimento, fosse uma arte ou uma ciência, somente poderia se afirmar “por completo na prática” que convertesse em ações os discursos e conceitos aprendidos nas escolas. E a melhor dentre todas as aplicações do saber adquirido consistiria em gerir de modo justo e equânime os assuntos públicos.

democrática como seriam os Estados Unidos da década de 1960, período em que Lockwood escreveu seu texto.

1.1 Um nome dissonante de seu significado?

Fedro, ou *Gaius Iulius Phaedrus*⁶, teria nascido em 15 a.C., na província da Trácia, conforme Fredouille (1972, p.187). Todavia, tanto esta pressuposta datação quanto o seu local de nascimento ou seu nome podem ser colocados em questão.

A data pode ser questionada com base na *Lex Aelia Sentia*, editada no ano 4 d.C. pelo próprio Otaviano, que proibia a libertação (*manumissio*) de escravos com menos de trinta anos de idade, de acordo com Nóbrega (1962, p.366). Como Augusto morreu no ano 14 d.C., época em que Fedro já seria liberto, é possível cogitar uma datação para seu nascimento próxima ao ano 20 a.C.

Outro argumento que também podemos utilizar para corroborar a hipótese sobre a manumissão anterior a morte de Otaviano nos pode ser fornecido, segundo López Barja (1993, p.57), pela análise das estruturas onomásticas encontradas na epigrafia tumular dos libertos imperiais.

Se Fedro houvesse sido manumitido na fase de agravamento da saúde de Augusto próxima de sua morte teria sido designado *M(arcus) Iulius [cognomen]*⁷ *Aug(ustae) l(ibertus)*, um liberto de Lívia, esposa de Augusto e mãe de Tibério. Se o fosse após a ascensão de Tibério ao trono deveria utilizar para si a denominação de *Ti(berius) Iulius [cognomen] Aug(usti) l(ibertus)*, aplicada também aos libertos durante o governo de Calígula.

Sobre qual seria o local de seu nascimento o próprio Fedro suscitou uma aparente contradição no prólogo do seu terceiro livro. Pois, a partir de sua narrativa (versos 17-19) o fabulista declara ter sido criado por sua mãe no cimo do monte Piério, que estava localizado no que na época era território macedônico.

A referência mesmo que à própria mãe, *Ego quem Pierio mater enixa est iugo* - no verso 17, soa estranha em uma sociedade patriarcal, a não ser que esta fosse uma mulher influente na sua comunidade ou, mais provavelmente, uma mulher livre, o que

⁶ Na grafia de nomes e expressões em língua latina optamos por não utilizar neste trabalho as consoantes “J” e “V” que, de acordo com Nascier (1965, p.117; 119), foram utilizadas pela primeira vez na gramática elaborada pelo humanista francês Pierre La Ramée ou Ramus, em 1559, e que por este motivo são denominadas como letras ramistas, para substituir às semiconsoantes “I” e “U” existentes no latim. A consoante “V” será mantida apenas quando iniciar nomes ou expressões. Esta opção mantém a escritura próxima do original, na denominada “pronúncia restaurada”.

⁷ Quanto à significação do *cognomen* na estrutura onomástica romana trataremos mais adiante.

indicaria o fato de o fabulista ter nascido em liberdade ou de ter sido criado de tal maneira. Esta rememoração e um possível apego ao local de nascimento, conforme a interpretação de Andraeu (1991, p.161), não foi freqüente entre os libertos.

A tentativa de relacionar tais informes ao relato de uma repressão a insurgentes - que se teria irradiado a partir da colônia militar de *Phillipos*, tendo sido efetuada entre os anos de 13 e 11 a.C. na província durante o consulado de Lúcio Calpúrnio Pisão Frugi e que, segundo Solinas (FEDRO, 2005, p. XII), foi citada pelo historiador Tito Lívio (*Periochae*, 140), legitimaria o fato do fabulista ter sido trazido para a Península Itálica, não necessariamente para Roma, e a sua condição de escravo.

Sobre questões relativas à escravidão trataremos em capítulo posterior.

Porém, mais adiante, nos versos 54-59 do citado prólogo, Fedro fez referência às míticas personalidades trácias de Lino e Orfeu como se fossem seus compatriotas. A Trácia era então um reino tributário dos romanos.

Fernando Solinas (FEDRO, 2005, p. XI) procurou explicar tal contradição através de uma pressuposta instabilidade na demarcação da fronteira entre a Trácia e a Macedônia neste período. Contudo, a distância entre os referentes espaciais que nos fornece é significativa em demasia para ser atribuída a tal instabilidade.

Entretanto, a partir de um enfoque da significação simbólica, culturalmente a referência de Fedro a locais distanciados perceberia sentidos específicos.

O cimo do monte Piério como local de nascimento remete também ao local onde, segundo a mitologia greco-romana, *Mnemosýne* (a Memória) fecundada pelo deus supremo, o Júpiter latino ou o Zeus grego, deu a luz às nove musas das artes, dentre as quais se incluía *Kleió* (a Glória) a musa da “História”.

Em relação às Musas, a partir de Homero, e principalmente com Hesíodo, segundo estudo de Hartog (2001, p.23; 25), se tornaram referências constantes na invocação de inspiração literária. Heródoto dedicou cada um dos nove livros da sua *História* a uma das musas fazendo-nos refletir se para este autor, apesar da formatação em prosa, o seu trabalho teria sido concebido como obra poética. Horácio (*Arte Poética*, 323-324; 403-406) declarou que as Musas ou Piérides teriam dado aos gregos como dons naturais a inspiração e o talento necessários para se expressarem com desenvoltura e mostrarem em versos o “bom caminho da vida”, atingindo por esse motivo grande renome.

No caso de Fedro esta foi uma reverência feita de modo tardio e que incidiu apenas no meio de sua produção. Teria o fabulista sido castigado por tal sacrilégio às Musas?

Quanto aos personagens trácios - os quais aludem respectivamente a qualidades inatas como os dotes poético e musical -, é possível abordar a menção que a eles se fez numa concepção próxima a que foi formulada por Jaeger (2001, p.829), que na interpretação do conceito platônico de perícia em alguma atividade ressaltou-a não como apenas o domínio de habilidades técnicas específicas, mas, como um fator na constituição de um *ethos*, uma maneira de vivenciar ou de focar as vivências. Outros simbolismos associados a tais personagens no período poderiam explicar a sua inclusão como referentes no texto, mas não nos foi possível identificá-los nas fontes disponíveis.

Ambas as referências também podem ter sido utilizadas no sentido de Fedro ter tentado legitimar para si uma herança de sua pressuposta origem helênica.

Contudo, a partir da referência a locais distanciados, pode-se cogitar uma outra interpretação: a de que haveria uma separação político-administrativa formal efetivada pelos romanos e mantida por interesses locais, mas que não corresponderia à perspectiva das etnias que habitavam estes espaços, possivelmente não concebidos como apartados.

Seu nome, ou *cognomen* na terminologia romana da época, é outra questão que conduz a cogitar possibilidades de interpretação. Um dos traços característicos do cidadão romano era o que se denominava como *tria nomina* composto por três elementos: o *praenomen*, o nome propriamente; o *gentilicum*, que para os romanos era o símbolo mais evidente de cidadania por remeter a *gens*; e o *cognomen* que entre os romanos era escolhido em relação a algum atributo físico ou de personalidade. Esta forma de designação que compunha inicialmente a condição de livre nascimento, o *status ingenui*, garantia privilégios e definiam direitos públicos e privados.⁸

No caso de um liberto, como se tornou Fedro, a aquisição do *praenomen* e do *gentilicum* de seu senhor ou *dominus* Otaviano, *Gaius Iulius* a partir do momento em que foi adotado por seu tio Júlio César, apesar de estabelecer um *agnatio* um parentesco civil perante a lei, e possivelmente um considerável destaque na sociedade da época, significava apenas a probabilidade de atuação no campo do direito privado, os *iura priuata* como a realização de atividades de comércio, o *ius commercii*; a oportunidade de uma união legalizada, o *ius connubii*; e o acesso aos recursos dos tribunais, o *ius actionis*.

⁸ Segundo López Barja (1993, p.59), que se baseou não apenas no relato de Suetônio sobre uma medida do imperador Cláudio, mas também em fontes epigráficas, o uso indevido do *tria nomina*, e principalmente de qualquer *praenomen* ou *gentilicum*, por *peregrini* (estrangeiros) ou não-cidadãos implicava na pena capital aplicada no monte Esquilino.

Uma formulação possível, contrária ao exposto por Finley (1991, p.101), é que a manumissão não era uma metamorfose tão completa que transformaria o ex-escravo de objeto em sujeito de direitos.

Os *Iura publica*, direitos públicos como o *ius suffragii*, não apenas o direito de votar, mas também o de ser votado; o *ius honorum*, que permitia o acesso às magistraturas; e o direito de servir nas legiões, *ius militiae*, estavam vetados aos libertos, e somente estariam disponíveis aos seus filhos de nascimento livre.

E mesmo estes ainda teriam dificuldades em ter acesso a outros como o *ius sacerdotii*, exercer alguma função ou fazer parte de algum dos colégios sacerdotais; e o *ius accupandi agrum publicum* que significava o tomar posses das terras conquistadas.

Phaedrus era o *cognomen* do liberto em questão que, como expusemos anteriormente, distinguia o indivíduo – *Publius Ovidius Naso*, ou Ovídio, o *Naso*, - *onis* (Nasão) deriva de *Nasus*, - *i* (o Nariz), alguém que é distinguido pelo nariz; e *Marcus Tullius Cicero*, ou Cícero, o *cognomen Cicero* derivado possivelmente de *Cicer* (a leguminosa Grão de Bico), são exemplos dos nomes mais conhecidos.

Phaedrus é uma das formas latinizadas de *Phaidrós* – a outra possível é *Phaeder* -, um adjetivo grego que significa “brilhante”, “claro” ou “sereno”, podendo de modo figurativo referir-se a alguém “alegre” ou “radiante”, segundo a análise de Pereira (1984, p.606).

Então, Fedro seria “brilhante” ou “alegre” em que sentido?

A tônica de seus textos, alguns dos quais analisaremos, está distante desta conotação e, nesse sentido, não poderia ser designado de tal forma devido a esses escritos.

Todavia, essa tônica utilizada por Fedro não pode ser considerada um atributo exclusivamente seu. Segurado e Campos (1997 / 98, p. 331-352) analisa que um profundo e constante “pessimismo” atravessa a historiografia romana. Esta perspectiva que se teria constituído desde Salústio, passou por Tito Lívio e chegou aos escritos de Tácito. Seria caracterizada por um sentimento de decadência quase apocalíptico em relação a um passado no qual o *mos maiorum*, as leis e os costumes respeitados por todos, teria fundamentado a constituição da ordem e das instituições políticas romanas – um paradigma de civilidade. Permeada pelo trágico, tal perspectiva impunha ao mesmo tempo a culpabilidade pelas condições presentes e a responsabilidade para as necessárias transformações futuras.

A capacidade de Segurado e Campos (1997/98) em traçar uma visão panorâmica para a historiografia romana do período, a partir de seus autores é inegável. Entretanto, no caso específico de Salústio, é necessário enfatizar que, apesar de uma tônica

fatalista sobre um ambiente na sua perspectiva de degradação dos costumes expressa tanto na “Guerra Jugurtina” como na “Guerra Catilinária”, os prólogos de ambas as obras destacam a possibilidade de alterar as situações adversas através do que hodiernamente em parâmetros de gerenciamento de crises se denominariam como pesquisa, planejamento e execução contínuos.

Mas, retornando à questão onomástica, seria então Fedro o seu nome de origem ou foi posteriormente atribuído em relação a predicados demonstrados?

A mais freqüente das referências com relação ao nome “Fedro” remete-nos para o diálogo platônico homônimo. No texto de Platão ocorre uma constante evocação ao desprezo pelos prazeres aparentes proporcionados pelos sentidos, e a busca de uma sabedoria em essência através de ações equilibradas. O atributo “brilhante” na concepção formulada por Platão aludiria não à exterioridade, mas à *diánoia*, a capacidade potencial de refletir sobre os condicionamentos a que se está sujeito pelos desejos.

No verbete “Fedro” da *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (1924, p.557) ocorre menção a um filósofo grego epicurista que teria dirigido a escola de Atenas no início do século I a.C. e influído na redação do “Sobre a natureza dos deuses”, o *De natura deorum* (1, 93), de Cícero. O filósofo é citado na obra entre diversos pensadores gregos.⁹

Na juventude Fedro, o fabulista, teria sido designado para trabalhos na *familia Caesaris*,¹⁰ uma organização inicialmente doméstica composta por escravos e libertos da *gens Iulia* que Augusto ampliou a partir da instituição do Principado para auxiliar na administração dos assuntos públicos. Talvez o fabulista tenha exercido alguma função próxima da do *seruus atriensis* exposta em uma de suas narrativas (2, 5).

As formulações analisadas acerca de Fedro compartilham do pressuposto que teria permanecido a serviço do *Princeps*,¹¹ até ser por este libertado. Porém, a manumissão, principalmente na *familia Caesaris*, não significava o distanciamento entre o ex-

⁹ O texto latino do *De natura deorum* foi consultado do material disponibilizado no site: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/nd1.shtml>. Acessado em 20 de janeiro de 2008.

¹⁰ *Familia Caesaris* é uma expressão que não aparece nas fontes epigráficas latinas, segundo López Barja (1993, p.56), mas que se teria difundido como termo operativo a partir de um aprofundado estudo realizado por P.R.C.Weaver, e publicado em Cambridge no ano de 1972, intitulado *Familia Caesaris: A social study of the Emperor's freedmen and slaves*.

Entre os romanos, *família* era o conjunto de pessoas e bens, dentre os quais se incluíam os escravos e os animais, que se encontravam sob a autoridade de um *paterfamilias* o qual dispondia de poderes (*potestas*) religiosos, econômicos e jurídico-políticos determinava o modo de vida e de morte de seus membros.

¹¹ O termo *Princeps* designava na época entre os romanos o primeiro dentre os cidadãos.

escravo e o seu senhor, mas, em princípio, a possibilidade do exercício de funções que somente poderiam ser atribuídas a indivíduos de estatuto livre.

Em relação a seu libertador, Otaviano, Fedro utilizou o epíteto de *Divo Augusto*, Divino Augusto, (III, 10, 39), o que sugeriria o culto a sua figura, como argumenta Solinas (FEDRO, 2005, p. XIII), pois a “divinização” de Augusto encontrava-se instituída quando da chegada de Fedro à Península Itálica. Suetônio, em seu “A vida dos Doze Césares”, fez uso do denominativo como distinção para apenas para cinco dos “césares”: Júlio, Otaviano, Cláudio, Vespasiano e Tito.

Nesse sentido, a ênfase na “divindade” de Otaviano poderia indicar também uma forma de evidenciar o início de sua produção literária, pois, fez questão de ressaltar para si o qualificativo *Augusti liberti*, liberto de Augusto como *cognomen ex virtute*. Para Tibério, o sucessor de Otaviano, o fabulista utilizou-se dos ápodos *caesar* e *ducis*, (II, 5, 7; 19; 23), o que sugeriria um relativo distanciamento da órbita do poder imperial.

A pressuposição de Petit Mangin (1946, p.143) de que em sua formação, e posteriormente em suas composições fabulísticas, teria incidido a leitura de autores gregos e latinos pode ser validada pela aplicação da etapa metodológica da “ancestralidade” ou “intertextualidade”, mas não somente por esta abordagem.

A partir das informações obtidas por meio eletrônico exploramos outra possibilidade: o vocabulário utilizado por Fedro e sua extensão.¹²

Em suas fábulas Fedro se utilizou de um léxico de cinco mil setecentas e cinco palavras que totalizam doze mil e quinze ocorrências.

Esses números têm uma significação se comparados à extensão vocabular de outros escritores do período. A cifra que está distante de indivíduos como Cícero que empregou em suas obras cerca de sessenta e duas mil palavras, Tito Lívio que atingiu a faixa lexical acima dos cinqüenta mil vocábulos, ou ainda de Ovídio ou Tácito que se expressaram fazendo uso de mais de trinta mil termos. Entretanto, o fabulista pode ser inserido na mesma faixa de extensão vocabular de Catulo, Cornélio Nepo e Propércio que empregaram entre cinco mil e oito mil palavras.

Apenas a quantificação que expomos não pode ser usada para demonstrar que Fedro recebeu uma educação excepcional, mas constitui um indício de que seu perfil cultural quanto ao conhecimento e ao emprego de um vocabulário se encontrava acima da média dos cidadãos romanos que se expressaram através da escrita.

¹² Os dados estatísticos e algumas das obras dos escritores abordados a seguir estão disponibilizados no site: <http://www.intratext.com> . Acessado em 30 de novembro de 2008.

A “ressonância” de pelo menos dois escritores latinos transparece em suas fábulas: o comediógrafo Terêncio, pela metrificacão e expressões mais formais que muitas vezes utilizou; e o poeta Horácio, que, como relata Curtius (1996, p.595), sugeria a *brevitas* (brevidade) como uma característica estilística fundamental para a fluência da narrativa. Como resultante, o uso de uma linguagem culta e concisa seria um segundo indício no sentido de se destacar dos demais indivíduos de mesma origem social.

Podemos também estabelecer um outro elo entre esses escritores do período republicano e Fedro a partir de seus estatutos sociais.

Publius Terentius Afer, ou Terêncio, nasceu em Cartago no início do século II a.C., e foi escravizado durante as guerras com Roma. Seu senhor, o senador Terêncio Lucano, teria reconhecido nele potencialidades e lhe teria garantido uma educação que permitiu o contato com membros da aristocracia romana como Lélío e Cipião Emiliano. Quando liberto juntou ao nome recebido de seu mamunissor o *cognomen* que indicava sua origem - *Afer*.

Terêncio, na interpretação de D’Onoffrio (1968, p.72), foi o primeiro purista da língua latina que, motivado pelo helenizante Círculo dos Cipiões, teria começado a cultivar um ideal de sobriedade nas maneiras de se expressar em latim.

De maneira diferente ao que ocorreu com Plauto, outro comediógrafo latino, seu sucesso *in uitam* foi quase nulo, devido a acusações de plágio de autores gregos, a uma linguagem refinada que não teria atraído à atenção de um público mais amplo, e a sua ligação explícita com famílias senatoriais.

É possível cogitar que a sua condição de ex-escravo teria também contribuído para obstaculizar a aceitação de suas obras. Mas existia ainda outro fator que temos que considerar nesse aspecto: a língua franca da época era o grego, tanto entre a aristocracia como entre a plebe romana, apesar de estes segmentos se utilizavam de distintos campos vocabulares e semânticos, conforme Del Carratore (1977, p.23). Distinções as quais Plauto teria sabido se aproveitar, mesclando-as para criar a ilusão de empatia e envolvimento dos diferentes segmentos sociais nas suas obras (p.12), de modo diverso a Terêncio.

Horácio, ou *Quintus Horatius Flaccus*, nasceu na cidade de Venússia, na parte meridional da península itálica, no ano 65 a.C., filho de um liberto que havia sido escravo em serviços públicos – segundo Paratore (1983, p.421) um *publicanus*, cobrador de impostos. Devido aos recursos disponibilizados por seu pai, Horácio recebeu uma educação compatível com a dos cidadãos romanos de estatuto mais elevado socialmente, primeiro em Roma e depois em Atenas.

Sua atuação como *tribunus militum*, um comandante de Infantaria, nas forças “republicanas” de Brutus que foram derrotadas na batalha de *Phillipos*, foi obliterada pela posterior amizade estabelecida com Virgílio e Mecenas. Porém, mesmo neste seu envolvimento com pessoas renomadas da órbita imperial Horácio não teria renegado sua ascendência escrava, apesar das limitações que isto lhe impunha, o que ressaltou em duas de suas obras (SÁTIRAS, 1.4; 1.6).

O vínculo com a condição servil é o elo possível na conexão entre eles.

Sobre a pressuposta base cultural adquirida por Fedro podemos nos remeter a Horácio (Arte Poética, v. 309-311) que a considerava de suma importância para aqueles que se pretendessem escritores, pois “o princípio e a fonte” da boa escritura era a leitura. A leitura fomentaria as idéias e a estas se seguiriam de modo fluido as palavras. Horácio procurou também enfatizar que o “bom poema” seria a combinação de intuição (*ars*) e criatividade trabalhada de maneira apurada (*ingenium*), atuando em conjunto, e que sem uma das partes não haveria resultado satisfatório (v. 408-411).

No entendimento de Horácio outro fator relevante era a utilização da linguagem na constituição do poema que deveria ser modulada para o pretense público e visando determinada aceitação (v. 341-346): a utilidade da obra atrairia aos mais experientes, o prazer estético aos mais jovens; e, nesse sentido, o sucesso entre os leitores e o renome alcançado pelo escritor dependeriam da mistura adequada entre encanto e proveito.

Em termos epistemológicos, nas construções discursivas das fábulas de Fedro, possíveis são as ressonâncias da perspectiva que permeia os escritos filosóficos e políticos de Cícero, principalmente em relação a uma de suas últimas obras o “Dos Deveres”. A tônica ciceroniana oscila entre o *rigor* dos estóicos e a *media res* aristotélica constituindo um eixo para a *grauitas* (PEREIRA, 1984, p.341-345), ou “gravidade” - algo como um “senso crítico” mais sobre o seu cotidiano do que sobre si mesmo no caso de Fedro.

A ascendência cultural grega pode ser evidenciada no início de sua atividade literária quando, na escolha temática, selecionou, traduziu e adaptou para a versificação latina, algumas fábulas de uma coletânea atribuída a Esopo, escravo frígio que teria vivido no início do século VI a.C., e que, conforme Harvey (1998, p.210), foi citado por Heródoto como o “pai da fábula”.¹³

¹³ Todavia, o nome Esopo (*Aisopos*) aparece apenas duas vezes no original grego. E na tradução do texto de Heródoto ocorre somente uma vez (História, 2. 134) como companheiro de servidão da então ilustre cortesã trácia Rodópis. A partir do texto herodotiano é possível apenas inferir que Esopo foi o único *logopoiétés* referenciado, mais um “artífice de discursos” do que necessariamente o conceito atual de fabulista.

Sobre as fábulas esópicas, segundo os críticos literários portugueses Pinheiro Chagas e Theophilo Braga (LA FONTAINE, 1926, p.XVII), a tradição narrativa esópica, assim como a homérica, teria se constituído basicamente de maneira oral, não podendo ser atribuída a apenas um, mas a diversos personagens. A fixação através da escrita teria implicado na adoção do nome *Aisopos*, derivado do vocábulo hebraico *Asoph* que significa “o verso” ou “a poesia”.¹⁴

1.2 A forma de organização do *corpus* fedriano

A coletânea de fábulas esópicas que, de acordo com Solinas (FEDRO, 2005, p.XXI), seria a fonte principal das fábulas escritas por Fedro, foi organizada em verso no final do século IV a.C. por Demétrio de Falero, político ateniense, filósofo peripatético e discípulo, inicialmente de Aristóteles, depois de Teofrasto de Ereso.

Souza conjectura que a motivação de Demétrio de Falero para a organização desta coletânea (ESOPO, 2002, p. XLIII), seria proporcionar complementação a escritos de Teofrasto. Ao único dos escritos de Teofrasto disponível em edição bilíngüe grego-português, os “Caracteres” (MALHADAS; SARIAN, 1978), é possível cogitar que a coletânea pode ser associada como um arsenal de *exempla*.

Entretanto, no transcurso de suas composições no gênero fabulístico, desenvolveu e versificou temática e argumentos próprios em “trímetros iâmbicos” - expressão que é derivada do verbo grego *iambein*, que significa atacar, e que designaria um *crescendo* no ritmo -, ou ainda como “senários” - compostos de seis *iamboi* ou pés com uma sílaba breve e outra longa. Esta metrificação, de acordo com Harvey (1998, p.335), seria característica do diálogo trágico grego - em princípio, estranhamente adequada a um gênero que deveria convir mais como distração, mas um metro que foi muito utilizado na *palliata*, a representação teatral romana de fins do período republicano.

Horácio (Arte Poética, v.79-82) atribuiu a criação dessa métrica ao poeta grego Arquíloco em meados do século VII a.C. A sua motivação teria sido devida à cólera, e seria apropriado à sátira. No século seguinte, por ser mais próximo do ritmo de uma conversação esse metro se difundiu também pela tragédia e acabou apropriado por esta.

¹⁴ Acerca das possíveis conseqüências da conversão da oralidade para a escrita cogita reflexões a consideração formulada por Pattanayak (1995, p.120): a oralidade implicaria, por suas condições de existência, a identificação e a resolução dos problemas de forma coletiva; a escritura teria provocado uma ruptura, ao individualizar e isolar as possíveis ações e soluções, articulando novos tipos de comunidades de interesse manipuláveis pelos detentores da cultura escrita.

Nesse sentido, Werner (1999, p.178) descreveu o iambo como o metro manco, pois a sílaba curta seguida de uma longa representaria em termos sonoros o andar claudicante dos mancos e anciãos, dos considerados desajustados em relação aos demais.

Fedro argumentou que teria recorrido a Esopo para a explicação sobre a função de sua obra: as suas fábulas tinham ou deveriam ter a dupla função de entreter os seus leitores e de procurar fazer com que refletissem sobre situações vivenciadas cotidianamente. Esta definição de Fedro enquadraria suas fábulas no gênero da poesia didática.

Entretanto, esse caráter dual conferido à narrativa poética se tornou perceptível de forma mais consistente apenas a partir de Horácio.

Segundo Curtius (1996, p.583), antes havia uma cisão entre os que seguiam a perspectiva de Platão, que no seu diálogo *Lysias* (214a) atribuía a instrução como única função da poesia, e os seguidores de Erastóstenes, para os quais a poesia deveria servir somente como entretenimento. A primeira tentativa de conciliação entre estas abordagens teria sido intentada por Heráclides do Ponto (385-338 a.C.) para quem ao papel instrutivo poderia ser incluído o aspecto lúdico. O gramático hispânico Quintiliano (35-95 d.C.), ou *Marcus Fabius Quintilianus*, atribuiu à poesia leque maior de finalidades (educar, instigar e divertir). Porém, a partir de Ulpiano, jurista fenício do século III d.C., apenas o aspecto lúdico seria enfatizado.

Horácio (*Arte Poética*, v.182-184; v.188; v.333-339), além de ter reiterado a brevidade como preceito fundamental para apreensão do conteúdo, descartando tudo o que fosse supérfluo para não sobrecarregar a memória; argumentou sobre uma necessária proximidade entre a realidade e a ficção que, no entanto, deveria mais suscitar a imaginação e a reflexão do que apresentar todos os caracteres que se desejassem críveis; e ao expor a divergência entre as abordagens utilitária à vida ou ao prazer estético na elaboração da obra, defendeu a combinação de ambas – perspectiva tributária das concepções peripatéticas de Aristóteles.

O primeiro dos livros de Fedro teria sido escrito após a morte de Otaviano em 14 d.C., ou mais possivelmente a partir da ascensão de Sejano ou *Lucius Aelius Seianus*, em 23 d.C, que se tornou o comandante em chefe da guarda pretoriana (*praefectus praetorio*) após a ascensão de Tibério ao trono em oposição à estrutura bipartida instituída por Otaviano. É o mais extenso dos livros, composto de trinta e uma fábulas.

É possível conjecturar que o segundo livro tenha sido escrito durante o auto-exílio de Tibério na ilha de Capri, entre os anos de 26 e 31 d.C. Durante este período Sejano administrou o Império de forma quase plenipotenciária no lugar do imperador. O livro

compreende oito fábulas – a sua exigüidade em relação ao conjunto da obra, de acordo com Feracine (FEDRO, 2006, p.16), seria resultado da censura e da perseguição empreendida por Sejano, o que lhe valeu a prisão e a posterior *relegatio* de Roma.¹⁵

A *relegatio*, segundo Tuan (2005, p.280), utilizada durante o Império, era uma forma de exílio mais brando se comparado ao aplicado no período republicano, e que era imposto pelo decreto denominado como “interdição de fogo e de água”¹⁶ - um castigo por atos de traição que ao expulsar o indivíduo de qualquer forma de relacionamento com outros membros da sociedade o relegava a um estado de inexistência, que para muitos como Ovídio pareceria pior do que a própria morte. Pela nova modalidade, o transgressor poderia optar por isolar-se em alguma das províncias e ainda ser auxiliado pelos recursos ofertados por amigos e parentes, o que ampliava as possibilidades de sobrevivência em um ambiente desconhecido.

Fedro, porém, não foi o primeiro nem o único caso de escritor que foi punido com a *relegatio* nos primeiros governos do Principado e sobre este aspecto discorreremos em um tópico posterior.

Desse modo, para Sejano, que como personalidade política pode ter considerado como ofensivas as possíveis alusões às suas atitudes presentes nas fábulas de Fedro, tais analogias teriam representado um fator que poderia induzir à crítica ou a ações políticas que desestabilizariam o seu *cursum* ao domínio do Império.¹⁷

Há que se considerar ainda a posição social de Fedro no dimensionamento político de suas críticas.

Entretanto, posteriormente, Sejano foi condenado à morte pelo próprio Tibério por possivelmente ter articulado uma conspiração palaciana para a tomada do poder imperial.

¹⁵ Sobre as formas de influência da política na produção artística, principalmente a literária, Manguel (1999: 313-323) propõe quatro níveis de pressão ideológica: a reinterpretação para legitimar determinada perspectiva; a censura de partes da obra que a desvincule do seu contexto; a limitação do acesso para impedir a circulação de um conhecimento considerado perigoso; e a proibição total, utilizada como instrumento de poder para romper a relação entre leitura reflexiva, significação atribuída e ação a partir da obra. Estes níveis teriam por objetivo neutralizar a capacidade de leitura e de interpretação, uma das maneiras de ter acesso ao poder.

¹⁶ Balsdon (1968, p.44-5-45) relata que este tipo de punição foi utilizada com mais frequência durante e após a Guerra contra Jugurta, em fins do século II a.C., para os pressupostos casos de corrupção e ineficiência no campo de batalha, e pressuposto envolvimento com os inimigos.

¹⁷ Suetônio e Tácito descrevem Sejano mais como um instrumento a serviço de Tibério. Diferente da abordagem de sua trajetória política apresentada de forma mais detalhada por Dión Cássio em seus livros 57, 58 principalmente, e 59. O texto integral da obra de Dión Cássio está disponibilizado em tradução para o inglês no site: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/ [number]. Acessado em 20 de setembro de 2007.

A obra, desde os dois primeiros livros, possivelmente atingiu um considerável grau de divulgação, pelo menos na órbita imperial, pois, de outro modo não seria possível ter provocado a retaliação de Sejano contra o fabulista.

Segundo Cavallo (1998, p.76-86), a leitura era um ornamento dos segmentos tradicionalmente cultos em Roma, sendo fomentada em círculos aristocráticos. Entretanto, ao final do período republicano e principalmente ao início do Principado, a produção de obras, e conseqüentemente a leitura, se disseminou publicamente em resposta a uma demanda que visava de modo predominante produções para o entretenimento, e nesse “nicho de mercado” a ficção tinha um lugar de destaque.

A partir de considerações desse tipo, Solinas (FEDRO, 2005, p.XIX-XX) pôs em questão o fato de Sêneca ter ignorado a existência da produção literária de Fedro quando no ano 43 d.C. exortou a *Polybius*, liberto do imperador Cláudio que Wiedemann (2001, p.237) pressupõe tenha sido o seu *a studiis* - talvez um escritor de discursos -, a leitura de apólogos esopianos traduzidos para o latim, pois tal gênero seria inédito na península itálica (*Consolatio ad Polybium*, 8, 27).

Solinas (FEDRO, 2005, p.XX) cogita algumas possíveis motivações.

Entre os anos de 41 e 48 d.C., Sêneca esteve exilado na ilha da Córsega, segundo Ullmann (1996, p.11) acusado de adultério com Julia Livilla, irmã de Agripina, o que explicaria a sua “desatenção” quanto à produção literária da época.

Porém, no ano 41 d.C. Fedro já teria escrito ou principiado a escrever o terceiro de seus livros de fábulas.

Desse modo, a proposição não pode ser validada pelo período de exílio. Além deste aspecto, em determinado trecho de um dos seus trabalhos posteriores (*De Ira*, 2, 28, 8) escrito no ano 54 d.C., e interpretado por Pierre Maréchaux (PLUTARCO, 2003, p.113) como crítica ao governo de Calígula, Sêneca fez uso de uma locução com significado específico: “Os vícios alheios estão diante de nossos olhos, os nossos atrás de nossas costas”. Esta formulação pode ser considerada como análoga, quando não uma síntese, da fábula de Fedro denominada “Acerca dos vícios dos homens” (4.10), escrita ao início do governo de Cláudio mais de uma década antes.

Outro motivo alegado seria a precaução em não ofender a sensibilidade de personagens influentes na órbita imperial. Mas que pessoas seriam estas?

A conjectura também não se sustenta como a anteriormente exposta. No “Sobre a tranqüilidade da alma”, ou *Ad Serenum de tranquilate animi* (11, 11), escrito ainda durante o seu expatriamento, Sêneca utilizou-se de forma sintética da trajetória política de

Sejano e de sua posterior condenação pública para demonstrar que qualquer indivíduo, mesmo alguém extremamente poderoso como o foi o comandante da guarda pessoal de Tibério, estaria sujeito à imprevisibilidade da *Fortuna*. Pela alusão feita por Sêneca é possível deduzir que, se não estava presente em Roma durante os acontecimentos que resultaram na condenação do *praefectus praetorio*, pelo menos tinha conhecimento dos fatos ocorridos e nenhuma restrição em utilizar-se deles em sua argumentação modelar sobre o conceito estóico de *ataraxia*.

A *ataraxia* estóica, que pode ser interpretada como a pressuposta imperturbabilidade diante de quaisquer situações, baseava-se numa postura de compreensão reflexiva que deveria premeditar sobre possibilidades de atuação perante imprevistos. O objetivo seria corrigir ou evitar determinadas circunstâncias, e quando essa atitude não fosse provável aceitar as conseqüências.

A terceira cogitação seria a ignorância proposital em relação a um gênero literário considerado inferior, pelos seus padrões. Esta tende a ser a mais aceitável das formulações.

No próprio *Ad Serenum de tranquilate animi* (1, 7-8), Sêneca fez uma crítica ao “espetáculo de escravos... cuidadosamente vestidos e guarnecidos com ouro”. Quando iniciou sua argumentação por “o que eu amo” (1, 8), teria sugerido uma limitação ao que seria admissível pelos seus padrões: a um ex-escravo, nesse sentido, não se cogitaria a possibilidade de ser inserido entre os literatos latinos. E, pela pesquisa que realizamos, apenas Horácio, filho de um liberto, pode ser relacionado entre os autores relevantes de ascendência escrava no período Julio-Claudiano.

Entretanto, posteriormente, em uma das epístolas remetidas a Lucílio a partir do ano 62 d.C., Sêneca (Cartas a Lucílio, 5.47.1) recomendou que um “espírito formado e culto” não deveria menosprezar os escravos, porque estes seriam “companheiros de servidão”, sujeitos aos mesmos tipos de revezes. A imprevisibilidade continuou presente na sua concepção de vida, mas a forma de interação com indivíduos de outras categorias sociais, pelo menos em seus discursos, havia se transmutado. Os escravos não seriam inimigos naturais, mas tornados em inimigos pelo tratamento recebido. O respeito deveria ser o fundamento das relações, e não o medo. Não deveriam ser as atividades realizadas ou a condição social o critério principal no julgamento de um homem, mas sua conduta pessoal, sobre a qual teria livre arbítrio o que significaria ter também o escravo uma “alma de homem livre” das paixões sensoriais.

O paradoxo no silêncio de Sêneca em relação a Fedro nos foi dado por Havet (1895, p.147-148) em sua análise filológica. Havet utilizou-se exatamente das tragédias senequianas, denominadas na época de sua escritura também como *fabulae*, como parâmetro para a reconstituição métrica da obra fedriana.¹⁸

Mas o próprio comentário feito por Sêneca recomendando a leitura dos apólogos pode ser considerado como um indício dessa popularidade duradoura dos textos ficcionais entre os romanos.

Sobre o porquê do uso das fábulas esópicas conjecturamos que o argumento para Fedro viria da leitura de Horácio (Arte Poética, v. 131-135) o qual argumentou que uma matéria (um texto da tradição literária) que a todos pertencesse legitimamente poderia ser utilizado por qualquer um, contanto que o proponente a poeta evitasse o itinerário trivial de intérprete “servil” ou imitador atrelado a “economia da obra”.

Fedro (4. Prólogo, v.11-13) fez questão de ressaltar que se utilizou de Esopo como modelo, mas que “desnudou” muitas idéias que seu arquétipo teria omitido. Existia, portanto, um público ávido pelas ficções literárias e nenhum concorrente em um gênero não explorado em larga escala até então.

O terceiro livro, com dezenove fábulas, na interpretação de Solinas (FEDRO, 2005, p.XVII), provavelmente foi escrito durante o governo de Calígula por ser dedicado a Êutico – relatado por Suetônio (A vida dos Doze Césares, Calígula. 18) como “auriga” (corredor de quadrigas) da facção verde, a favorita do imperador, agraciado com vultosas somas. Fedro (4. Prólogo, v.49-50) pediu a intercessão do homenageado em seu favor, procurando assegurar que sempre fez uso de cautela para não enfocar casos específicos ou pessoais, e afirmou que seu objetivo geral seria apenas descrever a vida cotidiana e os hábitos das pessoas: “... pois nem eu tenho intenção de apontar indivíduos, mas sim mostrar a própria vida e costumes dos homens” - *Neque enim notare singulos mens est mihi,/ Verum ipsam vitam et mores hominum ostendere*, em Fedro.

No epílogo desse livro o fabulista adotou uma tônica de resignação e apresentou uma espécie de testamento a Êutico:

¹⁸ Pita (2006, p.29) se utilizou de excerto de Millares Carlo (1995, p.152) para argumentar que estas tragédias se constituíram no ponto fraco da produção senequiana: em sua totalidade compostas de temáticas gregas, voltadas apenas para a leitura e não para a encenação, seriam demasiado desprovidas do jogo de emoções e intrigas com relação às de Sófocles e Eurípides, que lhe teriam servido como modelos, tendo ainda o inconveniente de uma excessiva verbosidade. A obra a que se reporta é MILLARES CARLO, Augustin. **Historia de la Literatura Latina**. 4ª edição. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. Serie Breviarios, 33.

Supersunt mihi quae scribam, sed parco sciens, / primum ne videar esse tibi molestior, / distingit quem multarum rerum varietas; / dein siquis eadem forte conari velit, / habere ut possit aliquid operis residui: / quamvis materiae tanta abundet copia, / labori faber ut desit, non fabro labor. (v.1-7)

“Ainda tenho muito para escrever, mas penso poupar-me também para, acima de tudo, não ser molesto a ti. A variedade dos temas não tem limite. Logo mais, virá alguém para dar continuidade (a meu trabalho). Alias, é bom que lhe reste campo. Em todo caso, o material é tão farto que artista pode faltar, mas trabalho nunca.”

Porém, segundo a reflexão de Feracine (FEDRO, 2006, p. 31), algum acontecimento, que pode ter sido a revogação do seu exílio ou até o retorno a normalidade de sua vida, provocou a reconsideração na decisão de abandonar o seu *Cursum Litterarum*.

Na dedicatória ao poeta Particulão, no penúltimo livro (4. Prólogo, v. 1-3) que compreende vinte e cinco fábulas, estaria descrita esta mudança de perspectiva: “Estava decidido. Eu iria encerrar (a carreira de escritor) e deixar que outros dessem continuidade. Depois, no silêncio, vi que me enganara” – ou, conforme o texto latino, *Cum destinassem operis habere terminum, / in hoc, ut aliis esset materiae satis, / Consilium tacito corde damnaui (meum)*.

E o último de seus livros, o quinto com de dez fábulas e dedicado a Fileto, seria um indício de que teria começado a ser composto próximo de sua morte, segundo Fredouille (1972, p.187) ocorrida no ano de 50 d.C., durante o governo de Cláudio, fato que explicaria o número reduzido de fábulas em relação aos demais livros na análise de Spalding (1968, p.87).

Além desses livros, trinta e duas fábulas atribuídas a Fedro foram reunidas no que se constituiu como a *Appendix Perottina* que será discutido na apresentação dos manuscritos sobre as narrativas de Fedro.

Muitas das fábulas de Fedro têm uma “moral”, denominada como *promithium* quando as antecede, ou como *epimithium* quando segue ao final. Segundo a argumentação de Souza (ESOPO, 2002, p. XXXIII), que analisou fábulas esópicas, estas “morais” teriam sido acrescentadas por copistas durante o medievo.

Porém, podemos conjecturar que a função destas “morais” nas fábulas latinas seria similar à do coro nos textos eurípidianos,¹⁹ conforme a abordagem de Brandão

¹⁹ De acordo com a interpretação de Romilly (1998, p.111-118), Eurípides teria sido o primeiro dos autores gregos a representar o ser humano preso aos seus desejos, medos e paixões irracionais, expressados em “ardentes” embates retóricos pela racionalidade nos quais procurou demonstrar os possíveis efeitos dessa desrazão. A psicologia de seus personagens surge mais dinâmica, impulsiva, sem um ideal definido, jogando entre a “irreverência áspera” e o “drama satírico”.

(1996, p.59): intensificadoras de impressões contextuais e, até, a de porta-voz do poeta. O que constituiria mais um elemento da ascendência cultural grega em Fedro.

O princípio dos coros trágicos, que de acordo com Jaa Torrano (EURÍPIDES, 1995, p.17) representaria a perspectiva da *polis*, consistia no elogio ao comedimento e à cautela (*sophrosýne*) e na reprovação do que era demasiado, fosse o luxo (*kóros*), a desonesta prosperidade (*ádikos ólbos*) ou a excessiva riqueza (*plóitos*). Esses descomedimentos induziriam o mortal a uma transgressora confiança em si mesmo (*hýbris*) que trazia consigo a erronia (*áte*) e a ação cega que produziam a sua própria ruína (*ólethros*) por atrair a recusa dos Deuses (*Theôn phthónos*). O que distinguia o herói era o fato de colocar suas aspirações e desígnios acima da própria ruína e da possível morte, agindo também às cegas.

Relacionar as “morais” ao coro também remete a Horácio (*Arte Poética*, v. 193-197) que caracterizava este recurso como um ator que defenderia determinada posição, um meio de aconselhamento ao público. Este “aconselhamento” não deveria ser posicionado no meio da narrativa, talvez no prólogo ou no epílogo. Posicioná-los desse modo ora direcionaria, ora sintetizaria a interpretação da narrativa.

1.3 Os códices: uma possibilidade de leitura

Após a morte de Fedro, o poeta romano satírico Marcial (40-104 d.C.), ou *Marcus Valerius Martialis*, fez referência ao fabulista e às suas narrativas em um de seus livros de epigramas (3.20, v. 5). No texto latino²⁰ que faz críticas a um imitador dos “versos jocosos” de Fedro, o fabulista foi situado por Marcial entre os governos de Cláudio e Nero. A partir da descrição de Marcial principiou também a descaracterização das fábulas, que se antes podiam ser consideradas narrativas de teor crítico social, descontextualizadas teriam adquirido então um conteúdo burlesco.

Entretanto, seu coetâneo, Quintiliano, em seu tratado sobre os métodos a utilizar na educação romana, a *Institutio Oratoria* (1, 9), quando se refere à forma de ensino da gramática às crianças remete apenas às fábulas de Esopo:

²⁰ *Dic, Musa, quid agat Canius meus Rufus: / Utrumque chartis tradit ille uicturis. / Legenda temporum acta Claudianorum, / an quae Neroni falsus adstruit scriptor? / An aemulatur improbi iocos Phaedri?* [versos 1-5]. O texto foi extraído do site <http://www.thelatinlibrary.com/martial/mart3.shtml>, acessado em 20 de janeiro de 2008.

... Os gramáticos deverão... exercitar as crianças em idade em que ainda não são capazes de seguir as lições do retor. Aprenderão, então, a contar com estilo as **fábulas de Esopo**, que vêm **após as fábulas das amas**, e que conservam a mesma simplicidade: [1] **primeiramente será permitido romper o verso**, [2] depois ele será **interpretado com outras palavras**; e, então, [3] será **parafraseado com mais vigor, abreviando-o ou ampliando-o**, mas [4] **conservando, contudo, o sentido do poeta. Quem quer que suporte isto aprendendo o trabalho, difícil até para professores realizados, resistirá a qualquer trabalho.** [os grifos e enumerações são nossos] (VIEIRA, 1992, p.16)

A fábula esópica se instituiu pela forma de abordagem adotada por Quintiliano em um instrumento metodológico no aprendizado dos princípios da retórica. Adquiriu o caráter pedagógico que hodiernamente é recorrente nas análises.

A partir talvez desta perspectiva pedagógica de Quintiliano para as fábulas, na introdução da tradução livre em prosa feita por Luiz Feracine (FEDRO, 2006), foi construído para Fedro um perfil como educador influenciado por princípios filosóficos do Estoicismo e do Cinismo. Não esclarece qual indício o teria levado a pressupor que o fabulista latino tivesse alguma relação consistente com uma atividade educativa. Traços estoicos são identificáveis nas fábulas, como a proposta de orientar a conduta por princípios de equilíbrio. Porém, não é possível coligar as narrativas à ironia para com as convenções sociais, característica do Cinismo – as críticas são dirigidas principalmente a indivíduos transgressores das regras de convívio social não às regras em si.

O trabalho de Feracine teve o objetivo principal de popularizar a leitura das fábulas, pois, não menciona de qual edição se utilizou como referência.

Outro autor latino que ao remeter às fábulas acabou por contribuir para descaracterizar qualquer possível aspecto de crítica social foi Apuleio, *Lucius Apuleius*, nascido em Madaura no norte da África. Na mais conhecida de suas obras, os *Metamorphoseon Libri XI* ou “O Asno de Ouro” escrito no início do século II d.C., descreveu as fábulas como narrativas de “estilo milesiano” ou ainda como “contos de gente velha”, *narrationis anilis* que deveriam distrair e agradar os leitores (O Asno de Ouro, 1.1; 4.27).

Na obra de Bárbrio (1.106, v.20-21), fabulista grego do século II d.C., ocorre uma alusão ao nome *Phaidros*.²¹ Porém, não é possível afirmar que estivesse se referindo ao fabulista latino.

O poeta romano Flavio Aviano, que teria vivido entre os séculos II e III d.C., e que, na dedicatória de sua obra a uma personalidade denominada Teodósio, fez

²¹ O texto integral desta fábula na língua original para uma análise mais acurada está disponível no site <http://mythfolklore.net/aesopica/babrius/106.htm>. Acessado em 9 de julho de 2007.

referências a Bábrio e a Fedro possivelmente no sentido de estabelecer uma relação “genealógica” com estes autores:

... meu **guia** é **Esopo**, que segundo o conselho de Delfos, começava com **brincadeiras para fundamentar suas conclusões**. Devemos a ele **o modelo dessas fábulas...** que, sob amenidades banais, encerram todos os fundamentos do drama da vida. **Bábrio** retomou-as em **versos jâmbicos gregos** e as reuniu **em dois volumes**. **Fedro** igualmente tratou de uma parte delas, dividindo-as em **cinco pequenos livros**. De **minha parte**, trato de publicar, reunidas em **um só volume, quarenta e duas dessas fábulas esópicas** que tinham sido anteriormente traduzidas num latim sem elegância e que me empenhei em pôr **em versos elegíacos**. [Os grifos são nossos] A tradução de Samuel Pfromm Netto (FEDRO, 2001, p.12-13).

Aviano reiterou uma tradição que tinha Esopo como seu ponto de origem e modelo, assim como o aspecto dissimulador que teria a fábula, talvez baseado em Fedro. Foi a partir da descrição sobre a divisão de suas próprias fábulas, das de Fedro e de Bábrio que se definiu o parâmetro quanto à forma de organização das obras dos respectivos fabulistas.

Há que se questionar a tentativa de *damnatio memoriae*, de apagamento da memória de Fedro em escritores coetâneos e que produziram em gêneros literários próximos. Porém, sejam quais tenham sido as razões esse apagamento não foi efetivo porque entre os séculos V e XVI d.C., segundo Paratore (1983, p.554-555), suas composições teriam circulado de modo fragmentado pelo território da Europa. Incorporadas às obras de autores medievais ou na forma de coletâneas de paráfrases, como uma inglesa do final do século XII denominada *Anonymus Neveleti* e utilizada nas escolas aproximadamente até o século XVI²², que remetiam apenas a um pressuposto *Romulus* ou *Aesopus Latinus*, de acordo com Rostagni (1955, p. 297).

Quando da descoberta de um manuscrito contendo fábulas suas, no final do século XVI pelo humanista italiano Petrus Pithou (1539-1596), sua obra passou a ser utilizada como modelo por escritores como o francês Jean de La Fontaine (1621-1695) e o alemão Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781).

O texto atualmente considerado como o *corpus* fedriano, a partir da edição crítica de Havet (1895), foi reconstituído através de um prolongado trabalho filológico pela comparação dos vários códices existentes, pois nenhum deles comporta a integralidade dos livros de Fedro.

²² Para um estudo comparativo entre esta coletânea e as fábulas de Fedro é possível verificar o texto que está disponível no site <http://ccat.sas.upenn.edu/jod/texts/aesop.html>. Acessado em 16 de julho de 2007.

O *Codex Pithoeanus* (P) é um manuscrito datado como pertencente ao século IX, pelo estilo de escritura em uncial minúscula e sem separação entre os versos.²³ O humanista itálico Petrus Pithou o teria salvado do fogo ateadado pelos huguenotes na abadia de São Bento próxima ao rio Loire em 1562. Segundo Paratore (1983, p. 555), o texto do manuscrito foi utilizado por Pithou para elaborar a primeira edição impressa, *editio princeps*, em 1596, na cidade francesa de Troyes. Foi cedido posteriormente ao marquês Lepeletier de Rosambo. Em 1895, Uysse Robert publicou uma edição paleográfica a partir do manuscrito.

O *Codex Remensis* (R), descoberto pelo estudioso francês Sirmond em 1608, também seria do século IX. Encontrava-se na biblioteca dos beneditinos de Saint-Rémy, daí a sua denominação pela proveniência da cidade de Reims. O filólogo francês Nicolai Rigault, em 1617 e em 1630, teria efetuado colações parciais ao texto, as quais se acrescentaram a de Gude dans Burman, em 1698.²⁴ O manuscrito foi estudado também pelo monge beneditino Jacob C. Vincent ainda no século XVIII. Pela sua estrutura se pressupôs sua derivação da mesma fonte de P, um arquétipo X que seria cópia de outros manuscritos mais antigos. A sua destruição teria ocorrido durante um incêndio na biblioteca do mosteiro em 1774.

A *Charta Danieli* (D) é um fragmento do século IX ou X, proveniente do monastério beneditino de Fleury, que teria sido salvo por Pierre Daniel (1530-1603) da pilhagem dos calvinistas, passando a ser denominado então *Vetus Danielis Chartula*. Após a morte de Daniel foi passado a Paul Petau e renomeado como *Petaviensis Codex*. Teria sido vendido por seu irmão Alexandre para a rainha Cristina da Suécia, e depois cedido à custódia da Biblioteca do Vaticano. Sua existência e conteúdo foram revelados ao público apenas em 1831 pelo cardeal Angelo Mai, estudioso e elaborador dos *Fragmenta Vaticana* publicados a partir de 1821. Contém as fábulas de onze a treze, e dezessete a vinte e um do primeiro livro, derivadas de uma fonte diversa do códice P.

O ponto de conexão entre os três códices é o fato de terem sido preservados em bibliotecas de monastérios beneditinos após o termino do período carolíngio. Podemos

²³ De acordo com informe localizado por meio eletrônico, apenas nesse códice aparece a expressão *liberti Augusti* no título do manuscrito. O material consultado está disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/fedro.htm>. Acessado em 23 de dezembro de 2007.

²⁴ Para o entendimento da metodologia utilizada nas “colações”, *Collationis*, pode ser elucidativo citar a descrição elaborada por Bassetto (2001, p. 44-50). Dentro de uma abordagem de crítica intratextual, *schematic*, a primeira operação é a *recensio*, o recenseamento dos códices existentes para definir uma derivação ou “genealogia”; a seguir a *collatio codicum* que visa confrontar os códices para identificar inserções ou supressões de tópicos (*contaminatio*), erros e pontos críticos; e como última etapa a *emendatio* que objetiva efetuar adequações ao texto e que implica no conhecimento sobre o pressuposto autor, o gênero utilizado e o período de escritura. A partir da constatação de “pontos obscuros” é realizada uma operação crítica extratextual ou histórica.

cogitar um possível interesse da Igreja na conservação dos textos como repertório de *exempla* em uma estratégia de tônica moralizante

O trabalho de reconstituição ainda se baseou, além dos manuscritos relatados, na existência de coleções que contém algumas fábulas, assim como paráfrases.

O denominado *Codex Neapolitanus* (N) foi autografado pelo italiano Nicolau Perotti (1430-1480), estudioso humanista e na época bispo da diocese de Manfredônia, entre os anos de 1465 e 1470. Perotti teria selecionado fábulas esópicas atribuídas a Aviano, e acrescentado a estas trinta e duas outras, até então dispersas, porém, arrojadas a Fedro que formaram a denominada *Appendix Perottina*.

Pela dedicatória, exposta na primeira página do *Codex Neapolitanus* (ROSTAGNI, 1955, p.298), deduziu-se que essa coletânea em volume único teria sido elaborada para presentear seu sobrinho Pirro com a função de “edificar” os costumes do adolescente. Desaparecida, a coletânea foi posteriormente reencontrada em Nápoles muito danificada pela umidade o que dificultou sua legibilidade.

O *Codex Vaticanus Urbinas 368* (V) é um manuscrito anterior a 1517, possivelmente copiado do códice N, e que foi dedicado ao juiz Leone Dorez então governante (*duce*) da cidade de Urbino. Permaneceu no esquecimento até sua descoberta no início do século XVIII. É pouco legível em alguns pontos e encontra-se na biblioteca do Vaticano.

Apesar de a maior parte das fábulas terem sido truncadas – Perotti teria sistematicamente omitido as “morais” das fábulas -, a validade de N e V está no fato de conterem diversas narrativas que não constam nos códices P e R. Perotti não relatou quais teriam sido as suas fontes. Entretanto, Brenot (PHÉDRE, 1961, p. XII) discute a possibilidade de que o membro do clero italiano tivesse acesso a manuscritos nos quais a estrutura das fábulas de Fedro, em cinco livros, estivesse completa e deles tenha extraído a sua *Appendix*.

A conjectura de Brenot pode ser validada se considerarmos sua trajetória. Perotti foi citado em estudo de Ginzburg (1989, p.120), a partir de sua designação como secretário de Bessarion na década de 1440. Basilius Bessarion foi um ex-patriarca da Igreja Ortodoxa Grega, entronizado como cardeal da Igreja Católica Apostólica Romana, em 1439, na tentativa de minimizar a cisão entre as duas instituições cristãs (p.31).

Perotti iniciou seus estudos na Universidade de Pádua em 1444, e se tornou secretário do cardeal Bessarion logo depois em 1447. Na seqüência lecionou na universidade de Bolonha, entre 1451 e 1453, onde produziu o primeiro de uma série de diversos trabalhos de tradução e interpretação sobre fontes gregas e latinas, *De generibus metrorum* (1453).

Sua carreira eclesiástica foi meteórica a partir de então: Secretariou o Papado em 1455, foi ordenado bispo em 1456, e arcebispo em 1458. Dedicou-se depois a publicação de suas obras como o *De Horatii et Boethii metris*, a tradução dos *Epigrammaton* de Marcial em 1470, e a *Rudimenta Grammatices* em 1473, ainda em uso nas escolas italianas no início do século XX. Porém, seu trabalho maior trabalho foi *Cornu copiae: seu linguae latinae commentarii* de 1478, dedicado ao *condottiere* Federico da Montefelto e considerado na época como a mais extensa enciclopédia sobre o mundo clássico. Durante todo este período contribuiu coletando material para a biblioteca papal.²⁵

Poderíamos conjecturar que apenas a ascensão gradativa de Perotti na hierarquia clerical teria tornado possível o seu contato com fontes de informação de acesso restrito. Contudo, o fato de ter coletado livros para o acervo do Papado também lhe teria permitido acessar, assim como fazer a triagem e o possível descarte de uma quantidade significativa de eventuais fontes.

Os filólogos que se empenharam em validar a autoria desta *Appendix*, entretanto, não cogitaram a possibilidade de ser constituído pelas fábulas censuradas, e, neste sentido, pertencente ao segundo ou ao terceiro livros de Fedro, reduzidos quantitativamente em relação aos demais.

Entre as coletâneas, a de Dijon e a de Wissemburg, esta composta de sessenta e três narrativas, foram escritas em prosa durante a Idade Média, e se constituem de paráfrases das fábulas de Fedro.

A coletânea *Romulus Diuionensis* contém oitenta fábulas latinas em prosa, distribuídas em quatorze livros. É denominada como manuscrito *Gudianus* porque foi descoberta pelo humanista Gudius no século XV, tendo sido estudada por Georg Thiele em 1910. As mesmas fábulas com pequenas variações são encontradas na *Romulus Ulmensis*, impressa na cidade de Ulms entre 1476 e 1484.

Em 1709, J.J. Nilant publicou a *Fabulae antiquae Nilantii* composta de sessenta e sete fábulas em prosa, quinze destas inéditas até então. Teria publicado também outra coletânea, a *Romulus Nilantii*, com mais quarenta e cinco fábulas em prosa. Ambas as coletâneas se teriam baseado no manuscrito de Ademar de Chabanne, o *Codex Ademari Cabannensis*, encontrado na cidade de Leyde.

²⁵ As informações utilizadas para esta sucinta perspectiva biográfica estão disponíveis nos seguintes sites: Niccolò Perotti, In: http://en.wikipedia.org/wiki/Niccol%C3%B2_Perotti; e Bibliographical Aid to the Study of Renaissance Latin Texts, In: <http://www.let.ru.nl/~m.v.d.poel/Bibliographical%20Aid.htm>. Acessados em 23 de dezembro de 2007.

E ainda a *Romulus Bibliothecae Regiae* editada por Ulysse Robert no final do século XIX, contendo diversas fábulas de Fedro e algumas de Aviano.

O texto da edição crítica de Havet (1895), segundo a sua argumentação, seria fidedigno ao códice R, com o acréscimo da *Appendix Perottina*. Brenot (PHÉDRE, 1961, p.XII-XVI) explana o método de crítica filológica utilizado por Havet para identificar omissões e incoerências dos copistas e, a partir delas, indiciar ausências nos manuscritos, reconstituir o texto e definir sua autoria: primeiro, atentou para a grafia das palavras nos manuscritos, pois, durante o século IX foi efetuada a “reforma ortográfica carolíngia”, no reinado de Carlos Magno, que teve implicações sobre o trabalho dos copistas; depois, utilizou a estrutura métrica descrita por Fedro na elaboração de suas fábulas para identificar as possíveis “lacunas”; e a seguir, procurou corrigir estas “lacunas” através do contraste entre os métodos de “conjectura”, substituição simples, e de “semi-conjectura”, reconstituição contextual.

Apesar da atenção à metodologia aplicada por Havet, Brenot (PHÉDRE, 1961) utilizou o códice P como texto-base, com algumas considerações a partir das coletâneas D e V. O trabalho de Brenot serviu de fundamento para o de Gonçalves (1957), adaptado a funções didáticas. O de Solinas (FEDRO, 2005) é proveniente de interpretações críticas dos códices R e N. Todavia, a tradução dos trechos se apóia na edição de Gonçalves com algumas alterações quanto ao vocabulário e a sintaxe, utilizados na época de sua publicação.

1.4 As fábulas como recurso retórico

De acordo com o estudo introdutório de Solinas (FEDRO, 2005, p. VI-IX), a estrutura da fábula ter-se-ia originado a partir das pequenas composições denominadas como “testes de sapiência”, uma “literatura sapiencial” presente na tradição do antigo Oriente, mais especificamente na região da Mesopotâmia, desde o início do século XXI a.C.²⁶ A transmissão cultural dessas narrativas, reconstituída cronologicamente através de fragmentos encontrados em escrita cuneiforme, teria ocorrido de uma língua para outra, do sumério para o acadiano, depois para o assírio até o aramaico.

Quando esse fenômeno alcançou o Egito teria influenciado a cultura hebraica, deixando vestígios no Eclesiastes, nos Provérbios de Salomão, e no Livro dos

²⁶ Segundo a explanação de Mary de Camargo Neves Lafer (HESÍODO, 2002, p.15), o mais antigo texto conhecido desse tipo de “literatura sapiencial” é um poema sumério de 285 versos escrito aproximadamente em 2500 a.C. denominado “Instruções de Suruppak”, um sábio, para seu filho.

Juízes, que relata a história de Israel entre a morte de Josué e o governo de Samuel e que intercala no texto relatos e apólogos, como na “Parábola das Árvores” (A Bíblia Sagrada, Juízes 9: 8-15). A diferença fundamental seria que, até então, as narrativas elaboradas se utilizavam do tempo verbal no passado e da metáfora, enquanto os provérbios passam a fazer uso do tempo no presente e na forma imperativa.

O uso simbólico da narrativa de cunho ficcional teria como precursor na Grécia o poeta Hesíodo, autor de *O trabalho e os dias*, que a denominava como *ainos*, um discurso por semelhança – a expressão deriva do verbo grego *ainein* que significa comparar.

Depois, o tragediógrafo Ésquilo se utilizou do termo *mythos*, no sentido de uma narrativa de teor alegórico, expressão que aparece em Heródoto (História, 2.134) relacionada à atividade de Esopo, como descrevemos em nota anterior.

Segundo Werner (1999, p.39), Platão teria utilizado a expressão de maneira depreciativa em seu diálogo intitulado *Górgias: mythos graós* para referir-se às narrativas que as amas utilizavam para divertir e assustar as crianças. Em outras obras suas o sentido pejorativo teria permanecido e contribuído para desvalorização do termo.

O comediógrafo Aristófanes fez uso do termo *lógos* em suas peças para designar o aspecto semântico da história narrada – o seu conteúdo argumentativo. Esta expressão aparece alternada com *mythos* no texto bilíngüe sobre as fábulas esópicas de Manuel Aveleza de Souza (ESOPO, 2002).

Todavia, conforme Solinas (Fedro, 2005, p. IX), teria sido Arquíloco o difusor do uso alegórico da narrativa, transmitido através de suas obras para outros autores.

Quanto à etimologia da palavra latina *fabula* que significa discurso ou relato deriva da raiz sânscrita *bha* - da qual surgiram os vocábulos *bhas*, dizer ou gritar, e *bhasa*, palavra. Essa raiz na língua grega originou os termos *pha(e)mi*, dizer; *phásis*, palavra; e *phéme*, fama ou renome. No latim a mesma raiz se encontra na formação de palavras como *factum*, oráculo ou destino; *fari*, falar; *fas*, algo em acordo com o que é justo; e *infans*, aquele que não sabe ainda falar, conforme as interpretações de Jose Maria Nieto Ibañez (ESOPO Y BABRIO, 1994, p.18) e Pilar Guibelalde (ESOPO Y FEDRO, 1956, p.7).

Poderíamos também explorar as ramificações orientais da fábula como o fizeram Coppola (2001, p.58) e Stella (1971, p.180-181).

As primeiras fábulas indianas faziam parte dos Vedas, preceitos religiosos transmitidos pela tradição oral, e datariam do século XX a.C. Nessas narrativas o mar, os rios e as plantas se tornam seres animados que ganham voz. A fábula teria sido a maneira mais

utilizada para a transmissão de conhecimento através de enigmas pelos antigos *rishis*, sacerdotes que se baseavam em repertórios como o *Rig-Veda*.

Quando a tradição oral foi fixada, pela escrita sânscrita por volta do século X a.C., novos personagens, animais com caracterizações humanas, foram incorporados em textos como o *Chandogya-Upanishad* e o *Mahâbhârata* do século IV a.C.

A disseminação dos princípios budistas a partir do século VI a.C., preceitos que visariam mostrar aos neófitos como atingir o Nirvana - a libertação das contingências existenciais pela meditação – e que foram registrados em livros pelos discípulos, originou na Índia uma nova vertente literária baseada também na fábula.

A doutrina budista dividida em três aspectos que tratam, respectivamente, da disciplina, *Vinaya*; dos dogmas, *Dharma*; e das questões metafísicas, *Abhidharma*, foi exposta muitas vezes através de fábulas nas quais os personagens eram animais: As *Jatakas*, histórias de nascimentos; o *Pañchatantra*, o “livro das cinco séries”, um tratado de moral prática, e o *Hitopadexa* sua derivação, contêm cada um quase quinhentas narrativas.

Ainda, nesse sentido exploratório, caberia a análise da utilização que se fez da fábula para a explicação de questões sociais mais amplas em autores como Bernard de Mandeville (1670-1733) que publicou em 1714 um livro denominado “A fábula das Abelhas”. Na obra ocorre uma tentativa de conciliação entre a perspectiva “pessimista” de Hobbes, na qual a sociedade limitaria as atitudes egoístas dos indivíduos, e a dos teóricos liberais, pois, estes interesses ou vícios privados seriam o fator de impulso das atividades sociais e do “progresso” alcançado (PAIM, 2008, p.51)

Entretanto, estudar de forma crítica e sistemática as ramificações do gênero fabulístico nos conduziria para além do universo que analisaremos nessa dissertação.

Desse modo, procuraremos neste trabalho aglutinar as três conceituações gregas que, conforme Nøjgaard (1964, p.129), constituem a primeira condição para possibilitar uma análise semântico-literária e histórica: a fábula no nosso enfoque se constitui como um discurso alegórico que busca suscitar um sentido contextual nem sempre definível.

1.5 Liberto não queria dizer livre

Horácio (Arte Poética, v-38-41) recomendou a quem fosse escrever que deveria escolher matéria à altura das próprias forças e ponderar demoradamente sobre o que poderia ou não suportar. Se a escolha do assunto fosse feita com base nas possibilidades de cada um a coerência e a eloquência sempre estariam presentes.

Um liberto como Fedro que considerasse a manumissão como ritual de passagem entre dois estatutos jurídicos talvez inferisse que poderia escrever sobre quaisquer assuntos entre ambas as posições.

Em um trecho do *De Officiis* (1, 150-151), analisado por Parziale (1992, p.75), Cícero procurou definir quais seriam as profissões indignas e quais as respeitáveis para um cidadão romano, o que talvez Fedro considerasse ser: as primeiras serviriam apenas para a satisfação dos prazeres; as últimas, por exigirem “maior força intelectual” seriam as fontes dos maiores benefícios para o gênero humano.

Neste sentido, podemos também explorar a concepção de Aristóteles (Política, 7.13, 1333a) o qual considerava que as tarefas empreendidas, mesmo as servis, poderiam ser executadas de maneira digna, pois, o que as fazia diferir não seriam suas características intrínsecas, mas o objetivo a que se propunham.

Ponderada a partir de seu aspecto utilitário a elaboração de fábulas poderia ser interpretada como uma atividade “respeitável” ou que angariasse respeito.

Em uma leitura inicial das fábulas, pelas referências do autor dispersas nos livros primeiro, e, principalmente, segundo, é possível ser induzido à consideração de que as noções expressas pelo fabulista caracterizariam o que Baibich (2001, p.103-116) conceituou, em seu estudo sobre o que seria a característica predominante da literatura elaborada por judeus em contextos anti-semíticos, como “auto-ódio”.

O fabulista latino de origem helênica introduziu um breve comentário no apêndice (*Appendix*. 28, v. 2-4) - cuja maioria das narrativas, cogitamos, fariam parte do ínfimo segundo livro em relação aos demais -, que ressoa como uma crítica incisiva: (*Graeci loquaces quem dixerunt castorem / et indiderunt bestiae nomen dei, / illi qui iactant se uerborum copia*)

Os loquazes gregos (*Graeci loquaces*), na perspectiva apresentada por Fedro, que se vangloriavam de sua copiosa verbosidade (*uerborum copia*) foram incapazes de elaborar expressões novas e nomearam a um animal como o nome de um deus (*indiderunt bestiae nomen dei*): o Castor. Talvez, este comentário fosse uma forma de pilhéria que circularia nos tempos do Principado. Talvez fosse a crítica a uma das características que distingue a língua latina da grega: a primeira sintética e de conteúdo vocabular ligado a sentidos concretos; a segunda analítica e flexional, voltada a exposição de conceitos abstratos. De qualquer modo, soa contraditório que um helênico se referisse dessa maneira aos seus congêneres.

Outro possível ponto de tensão pode ter ocorrido quando o fabulista fez um apelo aos seus pretensos leitores romanos (2. Epílogo, v-8-9): *Quodsi labori fauerit Latium meo, / plures habebit quos opponat Graeciae*. (HAVET, 1985, p. 44)

Na sua narrativa, se os habitantes do Lácio favorecessem seu trabalho (... *si labori fauerit Latium*) mais (escritores) teriam para opor a Grécia (*plures habebit quos opponat Graeciae*). O “*si*” definiria uma condição que faz-nos inferir sobre uma possível resistência ou o cerceamento às suas narrativas.

Quanto ao “auto-ódio” que pode ser caracterizado como um estado de permanente frustração seria resultante da tentativa de assimilar e se identificar com pensamentos, valores e atitudes dominantes, mas exógenos, em determinado contexto. As representações construídas pelo grupo dos detentores de poder definiriam um “modelo” para o qual os outros segmentos sociais tentariam se orientar no sentido de inserirem-se e participar do exercício de poder, partilhando de posições e *status* em níveis variados. Na tentativa de se aproximar do paradigma social estabelecido e sair de uma “incomoda posição” de singularidade, o indivíduo, ou o segmento social ao qual pertence, institui uma dependência com as concepções exógenas, perde a própria autonomia, e tende a considerar legítimo um preconceito contra o que seu segmento representaria e contra as características que com este possa ter em comum.

Embora Baibichi (2001, p.123) suscite a possibilidade de esse posicionamento poder ser articulado de modo consciente como uma estratégia de sobrevivência social caracterizada pela adaptabilidade e flexibilidade contextuais, entretanto, essa categorização “permanente” aplicada a Fedro se desarticula e perde seu potencial operativo a partir de alusões no livro terceiro, mais identificáveis com o que Bresciani e Naxara (2004, p.11-13) conceituaram como “ressentimento”.

Fedro relatou (3. prólogo, v. 33-37) que a escravidão seria a origem do gênero poético dos apólogos, utilizado para fazer arguta ironia através das breves narrativas, para ousar através de divertidas ficções (*fictis iocis*) dizer o que de outra maneira seria inviável: *Nunc, fabularum cur sit inuentum genus, / breui docebo. Seruitus obnoxia, / quia quae uolebat non audebat dicere, / affectus proprios in fabellas transtulit, / calumniamque fictis elusit iocis*. [grifo nosso]

O fabulista ao reportar a *Seruitus* como origem do gênero fabulístico (*fabularum inuentum genus*) reiterou uma tradição que a partir do relato de Heródoto atribuiu a Esopo a “paternidade”, ou, de modo mais adequado, a “exclusividade” sobre o gênero, e também deixou implícito que, se fez uso de um discurso de escravos, considerava-se escravo.

Mais adiante no mesmo prólogo, nos versos 54-55, Fedro explicita também a sua origem: *Ego, litteratae qui sum proprior Graeciae, / cur somno inerti deseram patriae decus?...* – “Eu, que sou mais próximo da literata Grécia, por que deveria procurar um motivo de orgulho para a minha Pátria, a Trácia (se já havia Lino e Orfeu)?”.

Nesse caso, a noção de “ressentimento” se aplica de modo mais característico ao indivíduo que, coagido e consciente de sua impotência diante de condições sociais específicas em um contexto, recalca sua agressividade, evitando a princípio exteriorizá-la para conseguir inserir-se socialmente. Procura mediar sua “marginalização”, alvo de discriminação e de condenação, pela aceitação superficial das limitações impostas. Todavia, a tensão, que seria inerente a essa dinâmica, tende a manifestar-se na recusa ao esquecimento de uma “memória intestinal” que se expressaria através da linguagem, considerada como resistência simbólica e forma de afirmação da própria condição.

Neste aspecto, compartilhamos da leitura feita por Faversoni (1996, p.251) que contestou a interpretação formulada por Paul-Marie Veyne segundo a qual a ruptura espacial do escravo com seu local de origem, pressuposta de maneira análoga ao negro norte-americano com relação à África, ocasionaria o inevitável apagamento das lembranças de seu passado, e o tornaria em átomo social, despersonalizado e atrelado de modo inerte a uma nova forma de vida.

A partir de um enfoque direcionado do *Satyricon* de Petrônio²⁷ no qual enfatizara a perspectiva da elite romana, Veyne teria silenciado quanto às possíveis estratégias de afirmação ou de resistência cultural, indiciáveis através de peculiaridades e permanências nas formas como indivíduos ou segmentos conduzidos à escravidão procuraram se expressar. Libertos em ascensão ou em destaque na sociedade romana seriam considerados apenas como *obscura propago*, um caricato prolongamento das “classes superiores” (p.246).

Ao início de sua obra, Fedro, talvez devido a sua experiência pessoal na *familia Caesaris*, teria absorvido do sistema ideológico dominante estratégias de “enraizamento” social, e não teria refletido sobre a sua condição legal como uma limitação, mas como uma possibilidade para a produção de sua escritura e para acesso a uma posição mais renomada. Entretanto, as repercussões advindas de escrever sobre fatos vivenciados ou percebidos teriam feito o fabulista reconsiderar suas potencialidades sociais.

²⁷ O trabalho de Veyne ao qual Faversoni fez a crítica é *Vie de Trimalchion* publicado na revista *Annales* (v.16, nº 2, p. 213-247) em 1962. Entretanto, a mesma interpretação ocorre em trabalho posterior do historiador francês (VEYNE, 1993, p.12).

Focalizado a partir de um plano mais amplo, Fedro teria desconsiderado ou não percebido o que Galvão (2004, p.324) definiu como a “fórmula do sucesso” no contexto político do Principado: a arte de reprimir e dissimular os próprios sentimentos e criar uma imagem, mesmo que aparente, de respeito ao ideário cultural, uma estratégia de se tornar indistinguível na sociedade.

Porém, esta “chave” para a sobrevivência social já havia sido exposta por Horácio em uma de suas obras (Sátiras, 2.5, 1993, v-58), considerada como um complemento satírico à “Odisséia” de Homero em relação à volta de Ulisses a Ítaca: “Prudência é não mostrar na face o gosto”.

2 A DINÂMICA SOCIAL DO PRINCIPADO

A discussão que propomos sobre uma questão controversa como demonstrou ser o conceito de *populus*, entre gregos e romanos, perpassa este capítulo constituindo seu eixo temático. *Populus* que foi descrito de modo paradoxal tanto como o fundamento da legitimidade do poder político quanto como o maior obstáculo à administração equilibrada de uma sociedade.

Nas fábulas fedrianas que selecionamos para análise a tônica tende a oscilar em uma faixa muito estreita: entre um discurso de aparente alienação ou de evasão em relação às disputas políticas, e um de pressuposto engajamento social pela submissão voluntária.

Todavia, para analisar as perspectivas sobre o papel e a possível participação de segmentos pressupostamente excluídos da condução cotidiana do mundo romano, iniciaremos enfocando as argumentações utilizadas pelos escritores coetâneos para definir os sentidos plausíveis de uma conceituação de participação popular na sociedade de Roma.

Na abordagem que procuramos elaborar o ordenamento social não se resume somente a uma descrição do relacionamento entre seus segmentos internos e os respectivos posicionamentos assumidos. A sua constituição política, assim como a intrincada rede de afinidades configurada pelas práticas e que perpassa todas as dimensões da tessitura social, nos são também essenciais na análise contextual que empreendemos. Nesse sentido, discutiremos as conseqüências de medidas implementadas por Otaviano que resultaram a instauração do Principado, regime político que permeou o período da história romana em questão.

Para completar a elaboração de um cenário no qual os diversos segmentos dessa população interagiam quotidianamente, aproximando ainda mais o foco, consideramos também necessária a descrição do espaço, a capital do mundo romano, uma metrópole sobre a qual incidiram manifestações contraditórias de sentimentos, expressas nas obras literárias.

Desse modo, em círculos concêntricos sucessivos procuramos delimitar uma arena de embates para análise das possíveis perspectivas de participação popular expostas nas fábulas: uma sociedade em expansão; um regime político em formação pela concentração de poderes; uma cidade de contrastes e a dinâmica de um modo de vida paliativo para mitigar tensões.

2.1 A sociedade romana seria em tese participativa

A paulatina transformação de Roma, na interpretação de Gaudemet (1988, p.27), significou o que o autor categoriza como um “milagre”. A partir de uma aldeia incrustada em um solo pobre, entre colinas de tufo e terrenos pantanosos, montanhas rudes e uma costa sem relevo, e que estava cercada de adversários de inegável qualidade bélica, se constituiu o núcleo e a matriz de um dos mais poderosos impérios seculares, representação de um caso singular de êxito que se espalhou para além do político e continua enraizado na cultura contemporânea. Discorrer sobre tal questão seria uma redundância.

Roma e *imperium*, vocábulos herdados dos etruscos, são expressões quase indissociáveis quando se discutem questões de poder em termos históricos: cada uma tende a remeter a outra como em um intrincado jogo de espelhos, numa demonstração aparentemente irrefutável de um poder absoluto, ilimitado.

Entretanto, apesar de a história romana da forma como se encontra ordenada ser uma evocação constante aos seus líderes políticos – primeiro a figura dos reis, depois a atuação dos cônsules e demais magistrados republicanos, e por último a dos imperadores -, podemos considerar que a sociedade se teria fundamentado em tese no assentimento coletivo a um ordenamento legal que visaria à proficuidade comunitária, a partir da época em que adquiriu expressão no mundo mediterrâneo.

Nesse sentido, algo como um conceito romano de cidadania, a *ciuitas*, a partir de indícios nas expressões literárias da cultura deste agrupamento humano, estaria intrinsecamente mais atrelado a obediência às leis e normas da cidade, da *Urbis*, do que em um “bem comum” arrogado numa pressuposta concepção teórica sobre a organização política nas cidades-estado gregas.

Porém, antes de fazermos o contraste entre os conceitos de cidadão a partir das idéias expressas por gregos e romanos, recorreremos a distinção de Purcell (2003, p.644) entre as expressões *populus Romanus* e *plebs urbana*: a primeira designava a soma de todos os cidadãos romanos independente de seu *status* censitário; a segunda compreendia os cidadãos residentes na cidade, excluídos os escravos e estrangeiros, e que não pertencessem as ordens senatorial ou equestre.

Populus tornou-se um termo evocado de modo recorrente, e em um argumento para a legitimidade do sistema jurídico,²⁸ pelo fato de que teria assentido na

²⁸ Como estaria expressa na antiga fórmula *populus senatusque* que, de acordo com López Barja (1993, p.194; 196), foi sendo gradativamente invertida no processo de *adsignatio agrorum* no ato de divisão das terras

elaboração das leis, e, simultaneamente, deveria submeter-se aos princípios que disciplinariam e ordenariam à convivência social.

Esta concepção foi expressa por Cícero em uma de suas obras (Da República, 1, 25-26): não qualquer congregação de homens, mas a que se fundamentava “no consentimento jurídico e na utilidade comum”, pois apenas a sociabilidade inata não legitimaria tal reunião. Esta “sociedade” entre os indivíduos, para manter continuidade, deveria ser gerida por uma autoridade inteligente apoiada “sobre o princípio que presidiu à formação do Estado”.

Podemos considerar este *populus* como uma abstração jurídica porque se segmentava em efetivos desiguais, condicionados pelo montante de recursos disponíveis a cada um, pela origem étnica (*gens*) e pelo local de domicílio (*tribu*). Não é possível afirmar que esta segmentação social tenha sido elaborada com o intuito específico de limitar o acesso a determinadas funções e prerrogativas políticas, mas, devido às regras de votação censitária, submeteram as assembleias “populares” à preponderância da aristocracia, e muito contribuíram para que os cargos de maior autoridade fossem monopolizados, reforçando a hegemonia.

Em contraposição o cidadão da *pólis* grega, o *polites*, estaria aglutinado em um grupo menos diferenciado de indivíduos, a *ecclesia*, no qual cada um dos integrantes dessas sociedades teria um peso mais proporcional nas decisões coletivas, segundo abordagens como a de Gaudemet (1988, p.29).

O contraste de Gaudemet que parte da hipótese de uma fundamentação diferenciada para as comunidades grega e romana é uma conjectura que encontra argumentos tanto no texto de Cícero como em obras gregas como a *Política* de Aristóteles.

Aristóteles (*Política*, 1.1) declarou que a cidade seria uma comunidade formada por indivíduos que agiriam visando certos bens, ou objetivos específicos (1252a). Estes indivíduos seriam gregários “por natureza”, e, desse modo, qualquer um que não fosse capaz de integrar-se na comunidade, ou que fosse auto-suficiente a ponto de não necessitar fazê-lo, seria qualificado como um animal selvagem ou um deus (1253a).

Entretanto, a tensão dessa concepção idealizada que induziria a crer que a *pólis* grega, talvez sugerindo como arquétipo a Atenas durante o governo de Péricles e sem

públicas, do *ager publicus*. O magistrado empossado pelo *Senatus* efetivava a ação e posteriormente era ratificada pelo *populus* mediante uma *lex rogata*. A inversão sintática teria introjetado uma transformação semântica. O *populus* não mais deliberaria antes da ação, apenas a ratificaria.

considerar outros fatores que perpassam a existência comunitária, fosse uma comunidade mais igualitária pode ser contestada tendo como base o próprio texto aristotélico.

A desqualificação efetuada por Aristóteles dos não-inclusos na comunidade como animais selvagens ou deuses (Política, 1.1, 1253a) determinou um parâmetro social por silogismo do que seria um cidadão. Como estes indivíduos excluídos, ou que se excluíram da vida coletiva, não poderiam ser divinos, somente poderiam ser categorizados como selvagens – estabelece-se então uma assimetria.

Porém, a cisão não se restringiria a esse aspecto.

Dentro de um ordenamento considerado como “natural”, a cidade deveria ter necessariamente a precedência sobre as famílias e sobre cada um dos indivíduos, primazia que seria fundamentada na aplicação da “justiça”, um sistema de leis, e que asseguraria a ordem na sociedade ao determinar o que seria lícito ou não (1.1, 1253a). Assim como, pelo fato de ser composta de uma pluralidade de indivíduos nomeadamente distintos, a cidade deveria ter como dispositivo de autopreservação uma “igualdade qualificada” (2.1, 1261b), a partir de determinados atributos destes indivíduos.

Todavia, retornemos a conceituação do *populus* na política romana a partir de autores do final do período republicano para demonstrar que esta foi sofrendo uma gradativa transformação no seu enfoque.

Um indício deste fato podemos constatar através de duas das obras remanescentes da produção de Salústio (86-35 a.C.), ou *Gaius Sallustius Crispus*. De acordo com Harvey (1998, p.452), eleito Tribuno da Plebe (52 a.C.), Salústio teria sido envolvido em intrigas, hostilizado e expulso de sua magistratura pelo Senado. Participante ativo da política de teor populista de Júlio César que lhe ofereceu a pretura (49 a.C.), e subsequentemente o governo da província da Numídia, no norte da África, o autor da *Bellum Catilinae* (Guerra de Catilina) e da *Bellum Jugurthinum* (Guerra Jugurtina) descreveu o *populus Romanus* (o povo Romano) em papéis que se não podem ser considerados excludentes, tenderiam a criar certa tensão entre eles, se não fosse possível relacioná-los a momentos distintos de sua biografia.

Na *Guerra Jugurtina*, escrita ou formulada talvez ainda sob o espectro de sua ação tribunícia, *populus* é uma expressão recorrente para Salústio - ocorre 62 vezes no texto latino -, e que visaria legitimar a ação retaliatória de Roma. Efetivada entre os anos de 111 e 106 a.C., por Sila sob ordens do ditador Mário, a guerra contra Jugurta²⁹, governante de

²⁹ Jugurta que era neto do antigo rei Masinissa, e que foi designado como o tutor de seus primos definidos como os herdeiros legais, assumiu o trono por meio de uma política de artifícios e procurou mantê-lo pelo favorecimento e suborno a suscetíveis magistrados romanos.

um protetorado romano no norte da África, teria sido uma ação política, segundo a forma expositiva de Salústio, conjecturamos, com a anuência popular como o deveriam ser quaisquer atos públicos desse caráter.

Em sua obra seguinte, a *Guerra de Catilina*, porém, o *populus* teria adquirido para o autor o atributo de um aglomerado amorfo de pessoas com costumes gradativamente corrompidos pelo excesso de liberdade, de luxo e de recursos que afluíram para Roma após as vitórias sobre Cartago e os reinos helênicos. Uma ânsia crescente, segundo Salústio mescla de ambição e avaréza, fazia com que este *populus* se dispusesse a seguir quem mais ofertasse ou promettesse oferecer, cidadãos influentes como Lúcio Catilina que ganhara amplitude política após a ditadura de Sila. O segmento social que antes fundamentava as ações políticas tornara-se desse modo um obstáculo ao equilíbrio nas relações sociais. O uso da expressão *populus* por Salústio pode ser um indício nessa argumentação, pois ocorre apenas uma dezena de vezes no texto. Teria sido esta conceituação elaborada a partir da sua experiência como governador da Numídia?

A perspectiva em relação ao *populus* se altera. Porém, em ambos os textos, o que mais transparece é a ação inconseqüente de uma atividade política, de um serviço público, podemos de modo pertinente argumentar, corrompido, atrelado a favorecimentos e subornos das mais diversas formas que, de modo simultâneo, exauria e servia de parâmetro de comportamento aos demais segmentos da sociedade romana.

Se para Cícero no “Da República” o *populus*, como anteriormente argumentamos, constituía-se num argumento utilizado para legitimar a instituição jurídica da República romana, outros papéis também podem ser suscitados com base no seu texto.

A sua função política primordial deveria ser a de “arbitro das leis..., da vida e da fortuna de todos e de cada um”. Deveria, mas que, de fato, não o seria, pois, encontrava-se prisioneiro de sua “excessiva liberdade” que o tornava “covarde e débil” (Da República, 1, 32), na participação em questões coletivas, e diante de políticos demagógicos, que lhes oferecesse a continuidade ou ampliação dessa liberdade particular, apartada dos assuntos públicos, e que por isso tocara o seu contrário, a servidão (1, 44). A argumentação de Cícero incidiria no sentido de demonstrar que indivíduos que se isentam de participar, ou se alienam, das decisões que podem influir na vida comunitária têm uma falsa noção de liberdade, pois, de fato, se deixam conduzir de modo irrefletido.

Devido à “debilidade e ignorância da plebe”, somente os “melhores cidadãos”, cuidadosamente escolhidos e eleitos para as diversas magistraturas, poderiam participar do governo (Da República, 1, 34).

Mas, *populus* e *plebs*, como argumentamos no início, apesar de designarem distintas categorizações sociais, se interpenetravam. Então, a quais “melhores cidadãos” a escritura de Cícero remete? Tanto estes “melhores” como os demagogos eram oriundos do mesmo segmento social. Desse modo, não é possível falar de mudança, mas de alternância de grupos de interesse patrícios na condução política da sociedade romana.

A partir da consolidação do Principado considerável parcela do *populus* foi sendo afastada de participação nas decisões e procedimentos políticos, principalmente pela perda do direito de eleger seus representantes, até ser caracterizada apenas como inerte.

Em autor posterior ao período Augustano como Juvenal (Sátira 10, v-77-81) é possível encontrar essa concepção do papel do *populus* que mais se adequaria a *plebs*: “Dês que o direito da eleição perdemos / Descansados estamos. Noutros tempos, / Ditadores, e Cônsules, Pretores / Todos os cargos dávamos sublimes: / Teatro e Pão, é o nosso afã agora.”

O direito de poder definir quem ocuparia as magistraturas é apresentado como um ônus do qual então se estaria livre, podendo-se usufruir melhor das pressupostas benesses oferecidas pelo ordenamento político do Principado.

2.2 A atuação de Augusto e a instituição do Principado

Depois de abordarmos diferentes concepções sobre o papel e a participação dos segmentos menos privilegiados e mais numerosos na sociedade romana e suas implicações, enfocaremos a instauração de um novo regime político e as suas conseqüências nos diversos espaços da vida quotidiana. Porém, ao invés de abordar os diversos fatores que se entrecruzaram na emergência de um novo regime, optamos por explorar a figura sobre a qual a legitimidade do sistema político se fundamentou – Otaviano, mais referido como Augusto.

Cícero, de acordo com a explanação de Nóbrega (1954, p.84), numa carta dirigida a Cássio (*Epistularum ad Familiares*. 12, 1, 1), teria conjeturado que a morte de César não fora suficiente para restaurar a República, assim como a conseqüente liberdade dos cidadãos, pois o anseio de alterar a formatação do sistema de governo se instaurara naqueles que ocupavam posições de comando.

A partir do momento em que assumiu o lugar como herdeiro declarado de Julio César, e desde que exterminou as forças de Bruto e Cássio na batalha de *Phillipos* em 42 a.C., com a subseqüente divisão dos domínios romanos entre Ocidente e Oriente com Marco Antonio, Augusto se envolveu em uma disputa de poder que paulatinamente polarizou a

condução política. Lépido que formalmente integrava o triunvirato *rei publicae constituendae*, constituído para gerir os assuntos públicos, foi tendo seu poder decisório enfraquecido.

De modo concomitante, durante este período e, principalmente, após a vitória militar sobre Marco Antonio e Cleópatra na batalha de *Actium*, em 31 a.C., Augusto foi implementando medidas e reformas que afetaram de maneira indelével os aspectos social, político, econômico e militar do mundo romano.

O sobrinho de César, na interpretação de Torri (2000, p.57-60), soube se apropriar a partir de 44 a.C. de todo um simbolismo preexistente relacionado à família Júlia, a *gens Iulia*, e gradativamente potencializado com o auxílio de obras de Horácio e Virgílio, até a realização dos *Sidus Iulium* – jogos realizados em 17 a.C.-, para legitimar seu governo através de uma pressuposta ascendência divina.

Augusto teria elaborado uma política cultural que fundamentou uma determinada “ideologia”, definida por Silva (2001, p.34-39) como “uma forma específica de interpretação da realidade”. Em um cenário político ainda instável, o *Princeps* teria associado a sua figura símbolos que produziram os fundamentos de sua autoridade política como “restaurador” da anterior “ordem social” da República. E preponderantes nessa construção simbólica teriam sido as “Odes” de Horácio (p.40-48).

Na perspectiva de Mendes e Silva (2004, p.262-263), constituída a base para a utilização política do capital simbólico este mecanismo teria se permeado pelas diversas instancias do social: a própria forma de representação do imperador, tornada em epicentro de toda uma configuração, foi apropriada politicamente por segmentos e indivíduos no sentido de inserirem-se no exercício de poder.

Augusto, segundo a leitura de Zanker (1990, p.102-162), também teria feito um uso abrangente das imagens com o escopo inicial de fornecer uma fundamentação e uma consistência melhores ao seu projeto de renovação cultural no qual procurou expressar concepções como a *pietas*, a *publica magnificentia* e os *mores maiorum*, respectivamente, relacionadas às formas de culto romanas das quais era o *summus Pontifex*, a autoridade máxima; às obras públicas e apresentações em público da família imperial; e à legislação de conteúdo moral e suntuário elaborada no sentido de reeditar antigos costumes.

Em uma segunda etapa (p.167-191), teria também procurado potencializar a utilização de toda uma simbologia para a disseminação dentre a população do império da idéia de que a mítica fundação de uma Nova Roma se iniciava: uma *Aurea Aetas*, uma idade dourada na qual a fertilidade, a abundância e a felicidade prosperariam depois da vitória sobre os obstáculos surgidos no período de conflitos sociais.

Crook (2001, p.75; 77) utilizou um argumento nesse sentido quando se referiu ao programa de construções implementado por Augusto: o término do templo de Apolo em mármore branco, em 28 a.C., uma parte da residência do novo *Caesar*, expressaria um potente simbolismo legal, pois seria o início de uma nova era que significaria a restauração da Roma dos Cipiões, e sintetizaria a fusão de *ingenium* e *ars*, da inventividade romana com a habilidade grega; assim como a conclusão de duas novas edificações no *Forum Romanum*, em 18 a.C., que teriam contribuído para apregoar ainda mais a glória da *gens Iulia*: o templo do *diuus Iulius* localizado ao sul e a nova casa do Senado, a *Curia Iulia*, construída ao norte.

O pertencimento de Augusto à *gens Iulia*, que descenderia no aspecto mítico pelo ramo divino da deusa Vênus e pelo ramo humano do impetuoso Enéias (ZANKER, 1990, p.192-209), teria contribuído para cindir em um mesmo indivíduo os poderes da divindade e a engenhosidade humana.

Essa idéia elaborada, que tinha a figura de Augusto como o seu centro de gravidade, incluía também os demais integrantes da família imperial como Tibério que permaneciam em um segundo plano constituído pelos *summi uiri*, os homens mais ilustres. Todos, porém, foram de forma gradativa sendo acrescentados ao panteão mitológico dos romanos (p.210-229).

Para cogitar que possível imagem de um governante as medidas adotadas teriam por objetivo instituir, podemos retornar aos escritos de Cícero (Da República, 2, 28-29; 40): um povo que baseasse sua tranqüilidade e segurança nas aspirações e hábitos de um só homem estaria sempre sobre um terreno instável e sujeito a revezes, a não ser que esse indivíduo fosse um “príncipe” prudente e virtuoso, acima de tudo justo, mas também um estudioso que trabalhasse incessantemente pelo seu aperfeiçoamento, e que mostrasse aos seus concidadãos, através de ações e palavras, que o objetivo principal de sua vida, transparente a todos, seria o de proteger a existência coletiva. Cícero definiu os parâmetros do que deveria ser um governante, mas também poderia estar se remetendo a si próprio, insinuando-se como o mais adequado para gerir a política romana.

Todavia, a atuação de Augusto não se restringiu somente à utilização da imagética e do simbolismo para a legitimação de sua autoridade política sobre a sociedade romana. Outras medidas e reformulações como argumentamos anteriormente foram realizadas.

A primeira das medidas estratégicas de Augusto em termos militares foi a distribuição de terras entre os legionários veteranos de seu exército, e a conseqüente criação

de colônias militares (CROOK, 2001, p.82), em regiões como o norte da península itálica, na província da Gália Cisalpina, e o centro da península balcânica, onde se localizava a província da Trácia - terras estas que foram confiscadas de opositores políticos, ou desapropriadas em territórios conquistados ou passíveis de insurgência.

A intenção de estabelecer colônias de veteranos em regiões dominadas não constituiu uma inovação entre os romanos: desde o término da Guerra contra Jugurta, em fins do século II a.C., propostas haviam sido discutidas no Senado pelos generais vitoriosos³⁰ com o objetivo de estabelecer um perímetro de defesa avançada entre a península itálica e áreas consideradas como potencialmente perigosas – os pontos críticos seriam então na *Sicilia*, na *Acaia* e na *Macedonia* (BALSDON, 1968, p.45).

Assim como o ato de distribuir terras entre os legionários veteranos ou desmobilizados não constituía um elemento novo na sociedade romana: Juvenal (Sátira 14, v.161-166) menciona a distribuição de uma pequena área de terra a cada combatente para que pudesse prover o sustento de si e de sua família na época das guerras contra Anibal, período que, de acordo com Rouland (1997, p.236-237), pode ser ampliado até o início do século III d.C.

Inusitados eram os métodos de confisco e apropriação aplicados que remetiam ao governo ditatorial de Silas depois das batalhas contra Mitridates nas primeiras décadas do século I d.C. que iniciou uma prática seguida pelos grandes comandantes.

Além de terem funcionado como pólos de irradiação de um poder político ainda em estado incipiente, essas colônias atuavam como elemento de contenção em zonas essencialmente problemáticas para a segurança de Roma: as maiores invasões do solo itálico ocorreram pelo norte da península, primeiro os gauleses, depois os cartagineses, e ainda os conflitos civis de fins do período republicano; controlada a situação no Mediterrâneo ocidental, a pressuposta ameaça principal a manutenção de um equilíbrio de poder de Otaviano em relação a Marco Antonio, após a batalha de *Phillipos*, somente poderia advir do Oriente ou das terras do Norte que cobria uma extensa faixa da Ásia Menor até o centro do continente europeu – depois da batalha de *Actium* cerca de cinquenta e sete mil veteranos foram “beneficiados” com a distribuição de terras na região.

Um terceiro motivo que podemos cogitar para a criação das colônias seria a de manter, de modo concomitante, uma reserva eleitoral, deslocada a Roma para contribuir

³⁰ Rouland (1997, p.237) cogita sobre a resistência do Senado a tais propostas, talvez antevendo o risco que sua implementação poderia representar devido à popularidade dos generais diante de suas tropas. A aquisição de terras, simbolicamente por intercessão destes generais, criaria uma relação de patronagem entre o comandante e seus veteranos.

nas pretensões às magistraturas; e também de conservar um contingente de combatentes experientes e mobilizáveis de maneira rápida em caso de eventual necessidade (ROULAND, 1997, p.233-235; 238).

O acordo de paz negociado entre os representantes de Otaviano e de Marco Antonio, respectivamente Mecenas e Asínio Polião (BALSDON, 1968, 227), no ano 40 a.C. na cidade de *Brundisium*³¹ - localizada mais ao centro da península itálica -, selado pelo casamento de Marco Antonio com Otávia, irmã de Otaviano, que cindiu o *Orbs Romanorum* entre Ocidente e Oriente, teria fornecido também o tempo necessário para a expansão das possibilidades de ambos. Sem um adversário político de magnitude Otaviano passou a adotar medidas que contribuíram na constituição da figura do *Princeps*.

Segundo Nóbrega (1954, p.84), teria passado a fazer uso a partir de 38 a.C. do título de *Imperator*, conferido por aclamação de seus legionários devido às vitórias obtidas.³² O título, que foi garantido de maneira permanente pelo Senado em 29 a.C. (CROOK, 2001, p.75), implicava não apenas no vínculo militar como comandante supremo das forças romanas, mas também abrangia poderes de jurisdição e interdição em aspectos civis da sociedade. Nesse mesmo ano os portões do templo do deus *Ianus* foram fechados simbolizando que o *status quo ante*, a “paz”, teria sido restaurado no mundo romano.

A percepção da necessidade de ligação mais estreita com o segmento militar da sociedade romana pode ser indiciada também por uma medida tomada no ano 4 a.C. quando Augusto fundou um novo Tesouro Militar, *aerarium militare*, que proveria os recursos para a desmobilização dos legionários, utilizados para a compra de terras ou para bonificações. Para esta finalidade teria disponibilizado cerca de cento e setenta milhões de sestércios de sua própria fortuna, valor que possivelmente foi insuficiente, pois, instituiu uma taxa aos cidadãos romanos, através da *lex Iulia de uicesima hereditarium* editada em 5 d.C., a primeira aplicada de forma direta desde o final das guerras púnicas, e por isso considerada arbitrária pelos ricos (CROOK, 2001, p.107). Taxação possivelmente interpretada como arbitrária porque incidia sobre as heranças legadas, tributada em cinco por cento dos seus valores (JONES, 1968, p.63-64)

Para Braudel (2001, p.316), a relação com esse exército - transformado por Mário de um exército de cidadãos em um exército “profissional” recrutado entre pobres,

³¹ a viagem da comitiva liderada por Mecenas, como emissário do sobrinho de César, foi descrita em detalhes na sátira V de Horácio (HORÁCIO, 1993, p.37-40)

³² Otaviano ainda contaria com o fato de ser o herdeiro de Júlio César, que reajustou significativamente o *stipendium*, o vencimento dos legionários, durante a campanha da Gália: de um terço de denário por dia, cerca de cento e vinte por ano, para duzentos e vinte e dois anuais (KEPPIE, 2001, p.371-372).

“sem-saber”, *capite censi*, e indivíduos abaixo da última classe censitária, *infra classem*, que não teria convicções políticas ³³ e que estaria apto a seguir o comandante que mais lhes ofertasse -, foi uma das linhas-mestras da política de Otaviano: um elemento que não poderia ser desconsiderado na manutenção do equilíbrio político (BALSDON, 1968, p.45).

As outras linhas-mestras (BRAUDEL, 2001, p.315-316) seriam a *plebs*, formada em parte pelo afluxo de pequenos proprietários desalojados do campo, considerada ociosa e dependente da caridade do Estado romano, e a *nobilitas*, constituída pelos *ordines*, ávidos por magistraturas e riquezas.

O passo seguinte teria sido a destituição de Lépido, como membro de um triunvirato que já não mais existia de fato, no ano de 36 a.C., mesmo ano em que lhe teria sido conferido de modo extraordinário pelo Senado a *tribunicia potestas*. Esta titulação lhe possibilitava o direito de aplicar a justiça sem recorrer ao Senado em muitas situações (ROLIM, 2000, p.67): poderia determinar a fundação de colônias ou organizar as existentes; poderia conceder a cidadania romana e o direito de casamento legítimo aos estrangeiros; poderia controlar a cunhagem de moedas; e ampliou a sua jurisdição civil e criminal. Além disso, poderia decidir pela convocação do Senado quando considerasse necessário.

Entretanto, essa concentração de atribuições ainda não convertera Otaviano no *Princeps*, nem a forma de gestão política da sociedade romana em um Principado.

A definição de um marco cronológico, apesar de necessária, não deixa de ser algo arbitrário que acaba por manifestar as preconcepções de quem elabora uma determinada leitura. E, nesse sentido, na interpretação de Crook (2001, p.73), o marco cronológico que definiria o início do Principado pode ser fixado entre a vitória alcançada por Otaviano na batalha de *Actium* em 2 de setembro de 31 a.C. e a morte de Cleópatra em 1º de agosto de 30 a.C. com a conseqüente capitulação do Egito - *Aegypto capta*. A partir deste período podemos de modo mais apropriado argumentar sobre a existência do *princeps*, do primeiro dentre os demais cidadãos romanos que passou a ocupar um lugar de destaque mesmo entre os cônsules e senadores, inclusive em termos espaciais (ROLIM, 2000, p.67).

Talvez em termos de estratégia política o lance mais formidável de Otaviano tenha sido a sua renúncia aos poderes extraordinários de que dispunha perante o Senado em 13 de janeiro de 27 a.C. Se era seu objetivo renunciar ou se este foi um artifício para

³³ Rouland (1997, p.226) argumentou que a “base” da fidelidade dos soldados a seus generais foi devida, sobretudo, a parca remuneração de cinco asses diários, o que representava menos da metade dos rendimentos de um escravo utilizado na construção civil. Nesse sentido, os generais prometiam a distribuição de gratificações pelas campanhas realizadas que chegariam a seis mil denários, no caso do triunfo de Julio César em 46 a.C. – o equivalente a meio século de soldo na ditadura de Mário.

desarticular pressupostas insinuações de tendência ditatorial na sua administração não nos é possível afirmar com base nas fontes de que dispomos.

De acordo com Jones (1968, p.59), a maioria dos senadores não teria aceitado seu pedido e ainda teria insistido para que reconsiderasse sua decisão. Se essa insistência foi fundamentada mais na capacidade administrativa do *Princeps* ou na pressão de segmentos populares também não é possível afirmar. O fato é que surtiu efeito, pois Otaviano aceitou permanecer no comando, contanto que seu período de governo não excedesse dez anos e que fosse efetuada uma divisão entre ele e o Senado na administração das províncias.

As senatoriais governadas por um *proconsul* (um ex-pretor ou um ex-cônsul) designado e auxiliado por um *legatus pro praetores*, nas questões referentes à justiça, e por um *questor*, em assuntos financeiros; as imperiais administradas por *legati Augusti pro praetore*, escolhidos pelo *Princeps* entre os cidadãos de nível consular, para as províncias mais importantes cujas guarnições compreendiam mais de uma legião, ou pretoriano, nas demais províncias que tinha apenas uma legião ou não dispunham de unidades militares. Os governadores provinciais contavam ainda com *procuratores* entre seus “auxiliares” encarregados dos interesses financeiros do *Princeps*, em sua maioria eqüestres, mas algumas vezes também libertos: nas senatoriais administravam as propriedades imperiais; nas demais, fiscalizavam a arrecadação de impostos e o pagamento das tropas (JONES, 1968, p.64).

Cretella Junior (1996, p.53) enfatizou outra diferenciação entre as províncias: os recursos arrecadados nas províncias senatoriais iriam para o *aerarium publicum*, o tesouro público; nas provinciais imperiais, para o *fiscus Caesaris*, o tesouro do *Princeps*. Entretanto, mesmo nas províncias imperiais a ingerência de Otaviano se fazia presente pela designação de um *praefectus aerarii*, que administraria os recursos do tesouro público (ROLIM, 2000, p.82)

A aparente divisão eqüitativa possivelmente contribuiu para reforçar a autoridade política e a imagem de um governante equilibrado. Imagem aparente porque as províncias senatoriais, incluída a Itália, se concentravam em uma faixa não muito extensa em torno do Mediterrâneo. As províncias que permaneceram sob o controle de Augusto eram aquelas onde se concentrava a maior parte da produção agrícola, como o Egito, rico em milho, vital para a economia do mundo romano, e as que se localizavam em tensas regiões de fronteira, como a Panônia, cuja manutenção era fundamental para o clima de segurança propalado, que podemos inferir a partir da desmilitarização da península itálica.³⁴

³⁴ Das vinte e cinco legiões que Otaviano manteve ativas, depois da desmobilização dos enormes contingentes que atuaram em *Actium*, apenas uma estacionada na África não estava sob seu comando em fins de seu governo.

Em 25 a.C., de acordo com Rolim (2000, p.68), Otaviano recebeu o título de *pater Patriae* – título que segundo Juvenal (Sátira 8, v-244) somente havia sido conferido pelo Senado a Cícero após as ações que resultaram na desarticulação da conspiração de Catilina. Com isto acumulou mais funções administrativas e judiciárias.

A reeleição contínua de Augusto para o Consulado, entre os anos de 31 e 23 a.C., teria gerado, segundo Jones (1968, 59),³⁵ um clima de crescente insatisfação nos que pretendiam atingir o cargo, extravazando em uma conspiração.

No mesmo ano o Princeps renunciou, mas recebeu do exército e do Senado o *imperium proconsulare maius* que lhe conferia a autoridade suprema sobre as forças militares, o subsequente direito de declarar guerra ou selar a paz, e a capacidade de fazer nomeações para qualquer cargo. Além disso, o título atribuía ao seu portador o caráter de perpetuidade e não estava limitado pelo *pomerium* como o dos cônsules ou a uma província como os procônsules.

Outro título recebido em definitivo dos *concilia plebis*, das assembléias populares, foi a *tribunitia potestas* que simbolicamente representava a defesa dos interesses da população: compreendia o direito de interceder em quaisquer questões que afetassem a população (*intercessio*); a capacidade de alterar decisões prejudiciais a tais interesses (*ius coercionis*); e o de determinar ações nesse sentido (*ius agendi cum populo et cum patribus*).

Através de suas novas e ampliadas atribuições Otaviano começou rearticular as magistraturas, limitando-as ou reorganizando seus quadros: o Consulado foi privado de qualquer capacidade de ingerência fora da península itálica, e mesmo nela as atribuições dos cônsules foram limitadas pela *tribunitia potestas* do príncipe, além disso, o mandato foi sendo gradativamente reduzido; a Pretura teve seu efetivo ampliado para dezoito, mas se restringiu a litígios específicos; a Censura foi perdendo suas atribuições de fiscalização dos costumes se limitando a coordenar os recenseamentos organizados; a Questura foi reduzida a metade, vinte, e convertida em auxiliares da administração – dois para Augusto, quatro para os cônsules, doze para as províncias e dois para a cidade de Roma; a Edilidade ficou limitada a fiscalizar a armazenagem dos alimentos trazidos a Roma; e o Tribunato teve seus poderes transferidos para o príncipe.

Nas “províncias pacificadas”, administradas pelo Senado, não havia nenhuma. (JONES, 1968, p.59-60). E como apenas pela anuência dos dois cônsules novas tropas poderiam ser mobilizadas, consulado para o qual Otaviano foi reeleito continuamente entre 31 e 23 a.C., a possibilidade de uma oposição militar explícita a sua administração seria reduzida.

³⁵ Para uma análise mais apurada da questão sugerimos verificar também trechos dos trabalhos de Cretella Junior (1996, p.51) e Nóbrega (1954, p.85).

Essa reformulação das magistraturas e de suas atribuições ocorreu em concomitância com a implementação de critérios para o ordenamento da sociedade romana: Em 18 a.C. foi imposta uma qualificação censitária aos candidatos a *ordo senatorius* selecionados entre ex-magistrados – uma propriedade mínima de duzentas e cinqüenta mil dracmas ou um milhão de sestércios (CROOK, 2001b, 124), e mais de vinte e cinco anos; em 8 a.C. foi efetuada uma revisão da lista senatorial (*album*) que reduziu para seiscentos o número de senadores (CROOK, 2001, p.99), efetivo que havia chegado a novecentos na ditadura de Júlio César.

Todavia, a redução numérica do *ordo senatorius* não implicou em uma diminuição de seus poderes, pois funções legislativas e judiciárias, como a elaboração e aplicação de algumas leis que foram substituídas pelos *Senatus Consulta*, e eleitorais, como a escolha dos candidatos às magistraturas,³⁶ passaram gradualmente da esfera de atribuições das antigas assembleias populares para a do Senado (NÓBREGA, 1954, p.88; ROLIM, 2000, p.70).

Para impulsionar a fase de prosperidade econômica decorrente de um período sem grandes conflitos, segundo Nóbrega (1954, p.86), Augusto adotou algumas medidas como a criação de frotas de vigilância, que teriam a função primária de livrar a navegação marítima da pirataria, assim como a construção de portos e canais como o de Corinto para fazê-la fluir. No sentido de incrementar o comércio interno foi organizado o *cursus publicus*, similar ao correio moderno, como também a colocação em circulação e o monopólio da cunhagem de moedas de ouro.

Otaviano teria ainda concluído a reforma tributária iniciada por seu tio com a abolição do antigo sistema de dizimas substituído por um tributo baseado no *censum* que incidia sobre pessoas (*tributum capitis*) e propriedades (*tributum soli*) (JONES, 1968, p.64)

Essas medidas de teor econômico teriam como seu objetivo principal o aumento da arrecadação de impostos como os *portoria*, relativos à alfândega, e os referentes à transmissão de heranças, *causa mortis*, que contribuíssem com recursos essenciais para a manutenção do organismo burocrático romano.

Todavia, para Alföldy (1989, p.168) foram a manutenção de um exército permanente, contingente que entre tropas e unidades auxiliares chegaria a quase quatrocentos mil homens, e a instituição de uma estrutura administrativa regularizada que atuaram como

³⁶ De acordo com Crook (2001b, p.127), uma comissão eleitoral formada por senadores e cavaleiros, instituída pela *lex Ualeria Cornelia* do ano 5 d.C., podia se interpor entre os candidatos às magistraturas e as *comitia*, as comissões eleitorais populares, e definir uma lista de *destinati*, indicados sem passar pelo processo eleitoral, e de *commendati*, que disputariam a preferência das assembleias populares.

uma “máquina de poder” o que teria garantido o controle efetivo da população e assegurado as condições de uma estabilidade política inexistente desde as últimas décadas da República.

A tolerância dos segmentos populares com relação a essa “máquina de poder” seria devida, sobretudo, ao controle centralizado exercido sobre os funcionários que atuariam segundo preceitos estáveis. Os membros dos *ordines*, se comparados aos integrantes das facções que no período anterior disputavam entre si a hegemonia política, teriam também seus interesses na continuidade de um regime no qual participariam das funções públicas distribuídas em uma hierarquia definida.

O novo regime também não alterou uma antiga instituição: o patronato.

O patronato, segundo Leite (2003, p.19-20) que cita trecho do historiador Dionísio de Halicarnasso, remontaria ao mítico governo de Rômulo, o que lhe conferiria “uma aura de respeitabilidade”, e seria uma relação fundamentada em princípio apenas na *fides*, um juramento de compromisso de lealdade mútua (PEREIRA, 1984, p.322).

Podemos considerar o patronato como um dos mecanismos sociais para a obtenção e a manutenção dos mais variados recursos, inclusive poderes, que se apoiava em uma rede de relacionamentos atrelados por necessidades recíprocas, baseados na interpretação de Leite (2003, p.24-28). E apesar de não estar essencialmente vinculado à política, o patronato muito contribuiu como instrumento na sua configuração: durante o período republicano os patronos disputavam entre si a adesão de uma clientela que, dependendo da quantidade, seria um demonstrativo de riqueza e de status, e contribuiria para a obtenção de um cargo público – a partir deste *locus* o patrono atuaria como um mediador que facilita as indicações e recomendações de seus protegidos para outros postos da administração; a instauração do Principado, e a gradativa limitação do acesso às magistraturas através do voto popular, não provocou a desarticulação deste sistema de relações que apenas sofreu um realinhamento das múltiplas polaridades para a convergência na figura central do *Princeps*.

Três fatores definiriam esta relação de reciprocidade que envolvia a troca de serviços por benefícios, também de acordo com Saller apud Leite (2003, p.20-21)³⁷: na posse de recursos econômicos e políticos, o *patronus* auxiliaria o seu *cliens*, apoiando-o e protegendo-o, e este lhe ofereceria uma solidariedade e obrigações (*officia*) que reforçaria o prestígio daquele; esta relação poderia ser ampliada para abranger uma comunidade, e até uma instituição ou uma entidade maior como uma província; e tal forma de relacionamento

³⁷ O trabalho ao qual faz referência é: SALLER, Richard. Patronage and friendship in early imperial Rome: drawing the distinction, *In*: WALLACE-HADRILL. Andrew (ed.). **Patronage in ancient society**. London: Routledge, 1989, p.49-62.

entre as partes era marcada pela assimetria, não especificamente de estatutos jurídicos, mas principalmente de condições sociais diferenciadas.

De maneira geral, a relação se dava entre os membros dos *ordines* (senadores e cavaleiros) e a *plebs*. Mas, ainda conforme Whittaker apud Leite (2003, p.21-22)³⁸, os níveis de acesso aos recursos variava, dentro da composição da *plebs*, entre os que se encontravam nessa condição de *cliens* devido às circunstâncias adversas e os cuja situação refletiria sua índole: se pressupunha que os primeiros, caso recebessem uma *sportula* – um auxílio inicialmente frumentário que foi convertido em pecuniário - e benemerências, estariam aptos a participar de algum dos *collegia* e oferecer aos seus patronos benefícios como o apoio nas votações - *suffragatio*. A caridade era uma forma de vincular os que pudessem retribuir de fato em momento posterior.

Contudo, o relacionamento não era tão simples. Poderia ocorrer também entre indivíduos de condição social equivalente, e que tinham acesso diferenciado a determinados recursos. E nesse caso, para não ferir suscetibilidades a relação era designada como *amicitia*, que não corresponde ao conceito atual de amizade, em tese abnegativa. Porém, entre os amigos, *amici*, havia gradações de subordinação para com os *superiores*, de colaboração para com os *pares* e de autoridade para com os *inferiores*.

Augusto, dessa maneira, conseguiu tornar efetivas, de modo gradativo, diversas medidas e reformulações de amplo alcance na sociedade romana sem deixar de disseminar o que Gaudemet (BRAUDEL, 1988, p. 31) denominou como a “ilusão republicana”. Ilusão que paulatinamente se dissipou, mas cuja análise ultrapassa o escopo dessa pesquisa.

2.3 Roma, uma cidade entre caótica e fulgurante

Segundo Tuan (1980, p.122), foi a formação de grandes cidades durante a época Alexandrina que ocasionou o sentimento de resistência à urbanização e o anseio pelo retorno a rusticidade, expressos de maneira mais enfática a partir de então através da literatura em poemas como os de Teócrito que valorizavam o idílico.

Entretanto, a ênfase no idílico retorno à simplicidade da vida campestre na fase inicial da literatura augustana, que podemos caracterizar através de obras de Virgílio como as “Bucólicas” tributárias dos poemas de Teócrito (MENDES, 1997, p.124), não seria

³⁸ Esta seria uma interpretação da leitura de WHITTAKER, Charles. O pobre, *In*: GIARDINA, Andrea (dir.). **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992, p.223-246.

apenas um indício de “escapismo” do conturbado ritmo de vida (TUAN, 1980, p.123) de uma metrópole em desordenado crescimento populacional que era Roma – uma cidade para a qual afluíram indivíduos das mais diferentes origens desde as guerras púnicas, movimento que se intensificou nos finais do primeiro século antes da era cristã, na tentativa de usufruir dos recursos que nela começaram a se concentrar.

Os conflitos entre “senhores da guerra” ocorridos desde a ditadura de Silas (82 a.C.) até a vitória de Otaviano em *Actium* (31 a.C.) tiveram seu impacto sobre a base econômica em que se assentava o mundo romano – a agricultura. O saque e a pilhagem se tornaram práticas recorrentes entre exércitos contendores para o suprimento de suas necessidades e a constituição dos espólios de guerra. Assim como o confisco e a redistribuição de terras entre os vencedores.

A partir desse viés, a literatura de conotação idílica produzida no início do período Augustano, como nas “Geórgicas” virgilianas que remetem a “O Trabalho e os Dias” de Hesíodo, adquiria também o caráter de chamamento às atividades agrícolas e ao incremento de uma produção essencial para a sustentação de um projeto político.

Mas, distanciando-nos do campo, quais eram as características da cidade de Roma, cenário recorrente nas fábulas de Fedro, no início do Principado? Quais seus problemas, e o que nesta metrópole havia de atrativo?

De acordo com a interpretação de Tuan (1980, p.207-210), a capital do Império, apesar da habilidade romana na construção de estradas e de cidades baseadas em um modelo axial, carecia de um sistema viário que merecesse essa designação: Dentro das antigas muralhas republicanas, apenas duas *viae* tinham a largura necessária para permitir ultrapassagens. Por toda a cidade uma densa e rudimentar rede de vielas lúgubres, devido aos edifícios que bloqueavam a luz solar e ampliavam a sensação de estreiteza, que serpenteava entre as Sete Colinas e ladeiras íngremes, adaptada à topografia do terreno. Vielas em sua maior parte não pavimentadas, em contraste com as de Pompéia, viviam congestionadas.

Esta é a perspectiva que Horácio nos apresentou (Sátiras, 2,6) (Sátiras 2,6): um debate ficcional travado entre o rato do campo e o rato da cidade; entre as comodidades da vida citadina, assim como dos perigos que lhe seriam inerentes, e a rusticidade da existência campestre, e de sua pressuposta tranquilidade.

Em uma restrita área urbana que não ultrapassaria os dois mil hectares (CARCOPINO, 1990, p.41-72) se mesclavam a beleza e a magnificência dos locais públicos, como os mais de quarenta parques e jardins, e das *domus*, as casas dos ricos proprietários, com a sujeira e as condições de vida miseráveis de uma população em torno de um milhão de

habitantes, a maioria dos quais abrigada em precários edifícios, *insulae*, que desabavam ou se incendiavam com relativa facilidade, e que trabalhavam em estabelecimentos que ocupavam o andar térreo. A proporção entre *insulae* e *domus* seria de vinte e seis para uma. Dessa maneira o cenário urbano era dominado pelas frágeis estruturas que podiam alcançar até seis andares.

39

Apesar da existência da Cloaca Máxima, a enorme fossa construída no sexto século de Roma (MUMFORD, 1965, p.281), dejetos e sujeiras eram lançados diariamente das casas nas ruas (TUAN, 1980, p.208).

Essa dispersão dos segmentos sociais, e suas respectivas atividades pela metrópole, assim como a alta densidade populacional faziam de Roma uma cidade estrepitosa e agitada, principalmente durante o dia, mas também durante a noite quando os veículos de transporte mais pesados poderiam transitar pelas ruas com o seu característico rangido das rodas (TUAN, 2005, p.235), proibição decretada desde os tempos de Julio César e que teria condenado os romanos mais sensíveis a uma permanente insônia.

Mas, o barulho dos veículos seria o menor dos males.

Quando ia anoitecendo os indivíduos mais precavidos se apressavam a chegar a suas casas e colocar barricadas nas portas e janelas devido aos frequentes arrombamentos e saques (TUAN, 1980, p.208). Devido ao emaranhado de vielas e às altas *insulae*, mesmo em noites enluaradas, a escuridão servia de proteção aos saqueadores e transformava o retorno a casa na peregrinação através de um labirinto repleto de perigos (TUAN, 2005, p.239).

Aristóteles (Política, 2.3, 1265b) argumentou que, ao elaborar leis um legislador, que então também era uma atribuição do governante, deveria se ater na relação entre “território” e “população”. A negligência nesse caso ocasionaria um aumento da pobreza entre os cidadãos que fomentaria as possibilidades de conflitos sociais e criminalidade.

A partir dessa percepção deveria o governante explicitar duas condições essenciais ao bem-estar da comunidade (Política, 7, 12, 1332a): primeiro, o intuito de suas ações; e segundo, quais as ações e os meios que seriam adotados para atingir a finalidade proposta.

Nesse sentido, segundo Cícero (Da República, 1, 45), não haveria pretexto para uma revolução em um Estado no qual cada um dos indivíduos tivesse seus direitos respeitados.

³⁹ Na questão referente às habitações em Roma, é interessante observar a análise de Frederiksen (1968, p.156-161) que ampliou a discussão sobre os contrastes entre *domus* e *insula*, assim como sua emergência e distinções.

Desse modo, para auxiliar na pressuposta mal gerida administração de uma cidade à beira do caos Augusto instituiu então reformas, além de novos serviços e magistraturas de caráter menos transitório do que as anteriores nomeações anuais.

Inicialmente, depois de seu afastamento de três anos da cidade de Roma, entre os anos de 23 e 20 a.C., Otaviano fez uso de suas prerrogativas consulares para arregimentar unidades militares e nomear um *praefectus Vrbi* (JONES, 1968, p.60) que tinha jurisdição civil e criminal em Roma, e num raio de cem milhas em torno da cidade - o *pomerium* (NÓBREGA, 1954, p.89).

Como o cargo tinha uma função diretiva sobre o *praefectus frumenti dandi*, instituído em 22 a.C. para controlar a distribuição de grãos entre a população, e os *curatores viarum*, fiscais empossados em 20 a.C. para verificar a conservação das precárias vias da capital (CROOK, 2001b, p.124), foi designado para exercer o cargo um integrante do *ordo senatorius* que atuaria nas suas ausências de Roma, o que a partir de Tibério se transformou em um exercício contínuo.

Isto significava que o *praefectus urbi* poderia intervir em situações públicas de conflito, e para tanto dispunha, de acordo com Keppis (2001, p.385), de quatro *cohortes urbanae*, três para o policiamento da cidade e a quarta sediada em *Lugdunum* onde ficava a “Casa da Moeda” imperial. Cada uma das coortes tinha quatrocentos e oitenta homens alistados por um período de vinte anos e armados como legionários.

Porém, havia outros problemas que excediam as atribuições do *praefectus urbi* e novas comissões tiveram de ser organizadas: os *curatores aquarum* em 11 a.C., inspetores do abastecimento de água da metrópole, inadequado até o governo de Trajano (MUMFORD, 1965, p.282), cargos criados talvez em resposta ao *Senatus Consultum de Aquaeductibus* decretado pelo Senado no início daquele ano; os *curatores operum publicorum* em data incerta, que deveriam fiscalizar as construções; e os *curatores frumenti* em 6 d.C. responsáveis pela aquisição de grãos (CROOK, 2001b, p.124). E para fiscalizar todo o abastecimento da cidade foi nomeado um *praefectus annonae*, em 7 d.C. (p.128)

Os freqüentes incêndios em Roma ocasionaram a criação no ano 6 d.C. de sete *cohortes uigilum* de efetivo incerto (CROOK, 2001, p.107), distribuídas pelas quatorze *regiones* em que Roma estava dividida. Os *uigiles*, além de atuarem no combate a incêndios, auxiliavam no patrulhamento noturno da cidade, apesar de não disporem de armamentos adequados para esta finalidade. O efetivo de mil a mil e duzentos homens de cada uma das coortes era recrutado entre libertos que depois de servirem por seis anos, caso sobrevivessem, receberiam a cidadania romana plena (KEPPIE, 2001, p.385).

Na interpretação de Tuan (2005, p.246), pela frequência dos incêndios, a importância da guarnição era tal que quem exercia o cargo de *praefectus uigilum*, um membro do *ordo equester*, ocuparia a segunda posição de poder após o prefeito da cidade. Casas construídas com materiais frágeis e inflamáveis, e precariamente sustentadas, forneciam as condições para uma atividade incessante de combate ao fogo.

A possibilidade de alastramento dos focos de incêndio tornava o fogo uma ameaça constante tanto para o proprietário de uma *domus* como para os locatários de uma *insula* (CARCOPINO, 1990, p.39). Os que dispunham de recursos residiam em *uillae* privadas e relativamente tranqüilas ao redor de Roma (TUAN, 1980, p.210).

De acordo com Jones (1968, p.65), os *curatores* faziam parte de um quadro permanente de senadores criado para administrar determinados serviços. Assim como os *praefecti* que, à exceção do *praefectus urbi*, eram indivíduos selecionados dentre os cavaleiros para o exercício de funções específicas.

O nosso objetivo em descrever de forma sintética a estrutura administrativa da cidade de Roma instaurada por Otaviano foi o de demonstrar como o *Princeps* procurou articular uma divisão de cargos e atribuições que se não inviabilizava, ao menos pelo tensionamento obstaculizava o controle dos recursos da metrópole por um dos *ordines*.

Porém, se nos basearmos no relato de Juvenal (Sátira 3), escrito talvez mais de um século após a de Horácio, à qual nos referimos anteriormente, podemos colocar em questão a pressuposta eficiência da estrutura administrativa instituída para a gestão dos problemas citadinos. Além dos problemas descritos por Horácio, Juvenal acrescenta como ingrediente para agravamento da situação uma população que não teria o mínimo comprometimento em questões de interesse coletivo, atraída pela ostentação de alguns e sempre pronta a adúlá-los.

Todavia, a vida em Roma teria também seus encantos singulares.

Às difíceis condições de existência, moradia e trabalho da maior parte da população citadina Tuan (1980, p.210) opôs as presumíveis agruras da vida dos camponeses e ressaltou uma variedade de divertimentos e serviços públicos custeados pelo Estado romano: as centenas de *thermae*, espaços para banhos que disponibilizavam também salas de massagens e ginásios, além de poderem contar com lojas, jardins internos, bibliotecas e museus; os espetáculos e jogos realizados nos anfiteatros e circos espalhados pela cidade; o refúgio oferecido pelos edifícios públicos como basílicas e foros que, depois de encerradas as audiências, assim como os jardins imperiais, permaneciam abertos; as leituras públicas realizadas pelos escritores; e a *sportula* ofertada pelos cidadãos mais abastados.

2.4 Discurso de alienação ou temor de conflitos sociais

Para dar início à crítica de uma fábula, temos que considerar que sem os diálogos que foram elaborados entre os personagens estereotipados nos animais a narrativa fabulística nada teria de excepcional, e remeteria apenas a situações cotidianas e possíveis ocorridas na relação biológica entre as espécies.

Assim, nesse sentido, serão principalmente os argumentos empregados pelos personagens e os silêncios que de modo eventual ocorrem que procuraremos focar na análise, mas não apenas estes.

Todavia, antes discutiremos o possível contexto a partir do qual poderemos inferir seu potencial recurso como dispositivo de uma retórica.

De acordo com Garnsey e Saller (1987, p.107), a crise nas instituições políticas republicanas, concomitante à confusão nas tradicionais distinções sociais que ocorreu nas décadas de conflito civil que precederam a instauração do Principado de Augusto, período durante o qual exércitos de magnitudes jamais vistas até então na história de Roma combateram para a supremacia de seus comandantes, foram potencializados devido à pressão exercida pela estratégia de proscricções adotada pelos governos triunvirais como também no interstício entre eles.

A disrupção social fomentada por essas proscricções, caracterizada por manifestações de indisciplina e violência que perpassaram os *ordines* e *familiae*, não se restringiu aos segmentos mais privilegiados, mas se espalhou por toda a tessitura social romana.

Um dos fundamentos que garantiu a legitimidade ao regime de Augusto, e de seus sucessores, foi o propalado apaziguamento das tensões internas na sociedade, segundo Alföldy (1989, p.116), obtido através da centralização de poder, prestígio e riqueza em um único *princeps* do Senado e do povo o que impedia a emergência de outros *principes civitatis*, os pretensos primeiros-cidadãos do regime anterior que apoiados em suas *factiones* se digladiaram, contribuindo para o esfacelamento do regime.

A memória desses tempos turbulentos além de ter sido recordada pelas obras literárias foi possivelmente transmitida de forma oral para as gerações que nasceram a partir da *pax romana* propalada como instaurada pelo governo de Augusto.

Um dos textos que cogitamos remeteria a esse atribulado passado marcado por convulsões sociais é a fábula *Ranae metuentes taurorum praelia* (1, 30), “As rãs que temem o combate dos touros”. Narrativa com os mesmos personagens e enredo não existe

entre as de Esopo. Argumento para o hipotético final da fábula fedriana, conjecturamos, ocorre na terceira sátira do segundo livro de Horácio (Sátiras, 2.3, v-314-315) na qual o poeta pretenderia provar que todos os homens são loucos devido ao seu apego aos prazeres e às suas ações inconseqüentes para obtê-los: “Pé de bezerro esborrachara outrora / De rã ausente os pequeninos filhos;”.

Fedro teria partido deste término possível, apenas suscitado na narrativa horaciana, para desenvolver um enredo que remete a um conflito entre poderosos no texto latino que analisaremos.

O primeiro verso, que pressupomos ser o *promithium* da fábula, orientaria a leitura: *Humiles laborant ubi potentes dissident* (HAVET, 1895, p.29) – quando ocorre uma disputa entre figuras de proeminência social, *potentes*, as maiores vítimas são de maneira recorrente os que compõem os segmentos com menos privilégios, os *humiles*. No latim o verbo *laborare* tinha tanto o sentido de “trabalhar”, ligado a atividades extenuantes, como o de “sofrer”. Através de um trocadilho o fabulista poderia aludir à maioria da população que trabalhava enquanto um reduzido grupo se digladiava ou às possíveis conseqüências desta disputa.

A tensão inerente a essa querela entre contendores, para Cícero (Da República, 3.10), se mantida sob controle seria o fundamento da noção de justiça na sociedade:

Quando as riquezas ou o nascimento, ou qualquer outra coisa parecida, fazem predominar na República, alguns homens, embora pretendam chamar-se aristocratas, não passam de facciosos. Quando o povo pode mais e rege tudo ao seu arbítrio, chama-se a isso liberdade; mas é, na verdade, licença. Quando um teme o outro, o homem ao homem, a classe a classe, forma-se entre o povo e os grandes, em conseqüência desse temor geral, uma aliança de que resulta o gênero de governo misto... A justiça não é filha da natureza, nem da vontade, mas de nossa fraqueza...

Conforme a interpretação de Joly (2001, p.89), que explorou a relação entre os senadores e o imperador no período do Principado, a liberdade de todos dependeria da renúncia cada um dos indivíduos mais poderosos a uma estratégia de afirmação pessoal para a consolidação de um âmbito institucional. Entretanto, uma vez consolidado o cenário institucional, e sem uma consistente solidariedade que unisse os cidadãos, se abriria do mesmo modo a possibilidade de disputas pelo poder que instauraria nova instabilidade e tensão no panorama político.

Seria este clima de iminente tensão entre cidadãos proeminentes, personificados pela briga entre os touros, que uma das rãs estaria a observar da lagoa, e já começava a se lamentar antecipadamente pelas inevitáveis conseqüências que adviriam para o seu ambiente, nos versos 2-3: *Rana e palude pugnam taurorum intuens: / “Heu quanta nobis instat perniciēs!” ait* (HAVET, 1895, p.29).

Devido às suas lamúrias essa rã foi inquirida por outra do por que dizia isto, quando os touros apenas disputavam a liderança do seu rebanho e passavam a existência distantes (da lagoa) delas, exposto nos versos 4-6: *Interrogata ab alia cur hoc diceret, / De principatu cum illi certarent gregis / Longeque ab ipsis degerent uitam boues,* (HAVET, 1895, p.29)

Tentaria o fabulista demonstrar uma carência de perspectiva de seus concidadãos sobre a inter-relação de acontecimentos e eventos que poderiam afetar a existência de cada um, assim como também a convivência social?

A resposta da rã que observava, nos versos 7-11, foi no sentido de demonstrar que, apesar da diferença entre as espécies e da distância entre seus respectivos ambientes, o que for expulso do reino da mata fugiria para longe dali e viria se esconder nos recônditos do brejo, esmagando com pesada pata, calcada fortemente sobre elas, e estendendo-lhes, desse modo, o furor de sua batalha: *“Statio esto separata ac diuersum genus; / Expulsus regno nemoris qui profugerit, / Paludis in secreta ueniet latibula, / et proculcatas obteret duro pede. / Ita caput ad nostrum furor illorum pertinet”* (HAVET, 1895, p.29-30)

Nesta fábula a ênfase seria, sobretudo não no discurso de alienação, a tentativa de não envolvimento nas circunstâncias do seu entorno, o que poderia remeter à anterior condição de *seruitus* do fabulista que perpassaria seu texto, mas principalmente no receio de deixar-se envolver, ou, no caso, ser envolvido, por acontecimentos sobre os quais não teria controle algum.

2.5 Uma metáfora da submissão voluntária

Por que os homens aceitam se submeter à autoridade de um governante? Segundo a interpretação de Gerard Lebrun (1981, p.36) a submissão não seria simplesmente o resultado de um instinto gregário da espécie, mas, sobretudo aconteceria pela intenção de cada indivíduo em garantir a própria segurança.

Uma das fábulas iniciais do *corpus* fedriano perpassou essa temática, e, devido a maior extensão da narrativa em relação às demais – 31 versos -, cogitamos que o fabulista teria procurado elaborar uma crítica social a partir de outra narrativa esópica de caracteres símiles. Os respectivos apólogos são *Ranae regem petierunt* (1, 2), “As rãs pediram um rei”, e *Batrakhoi aitountes basilea*, “As rãs pleitearam um rei”, a septuagésima sexta no ordenamento do *corpus* esopiano.

Mas, por que Fedro faria uso de rãs como personagens para tal escopo?

As rãs foram utilizadas na comédia homônima de Aristófanes a fim de representarem um agrupamento de indivíduos que diante de quaisquer contrariedades, ao invés de buscarem maneiras de solucionar os problemas, fazem apenas reclamar e transformam essa atitude que poderia ser pontual em um comportamento permanente.

Antes de comentar a fábula esópica, o liberto Fedro efetuou uma breve exposição nos três primeiros versos que remeteria a uma pressuposta seqüência de acontecimentos da história de Atenas no século V a.C. que daria um sentido mais específico para a sua narrativa: *Athenae cum florent aequis legibus, / procax libertas ciuitatem miscuit, / frenumque soluit pristinum licentia*. (HAVET, 1895, p.3)

Desse modo, “pelo fato de que Atenas florescesse sob leis eqüitativas (*aequis legibus*), uma liberdade excessiva (*procax libertas*) perturbou a cidade e a desordem rompeu o antigo freio (*frenum... pristinum*) (dos costumes)”. O cenário escolhido para dar a fundamentação argumentativa para a fábula latina foi a metrópole da Ática que, após a guerra do Peloponeso, vencida por cisões internas, teve que suportar o controle de seu governo pelos trinta tiranos em sua maioria lacedemônios.

Fedro desenvolveu algo símile ao paradoxo da relação de proximidade que existiria entre o demasiado livre-arbítrio e a servidão dos cidadãos, que discutimos sobre a perspectiva de Cícero em tópico anterior.

Neste sentido, nos versos 4-5, através de articulações, “Pisístrato como usurpador (*tyrannus*) apoderou-se da cidadela (*arcem*), tendo conspirado com os partidos das facções (políticas)” - *Hic conspiratis factionum partibus / arcem tyrannus occupat Pisistratus*. Na maneira como organizou as frases pressupomos que para o fabulista latino se houvesse um controle maior sobre a sociedade, assim como sobre as atividades de determinados integrantes seus, seria bastante reduzida a possibilidade de que um indivíduo usurpasse o poder político. Estaria Fedro remetendo ao passado ou insinuando uma situação presente?

O liberto mesclou em sua narrativa personagens que não foram contemporâneos, e desse fato possivelmente seria sabedor devido aos relatos de historiadores

como Heródoto que reporta a existência de Esopo aproximadamente um século antes do governo de Pisístrato. A justaposição de ambas as figuras na fábula seria no sentido de incitar a reflexão sobre como gerir uma sociedade.

Nos versos 6-9, entretanto, o fabulista teria procurado demonstrar que “essa servidão lamentada pelos atenienses era relativa porque o governante em si não seria cruel (*non quia crudelis ille*), mas porque os cidadãos estariam totalmente desabituaados a serem governados e por isso começaram a se queixar, (quando) então Esopo teria contado a tal fábula”: *Cum tristem servitutem flerent Attici, / non quia crudelis ille, sed quoniam grave / omne insuetis onus, et coepissent queri, / Aesopus talem tum fabellam rettulit.* (HAVET, 1895, p.3)

Na sua versão Fedro teria procurado mostrar nos versos 10-12 que “as rãs (apesar de) vagarem livres pelos lagos, pediram a Júpiter com grande clamor (*clamore magno*) um rei que, pelo uso da força (*qui... ui*), reprimisse a dissolução de (seus) costumes”: *Ranae uagantes liberis paludibus, / clamore magno regem petiere ab Iove, / qui dissolutos mores ui compesceret.* (HAVET, 1895, p.3-4)

Essa pretensa “dissolução de costumes” se teria disseminado por todo o conjunto da população e estaria afetando as relações entre determinados segmentos, até então não interessados na situação? Por que a súplica para a indicação de um líder se o próprio grupo poderia se reunir e elegê-lo?

A narrativa esópica também descreveu que “as rãs” estariam “desgostosas pela própria anarquia”, *lypoúmenoi epì têi heautôn anarkhíai*, “e enviaram para Zeus embaixadores”, *présbeis*, “pedindo que lhes concedesse um rei”.

O modo como o deus lidou com o pedido ou a súplica é o único momento nas narrativas em que transparece um tom próximo do propalado aspecto lúdico que deveria existir nesse tipo de apólogo.

Para o Zeus grego, ciente da ingenuidade (*euétheian*) das rãs, um graveto (*xýlon*) atirado no pântano (*límnēn*) bastaria para seres que a princípio se espantaram pelo simples barulho (*psóphon*) e mergulharam mais para o fundo (*báthe*).

No caso do Júpiter latino, versos 13-15, “o pai dos deuses riu (de tal situação) e lhes deu pequeno graveto (*paruūm tigillum*) que, atirado de súbito na água, assustou a raça medrosa (*pauidum genus*) com o movimento e o ruído (*motu sonoque*)”: *Pater deorum risit atque illis dedit / paruūm tigillum, missum quod subito uadis / motu sonoque terruit pauidum genus.* (HAVET, 1895, p.3-4)

A partir desse momento as narrativas seguem no mesmo sentido.

Diante da imobilidade do objeto, nos versos 16-20, as rãs gradativamente uma a uma começaram a se aproximar, e, percebendo a sua “inércia”, deixaram de lado a cautela. Passaram a afrontá-lo e a atacá-lo sistematicamente: *Hoc mersum limo cum iaceret diutius, / forte una tacite profert e stagno caput, / et explorato rege cunctas euocat. / Illae timore posito certatim adnatant, / lignumque supra turba petulans insilit.*

Incomodadas pela inépcia desse líder que receberam – *inutilis*, inútil no texto latino, e *nokhelê*, preguiçoso na fonte grega -, as rãs enviaram ao deus um novo pedido para que o substituísse por alguém mais capacitado a governá-las, situação exposta nos versos 21-23: *Quod cum inquinassent omni contumelia, / alium rogantes regem misere ad Iouem, / inutilis quoniam esset qui fuerat datus.* (HAVET, 1895, p.4)

Fedro no ato subsequente foi mais analítico que o sintético texto esópico.

Porém, na narrativa grega transparece o sentimento do deus em relação ao excesso de pedidos. Zeus teria se irritado, *aganaktésas*, e, por isso, enviado uma hidra (*hýdron*) que começou a capturá-las e devorá-las, estabelecendo o pânico entre a sua população.

A fábula esópica encerra seu itinerário narrativo nesse momento de tensão para sintetizar a “moral” proposta em um *epimithium* que comentaremos depois.

O apólogo de Fedro também se ateuve a essa etapa, versos 24-26, na qual a serpente (hydra) com dentes ásperos, enviada por Júpiter, começou a arrebatá-las uma a uma, enquanto indefesas tentavam fugir da morte, caladas pelo medo: *Tum misit illis hydrum, qui dente áspero / corripere coepit singulas. Frustra necem / fugitant inertes; uocem praecludit metus.* (HAVET, 1895, p.4-5)

Sob essas condições, versos 27-28, as rãs tentaram então sem que, o mensageiro dos deuses, Mercúrio percebesse pedir o auxílio de Júpiter para socorrê-las: *Furtim igitur dant Mercurio mandata ad Iouem, / adflictis ut succurrat. Tunc contra deus.* (HAVET, 1895, p.5)

A resposta de Júpiter a essa última súplica nos versos 29-32 foi incisiva. Como não quiseram dar continuidade a um bem (o governante considerado inepto), deveriam sofrer as conseqüências pela escolha do atual líder até o seu término. Fatalidade abrandada pela pressuposta fala de Esopo que concluiu a narrativa exortando os cidadãos a suportarem a situação para que não lhes adviesse algo ainda pior: *“Quia nolulistis uestrum ferre” inquit “bonum, / malum perferte”. “Vos quoque, o ciues,” ait / ”hoc sustinete, maius ne ueniat, malum”.* (HAVET, 1895, p.5)

Tornou-se um argumento recorrente nas traduções das fábulas de Fedro de que a narrativa aqui analisada seria o principal motivo da retaliação realizada por Sejano contra o fabulista. Se de fato o foi não podemos afirmar devido à carência de indícios.

Mas, suponhamos que aludiria. A partir de uma analogia entre a figura de Júpiter e a de Tibério, o governante que nesse período comandava o Império romano, podemos fazer algumas considerações.

A primeira é que o deus estava distante da sociedade o que poderia indicar algum dos diversos momentos em que Tibério esteve em viagem pelos seus domínios, ou mesmo o tempo em que se teria autoexilado na ilha de Capri.

Em segundo lugar havia, inicialmente, a possibilidade dos integrantes dessa sociedade de lamuriantes entrarem em acordo e estabelecerem seu próprio governo. No entanto, a concessão de benefícios pessoais teria contribuído para fragmentar e fazer dissipar essa alternativa.

De acordo com Joly (2001, p.88-89), sob o Principado, na relação com o imperador, duas alternativas foram possíveis aos senadores: procurar agirem com *libertas*, atuarem com independência diante das determinações do *Princeps*, o que implicava no estreitamento dos vínculos entre os membros do Senado, assim como na renúncia às aspirações pessoais, para que essa mesma instância fosse fortalecida como instituição perante a sociedade; ou tentar estabelecer uma relação direta com o governante em troca de benefícios para si próprio, o que contribuiria para disseminar a *seruitus* em um *ordo* que, coeso, teria as condições de retomar o controle do Estado romano, pois significaria se colocar em uma posição de insegurança fazer uma oposição isolada ao poder imperial.

Terceiro ponto: Se a *Hydra* da fábula representava de fato Sejano, isto denotaria que ele não foi a primeira opção de escolha para administrar o mundo romano.

Na estrutura político-administrativa elaborada por Augusto caberia ao *praefectus urbi* assumir o governo de Roma, nas ausências do imperador, o que poderia implicar também no controle sobre o Império, possivelmente em consonância com o Senado, pois o cargo era atribuído a um membro da ordem senatorial.

As afrontas e os ataques contínuos a esse primeiro governante designado poderiam fazer parte de uma estratégia política para minar sua base de legitimidade, e terem partido tanto de Sejano como dos que associados a ele ganhariam com a sua ascensão – a sua rede pessoal de clientela, ou as redes das quais faria parte pelo contato com o imperador (GARNSEY and SALLER, 1987, p.149-156).

E por último, depois que assumiu o controle quase pleno do Estado romano *praefectus praetorio* teria feito uso de ações diversificadas para assegurar sua permanência no comando do Império. Estratégia que não excluía perseguições, proscricções e assassinatos a qual discutiremos com mais detalhes em tópico posterior.

Entretanto, se a narrativa era uma crítica velada a Sejano, que sentido haveria para Fedro em exortar os cidadãos a se submeterem a tais condições?

O ideário estóico que teria permeado a formação do fabulista pregava o comprometimento institucional de cada um dos indivíduos como forma de aprimorar pelo *meritum* pessoal todo o conjunto da sociedade.

Apesar de a *autarkhéia* - a capacidade de um indivíduo refletir sobre condicionamentos e pressões sociais e optar por atitudes e comportamentos considerados éticos - ter sido um conceito fundamental entre os estóicos, esta somente teria sentido em um ambiente comunitário.

De outro modo, a conceituação deixaria o âmbito da doutrina estóica para incursionar no território filosófico do Cinismo e pregar a desagregação da sociedade. E cogitamos que não seria esse o intuito de Fedro.

3 É EXCESSIVA A PAIXÃO DAS MULHERES?

Enfatizaríamos apenas um aspecto aparente e demonstraríamos apenas uma leitura superficial se nos reportássemos às fábulas de Fedro, nas quais mulheres foram utilizadas como personagens no enredo, como textos de caráter misógino. Textos sobre os quais poderíamos inferir a contribuição de uma longa tradição literária. Para não nos aprofundarmos em demasia nesta tradição remontaremos apenas a Grécia.

Desde Hesíodo (*Os trabalhos e os dias*, v.42-105), com o mito de Prometeu e Pandora, passando por tragediógrafos como Eurípides, ou de poetas como Horácio, a caracterização negativa do gênero feminino como a fonte de muitos dos males humanos, apropriada inclusive por várias concepções filosóficas como a de Aristóteles, se tornou uma constante nas literaturas grega e latina. E mesmo entre os poetas elegíacos romanos, que se teriam empenhado em valorizar a imagem das mulheres, se remete por inferência não a todas, mas a padrões de beleza e comportamento específicos.

Poderíamos seguir este itinerário e encontraríamos o mesmo tipo de argumentação em culturas coetâneas do Mediterrâneo oriental como no *Bereshit* hebraico, o Livro dos Gênesis da Bíblia, em que a mulher criada para auxiliar o homem se converteu na causadora da expulsão de ambos do paraíso (A BÍBLIA SAGRADA, Gênesis, 2-4).

Essas manifestações literárias da Antigüidade não remeteriam ao gênero feminino considerado em sua totalidade, mas apenas às mulheres pertencentes aos segmentos sociais mais privilegiados. Mulheres que, portanto, por estarem mais próximas das posições de mando seriam capazes de interagir mesmo indiretamente nos centros de gravidade política de suas respectivas sociedades.

Nesse sentido, enfocaria uma categoria específica diferente de algumas das generalizações expostas por Epstein (1993, p.99) que se difundiram na cultura moderna e permearam todo um ideário ainda atuante nas sociedades contemporâneas.

Epstein utilizou-se do que interpretou como exemplos dessa argumentação indutiva presentes em obras de William Shakespeare como “Hamlet”, escrita em 1599, com a emblemática frase *Frailty, thy name is woman!* – “Inconsistência, teu nome é mulher!” -; ou “King Lear”, publicado em 1609: *Her voice was ever soft, gentle and low, an excellent thing in woman*, ou “Sua voz era sempre suave, gentil e baixa, uma qualidade excelente na mulher”.

Tal argumentação, todavia, não é atributo apenas da cultura insular britânica. Tanto na literatura francesa no texto “Athalie” (1691) de Jean Racine – *Elle flotte*,

elle hésité, en un mot, elle est femme, ou “Ela flutua, hesita, e uma palavra, é mulher - como na ópera italiana “Rigoletto” de Francesco Maria Piave, apresentada em 1851: *La donna è mobile qual piuma al vento. Muta d’accento e di pensier* – “A mulher é inconstante como uma pluma ao vento, muda de tonalidade e de pensamento”.

Entretanto, discutir a presença da temática da misoginia na literatura, especificamente nas fábulas ou se aprofundar nas discussões sobre gênero não é o nosso escopo nesse capítulo, embora durante a análise nos aproximemos desses enfoques.

Para abordarmos as perspectivas elaboradas por Fedro em suas fábulas com relação ao papel das mulheres, especificamente as *dominae* – as senhoras na sociedade romana -, iniciaremos o nosso percurso analítico por uma sintética abordagem sobre a categoria feminina. A seguir discutiremos a figura de Sejano, personalidade política em destaque no período, essencial para o entendimento do tópico subsequente no qual é analisado um dos pressupostos papéis da matrona romana, e a partir do qual cogitamos também uma causa plausível para a condenação do fabulista. Outras duas questões relativas às mulheres serão também enfocadas em perspectiva: a bigamia e suas implicações a partir da legislação de Augusto; e a pressuposta reação feminina à maternidade, propalada de maneira impositiva.

3.1 As mulheres na sociedade romana

Escritores do período do Principado como Tito Lívio, Sêneca e Tácito teriam procurado revitalizar, como contraponto ao que interpretaram como uma excessiva liberalidade das mulheres, segundo a interpretação de Carvalho e Gonçalves (1993, p.118), a imagem idealizada das matronas – as humildes e virtuosas esposas dos primórdios da República romana.

Se nos basearmos na interpretação de narrativas (NOVAK ; NERI, 2003, p.24-25) como as do poeta Catulo, ou *Gaius Valerius Catullus*, a imagem apresentada contrasta com essa pretensa idealização: *Nulli se dicit mulier mea nubere male / quam mihi, non si se Iupiter ipse petat. / Dicit; sed mulier cupido quod dicit amanti / in vento et rapida scribere oportet aqua.* (Carmina, 70, v-1-4), ou “Minha mulher diz que não prefere deitar-se com ninguém a não ser comigo, mesmo que o próprio Jupiter o peça. Diz. Mas o que a mulher diz ao amante apaixonado é preciso que se escreva no vento e numa água que rápida se move”.

Liberalidades à parte, as leis elaboradas no convulsionado momento final da República romana, como a *lex Falcidia* do ano 40 a.C., teriam avalizado à mulher uma

relativa capacidade de gerir o seu dote,⁴⁰ uma espécie de empréstimo do pai da noiva para que o casal iniciasse a sua vida e que poderia ser reavido no caso de uma separação consensual (VEYNE, 1995, p.83), e também a de ser instituída como herdeira de patrimônios – talvez uma estratégia formulada para evitar a confiscação dos bens de opositores políticos assassinados, iniciado nas primeiras décadas do último século do período republicano, continuado pelos membros dos dois triunviratos e transformado em prática recorrente na instauração do Principado.

A principal consequência sociopolítica desses aspectos econômicos foi uma redução no poder tutelar do *paterfamilias* e uma gradativa alteração na condição feminina: mulheres das ordens sociais superiores, detentoras de uma situação financeira privilegiada em relação às demais e, portanto, menos limitadas pelo fator econômico, puderam influir de modo mais incisivo no ambiente cultural e político do orbe romano, diretamente ou no mais das vezes por intermédio de maridos considerados como indolentes e permissivos.

Outra reação à alteração no espaço de atuação feminina pode ser percebida de modo transversal nos aspectos enfocados pela legislação elaborada durante o governo de Augusto: a repressão aos casos de adultério; a inibição aos processos de divórcio; o favorecimento aos matrimônios dentro de um mesmo segmento social; e os “incentivos” tributários à natalidade através do aumento de impostos para solteiros e casais sem filhos – a tônica constituída por essas medidas ainda poderia ser observada em obras de autores posteriores a época augustana como Apuleio.

Crook (2001, p.91) nos informa que Otaviano assumiu a *praefectura morum* em 19 a.C., após seu retorno ao cenário político. Esse cargo conferia uma autoridade censorial proeminente em relação à dos cônsules, *censoria potestas*, garantindo-lhe o direito de decretar algumas leis sem necessariamente submetê-las aos *comitia*. Essas leis foram denominadas como *leges Augustae*.

Duas das leis iniciais, editadas no ano seguinte, foram a *lex Iulia maritandis ordinibus*, modificada em 9 d.C. pela *lex Papia Poppaea*, e a *lex Iulia de adulteriis coercendis*. A primeira tentou incentivar o casamento e a maternidade, e combater o celibato. A segunda procurou reprimir práticas sexuais não legitimadas, principalmente o adultério. Comentaremos sobre estas leis em tópicos posteriores.

⁴⁰ Esse dote, segundo relato na sexta sátira de Juvenal (Sátira 10, v.340-341), poderia chegar ao montante de um milhão de sestércios, o que constituiria um antigo costume entre as famílias nobres.

Porém, o objetivo político essencial destas medidas teria sido o de reconstituir numericamente a “elite” romana reduzida de maneira drástica pelos conflitos das últimas décadas do período republicano.

Nessa reconstituição das elites a união, *iustae nuptiae* ou *matrimonium*, contraída em conformidade com a legislação civil, *iure ciuili*, tinha um papel fundamental.

Cretella Junior (1996) baseado nos códices de direito romano descreveu duas modalidades de casamento: na primeira, denominada *cum manu*, a mulher ficaria sob a tutela do futuro marido ou de seu *paterfamilias*, era uma cerimônia solene e exclusiva dos antigos patrícios assistida por dez testemunhas, cada uma das quais representaria determinada cúria, e realizada pelo *summus Pontifex* e pelo *flamen*, respectivamente o líder religioso e o sacerdote do culto de Júpiter (p.118-119); na segunda, designada como *sine manu*, a nubente era conduzida em uma cerimônia simbólica até a casa de seu consorte (*deductio uxoris in domum mariti*), uma pressuposta evocação ao mítico rapto das sabinas (p.120). Em ambas as modalidades seria comum a concessão de um dote pela família da noiva que poderia ser garantido por escrito (*instrumentum dotale*). (p.121)

Além dessas modalidades havia outras menos formais como *coemptio* e *usus* (p.119-120): a *coemptio* era uma cerimônia privativa dos plebeus na qual a mulher era vendida simbolicamente ao marido na presença de um *libripens*, encarregado de recolher o tributo ofertado, e de cinco jovens cidadãos; e após um ano de coabitação estaria concretizada a união pelo *usus*. Ligação demasiado frágil, pois também poderia ser desfeita por três noites consecutivas de ausência de um dos cônjuges (*usurpatio trinoctii*).

3.2 Sejano: adversário ou instrumento de Tibério

Argumentamos em nota anterior sobre o prefeito pretoriano que, a figura de Sejano, dependendo do autor a partir do qual é enfocada, sofre discrepâncias. Suetônio e Tácito, por exemplo, descreveram-no principalmente como um instrumento utilizado por Tibério para a execução de serviços, talvez, menos dignos da participação imperial.

Esta caracterização foi enfatizada, sobretudo por Suetônio (A vida dos Doze Césares, Tibério, 61-65): Tibério foi mantendo as pretensões do prefeito pretoriano até o momento em que lhe pareceu mais conveniente se livrar do seu perigoso instrumento.

Na narrativa de Tácito (Anais, 4, 1-3) o cavaleiro de Volsínios teria agido de modo planejado, visando alcançar um objetivo definido: o controle do Império.

Dión Cássio, ou Díon Cássios Coceianos (150-235 d.C.), que escreveu em grego uma história de Roma desde a sua fundação até as primeiras décadas do século III d.C. (HARVEY, 1998, p.167) e que, portanto, estava mais distanciado cronologicamente dos fatos, descreve uma atitude mais incisiva de Sejano na trajetória para alcançar o poder imperial.

Lucius Aelius Seianus, nasceu em uma família do *ordo equester* por volta do ano 20 a.C. Pelo fato do nome de seu pai ter sido *Lucius Seius Strabo*, podemos inferir que Sejano foi adotado por algum membro da *gens Aelia*, uma família do *ordo senatorius*, talvez durante o período em que exerceu maior influência sobre Tibério e poderes sobre a política romana, e após a morte de seu pai.

Até a ascensão de Tibério como imperador dividiu com o pai o comando da guarda pretoriana, e antes deste momento sua trajetória biográfica se constitui de um completo silêncio. A partir de então com a nomeação de *Strabo* para o cargo de *praefectus Aegypti*, governador da província do Egito,⁴¹ assumiu sozinho a autoridade sobre a guarnição pretoriana criando um perigoso precedente que possivelmente abalou o equilíbrio de poder que era mantido pelo comando dual, estabelecido por Augusto ao final de seu governo.

Surgida no período republicano, durante as guerras púnicas, a *cohors praetoria* era a guarda pessoal de um magistrado em campanha, composta por seus *amici, clientis* e legionários experientes, fixados no centro do quartelamento da legião – o *praetorium*. Após a batalha de *Phillipos* Marco Antonio e Otaviano teriam mantido cerca de 8000 veteranos para lhes servirem como pretorianos, segundo Keppis (2001, p.384). Desse contingente surgiria o núcleo da futura guarda pretoriana que tanto influenciou na política do Império.

Diferente dos demais legionários que teriam de prestar serviço por no mínimo vinte anos, os pretorianos eram comissionados por um período que foi estabelecido em doze anos em 13 a.C., e ampliado para dezesseis em 5 d.C. Cada coorte atuava inicialmente de maneira autônoma reportando-se diretamente ao *Princeps*, pois a referência aos dois *praefecti praetorio*, somente ocorreu em 2 a.C. de acordo com Crook (2001b, p.128), cargos que estavam em processo de experimentação.

Fato significativo é o comando da maior unidade militar dentro da península itálica - Keppis (2001, p.386) argumentou que não havia nenhuma legião estacionada na península - ter sido atribuído por Augusto não a um membro do *ordo senatorius* como seria

⁴¹ Após a vitória sobre Marco Antonio e Cleópatra, em 30 a.C. segundo López Barja (1993, p.91), Otaviano nomeou o primeiro *praefectus Aegypti*, prefeito do Egito, cargo atribuído a uma autoridade da ordem equestre e especialmente designado devido à posição estratégica do Egito com relação às demais províncias.

lógico, mas a dois integrantes do *ordo equester*, que existia como um segundo nível senatorial, mas que foi reorganizada por ele, portanto passível de ser subordinada pelos laços de *amicitia*, símiles à relação *patronus-cliens*.

O *praefectus praetorio* era um dos postos-chave da reorganização empreendida por Otaviano, assim como *praefectus uigilum*, o *praefectus annonae* e o *praefectus Aegypti*. Formavam o ápice de um *cursus equester*, do mesmo modo que as procuradorias imperiais e os comandos de destacamentos militares, segundo López Barja (1993, p.82).⁴²

A jurisdição criminal dos prefeitos pretorianos deveria ser exercida apenas para além do *pomerium*, conforme a argumentação de Nóbrega (1954, p.89), uma área de cem milhas a partir de Roma dentro da qual a atribuição de manter a ordem seria desempenhada pelo *praefectus Vrbi*, o prefeito da cidade de Roma. Deveria. Pois, o *praefectus Vrbi* se tornou uma figura eclipsada pelo *praefectus praetorio*.

Uma medida adotada no início do governo de Tibério e que teria contribuído para a “lealdade” da guarda pretoriana foi o aumento considerável do pagamento anual recebido para setecentos e cinquenta denários, em 14 d.C. - além de um *donatium* extraordinário de mil denários. Na explanação de Keppis (2001, p.385), este montante significava três vezes mais do que o recebido por um legionário comum, e equivalia ao recebido pelos que estavam estacionados em pontos críticos da fronteira do império.

Entre os anos de 15 e 23 d.C., teria progressivamente se tornado o conselheiro e confidente de Tibério. Um fato nesse ínterim que teria contribuído no sentido de afirmá-lo perante o *Princeps*, segundo a narrativa de Tácito (Anais, 4, 59), teria sido o desabamento ocorrido em uma gruta quando parte do teto cedeu, esmagando alguns escravos.

Enquanto a maior parte da comitiva e dos convivas que acompanhavam o imperador fugia, Sejano utilizou o próprio corpo para protegê-lo, tendo sido encontrado nessa posição quando soldados pretorianos vieram para socorrê-los. O pretenso desinteresse demonstrado serviu para aproximá-los mais ainda.

Sejano foi designado por Tibério para acompanhar seu irmão Druso durante a campanha militar na província da Panônia no ano 17 d.C., se para auxiliá-lo ou para manter sobre ele uma vigilância constante a mando do imperador podemos apenas cogitar.

⁴² Das vinte e cinco legiões existentes no exército romano (LÓPEZ BARJA, 1993, p. 84) durante o governo de Augusto, vinte e três eram comandadas por membros do *ordo senatorius*, mas, das seis coortes que compunham cada uma dessas legiões, cinco eram chefiadas por integrantes do *ordo equester* denominados como *tribuni angusticlaui*. Nas duas legiões restantes, estacionadas na província do Egito governada por um *equester*, todos os cargos eram ocupados por cavaleiros. Assim, podemos argumentar que o *ordo senatorius* teria o controle efetivo de apenas 15 % das forças militares romanas.

No ano 23 d.C. Tibério permitiu que fosse construído um aquartelamento, a *castra praetoria*, localizado ao norte da cidade próximo ao portão Viminal, que poderia abrigar as nove coortes pretorianas que se encontravam então dispersas pela cidade de Roma e nas circunvizinhanças.

Essa concentração das tropas, além de ter contribuído em termos táticos para tornar mais eficiente a comunicação entre o comando e as unidades da guarda pretoriana, possivelmente teve um impacto simbólico sobre a população cidadina, reforçando a imagem de autoridade e força da corporação militar, pois cada coorte tinha um efetivo aproximado de mil homens.

Mas, apesar de dispor da maior guarnição militar em Roma e nas suas proximidades, e ter controle sobre as demais, não podemos atribuir apenas ao uso e à ostentação da força o poder alcançado pelo prefeito pretoriano.

Sem uma estreita rede de relações e clientela em diversos níveis e sem colaboradores Sejano não teria atingido projeção no cenário político de Roma e se sentido em condições de, por exemplo, oferecer-se em 25 d.C. como pretendente de Lúvia.

Não obstante a recusa de Tibério o poder de Sejano permaneceu.

E após o retiro de Tibério para a ilha de Capri,⁴³ localizada ao sul do golfo de Nápoles, no ano 26 d.C., suas manobras para remover possíveis concorrentes ao poder imperial se teriam ampliado e envolvido pessoas de diferenciados *status* sociais.

Sejano teria se utilizado de uma estratégia na qual mesclou benefícios aos seus *amici*, pela distribuição de cargos, expectativas de favorecimento aos quais interessasse ter como aliados, e intimidações ou represálias aos que pudessem lhe fazer oposição.

Estratégia que, segundo a narrativa de Juvenal (Sátira 10), seria direcionada aos segmentos mais participantes na política romana, como os *ordines* e a *familia Caesaris*, e que somente não obteve o seu intento porque, diante de uma carta enviada por Tibério ao Senado (v.67-71), seus pressupostos amigos e beneficiados se intimidaram e deixaram o caminho aberto para a retaliação imperial: Se os detentores dos privilégios distribuídos pelo prefeito pretoriano (v. 96-103) não o tivessem renegado (v.82-95) e resistissem ou ignorassem as ordens do *Princeps*; se esse mesmo governante morresse, ou talvez tivesse sido morto, os próprios juizes de Sejano o teriam aclamado como novo regente do Império (v.72-76).

⁴³ Na perspectiva de Sobral (2007, p.59), o interesse de Tibério por Capri não era devido ao exotismo e ao ambiente agradável da ilha, mas à dificuldade de acesso que propiciava: cercada por águas profundas e com uma faixa litorânea composta em sua maior parte de rochedos altos e escarpados.

Depois das perseguições que se seguiram à queda de Sejano, de acordo com Tácito (Anais, 6, 8-9), apenas um cavaleiro romano, Marcos Terêncio, teria ousado confessar publicamente sua amizade por Sejano e argumentado para Tibério que a aceitação do prefeito pretoriano se deveu a escolha do Princeps que o nomeou como seu representante com amplos poderes no governo de Roma. Sua argumentação o teria livrado da punição, mas tal decisão imperial seria uma exceção.

Fizemos essa explanação sobre Sejano para demonstrar que sem a reorganização das estruturas de poder implementada por Augusto, figuras como a dele teriam reduzida ou nenhuma possibilidade de se estabelecerem ou de intervirem no centro de gravidade da política romana.

3.3 Um possível motivo para a condenação de Fedro

Ao analisarmos o *corpus* documental fedriano a partir dos ordenamentos críticos de Louis Havet (1895), de Alice Brenot (PHÉDRE, 1961) e de Fernando Solinas (FEDRO, 2005), é possível constatar que nove fábulas não constam em traduções como as de Gonçalves (1957) e de Firmino (FEDRO, 1990) para a língua portuguesa, sendo descritas apenas no texto de Feracine (FEDRO, 2006).

Sobre as razões possíveis desta omissão sistemática de algumas das fábulas nas traduções, nada de consistente ainda podemos argumentar.

Porém, uma destas fábulas “silenciadas” de Fedro, “A Viúva e o Soldado”, despertou interesse por conter enredo e personagens similares aos de um dos trechos mais abordados e menos questionados do *Satyricon* de Petrónio, a “Matrona de Éfeso”.

O tema de que trataremos somente o encontramos, dentre os autores rastreados, em Fedro e Petrónio. Uma breve citação ocorre em Juvenal (Sátira 1, v-69-72) - “... E a famosa matrona, que juntando / A venenosa rã em doce vinho, / Que ao marido oferece sequioso;...”. Contudo, apenas a partir deste indício, não é possível inferir que remetesse às narrativas desses autores ou fizesse referência a algum fato similar acontecido.

Para Silva (2001, p.82), os poetas elegíacos teriam procurado enfatizar a distinção entre as figuras da matrona e a da mulher: a primeira remeteria a questões como casamento e comprometimento; a segunda, que foi posta em relevância, estaria associada a uma pressuposta liberdade de opções e à manifestação do desejo sexual. Assim, tais personagens e suas implicações se não chegavam a ser dicotômicos, não seriam necessariamente complementares.

Entretanto, tal distinção com relação à figura da matrona não deveria ser tão consistente como poderíamos supor em princípio. Nos autores latinos pesquisados, desde os escritos de Salústio (Guerra Catilinária, 11-13), passando pelos textos de Cícero (Da República, 1, 43) e de Horácio (Sátiras, 1.2, v.42-47), até chegarmos às sátiras de Juvenal (Sátira 6, v.237), ocorre uma continuidade nas descrições do assédio, e do deixar-se assediado das matronas como concebia Ovídio, pelas mais diversas categorizações do gênero masculino: de gladiadores e libertos a cavaleiros e senadores.

Sua propalada interdição atuaria mais como um incentivo à transgressão.

Mas, retornemos às analogias entre as narrativas de Fedro e Petrônio.

Uma mulher, desiludida com a morte de seu amado marido, resolve seguir o corpo do finado ao sepulcro e lá continuar a pranteá-lo. Nesse ínterim, um soldado é encarregado da guarda dos corpos de criminosos, crucificados próximos ao local do sepulcro.

No meio da noite, o soldado, aproxima-se do sepulcro e adentra no espaço onde a mulher está a se lamentar, acompanhada de uma escrava. A visão da bela viúva acende nele o desejo que, por meio de uma persistente estratégia, vem a ser consumado.

Pela manhã, retornando ao local que deveria proteger, o soldado percebe a falta do cadáver de um dos crucificados. Aturdido com o fato, volta o guardião ao sepulcro e comunica o ocorrido à mulher que, para evitar a punição de seu amante, devido à negligência cometida, elabora um ardil executado pelo soldado: colocar o corpo do finado marido na cruz.

A fábula “A Viúva e o Soldado” (*Mulier uidua et miles*), selecionada da *Appendix*, seria uma crítica ao envolvimento entre Sejano e Lúvia - Wiedemann (2001, p.214) se refere a ela também como *Liuvia Iulia* ou *Liuvilla* -, que teria ocorrido após a morte de seu marido Druso, filho e pressuposto sucessor de Tibério, ocorrida em 23 d.C, segundo Suetônio (A vida dos Doze Césares, Tibério, 62).

Entretanto, de acordo o relato de Tácito (Anais, 4, 7-9), teria Sejano premeditado o assassinato de Druso, considerado como obstáculo, concomitante à sedução de Lúvia.

Tal conjectura, argumentamos, fundamentaria as alegações de Fedro a Êutico para que intercedesse em seu favor. O fabulista, antes do pedido de intercessão, nomeou Sejano como seu acusador (3. Prólogo, v. 41-44) e questionou a validade de seu julgamento, pois, este mesmo indivíduo representou acusação, testemunha e juiz: “*Quod si accusator alius Seiano foret, / si testis alius, iudex alius denique. / Dignum faterer esse me tantis malis, / nec his dolorem delenirem remediis.*”, ou “Se outro acusador, porém, se outra

testemunha, enfim outro juiz, além de Sejano, existisse, confessaria que eu era digno de tamanhos males, nem aliviaria a minha dor com estes remédios”

A ênfase do fabulista em ressaltar as condições em que ocorreu o seu julgamento remete em demasia às estruturas discursivas utilizadas pelo orador ateniense Demóstenes (A Oração da Coroa) para refutar as alegações de seus acusadores, simpatizantes do macedônio Alexandre, expressas em seu texto. Entretanto, sem a possibilidade de contrastar o original grego com o excerto do texto fedriano, não podemos afirmar que o fabulista tinha conhecimento ou que fez uso de tal trabalho na elaboração de sua breve defesa.

Pela argumentação utilizada, podemos inferir que Fedro não negou sua culpabilidade, no entanto questionou os procedimentos utilizados.

Em relação ao *Satyricon*, neste tópico a discussão enfoca apenas a narrativa conhecida como “A Matrona de Éfeso” (*Satyricon*, 111-112: *Matrona Ephesi*). Quanto a seu pressuposto autor, Petrônio, as controvérsias ainda permanecem sobre quem seria e se seria de fato o autor do *Satyricon* - obra fragmentada, cujo manuscrito mais completo contendo a *Cena Trimalchionis*, o denominado *Codex Traguriensis*, foi descoberto em 1650, segundo Paratore (1987, p.642-643). Poderia ser o autor talvez o mesmo *Gaius Petronius* citado pelo historiador Tácito (Anais, 16, 18-19) e cognominado *Elegantiae Arbitrator*, ou “árbitro da elegância”.

Harvey (1998, p.391-392) cita Petrônio como governador da *Bithinia*, província romana que se localizava no que atualmente é o norte da Turquia asiática, no litoral do Mar Negro.⁴⁴ Refere-se a ele ainda como cônsul, o que indicaria pertencer à ordem senatorial, admitido posteriormente no círculo mais íntimo dos que conviviam com Nero, e que teria exercido sobre este alguma influência. Tal situação teria despertado a inveja de Tigelino, comandante da guarda pretoriana, que acabou por difamá-lo perante o soberano. A ordem imperial para que permanecesse em *Cumas*, ao centro-sul da Itália no litoral do Mar Tirreno, teria sido interpretada como ameaça, e o teria levado a suicidar-se no ano 65 d.C.

Paratore (1987, p.640-641) também defende essa tese baseado no conhecimento demonstrado pelo autor na descrição de paisagens, costumes e comportamentos dos habitantes do litoral da *Campania*, região onde se localizava *Cumas*, o que sugeriria que lá possuía uma *uilla* (residência campestre); assim como pelo uso abundante de termos de

⁴⁴ A cidade de Éfeso, que foi utilizada como cenário para a narrativa, ficava ao sul no litoral do Mar Egeu, e fazia parte da província vizinha da Ásia que tinha como capital a cidade de Pérgamo. Os governadores, entretanto, costumavam fixar residência em Éfeso.

origem grega, asianismos (expressões correntes na Ásia Menor) e do *sermo uulgaris* (linguagem popular), para melhor caracterização dos personagens no transcurso de sua obra.

Segundo a abordagem de Gonçalves (1996, p.57), que analisou no *Satyricon* a cena do banquete oferecido pelo riquíssimo liberto *Trimalchion*, pode-se conjecturar que Petrônio estivesse a fazer, através de uma retórica baseada na ironia, a crítica moral aos costumes da sociedade de seu tempo.

Sobre a perspectiva em relação aos costumes nos primeiros governos do Principado, baseei-me, a princípio, na interpretação elaborada por Veyne (1993, p.117) quanto à coexistência de “morais” opostas na sociedade, assumidas de forma explícita e sem o “véu puritano” do Baixo Império e do Cristianismo: uma ligada às tradições e a outra livre de convenções, sendo a escolha consoante às possibilidades de autonomia de cada indivíduo. Estas “morais”, todavia, representariam posições extremas dentro de uma gama mais extensa de comportamentos sociais presumíveis.

Ambos os escritores, apesar dos diferentes espaços sociais ocupados e da utilização que fizeram dos recursos lingüísticos, procuraram inicialmente direcionar a interpretação de suas respectivas narrativas para os seus pressupostos leitores.

Petrônio no meio do parágrafo anterior utilizou a expressão “... *nullamque esse feminam tam pudicam, quae non peregrina libidine usque ad furorem averteretur...*” (*Satyricon*, 110), ou, “... nenhuma mulher tão íntegra há que por uma nova paixão não seria levada aos maiores excessos...”. Ao empregar verbos no infinitivo (*esse*) e no imperfeito do subjuntivo (*avertetur*), proponho que intentaria o autor descrever uma condição inerente às mulheres, na sua perspectiva, relatando em seguida o conto da “A Matrona de Éfeso” no qual usou como exemplo a protagonista.

No caso da fábula de Fedro “A Viúva e o Soldado” o *epimithium* é: *Quanta sit inconstantia et libido mulierum*, ou, “Que tão grande quanto a inconstância seja também o desejo das mulheres”. A expressão, pelo uso do presente do subjuntivo (*sit*), sugere uma projeção que pode não necessariamente se concretizar, uma proposição mais cautelosa.

Seria a inconstância e a libido desenfreada uma característica de fato, ou mais uma concepção construída culturalmente?

Silva (2001, p.83-85) procurou demonstrar como Ovídio em sua *Ars Amatoria* teria recorrido em diversas passagens à mitologia no sentido de argumentar que as mulheres seriam criaturas incontinentes e desmesuradas, capazes das atitudes mais antinaturais para satisfazerem sua libido. O fator que acionaria esse ímpeto incontrollável, mas

dissimulado, contudo, seria a investida inicial do homem que romperia um pretenso pudor feminino.

Outra possível aproximação dos escritores é o fato de que ambos, tanto Fedro quanto Petrônio, parecem ter despertado as suscetibilidades dos “prefeitos pretorianos” em evidência nos respectivos governos durante os quais escreveram.

Para Sejano, que se tornou comandante uno da guarda pretoriana desde a ascensão de Tibério ao trono em oposição à estrutura bipartida criada por Otaviano, possíveis analogias às suas atitudes, presentes nas fábulas de Fedro, teriam representado um fator que poderia induzir críticas e ações políticas mais explícitas que desestabilizariam o seu *cursum* ao poder imperial. Há que se considerar ainda a posição social de Fedro no dimensionamento político de suas críticas, e teria sido interpretado como falta de *reuerentia* (NÓBREGA, 1962, p.280) um ex-escravo da *familia Caesaris* fazer qualquer tipo de alusão ao comportamento de um cidadão romano mesmo que da ordem equestre e principalmente preposto de Tibério.

Quanto ao fato de Petrônio, ao ser admitido e colocado em evidência no círculo mais íntimo de amigos do imperador Nero, ter provocado o ressentimento e a conseqüente reação de Tigelino, pode ser interpretado como indício de que a preeminência dos pretorianos sobre o *Princeps* encontrava-se em estágio de consolidação estrutural.

O ex-escravo trácio Fedro se ateu mais aos cânones da forma expositiva descrita por Horácio em sua “Arte Poética”: gênero adequado ao tipo de discurso utilizado (v.92); versificação adaptada ao tema (v.79-82); linguagem modulada ao pretenso público (v.341-346); e segmentação da narrativa (v.191-192). Possivelmente para ressaltar seu texto.

O cidadão romano Petrônio pôde adotar uma maior flexibilidade no uso da linguagem, introduzindo expressões como gírias populares – um exemplo é *olim oliorum*, “há séculos” (*Satyricon*, 43) - para produzir sátiras humorísticas e até como forma de criticar a dominante retórica horaciana, na perspectiva de Harvey (1998, p. 392). Porém, se destaca em sua narrativa ao menos a ressonância de Virgílio um dos cânones augustanos.

A partir de suas posições várias distinções podem ser suscitadas.

Fedro dá um título genérico à sua fábula, “A viúva e o soldado”. Em latim não há artigos, porém, a opção pelo uso dos mesmos na versão deveu-se às funções assumidas pelos personagens inominados – a viúva passional e o soldado assediador.

Ao intitular seu conto como “A Matrona de Éfeso” Petrônio estaria talvez fazendo uma crítica à figura da exemplar “mãe de família” na sociedade romana, símbolo tradicional do *decorum* feminino e a quem competiria transmitir às novas gerações o respeito

ao *mos maiorum* - as tradições ou costumes legados pelos antepassados. Porém, teve a cautela de fixá-la fora da Itália, em uma cidade fundada pelos jônios na Ásia Menor.

Nesse sentido, Petronio também procurou criar, através de sua descrição, uma reputação e uma obstinação sobre-humana para a personagem de sua *matrona*:

... tam notae erat pudicitiae, ut uicinarum quoque gentium feminas ad spectaculum sui euocaret... Sic adflctantem se ac mortem inedia persequentem non parentes potuerunt abducere, non propinqui; magistratus ultimo repulsi abierunt... (Satyricon, 111)

... uma senhora com uma tão grande reputação de castidade, que até as mulheres dos países vizinhos vinham vê-la, por curiosidade... sua aflição era tal, que nem parentes nem amigos puderam demovê-la da sua decisão de deixar-se morrer de fome. Os magistrados, fazendo uma última tentativa, terminaram retirando-se sem nada conseguir...

Foi recorrente a precaução do autor de caracterizá-la em traços não-romanos, como no uso da expressão *positumque in hypogaeo Graeco more*:

*... Haec ergo cum uirum extulisset, non contenta uulgari more funus passis prosequi crinibus aut nudatum pectus in conspectu frequentiae plangere, in conditorium etiam prosecuta est defunctum, positumque **in hypogaeo Graeco more** corpus custodire ac flere totis noctibus diebusque coepit... [grifo nosso] (Satyricon, 111)*

*... Essa senhora, havendo perdido seu marido, não se contentou com as demonstrações habituais de dor... mas quis, além disso, acompanhar o esposo mesmo em sua última morada, velar por ele **na caverna onde o haviam encerrado, segundo o costume dos gregos**, [grifo nosso] e ficar chorando noite e dia ao pé de sua urna funerária...*

Entretanto, o costume de inumação dos cadáveres era demasiado antigo para ser um hábito apenas dos gregos, segundo Fernando Solinas (FEDRO, 2005, p.192). O sepulcro adquiria a sacralidade de um templo, e, considerado como a “morada” do falecido, era ornamentado com os mais variados objetos, dependendo da posição social do finado.

Apesar de, em determinada tradução se definir como sendo três o número de punidos com a crucificação (Satyricon, 111), o texto latino não especifica a quantidade. É possível apenas cogitar que seriam mais de um. O motivo das crucificações, que colocará em cena o personagem do guardião, nos é dado por Fedro: *... fanum... compilerant Iouis* - o saque ao templo de Júpiter, ação que abalaria um dos fundamentos da sociedade. O responsável por

estas punições é descrito por Petrônio: *imperator prouvinciae*, o governador da província, instrumento manifesto do poder político.

Quanto à razão pela qual o soldado aproximou-se do sepulcro, Fedro emprega um argumento recursivo em suas fábulas, como “O lobo e o cordeiro” (1, 1): a sede, uma necessidade fisiológica. Nesta perspectiva o soldado não teria pleno controle sobre seus atos iniciais, agindo, ou reagindo, por instinto como qualquer animal.

A seguir, no transcorrer da ação, uma escrava, que nesse momento aparece em cena velando pelo repouso de sua senhora, dá água ao sedento soldado. Esta escrava, apresentada no diminutivo (*ancillula*), não mais será citada, sugerindo que na perspectiva de Fedro as funções de uma serva não deviam extrapolar tais limites – nesse sentido, ressoaria a questão ciceroniana do *decorum* (CÍCERO, Dos Deveres, 1, 27), sobre os papéis que cada um teria por obrigação assumir na vida coletiva. Satisfeita a sua necessidade, o soldado deixou-se motivar por outro interesse, a curiosidade, e desviando-se de sua ronda adentrou o espaço mais reservado do sepulcro onde a visão da triste mulher de bela face despertou nele o desejo.

O motor da ação inicial do guardião foi, na argüição de Petrônio, a curiosidade “inata” a todos os homens. Nesse ponto estabeleceu uma cisão entre o comportamento humano em relação aos demais animais. A ação deixou de ser reativa, pois movida pela necessidade, para se tornar proativa. E ao entrar no sepulcro a primeira impressão do soldado foi de temor diante da beleza mais que humana da mulher (*pulcherrima*) que se assemelhava a uma aparição sobrenatural. Porém, pela presença do cadáver percebeu tratar-se de uma desconsolada viúva e decidiu trazer-lhe sua parca alimentação de soldado, o que sugere uma atitude cortês em relação à mulher.

Fedro narra que o soldado, consumido gradualmente pela indiscreta paixão (*inprudens cupiditas*), inventou mil pretextos pelos quais pudesse ver frequentemente a viúva. Procurou cotidianamente estabelecer uma ligação que aos poucos produziu a estranha submissão da mulher (*aduenae submissior*) - o soldado e a viúva simbolizariam diferentes ordens na sociedade romana, e seria considerado natural a submissão do primeiro à segunda e não o contrário como foi exposto.⁴⁵

⁴⁵ De acordo com argumentação de Alföldy (1989, p.125) que se utilizou de Tácito como fonte, os integrantes do *ordo senatorius* teriam uma idéia exacerbada da própria relevância. A condenação do adultério de Lúcia foi mais ressaltada em razão da diferença de estatuto entre ela e um simples membro do *ordo decurionum*, um municipal como Sejano que apesar de exercer o cargo de prefeito pretoriano, não deixara de ser um simples cavaleiro de Volsínios. O ato de Lúcia “envergonhava tanto os seus antepassados como os seus descendentes”, segundo Tácito (Anais, 4, 3).

Esta ligação resultou em colóquio amoroso numa noite subsequente, porém, os métodos utilizados para o assédio não foram descritos, mas seriam sutis e gradativos, pois Fedro não expressou tensionamento na atitude ou na resistência da mulher.

Se recorrermos à “Arte de Amar”, a *Ars Amatoria* de Ovídio, encontraremos indícios de uma possível estratégia de sedução, pois este escritor procurou estabelecer uma analogia entre a guerra e qualquer relação amorosa que seria em síntese uma operação militar em sucessivas etapas de cerco, assédio, incursão e manutenção do objetivo alcançado.

Na primeira etapa o cerco se constituiria em *hic tibi quaeratur socii sermonis origo* (1, v.143), buscar um motivo para dialogar, e de maneira concomitante, *quaelibet officio causa sit apta tuo* (1, v.152), se utilizar de todos os pretextos possíveis para demonstrar cortesia à mulher.

A seguir o assédio seria no sentido de fazer promessas porque nada custam, *promittas facito; quid enim promittere laedit?* (1, v.441), pois, *pollicitis diues quilibet esse potest.* (1, v.442), muitos enriquecem com promessas sem nada cumprir. Elogios agradariam qualquer uma até a mais casta, *delectant etiam castas praeconia formae* (1, v.621). Deveria o soldado deixar a timidez de lado porque as promessas atrairiam as mulheres, *nec timide promitte; trahunt promissa puellas.* (1, v.629)

Durante a incursão a ênfase recairia sobre doces palavras que nutririam a paixão, *dulcibus est uerbis mollis alendus amor* (2, v.152), ditas em consonância com a expressão facial, *tantum ne pateas uerbis simulator in illis* (2, v.311).

Na última etapa, para manter a conquista, se fazer diuturnamente presente, visto e ouvido pela mulher, *te semper uidebat, tibi semper praebeat aures; Exhibeat uultus noxque diesque tuos.* (2, v.347-348)

Essa estratégia amorosa ovidiana tem similitude com a descrição de Tácito (Anais, 4, 3) sobre o início do relacionamento entre Sejano e Lívía iniciado ainda durante o período em que Druso estava vivo: Lívía havia sido feia quando em criança, possivelmente mais suscetível a elogios e promessas; Sejano teria simulado estar apaixonado até seduzi-la; induzindo-a a partir desse momento com a expectativa de que, morto o marido, se casariam e se associariam, depondo Tibério para governar o Império.

Todavia, tentar estabelecer uma relação entre as táticas ovidianas e a narrativa tacitiana sobre Sejano seria sobrevalorizar a sua atuação, e desconsiderar a possível participação de Lívía nos acontecimentos.

Segundo a interpretação de Silva (2001, p.81), no universo elegíaco ovidiano a mulher que foi apresentada como objeto de interesse masculino, e que teria por

obrigação a acolhida ao homem, dispunha, entretanto, de um poder de escolha que lhe permitiria aceitar ou não o assédio, em conformidade com os seus desejos. E essa relativa liberdade feminina, que consideramos como negativa, contribuiria para inverter a relação entre homem e mulher: por caber a esta facilitar ou não o acesso daquele, que procurava alguém com quem estabelecer um relacionamento, ocorreria em tese o realinhamento de uma ação até então conduzida pelo homem.

Ovídio fez considerações às mulheres para transformar a conquista em um jogo de recusas e postergadas acedências: a mulher não deveria satisfazer de maneira fácil as solitações do amado, nem objetar em demasia aos seus pedidos, insinuando uma leve esperança que aguçaria o desejo - *Incitat, exiguum si modo tempus habet. / Sed neque te facilem iuueni promitte roganti, / Nec tamen e duro quod petit ille nega.* (Arte de Amar, 3, v.474-476). A postura da mulher como responsável por manter “acesa” essa “chama”, através de uma arte da sedução na qual se mesclariam a restrição aos pressupostos prazeres e a ponderação sobre os favores dispensados, foi enfatizada e reiterada na obra ovidiana (3, v.579-580).

E, nesse sentido, o mesmo texto pode ser utilizado tanto para cogitar sobre uma possível estratégia do soldado como para argumentar sobre o pretense interesse da viúva em fazer com que o amado vislumbrasse um caminho pelo qual se deixou conquistar.

A exortação inicial do soldado a viúva para que não se entregasse mais às lamentações, segundo Petrónio, somente fizeram ampliar o sofrimento desta. Porém, continuou insistentemente a reiterar o convite à refeição até que a escrava (*ancilla*) seduzida pela oferta se satisfez e passou a auxiliar no assédio à obstinada resistência de sua senhora. Nesse ponto, a participação da escrava se tornou fundamental, pois, teria utilizado entre outros argumentos uma frase de Virgílio: Ana, irmã da rainha Dido, tentou demovê-la da inutilidade de persistir em ser fiel a Siqueu, seu falecido marido, e insistiu na idéia de deixar-se dominar pela atração que nutria por Enéias. A frase, segundo Paratore (1987, p.663), corresponde a um dos versos de Virgílio (Eneida, 4, 34): *id cinerem aut manis credis curare sepultos?* [grifo nosso] ou, “não, senhora, dos mortos os insensíveis restos; não exigem de nós arrebatamentos tão funestos.” Petrónio alterou o verbo *curare* pelo *sentire* - talvez essa forma de utilização de um trecho da obra maior de Virgílio tenha sido mais uma crítica a um dos ícones da literatura augustana.

A prolongada abstinência facilitou o assédio simultâneo e a obstinação da senhora finalmente se rendeu as suas próprias necessidades como já havia ocorrido com a

escrava. Incentivado por esta vitória o soldado continuou seu avanço, desta vez em direção aos favores da nobre dama (*domina*).

Novamente, com o apoio da escrava, conseguiu vencer uma resistência menos convicta e obteve na noite uma dupla vitória que se prolongou durante a manhã e a noite seguinte, não antes de ter o cuidado de lacrar o sepulcro para evitar inconvenientes. Na manhã posterior, ao invés de retornar ao seu posto, o soldado decidiu utilizar todas as suas posses para presentear a mulher que tanto lhe encantara.

Fernando Solinas (FEDRO, 2005, p.192) argumentou que os mausoléus de indivíduos de maior proeminência social eram erigidos em locais visíveis, próximos à cidade, porém, distante o suficiente das vias de trânsito mais importantes.

Podemos cogitar sobre o porquê do cuidado em não se fazer surpreender.

De acordo com Rousselle (1984, p.97), as viúvas que conservassem a qualificação de *materfamilias* estariam interditadas, o que significava que qualquer tipo de relacionamento amoroso fora de uma união legalizada incorreria na pena de *stuprum*.⁴⁶

As pessoas envolvidas diretamente e as que tivessem compactuado com tal ato ou tido conhecimento dos fatos sem reportá-los não estariam mais sujeitos à aplicação sumária da pena capital como nos tempos da República. Contudo, implicações ainda existiam.

Horácio (Sátiras, 1, 2) narrou as conseqüências possíveis do envolvimento com matronas: o marido poderia matar a mulher flagrada e, dissolvido dessa maneira o casamento, ficar com todo o seu dote; se a mulher fosse de estatuto inferior poderia ainda sofrer castigos físicos antes de outras punições como a crucificação; quanto ao amante, o marido poderia mandar castrá-lo, ou ainda entregá-lo a seus escravos, alguns previamente designados para a função, *ad stuprandum*, para ser seviciado.

Devido às novas leis⁴⁷ - como a *lex Iulia de Adulteriis Coercendis*, promulgada em 18 a.C., que estabelecia uma corte criminal para as transgressões de caráter sexual, principalmente os intercursos extraconjugais⁴⁸, e que converteu os atos puníveis no âmbito da *gens* em crimes contra a ordem pública – os envolvidos de maneira direta ou não

⁴⁶ MALDONADO DE LIZALDE, Eugenia. Lex Iulia de Adulteriis Coercendis del emperador Cesar Augusto (Y otros delitos sexuales asociados), In: **Anuario Mexicano de Historia del Derecho** - REVISTA JURIDICA, Vol. XVII. Texto não paginado disponível no site: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/hisder/cont/17/dr/dr12.htm>. Acessado em 4 de outubro de 2008.

⁴⁷ Logo após ter assumido a *praefectura morum*, em 19 a.C., cargo que lhe conferia a autoridade censorial, *censoria potestas*, que além da preeminência na interpretação do poder dos cônsules, permitia-lhe decretar algumas leis sem submetê-las às *comitia*, denominadas como *leges Augustae*, Augusto teria se empenhado em um programa de restauração dos costumes, conforme a leitura de (Crook, 2001, p.91)

⁴⁸ Nessa categorização estavam os envolvimento de uma mulher casada ou de um homem com uma mulher casada. Os relacionamentos extraconjugais masculinos não eram referenciados pela legislação e apenas estavam-lhes interditos os vínculos legais com mulheres de diferente estatuto social ou jurídico.

poderiam sofrer o confisco de metade dos seus bens, se fossem *honesti* (membros dos segmentos mais privilegiados), ou castigos físicos, se fizessem parte dos *humiles* (os que careciam de recursos) – em ambos os casos poderiam sofrer também o degredo de acordo com informe de Antônio Luís Seabra (HORÁCIO, 1993, p.108). E no caso da mulher ainda perderia o *connubium* que pelo casamento legal lhe garantiria o título de *matrona* (ROUSSELLE, 1984, p.117), e também o direito de desposar qualquer outro cidadão romano “honrado” (p.106).

Durante o encontro amoroso, um dos corpos crucificados foi retirado da cruz na qual estava fixado, segundo Petrônio, pelos parentes a fim de lhe prestarem os serviços fúnebres (*officia*). O soldado, retornando ao local, se apercebeu da falta e atordoado voltou apressadamente ao sepulcro, relatando o acontecido à mulher. Esta, para evitar a punição do amante, e uma dupla perda, recomendou que o corpo do finado fosse retirado do sepulcro e colocado na cruz, no que foi prontamente atendida pelo guardião.

Este desfecho foi expresso como lastimável por Fedro, não apenas pelo tipo de relacionamento assimétrico estabelecido, mas, principalmente, pelo fim que os amantes deram ao cadáver. Tal constatação fica mais enfática pelo último verso: *Sic turpitude laudis obsedit locum*, ou “Assim, a infâmia foi instalada em um local de glória”. O local (sepulcro), tido como local sagrado e que antes simbolizara a castidade e dedicação da viúva, teria se transformado em monumento à ignomínia nas ações dos amantes. Dentro desta perspectiva do que consideraria uma maior licenciosidade nos costumes, é possível suscitar nesta fábula ressonâncias da leitura de Cícero (Da República, 1, 44) que apresenta críticas semelhantes.

Petrônio, mais uma vez, destoou da tônica descrevendo o que para Fedro ecoou trágico de forma cômica: ... *posteroque die populus miratus est qua ratione mortuus isset in crucem.*; ou, “... e, na manhã seguinte, o povo falava em milagre, não conseguindo conceber como um morto pudera ir por si mesmo ao madeiro”. (Satyricon, 112). A sua descrição remete mais à ironia, sem, no entanto, deixar de ser crítica aos comportamentos.

Que diálogo podemos estabelecer entre os autores analisados.

Fedro considerado como epígono da política cultural do governo de Augusto, todavia, ao suscitar um cenário de degeneração dos costumes, representada pela postura mais livre da mulher, pela negligência do guardião e pelo ato de desrespeito a um local sagrado, na sua perspectiva com acentuado tom de tragédia, talvez em relação a um passado mais idealizado do que vivenciado, remete também ao período anterior dominado pelos escritos filosóficos e políticos de Cícero.

Petrônio construiu sua narrativa durante o governo de Nero de forma mais sutil e teria procurado satirizar a falsa aparência de pudor, demonstrada pelos integrantes dos segmentos dominantes, assim como a crescente influência dos libertos, e também dos escravos, nas relações sociais de seu tempo. Para atingir este objetivo de modo irônico seus personagens são mais enfáticos.

Entretanto, é possível argumentar que ambos, apesar dos diferentes espaços sociais ocupados e dos gêneros literários em que se expressaram, assim como da distância temporal de aproximadamente quatro décadas, constituíram pelo menos dois pontos de convergência com relação à caracterização da libido feminina: a inconstância do desejo; e a responsabilidade pelo desenlace da situação, eximindo o amante das conseqüências, e tendo como agravante a postura passional diante do assédio.

Agente condicionado, mas essencial na formação de uma sociedade patriarcal, mesmo que com mais direitos em relação a outras culturas do período, a mulher romana foi muitas vezes considerada como mais um *instrumentum domi* e relegada a um segundo plano na administração da casa e na gestão do patrimônio.

Deveria então ser desprovida de desejos e emoções que não fossem cívicos, e que se manifestos, poderiam colocar em risco o equilíbrio do *status quo*. Apesar de assumir responsabilidades sociais não poderia exprimir de modo algum vontades pessoais.

3.4 Crítica da mulher ou apologia à legislação de Augusto?

Tendia a ser um tema recorrente, entre os poetas elegíacos romanos, segundo argumentou Silva (2001, p.79), a aparente subserviência dos homens em relação às mulheres, devida à paixão que os escravizaria.

Esta concepção de relacionamento amoroso como fonte de sofrimentos, de acordo com Veyne (1986-9, p.136), se fundamentaria em um ideário greco-romano, que, se enfocarmos a partir da perspectiva de D'Onoffrio (1968, p.85-87), se relacionava com a disseminação de concepções filosóficas do Estoicismo em Roma, iniciada nos últimos séculos do período republicano tanto pelo afluxo de instrutores gregos a Roma como pela ida de jovens romanos às cidades helênicas de difusão desses princípios, sobretudo à Atenas.

Dentre as concepções do Estoicismo que foram assimiladas pelos romanos, que D'Onoffrio interpretou como uma variação moderada do Cinismo (p.85),⁴⁹ a que teria

⁴⁹ Ambos tanto o Estoicismo como o Cinismo postulavam a necessidade de uma vida de acordo com a natureza e a busca constante de auto-suficiência – *autarkéia* para os gregos -, divergindo principalmente quanto à

exercido maior impacto na maneira de dar sentido às circunstâncias do seu conturbado contexto político seria a de *uirtus* que valorizava a imagem de um homem que agisse de modo equânime diante de quaisquer adversidades, que estivesse em constante vigília para não se deixar dominar por suas necessidades e anseios pessoais, e que colocasse o que fosse mais benéfico para a sociedade acima de tudo o mais.

Concepção que se aplicada entre os poetas elegíacos criaria um paradoxo em termos filosóficos porque estes ao mesmo tempo em que exaltavam o usufruto dos prazeres, talvez como forma de catarse de sua realidade, o que os aproximaria de uma perspectiva epicurista de existência, também criticavam as possíveis conseqüências que poderiam advir da imoderação dos desejos, um dos fundamentos da doutrina estoíca.

As implicações de qualquer descontrole, principalmente no que se referia ao relacionamento entre homens e mulheres, ainda conforme Silva (2001, p.80), contribuiriam para reduzir um destacado e respeitável cidadão romano a uma condição servil pela perda de sua *grauitas* que também poderia ocasionar a perda de sua *dignitas*: Entre os romanos o conceito de *grauitas* (PEREIRA, 1984, p.341-345) remetia ao senso crítico em relação ao que seria pertinente ou não fazer de acordo com os costumes, à capacidade de discernimento manifestada pelo indivíduo, e que seria indispensável tanto nos relacionamentos pessoais como para o exercício de atividades de caráter público; quanto à consideração sobre a *dignitas* (p.339-341) remetia sobretudo ao território das relações políticas referindo-se a uma posição de prestígio e de influência na sociedade pressupostamente obtida de forma meritória. Sem a sua manifesta *grauitas* um indivíduo teria reduzidas possibilidades de alcançar uma *dignitas*.

Essa manifestação de *grauitas* poderia ocorrer pela transigência aos costumes, ao *mos* como expusemos anteriormente. Porém, em um cenário de realinhamentos sociais e políticos, nesse caso o período entre a desagregação da República e a sedimentação do Principado, como instilar determinados tipos de atitudes ou de comportamentos em segmentos específicos que podiam ambicionar alguma *dignitas*?

Esperar que os indivíduos se readequassem de modo espontâneo às exigências do convívio social? Elaborar maneiras de controlar e dirigir comportamentos, considerados como ameaçadores, se apresenta como a alternativa mais consistente. Cícero (Da República, 3, 8), no seu trabalho sobre a República, já havia argumentado que, se a

participação social, pois o primeiro postulava o envolvimento de indivíduos engajados na doutrina nos mecanismos de controle para se possível modificá-los, enquanto o segundo defendia a ruptura com as convenções sociais e a volta a um estágio primitivo de vida. Um pleiteava modificar as relações para modificar a sociedade, o outro desfazer a sociedade pelo seu esvaziamento.

justiça fosse algo inato aos seres humanos, todos a sancionariam e atuariam de forma semelhante.

A legislação elaborada atuaria no sentido de manter a integridade do conjunto de indivíduos assim como no de legitimar as práticas necessárias para coibir os comportamentos desviantes de um padrão estabelecido de conduta.

E a integridade da sociedade romana, se tomarmos por fundamento também a argumentação de Cícero (Da República, 1, 22), dependeria, em princípio, da integridade da família que atuaria como estágio primário no incentivo, na preparação e na prática dos indivíduos para as questões de caráter coletivo.

Sobre as relações internas entre os membros dessa família, qual é a perspectiva que nos foi apresentada por Fedro? Neste capítulo interessa-nos abordar e analisar o relacionamento entre homem e mulher.

A fábula denominada como *Anus diligens Iuuenem item Puella* (1, 2), que versa sobre as vicissitudes enfrentadas por um homem no relacionamento com suas duas mulheres, é uma das mais curtas das elaboradas por Fedro tendo sido expressa de maneira sintética em apenas dez versos. Esta fábula remete a uma das fábulas esópicas de características aparentemente símiles, a qual o fabulista teria utilizado como modelo: *Anèr mesopólios kai etairai*.

De forma diferente da narrativa esópica a fábula de Fedro sintetiza o seu pressuposto sentido nos dois primeiros versos: *A feminis utcumque est spoliari uiros, / ament, amentur, nempe exemplis discimus* (HAVET, 1985, p.34-35) – Aprenderíamos, segundo o fabulista através de exemplos, que os homens, quer amem ou sejam amados pelas mulheres, de qualquer modo seriam sempre por elas espoliados.

Esses versos, que podem ser caracterizadas como um *promithium*, deixariam transparecer mais um aspecto misógino que poderia remeter tanto aos preceitos estóicos como a concepção dos filósofos seguidores do Cinismo que definiam a mulher como um estorvo no caminho da busca da sabedoria, um acúmulo de inconvenientes, segundo a interpretação de Jose Maria Nieto Ibañez (ESOPO y BABRIO, 1994, p.52), como descreveremos na seqüência.

Na narrativa esópica escrita em prosa o sentido proposto nos é apresentado ao final em parágrafo à parte: *Hoúto pantakhou tò anómalon epiblabés esti* – Desse modo, tudo o que é inadequado (*anómalon*), pressupomos que aos costumes, seria seguramente prejudicial (*epiblabés*).

O foco na fábula de Esopo não recaiu sobre as mulheres, mas sobre uma situação que de acordo com a exposição narrativa transgrediria as convenções sociais.

Segundo Rousselle (1984, p.120), nos contratos matrimoniais gregos desde o período helenístico, de maneira diversa aos elaborados entre os romanos, o marido estava proibido de manter uma concubina no domicílio conjugal, proibição que se estendeu à existência de um domicílio secundário que não estivesse sob o controle da esposa. Se o homem viesse a ter um relacionamento duradouro com outra mulher, esta poderia repudiá-lo e requerer a aplicação de sanções econômicas como a devolução ampliada do seu dote, o que consideramos abalaria o patrimônio do marido.

Todavia, analisemos o conteúdo da fábula, dividido em três etapas.

Inicialmente, a descrição dos personagens e de suas relações, nos versos 3-5: *Aetatis mediae quendam mulier non rudis / tenebat, annos celans elegantia, / animosque eiusdem pulchra iuuenis ceperat.* (HAVET, 1985, p.35). Nesse sentido, “uma mulher experiente que ocultava a sua idade pela elegância tinha (ao seu lado) um homem de meia idade, e uma formosa jovem atraiu o interesse do mesmo”.

Na situação narrada se estabeleceria a tensão na *grauitas* do indivíduo de meia idade, *aetatis mediae*, uma fase da vida na qual pressupostamente seu discernimento deveria estar consolidado pela experiência: ocorreria uma cisão entre a *ratio*, uma racionalidade baseada em conveniências e interesses, o relacionamento com uma mulher experiente e apreciada pela elegância (*non rudis; elegantia*) cuja idade ocultava (*annos celans*); e o *animus* motivado por anseios mais prementes como a atração por uma mulher mais jovem e bela (*pulchra iuuenis*).

A sugerida diferença etária entre o homem e a mulher de mais idade pode ser um indício de que esta mulher era uma viúva que deveria se casar novamente para ter direitos à herança do falecido, de acordo com as leis estabelecidas por Augusto (ROUSSELLE, 1984, p.109) - conforme a *lex Iulia de maritandis ordinibus* de 18 a.C., em um prazo máximo de dez meses a contar da data do falecimento de seu finado marido, período que foi ampliado para um ano pela *lex Pappia Poppae* do ano 9 d.C. O vínculo estabelecido entre ambos seria talvez mais um contrato firmado na base de interesses recíprocos.

Quando a jovem mulher entra em cena, a situação sofre um desequilíbrio.

A possibilidade de ter relacionamentos extraconjugais de caráter eventual ou permanente, segundo Rousselle (1984, p.113-116), estava aberta ao marido romano.

Além de uma esposa, à qual estava ligado pelas *iustae nuptiae*, o homem poderia escolher entre suas escravas alguma que lhe interessasse, manumiti-la, às vezes com

menos de doze anos de idade, e reservá-la para si, pois dela ninguém poderia aproximar-se sem incorrer no crime de *stuprum*, tornado em ofensa pública. Poderia ainda se relacionar quaisquer outras mulheres que não fossem matronas, mulheres casadas ou viúvas; as jovens que estivessem legalmente subordinadas a um *paterfamilias*; ou as que tivessem o estatuto de escravas, pois nesse caso tais relações nem eram consideradas como tais.

Mesmo relegada a um segundo plano, a esposa, se não fosse maltratada pelo marido, não disporia de motivos para repudiá-lo, e se viesse a fazê-lo ou a recorrer judicialmente contra os seus envoltimentos extraconjugais perderia o seu dote, assim como a condição social de mulher casada, de *materfamilias*, adquirido pelo *connubium*, pela união.

E devido a esse “triângulo amoroso” acaba ocorrendo um embate entre essência e aparência como no diálogo platônico “Fedro”.

No trecho correspondente do texto esópico o que foi focado não remete a um pressuposto relacionamento estabelecido entre três pessoas, mas o que por inferência seria uma relação econômica entre um homem grisalho (*anèr mesopólios*) e duas *etairai* ou *eroméni* – duas cortesãs gregas.

Na segunda etapa, nos versos 6-7, Fedro descreveu as atitudes de ambas as mulheres em relação a este homem: *ambae, uideri dum uolunt illi pares, / capillos homini legere coepere inuicem*. (HAVET, 1985, p.35). Assim, “como cada uma das mulheres queria parecer com ele na idade, começaram a arrancar alternadamente os cabelos do homem”. Atitudes cujo desfecho seria então previsível.

Na narrativa esópica a descrição dessa fase é mais detalhada: a motivação da atitude das duas cortesãs seria porque considerariam vergonhoso, *áidemón* por inferência a expressão utilizada *aidouméne*, manter relações com um homem de diferente idade, mesmo que de maneira eventual, *plesiádzein* – seria esta uma prática das cortesãs na época em que esta fábula de estilo esópico foi elaborada. E nesse sentido cada uma ao seu tempo, quando iam encontrá-lo (*pote pròs autèn paregénéto*), arrancava-lhe os cabelos: a jovem os fios brancos, a de mais idade os fios negros.

Aqui reportamos aos inconvenientes na relação entre homem e mulher que Gaspar Morocho Gayo (ESOPO y BABRIO, 1994, p.52) relatou como sendo constituintes da concepção dos filósofos gregos cínicos: cada uma das mulheres exigia para si a atenção masculina; disputavam a preeminência em uma vida sedentária; e preocupar-se-iam com detalhes que não fariam parte do universo de interesses masculino, como os cabelos; além

disso, na narrativa esópica, ainda haveria o obrigatório dispêndio financeiro para manter a afabilidade de ambas.⁵⁰

O término suscitado é idêntico tanto a fábula esópica como a narrativa de Fedro: a calvície do homem pela ação das mulheres. Entretanto, o fabulista latino acrescenta no seu texto (v.8-10) um elemento que daria sentido à inércia masculina durante a alternada atuação feminina: *qui se putaret fingi cura mulierum, / calvus repente factus est; nam funditus / canos puella, nigros anus evellerat.* (HAVET, 1985, p.35)

O homem acreditava que estaria sendo beneficiado (*qui se putaret fingi*) pelos cuidados das mulheres (*cura mulierum*), o que na perspectiva tanto de cínicos como de estóicos seria uma agravante da situação apresentada: um indivíduo pressupostamente capaz de discernimento deixar-se conduzir, principalmente pela opinião de duas mulheres tão dispares em interesses.

As mulheres, nesse caso ambas, tendiam a se tornarem em *dominae*, senhoras na relação amorosa, segundo Grimal (1991, p.324), pois, teriam a percepção de sua onipotência e “divinização” sobre os homens, disseminada pela poesia elegíaca na sociedade romana. Estas “deusas” logo que alçadas ao panteão masculino se converteriam em demônios capazes de qualquer perversidade para satisfazerem seus sentidos, como relatou Juvenal na mais longa de suas sátiras, a sexta.

A crítica, conservadora nesse sentido, não se dirigiu ao relacionamento entre um homem e duas mulheres, mas à atitude deste homem perante o comportamento delas em relação a ele, o que demonstraria a inexistência de uma qualidade considerada como inerente ao gênero masculino entre os romanos: a capacidade de manter a *constantia*, a firmeza de propósito segundo Angélica Chiapeta (CÍCERO, 1999, p.XV), que para os seguidores do Estoicismo era um dos fundamentos da doutrina, assim como o controle sobre as mulheres.

3.5 A maternidade imposta ou uma crítica a Eurípides?

A pressuposição de que as fábulas de Fedro, nas quais a mulher aparece como personagem, teriam um caráter essencialmente misógino, não se sustenta se analisarmos de modo mais acurado o *corpus* fedriano.

⁵⁰ Mesmo nas obras de um autor pressupostamente incriminado de incentivar as mulheres a deixarem fluir sua libido transparece essa limitação do universo feminino aos desejos e ao que se considera como futilidades. Ovídio dedicou dois de seus textos nesse sentido: “Os remédios do amor”, *Remedia Amoris*, no qual traçou estratégias aos homens para se livrarem das imposições de um amor que oscilaria conforme o desejo feminino; e “Os cosméticos para o rosto da mulher”, *De medicamine faciei feminae*, em que descreveu a preocupação excessiva das mulheres em manter-se de acordo com determinados padrões de beleza.

Dez das narrativas do fabulista remetem às mulheres, ou também às deusas: no primeiro livro – *Mulier parturiens* (1, 18); no segundo, *Anus diligens iuuenem item puella* (2, 2) que tratamos no tópico precedente; três no terceiro – *Soror ad fratrem* (3, 8), *Poeta de credere et non credere* (3, 10), e *Pauo ad Iunonem de uoce sua* (3, 18); e cinco no apêndice – *Iuno Venus et gallina* (App., 9), a décima terceira, *Vidua et miles* (App., 13) também analisada anteriormente, *Virgo et proci duo* (App., 14), *Aesopus et domina* (App., 15), e *Meretrix et Iuuenis* (App., 27).

Se tentarmos estabelecer a misoginia como um possível eixo temático para essas narrativas, perceberemos que ocorreu uma modificação no enfoque adotado por Fedro.

Nos livros I e III o fabulista não chegou a fazer o que poderíamos considerar como uma apologia às mulheres, mas a descrição elaborada para a participação feminina estaria distanciada da crítica dos caracteres que lhes seriam inerentes.

Fedro procurou descrever, na nossa interpretação, respectivamente, as vicissitudes e os sofrimentos da condição das mulheres no mundo romano: uma gravidez muitas vezes sem assistência; a preferência dos pais pelos filhos do sexo masculino, dissimulada no debate entre essência e aparência; a reduzida valoração do depoimento de uma viúva, mesmo de estatuto social superior, diante das acusações de um liberto e de seus aliados – tema que trataremos no próximo capítulo; pela impossibilidade de se modificar determinados atributos naturais, da melhor forma utilizar os recursos de que se dispõe.

No livro II e, sobretudo, na *Appendix*, que reiteramos faria parte do aludido livro, o aspecto narrativo esteve mais próximo da tradição literária misógina como também do enfoque das concepções filosóficas cínico-estóicas com relação às mulheres: criaturas que, por agirem de maneira emotiva, irrefletida e motivada somente pelo desejo, seriam um obstáculo à busca de equilíbrio dos homens, e que, portanto, consideradas apenas no aspecto sensual poderiam ser de alguma utilidade para a sociedade dos homens.

A tônica narrativa desses textos não constitui, por conseguinte, um aspecto característico da obra fedriana, mas pressupomos que adquiriu um caráter de crítica pontual, direcionada às atitudes e ao comportamento de mulheres, proeminentes socialmente como Lúvia, nora do então imperador Tibério e sobrinha-neta do falecido Otaviano.

Das fábulas que não aludem à misoginia, selecionamos a *Mulier parturiens* (1, 18), ou “A mulher parturiente”. A escolha se deveu ao fato de abordar uma questão que perpassa a condição feminina – a gravidez. Questão que no início do Principado, pelas leis elaboradas por Augusto, ganhou especial relevância social tornando-se a base de uma “política pública” de incentivo à natalidade.

A *lex Iulia de maritandis ordinibus*, de 18 a.C., que teria sido alterada em alguns aspectos pela *lex Papia Poppaea* do ano 9 d.C., visava combater sobretudo o celibato e estimular a fecundidade entre os casais constituídos: restringia e em alguns casos proibia o casamento entre pessoas de segmentos sociais diferentes como os integrantes das *ordines* e os indivíduos libertados; considerava apenas as uniões realizadas de acordo com as formalidades legais, o que excluía o concubinato e relações congêneres, assim como abrigava a procriação o mais rápido possível após o matrimônio (ROUSSELLE, 1984, p. 51); bonificava os casais que tivessem filhos e penalizava os que se abstivessem por quaisquer motivos (CROOK, 2001, p. 93); e limitava o direito de receber a herança de filhos mortos (*ius liberorum*) às mulheres que tivessem gerado pelo menos três filhos, quatro no caso das libertas (MEIRA, 1968, p. 81).

Quanto à misoginia, a caracterização das mulheres como criaturas por natureza insidiosas, e necessárias apenas à procriação da espécie humana, foi ressaltada, principalmente, nas tragédias de Eurípides (480-406 a.C) nascido na ilha de Salamina, escritas na segunda metade do século V a.C.

Eurípides em pelo menos duas de suas tragédias descreve esse “caráter”.

Na “Medéia”, durante uma das falas de Jasão, o antigo líder dos argonautas, à sua repudiada esposa que deu nome à tragédia, fonte de inspiração a autores posteriores como Sêneca: *Se se pudesse ter de outra maneira os filhos / Não mais seriam necessárias as mulheres / E os homens estariam livres dessa praga!* (versos 658-660)

E no texto denominado “Hipólito” quando o protagonista se dirige a sua ama, envolvida nas artimanhas da madrasta que tentava seduzi-lo:

Ah! Zeus! Por que impões ao homem o flagelo / De mau caráter chamado mulher e o mostras / À luz do sol? Se desejavas propagar / A raça dos mortais, não seria às mulheres / Que deverias dar os meios para isso. / Em troca do ouro ou do ferro ou do pesado bronze / Depositado em teus altares, deverias / Ter concedido aos homens meios de comprar, / Segundo as suas oferendas, o direito / De ter os próprios filhos e poder viver / Livres da raça feminina em suas casas. (Hipólito, versos 654-664)

A concepção euripidiana poderia ser interpretada como uma perspectiva recorrente nas relações entre os homens e mulheres na sociedade romana? Argumentamos que haveria divergências.

Essa perspectiva foi satirizada na comédia “Só para mulheres” do ateniense Aristófanes (448-380 a.C.). No texto Aristófanes travestiu Eurípides, o autor trágico, se de mulher para argumentar em sua própria defesa pelas acusações imputadas ao gênero feminino.

E na breve narrativa fedriana de apenas sete versos, a maternidade, ou, de modo mais apropriado, a gravidez, foi escolhida para centralizar a discussão sobre a mulher.

Inicia o texto com uma frase que extrapola a temática e que poderia ser utilizada para se referir às mais diversas situações: *Nemo libenter recolit qui laesit locum* (HAVET, 1895, p.20) – ninguém deliberadamente voltaria ao lugar em que se feriu.

A expressão aparenta destoar do conjunto da narrativa que, nos demais versos, pode ser considerada como o relato da possível situação de um iminente parto.

Nos versos 2-3 a descrição da cena: *Instante partu mulier actis mensibus / humi iacebat, flebilis gemitus ciens* (HAVET, 1895, p.20) - Decorridos os meses, no prenúncio do parto, uma mulher, que estava deitada no chão, soltava gritos lancinantes.

Até esse momento a situação exposta pelo fabulista exprimiria uma situação de parto, possivelmente o primeiro, de uma mulher que pressupomos ainda jovem.

Segundo Rousselle (1984, p.50), os homens romanos, incentivados talvez mais pela legislação de Augusto, buscavam a união com mulheres jovens, normalmente recém-chegadas à puberdade, próxima dos doze anos de idade, e pressupostamente férteis, capazes de dar-lhes filhos o mais rápido possível para garantir-lhes o direito à partilha dos bens de uma herança familiar que, de outro modo, iria para os demais parentes com filhos.

Em uma sociedade em que, a rigidez dos costumes e relacionamentos era mais aparente do que consistente, se considerarmos os relatos de seus historiadores e literatos, o casamento e a procriação impostos pela legislação não seriam opções aceitas sem resistência, pelo menos velada.

Juvenal (Sátira 6, v.38-40) critica o desejo do amigo Ursídio que pretendia casar-se. Considerava tal atitude como uma loucura, fosse pelo pretense amor de uma mulher, fosse para ter um filho e assim usufruir dos benefícios da *Lex Iulia*. De qualquer maneira, na sua perspectiva, o celibato seria mais vantajoso.

A partir dos dados censitários do período, relatados por Alföldy (1989, p.120), podemos questionar a eficiência da “política” de incentivo à natalidade aplicada por Otaviano: Em 28 a.C. havia pouco mais de quatro milhões de “cidadãos” romanos; vinte anos depois esse número se elevava em apenas 4 %; e, no final do governo de Augusto, o *censum* indicava um crescimento de apenas 21,5 % em quarenta e dois anos, o que não chegava à cifra de cinco milhões de “cidadãos”, mesmo consideradas as manumissões. Nos governos

seguintes de Tibério e Calígula as perseguições e assassinatos afetaram ainda mais esse perfil populacional que somente chegou próximo dos seis milhões na segunda metade do governo de Cláudio.

No trecho seguinte ocorreu a inserção de um novo personagem, nos versos 4-5: *Vir est hortatus, corpus lecto reciperet, / onus naturae melius quo deponeret* [grifo nosso] (HAVET, 1895, p.20) – o marido aconselhou que (a mulher) recolhesse seu corpo ao leito, a fim de que depusesse melhor o “peso da natureza”.

Pressupomos pela proximidade de ambos, o marido e a mulher, que se trataria de uma habitação de dimensões modestas. O fabulista também não aludiu à presença de escravos ou outras pessoas no local. Muito menos houve referência a uma necessária parteira para auxiliar a parturiente nesses momentos.

Pela exigüidade de recursos podemos cogitar que seria a alusão não de uma situação ocorrida no ambiente de uma união legalizada, mas em uma relação menos formal, talvez um concubinato entre libertos no qual a presença de filhos seria primordial para obter direitos na herança de seu patrono.

O marido estava em cena, mas interagiu somente através de palavras com a esposa. Seu foco de atenção se centrou no que considerava que mais contribuiria para o nascimento da criança. Isto pode ser um indício de que o casal era constituído de pessoas jovens e de que a experiência que vivenciavam era inusitada para os dois.

Um parto pressupostamente nas condições que cogitamos acima ofereceria um considerável grau de risco de morte tanto para a parturiente como para o nascituro.

No final da narrativa, versos 6-7, a mulher declarou que de modo algum poderia confiar que a dor terminaria no lugar em que teve início – *“Minime” inquit “illo posse confido loco / malum finire quo conceptum est initium”*. (HAVET, 1895, p.20-21)

Estaria talvez Fedro em sua fábula descrevendo uma situação da qual tivesse efetivamente participado ou remeteria a uma circunstância de falta de recursos tornada crônica entre as mulheres romanas? Sua narrativa estaria dando voz às mulheres para manifestar um temor sobre o parto que as afligiria, ampliado ainda mais pela imposição das leis de Augusto.

Mais do que a simples resistência à legislação de “incentivos à natalidade” conjecturamos, empiricamente devido à ausência de fontes nesse sentido, que a fábula fedriana procurou exprimir angústias ainda presentes na sociedade contemporânea.

4 DISCURSO DE RESIGNAÇÃO OU DE RESISTÊNCIA?

Abordaremos agora a perspectiva de assimetria nas relações entre senhores e escravos na sociedade romana do início do Principado.

A princípio, enfocaremos as diversas formas de manumissão utilizadas na sociedade romana, e suas conseqüentes implicações, e nesse sentido a partir delas cogitarmos que valor um escravo poderia atribuir a sua libertação, e de que maneira menos árdua, e muitas vezes com a utilização de artifícios, poderia um *seruus* obter a sua liberdade; depois analisaremos a pressuposta emulação das narrativas de Esopo por Fedro, recursiva nas explicações sobre a constituição da fábula latina enquanto gênero literário; na seqüência ponderaremos sobre a desconstrução possível do estereótipo de determinado personagem fabulístico que nos distanciou de uma abordagem apenas intratextual das narrativas.

Todavia, antes procuraremos expor a maneira como usualmente o contingente de escravos era constituído.

A captação de escravos a partir de populações de nações inimigas, regiões insurrectas ou consideradas *hostis*, ou das que não mantivessem qualquer forma de tratados de amizade e de hospitalidade (*amicitia et hospitium*) com Roma constituía-se no meio mais utilizado inicialmente para a formação de mão-de-obra,⁵¹ fundamentada desde sua origem no *ius gentium* - o direito das gentes, uma coletânea de regras consuetudinárias, instituídas antes do período da República e baseadas em atitudes recíprocas.

Segundo as abordagens de Meira (1968; p.70-71) e Nóbrega (1954, p.134), que utilizaram de um fragmento dos *Digestae* (39, 15, 5, 2) - uma das quatro partes do *Corpus Iuris*, a reorganização do sistema de direito romano elaborado na primeira metade do século VI d.C. e executada por ordem do imperador Justiniano -, de maneira genérica, um *peregrinus* (estrangeiro) aprisionado poderia ser convertido em escravo.

A apreensão de prisioneiros para escravização, assim como a atividade mercenária, e a captação de recursos através de saques, segundo Garlan (1991), foram os meios econômicos de mais destacada participação desde o período helenístico e que, de acordo com o seu enfoque aplicado em outro estudo (GARLAN, 1994, p.50-59), teriam

⁵¹ No *ius civile* (direito civil romano) existiam também cláusulas que propiciavam a transformação do *status* de um indivíduo, de livre em escravo, que poderia ser vendido *trans Tiberim* (além do rio Tibre). Era o caso do devedor, insolvente, que não podia pagar as suas dívidas ao credor; do ladrão que fosse flagrado pela vítima de um furto ou de um roubo; do desertor do serviço militar; e do *incensus*, aquele cidadão que se recusasse a inscrever o seu nome no Censo, organizado pelo magistrado. Ou ainda do *filiusfamilias*, do filho que poderia ser vendido pelo pai, e que constituía uma situação especial, *in causa mancipii*, não sendo considerado legalmente um escravo.

contribuído para transmigrar o centro de gravidade da atividade bélica (*pólemos*) - que entre os gregos mantinha inicialmente um caráter ritualizado e acordado entre os beligerantes, desenvolvida segundo a observância de determinadas regras como a declaração formal de guerra e o respeito a santuários e arautos -, de um fim cultural e político em si mesmo, considerado como legítimo (*nómimos*) e decente (*kalós*) se motivado por uma injúria, fosse ela baseada no uso da violência ou na espoliação de algum bem material (DAWSON, 1999, p. 99), para, sobretudo se tornar uma prática subordinada à economia.

Em Aristóteles (Política, 7.13, 1333b) podemos localizar um indício da interferência das guerras para a captação de escravos nas sociedades helênicas: o filósofo grego argumentou que o objetivo principal da instituição militar não deveria ser o de disponibilizar os meios necessários para escravização das populações que não merecessem tal tratamento, mas de, sobretudo, evitar que se pudesse ser escravizado por outros.

A concepção aristotélica demonstra que haveria então populações que poderiam ser escravizadas legitimamente, como também a existência de uma prática.

Alföldy (1989, p.105) se apoiou em fontes como os relatos de Júlio César e de Plutarco para demonstrar que Mário durante a guerra contra os Cimbrírios e os Teutões teria feito cento e cinquenta mil prisioneiros vendidos como escravos; e que César apenas em uma das batalhas da Guerra das Gálias teria apresado cinquenta e três mil indivíduos com a mesma finalidade, conjecturando que o número total dos seus prisioneiros pode ter ascendido a aproximadamente um milhão de pessoas.

Então, como poderiam ser percebidas por um liberto as relações entre *serui* e *domini* numa sociedade na qual uma parte considerável de sua população havia sido constituída a partir dessas condições?

A partir de conceituações expressas por autores como Juvenal (Sátira 8, v.20: *...nobilitas sola est atque unica uirtus*)⁵², permeadas pelo estoicismo, Alföldy (1989, p. 127; 130) argumentou que a sociedade romana não poderia ser considerada como “um autêntico sistema de castas”, porque o empenho individual teria uma considerável relevância.

Para Veyne (1995, 77), entretanto, a incidência de concepções estóicas nas relações entre senhores e escravos não chegou a colocar em questão a legitimidade da

⁵² O texto latino da sátira foi extraído do site <http://www.thelatinlibrary.com/juvenal/8.shtml>. Acessado em 20 jan. 2008. Na sua tradução de Juvenal, que não está demarcada em versos como o original, Francisco Antonio Martins Bastos traduziu o termo *nobilitas* por “Brasão” resultando na expressão: “Somente a Virtude é o único Brasão!”. Também podemos encontrar o mesmo conceito expresso de forma distinta em Sêneca (Cartas a Lucílio, 7.66.34): *Sed per illud quod boni sunt, pares sunt* – “Todos, porém, são iguais na sua condição de homens de bem”.

escravidão como instituição nem a abrandá-la. O que teria sido exigido dos senhores restringiu-se somente à observância das formalidades na punição dos seus escravos.

Na concepção estoíca os homens nascem livres, portanto iguais nesse sentido, se diferenciam pelo mérito pessoal, porém é a sorte que decidirá que espaços poderão ter. Assim, o problema não estaria na forma de organização da própria sociedade, o que inviabilizava a possibilidade de seu questionamento. Ao se centrar o foco sobre o comportamento individual ou nas formas de relacionamento suscitava a introspecção.⁵³

Desse modo, por maior que fosse o *meritum*, o empenho do indivíduo poderia apenas reduzir, mas jamais anularia a relevância de outros fatores na definição da sua posição social. Nesse sentido, a condição jurídica de cada indivíduo incidia de maneira mais decisiva sobre o espaço ocupado por cada um.

A cidadania garantia o acesso a direitos, posições de poder e de prestígio sociais. Mas esta cidadania não era uma condição invariável. Havia categorizações jurídicas entre os cidadãos: os com plenos direitos, como os *ciues Romani*; e os “semi-cidadãos”, ou com acesso apenas ao *ius Latii*.

E, do mesmo modo, também ocorriam distinções entre indivíduos nascidos livres (*ingenui*), libertados (*liberti*) ou mantidos escravos (*serui*). O livre nascimento era o fator que mais contribuía para definir um determinado posicionamento na sociedade.

4.1 As formas de *manumissio* e suas implicações

O fato de ter pertencido categoria dos *serui* dentro da escala de gradação social, segundo Alföldy (1989, p.128), que se baseou na análise de excertos de escritores do Principado como Marcial, Plínio e Suetônio, criava uma “mácula” familiar que permanecia por gerações e contribuía para restringir as possibilidades de ascensão dos libertos e seus descendentes.

O escravo, *seruus*, era no direito romano uma coisa, *res*, equiparado aos outros bens, ao *dominium* de seu proprietário, porque privado da liberdade, a *libertas* que

⁵³ A disseminação do ideário estoíca na sociedade romana não constituiu um eixo livre de tensões, impermeável à política. Podemos apreender diferenças nos textos dos dois expoentes desta filosofia em Roma, distanciados em mais de um século: Nas obras de Cícero (Dos Deveres; República), escritas durante as décadas finais da República, a argumentação utilizada procurou reiterar que o engajamento dos indivíduos seria mais do que necessário para alterar as relações sociais percebidas como em processo de deterioração; em Sêneca (Cartas a Lucílio) o que transparece é uma atitude de permanente aprimoramento individual para não se deixar “contaminar” por uma sociedade tida como corrompida.

seria a característica humana fundamental.⁵⁴ Por essa concepção, poderia então ser negociado de variadas formas ou destruído como qualquer das demais posses, sujeitas a *Dominica potestas*, ao poder absoluto exercido pelo dono.

Porém, esta concepção foi sendo elaborada gradativamente.

Durante o período da Realeza e os séculos iniciais da República, de acordo com Meira (1968, p. 74) que se fundamentou em códigos como a *Lex Duodecim Tabularum*, a Lei das Doze Tábuas, os escravos faziam parte da *domus* e teriam um contato mais estreito com seus senhores. Cogita Meira que, pelo fato de estarem os *serui* incluídos entre as *res mancipii*, as coisas mais valiosas, apesar de não possuírem nenhum tipo de direito assegurado, receberiam um tratamento diferenciado.

Os escravos de então eram oriundos de etnias contíguas aos romanos.

No entanto, a partir das guerras púnicas, em consequência do afluxo de estrangeiros, *peregrini* aprisionados e tornados em escravos, a situação começou a se alterar.

A princípio, pelas variadas etnias agregadas com seus diferentes hábitos e costumes. Depois pela transformação da antiga *domus* através da divisão dos escravos da *familia* entre uma seção *rustica* fixada no campo, dedicada a atividades agrícolas e subordinada a um administrador designado pelo *paterfamilias*, o *uicarius*; e uma seção *urbana* que vivia na cidade, empregada em serviços domésticos, como a educação dos filhos do seu proprietário, ou comerciais.

Uma das resultantes dessa reorganização das relações entre senhores e escravos foi um maior distanciamento de ambos – Varrão, *Marcus Terentius Varro*, por exemplo, considerava o escravo como um *instrumentum uocale*, instrumento que fala (BRUNT, 1968, p.175). Para manter o controle sobre uma população de escravos mais heterogênea, além de um recrudescimento nas formas de punição, outro mecanismo utilizado foi uma categorização nas maneiras utilizadas para manumitir.

O ato de libertação (*manumissio*) não era uma questão pura e simples, mas acarretava implicações importantes. A forma como o escravo era manumitido resultava em um *status libertatis*, um estado de liberdade que conforme a explanação de Cretella Junior (1996) ocasionava um determinado *status civitatis*, uma condição de cidadania específica.

Havia formas consideradas “solenes” e “não-solenes” de manumissão.⁵⁵

⁵⁴ De Salústio até Ulpiano (170-224 d.C.), juriconsulto no período Severiano, podemos encontrar expressões que defendem a idéia de liberdade incondicional: Salústio na “Guerra Catilinária” (33,2) declarou que ... *Libertatem... nemo bonus nisi cum anima simul amittit* – “O homem de bem só aceita perder a liberdade junto com a vida”; e Ulpiano nos *Digesta* (50. 17, 209) comparou a escravidão quase à morte – *Seruitutem mortalitati fere comparamus*. Os excertos foram extraídos do site <http://www.kocher.pro.br/dicionário>. Acessado em 25 set. 2008.

As formas “não-solenes” foram regulamentadas pela *lex Iunia Norbana*. Editada em 19 d.C., ao início do governo de Tibério, esta lei dispunha sobre a condição do escravo libertado sem a observância de determinados rituais, mesmo com a anuência do seu *dominus*. O escravo que adquiria a liberdade desse modo era incluído na categoria dos *latini Iuniani* que não tinha nenhum dos direitos civis de um cidadão, e apesar de livre pelo antigo direito pretoriano, após a morte retornava à condição anterior.

De modo informal, um *seruus* poderia ser manumitido *inter amicos*, entre os amigos do senhor e sem o assentimento de um magistrado; *per epistulam*, através de carta enviada a quem se pretendesse manumitir e na qual o senhor declarava a sua finalidade de libertá-lo; e *per mensam*, admitindo que o escravo se sentasse à mesa com os demais membros da *familia*.

Rolim (2000, p.149) fez referência a uma outra forma considerada como não solene na qual o escravo que acompanhasse o cortejo fúnebre de seu falecido usando sobre a cabeça um *pileum*, o barrete frígio vermelho, seria reconhecido publicamente como liberto em cumprimento à pressuposta intenção não formalizada do finado.

Um escravo sem dono por qualquer motivo, seja pela sua fuga, por ter sido abandonado ou pela morte de seu senhor, permanecia inevitavelmente como escravo – *res nullius* (MEIRA, 1968, p.30).

Quanto às formas solenes estavam restritas a três modalidades.

Na *manumissio per uindicta* o *dominus*, o *seruus*, e um cidadão que o representava denominado como *adsertor libertatis*, pois o escravo não era ainda considerado uma *persona*, compareciam a presença de um magistrado, que poderia ser um cônsul, um pretor ou um governador de província. O *adsertor* que carregava na mão uma pequena vara - representação da antiga lança, *hasta*, que simbolizava o poder sobre o escravo -, designada como *festuca* ou *uindicta*, tocava-o e pronunciava a seguinte fórmula: *hunc hominem liberum esse iure Quiritium, dico.*⁵⁶ O *dominus*, caso não opusesse nenhuma *contra uindicatio*, nenhum impedimento, confirmava o seu intuito, tocando também o escravo com a *uindicta*. O magistrado homologava a declaração do *adsertor*, e o escopo expressado pelo *dominus*, proferindo a *addictio libertatis* na qual reconhecia publicamente o novo estatuto do indivíduo.

Para Veyne (1995, p.74), como a manumissão não constituía um dever do *dominus*, o *seruus* não poderia sequer cogitá-la perante o seu senhor. A solicitação nesse

⁵⁵ As definições jurídicas utilizadas nesta dissertação foram elaboradas a partir do cruzamento entre as informações e referências de Meira (1968), Cretella Junior (1996), Nóbrega (1954) e Petit (1970).

⁵⁶ Literalmente: “Digo, este homem é livre pelo direito dos Quirites”.

sentido deveria obedecer a certa formalidade que era a de ser requerida por uma terceira pessoa de nascimento livre: através da figura do intercessor seria mantida intacta a *dignitas* do senhor que não sofreria abalos pela demonstração de uma demasiada condescendência com relação ao escravo; e, de maneira concomitante, pela indulgência demonstrada à argumentação apresentada, que, normalmente, convinha aos seus interesses, o *dominus* corroborava publicamente toda a sua *clementia*.⁵⁷

Esta cerimônia foi posteriormente simplificada com a substituição do *adsertor* por um *lictor*, e das diversas manifestações pelo consentimento declarado do *dominus*, validado pela aprovação do magistrado.

A *manumissio per censum* se efetivava pela inclusão do nome do escravo com o consentimento de seu senhor nos registros censitários organizados normalmente a cada cinco anos pelo *censor*. Na lista censitária, ou *album*, somente poderia constar o nome dos cidadãos e seus concernentes patrimônios. Apenas a inserção do nome do escravo já implicava no reconhecimento da manumissão.

Pelo fato de, a partir de Tibério, os recenseamentos não terem mantido regularidade, esta forma de libertação aplicada durante a República foi deixando de ser praticada até se extinguir por completo durante o Império.

Discutiremos sobre a terceira forma “solene” de libertação, a *manumissio per testamentum*, em tópico posterior neste capítulo.

Existiu a partir do Baixo Império uma outra modalidade, denominada como *manumissio in sacrosanctis ecclesiis*, oficializada pelo imperador Diocleciano. Era efetuada pelo sacerdote cristão com a anuência do dono e na presença dos demais integrantes da comunidade, da paróquia.

Porém, mesmo libertos não poderiam se considerar totalmente livres.

Para Andreau (1991, 151-155) a figura social do liberto era uma imagem complexa e ao mesmo tempo frágil: Possuía seus direitos, porém jamais seria plenamente integrado na sociedade; apesar de sua libertação ter sido garantida pelo Estado romano, esta se constituía de um ato de caráter privado que lhe impunha múltiplos limites e obrigações.

De acordo com o enfoque de Garnsey e Saller (1987, p.109-111), a chave para o entendimento da continuidade do que designaram como “desigualdade” na sociedade

⁵⁷ Pereira (1984, p.358-363) descreveu a *clementia* como uma das bases em que se fundamentava a autoridade de Augusto. Significaria a moderação no tratamento de indivíduos, ou agrupamentos sociais, baseada no mérito. Opor-se-ia a *crudelitas*, a crueldade ou a prepotência nas relações. Sêneca escreveu um tratado sobre esta qualidade nos relacionamentos, o *De Clementia*, no qual tentou demonstrar a necessidade de sua utilização também nas relações políticas, trabalho discutido por Vizentin (2005).

romana seria estabelecida através da forma como três “sistemas” distintos se relacionavam, definindo os parâmetros para o posicionamento social de um indivíduo: Um que controlava a transmissão e a aquisição da propriedade da terra, assim como dos recursos necessários para cultivá-la, propriedade que em última instância constituía o fundamento econômico para o ordenamento de uma sociedade centrada na agricultura; Um que categorizava as atividades laborais e que interferia na distribuição de cargos públicos, organizado de maneira a vetar ou restringir o acesso de indivíduos ou segmentos sociais a posições de maior relevância; E um sistema legal instituído que, pela atribuição de direitos e pela aplicação de sanções, contribuía para legitimar todo o ordenamento, atuando como sua salvaguarda.

A estratificação da sociedade, que se fundamentaria na articulação desses “sistemas”, era considerada tão significativa que os libertos de forma constante eram lembrados de sua condição anterior de “escravos”. Mesmo quando ocupavam posições de destaque na administração como foi o caso dos influentes libertos imperiais, o que ocasionaria atitudes *servis*⁵⁸ em busca de favorecimentos pessoais por parte de integrantes das ordens equestre e senatorial. Estas limitações se expressavam até em relações informais como as amorosas nas quais, segundo Alföldy (1989, p.128), Marcial teria recomendado uma escala de preferências possíveis que iria da mulher nascida livre, passando pela liberta até chegar à escrava, que somente poderia ser uma opção caso se destacasse pela excepcional beleza.

A habilidade e o comprometimento nas atividades exercidas, o nível de instrução e o conhecimento das leis, e a experiência adquirida eram considerados como atributos essenciais na sociedade romana, mas o estigma da origem definia “limites tácitos” (p. 129). Obstáculos que se tornavam insuperáveis, apesar do poder, da riqueza e do prestígio que podiam ser obtidos: Os três libertos mais poderosos durante o governo de Cláudio, que teriam gerido a política do império (p.148), podem ser enquadrados nesta situação limitante.

Narciso, Palante e Calisto teriam sido os exemplos do poder adquirido pelos libertos, conforme De Martino (1980, p.223): Narciso exerceu o cargo de *ab epistolis*, equivalente ao de secretário do imperador; Palante foi o *a rationibus*, o secretário encarregado das finanças imperiais; e Calisto atuou como *a libellis*, um chefe de chancelaria que tinha por função fazer a triagem e atender aos pedidos que fossem enviados ao imperador. Os três ocuparam os postos mais elevados entre os ricos, *primi posti nella scala dei ricchi*, tendo

⁵⁸ Servilismo que conviria aos inimigos de Roma como motivo de escárnio, segundo a narrativa de Tácito (Anais. 14,39) sobre a mediação de Políclito, liberto de Nero, enviado para solucionar os atritos entre Cato Décimo, procurador imperial, e Paulino Suetônio, governador e comandante militar da *Britannia* – a ilha da Grã-Bretanha.

acumulado fortunas de respectivamente quatrocentos, trezentos e duzentos milhões de sestércios - a de Narciso não teria sido igualada por nenhum cidadão nascido livre: Sêneca que foi conselheiro durante os cinco primeiros anos de governo do imperador Nero, período denominado de maneira errônea como *quinquennium Neronis*,⁵⁹ teria constituído uma fortuna da ordem de trezentos milhões de sestércios, principalmente em propriedades rurais (p.222).

Pavolini (1996, p.78) interpretou essa propalada ascensão social dos libertos como parte da estratégia de embate do *Princeps* para com o Senado: a transferência de poderes e atribuições de magistraturas que respondiam aos membros dos *ordines*, como senadores e cavaleiros, para funcionários que deviam estrita obediência ao governante. Faz referência a um caso típico dessa disputa: o controle do porto de Ostia, o cargo de *procurator portus Ostiensis*, que durante o governo do imperador Cláudio foi retirado do *ordo equester* e entregue a um liberto.

Poderíamos indagar até que ponto os imperadores tiveram controle sobre esse “instrumento” que procuraram utilizar no jogo entre forças políticas.

Para López Barja (1993, p.87) a “influência” dos libertos na política imperial somente foi contida, no que se refere à *familia Caesaris*, por Domiciano em fins do primeiro século da era cristã, que estabeleceu um lugar subalterno através da transferência das funções administrativas mais elevadas e procuradorias para a ordem eqüestre, além de uma gradação nos vencimentos pelos trabalhos exercidos.

A *familia Caesaris* não constituiu em termos de estrutura uma novidade, escravos já eram então empregados em funções públicas, como os *serui publici*, e que em conjunto constituíam o *corpus familiae publicae* nas cidades romanas, conforme relata López Barja (1993, p.143; 150). Inovação foi a disseminação de *serui priuati*, escravos particulares como os designou Petit (1970, p.113), em diversas funções públicas como um dos instrumentos da política do *Princeps*.

Veyne (1995, p.103-106) argumentou que entre os romanos os cargos e as funções públicas eram acessados através de uma rede de relações privadas e neste sentido tratados como distinções pessoais, o que implicava ao seu detentor a possibilidade de um enriquecimento que não era considerado ilícito no exercício de suas atribuições. Mas, para tanto teria que dispor também do controle sobre os escalões inferiores da estrutura administrativa, pela escolha ou determinação dos postos-chave.

⁵⁹ Segundo Vizentin (2005, p.47), a expressão foi uma referência de Trajano aos cinco últimos anos da administração de Nero quando inúmeras reformas foram realizadas na cidade de Roma e ocorreram anexações territoriais.

E uma das maneiras mais recorrentes de um romano empossado em determinado cargo, como a administração de uma província, ter controle sobre as atividades que se realizassem no âmbito de sua função era designar como auxiliares seus libertos, ou eventualmente também os escravos, sobre os quais sua capacidade de ingerência seria total.

De acordo com a interpretação formulada por Weaver (1981, p.139-141), a *familia Caesaris*, um grupo cujos componentes no conjunto poderiam ser identificados, constituiu um dos mais extraordinários subsídios sobre uma “instabilidade” social durante a primeira fase do Império. Porém, “instabilidade” e “mobilidade” são expressões que não podem ser consideradas como sinônimos.

Seus integrantes serviam o imperador na realização de seus múltiplos deveres administrativos e tinham acesso a posições de poder inacessíveis a outros escravos e libertos. As funções ocupacionais exercidas conferiam status, apesar do nascimento ou do estatuto legal, em razão da especialização adquirida, da capacidade e da argúcia demonstradas, resultando em riqueza, poder e estilo de vida para os detentores de tais atributos.

As denominações *Aug(usti) lib(ertus)*, atribuídas aos libertos, e *Caes(aris) ser(uus)* ou *Aug(usti) uern(a)* – o escravo nascido e criado em casa -, respectivamente para os escravos não eram aplicadas a mulheres, crianças ou trabalhadores de baixo escalão. Apesar da influência extra-oficial, o poder da seção doméstica seria reduzido em comparação à seção burocrática.

Os selecionados para o *cursus* administrativo, a parte mais favorecida da *familia Caesaris*, permaneciam com os demais escravos até os vinte anos de idade, quando eram então indicados para uma das escolas imperiais (*paedagogium*). De forma gradativa iam transitando dos postos secundários como *adiutor* (assistente), entre os vinte e os trinta anos; para os intermediários, entre os trinta e os quarenta, como *ex commentariis* (arquivistas); até atingirem as posições superiores, dentre as quais *ab epistulis* (secretário encarregado da correspondência), depois dos quarenta anos.

Além da possibilidade de promoção através desse *cursus* burocrático, a *lex Iulia maritandis ordinibus*, promulgada por Otaviano em 18 a.C., e que entre outros assuntos estabeleceu restrições legais ao casamento entre libertos e mulheres da classe senatorial, pode ser considerada como um indício de que também o matrimônio foi utilizado pelos manumissos como um meio de mobilidade ascensional na sociedade romana, talvez de forma menos recorrente.

Todavia, nessa questão, não foi possível elucidar se, de fato, o casamento assimétrico ampliava as possibilidades de acesso às posições privilegiadas ou se a ocupação de um cargo relevante ou estratégico na burocracia imperial aumentava as chances de uma união entre pessoas de estatuto desigual.

O que podemos afirmar é que estas uniões no caso para os libertos podem ser consideradas como táticas em uma estratégia de inserção social, pois a transmissão de estatuto ocorria de maneira matrilinear: o filho de uma mulher livre seria livre também (NÓBREGA, 1954, p.141).

Outro indício da possível utilização do casamento como meio de mobilidade entre estatutos sociais diferentes foi a reação através do *Senatusconsultum Claudianum* do ano 52 d.C. que permitiu a união entre mulheres livres e escravos, *ingenuae et serui*, com o consentimento dos respectivos senhores, mas que puniu-as com a escravidão (LÓPEZ BARJA, 1993, p.127).

Mas, a inserção em posições mais destacadas socialmente em termos de riqueza e influência política para os libertos não significava nunca um pertencimento.

Conforme Alföldy (1989, p. 148), a partir de uma referência em carta de Plínio, Palante, também denominado como Pallas, teria recusado um prêmio de quinze milhões de sestércios oferecido pelo Senado devido aos serviços que prestou, porém nunca foi admitido na ordem senatorial, tendo recebido apenas as insígnias exteriores do cargo de pretor.

Esta concessão senatorial possivelmente teria ocorrido pelo fato de Palante, apesar de ter-se vendido como escravo para administrar os bens de uma das mulheres da família imperial, ter pertencido a uma família nobre da Arcádia (VEYNE, 1995, p. 63).

Cogitamos, entretanto, que a “ascensão” de Palante se deveu mais à rede de relações de sua *domina* (BOWDER, 1990, p. 29): Antonia, filha de Marco Antônio e sobrinha de Otaviano, viúva de Druso, assim como também mãe de Cláudio e avó de Calígula. Depois o liberto teria firmado sua influência política ao recomendar Agripina, mãe de Nero, como esposa a Cláudio (p. 196). O vínculo estabelecido com Agripina contribuiu para a sua destituição do cargo de controle das finanças imperiais, quando as relações entre Nero e sua mãe se romperam (JOLY, 2003, p.68). Posteriormente, teria sido assassinado por ordem do próprio Nero, considerado como uma ameaça devido às relações e aos recursos de que dispunha (BOWDER, 1990, p. 196).

Alföldy também argumenta que poderíamos distinguir uma tendência imitativa das formas de organização dos *ingenui* entre os libertos da *familia Caesaris*, devido

ao compartilhamento de um caráter funcional e jurídico definido para as suas atividades que estabeleceria uma similaridade com um *ordo* (p. 162). Pois, a partir dos aspectos de poder econômico e prestígio, os escravos e libertos da *familia Caesaris*, apesar de sua estratificação interna, poderiam ser incluídos nos *ordines* pela sua atuação na estrutura burocrática imperial em Roma e nas províncias.

Numa interpretação símile, Andreau (1991, p.162-163) declarou que os libertos esforçar-se-iam para imitar os de livre nascimento, através da busca de enriquecimento e de promoção social, mas dentro de limites definidos e no respeito ao ordenamento da sociedade.

Para López Barja (1993, p. 69), entretanto, apenas por extensão seria possível denominar aos libertos da *familia Caesaris* como um *ordo libertinorum*: uma ordem pressupunha um grupo legalmente formalizado e que figuraria em uma lista (*album*) que constituiria um *collegium* com condições de acesso preestabelecidas, principalmente em relação à posse de um patrimônio mínimo em sestércios. Apenas o poder e a riqueza obtidos em uma carreira gradativa (*cursus*) não seriam suficientes para caracterizá-los nesse sentido.

E algumas leis podem ser abordadas para demonstrar limites ao se manumitir escravos, assim como as limitações da condição dos libertos.

A *lex Fufia Caninia* do ano 2 a.C. foi elaborada no sentido estabelecer uma proporção na quantidade de escravos que poderiam ser libertados por testamento de uma só vez com a morte de seu senhor: entre 3 e 10 escravos, apenas a metade poderia ser libertada; até 30, um terço; até 31 e 100, um quarto; e entre 101 a 5000, um quinto seria manumitido. A promulgação desta lei não impossibilitou que todos os escravos de uma mesma casa pudessem ser libertados, apenas estabeleceu um critério na forma por testamento, os demais o poderiam ser mais sem obter a cidadania romana.

A *lex Aelia Sentia* do ano 4 d.C., de acordo com a explanação de Nóbrega (1954, p.146), continha quatro dispositivos legais: prescrevia uma idade mínima de 20 anos para que o *dominus* pudesse conceder a *manumissio* aos seus escravos, exceto por um motivo legítimo, como desposar uma escrava, e que seria avaliado por um conselho de cinco cavaleiros e cinco senadores; um escravo com menos de 30 anos de idade não poderia ser manumitido a não ser por decisão do conselho, e após esta idade considerado “maduro” receberia a cidadania romana; o escravo não poderia ser manumitido para lesar os direitos de algum credor do *dominus*; e escravos que tivessem sofrido punições consideradas degradantes não poderiam ser manumitidos, talvez como forma de controlar a insurgência.

A *lex Visellia* que foi promulgada em 24 d.C. tinha o intuito de proibir que os libertos pudessem exercer quaisquer das magistraturas urbanas.

A expectativa de liberdade existia, o que possivelmente diminuía a tensão interna na sociedade, e estimulava a prática dos estrangeiros não cidadãos de venderem seus filhos ou a si próprios como alternativa mais viável para aquisição da cidadania romana. Essa expectativa também proporcionaria ao senhor o benefício de um maior envolvimento no trabalho do escravo para que pudesse economizar parte de seus rendimentos, *peculium*, e pudesse comprar a sua *manumissio* caso estabelecido um preço de venda. Alternativa mais difícil seria prestar serviço nas unidades auxiliares do exército romano por não menos que 25 anos, conforme Alföldy (1989, p.156).

E deveria ocorrer com certa freqüência o que explicaria em parte a elaboração dos dispositivos de controle para a não evasão dessa mão de obra.

Sêneca, no *De Clementia* (1, 24, 1), teria relatado que caso o efetivo de escravos que vivia em Roma pudesse se identificar através de uma vestimenta comum acabaria por se constituir em uma ameaça a segurança de todos.⁶⁰ E foi nesse sentido que Alföldy propôs sua interpretação: “um perigo político e social aos olhos do estado” (p.155) que deveria ser direcionado, não apenas para limitar as manumissões e reduzir a quantidade de libertos, mas principalmente para evitar que se concentrassem e que pudessem interferir nas questões públicas.

Apesar de o Estado romano ter nas manumissões uma fonte de arrecadação de recursos, pois era recolhido um imposto de 5 % sobre cada uma das realizadas legalmente (LÓPEZ BARJA, 1993, p.167) e fiscalizadas pelo *arkarius uicesimae libertatis* que geria um fundo denominado *arka*, o aspecto político tinha maior relevância no calculo das implicações.

Nóbrega (1954, p.138-139) ainda colocou em questão a possibilidade de não se ter conhecimento se um indivíduo seria livre ou escravo: um indivíduo que vivesse livre, mas que fosse considerado como escravo de algum cidadão poderia ser reclamado através de uma *uindicatio in seruitutem*; poderia ocorrer também que um indivíduo submetido à escravidão se pretendesse livre, e resolvesse fazer uso da *uindicatio in libertatem*.

Na situação em que se requeria a liberdade poderia ser proposto um processo denominado como *causa liberalis*, na forma de uma *reiuindicatio*, uma

⁶⁰ A segmentação interna a determinados estatutos jurídicos como escravos, semi-escravos, libertos e nascidos livres é complexa e explorá-la por si só demandaria recursos equivalentes ou superiores aos utilizados neste trabalho. Porém, para uma melhor percepção da dimensão do tema é de interesse observar as considerações de Meira (1968, p.82-83) e de Nóbrega (1954, p.148-149).

reivindicação apresentada pelo *adsertor libertatis* que acompanharia o escravo diante do pretor, pois o *seruus* não podia fazer uso da palavra.

Porém, o julgamento da questão não competia a esse *iudex unus*, mas a um colégio decenviral que avaliaria a possibilidade de conceder ou não o *fauor libertatis*.

No transcurso do processo permaneceria o escravo em liberdade provisória, as *uindiciae* seriam *secundum libertatem*. Caso fosse concedida a liberdade o *sacramentum*, uma taxa a ser aplicada seria reduzida a um valor irrisório de cinquenta asses.⁶¹ Se negada, o processo poderia ser renovado pelo mesmo *adsertor* de modo indefinido.

Entretanto, mesmo após a sua libertação quando adquiria a cidadania, o *status ciuitatis* no qual estava implícito o *status familiae*, e era incluído na lista dos cidadãos, o ex-escravo ainda permanecia subordinado a restrições legais como apontamos anteriormente na questão dos direitos. Em termos de colégio eleitoral estava adstrito entre as tribos urbanas nas quais se distribuía a plebe romana.

No aspecto privado, o antigo *seruus*, então considerado *libertus*, devia obrigações ao ex-senhor que se tornara seu *patronus*. Estes deveres constituíam os denominados como *iura patronatus* – os direitos de patronato que, segundo Meira (1968, p.83), passaram por gradativas transformações até o governo de Justiniano, mas que, por excederem o período cronológico enfocado, não serão abordadas.

O primeiro desses deveres mais no aspecto moral do legal era o *obsequium*, designado também como *reuerentia* ou *honor*, pelo qual o *libertus* se comprometia a não intentar qualquer forma de injúria ou de ação judicial contra o *patronus* ou demais membros da *familia*. Apenas em casos excepcionais com prévia do magistrado alguma ação poderia ser proposta perante os tribunais. Na interpretação de Nóbrega (1954, p.146) nessa obrigação também estaria implícita a prestação de alimentos caso uma das partes viesse a passar por necessidades financeiras.

As *operae* significavam a prestação de determinados serviços ao antigo *dominus*, geralmente preestabelecidos no momento da manumissão mediante juramento do

⁶¹ O asse, *as*, *assipundium* ou *libella*, foi a primeira moeda a circular entre os romanos em data que não nos foi possível precisar. Cunhado em cobre tinha múltiplos como o *dupondius* (dois asses), o *sestertius* ou *semistertius* (quatro asses) e o *denarius* (dezesseis asses), e era também fracionado em *semis* (meio asse) e *quadrans* (um quarto de asse).

Seu peso original foi gradativamente reduzido, entre o início da primeira guerra púnica (264 a.C.) e até pouco depois da *lex Papiria* (191 a.C.), de uma libra para a sua vigésima quarta parte, entretanto, sem ter ocorrido redução de seu valor, segundo nota de Antônio Luís Seabra (HORÁCIO, 1993, p.109).

Essa redução de peso sem alteração de valor teria implicado em um significativo aumento dos recursos disponíveis para cobrir as despesas de guerra. Alterações de valor somente ocorreriam no Principado.

liberto. Havia duas categorias de serviços, de acordo com Nóbrega (1954, p.146-147): as *operae fabriles* e as *operae officiales*.

As *operae officiales* eram serviços de caráter doméstico prestados de modo informal pelo ex-escravo, e que, portanto, caso não fossem realizados, não poderiam ser exigidos legalmente pelo *patronus*.

As *operae fabriles* consistiam em trabalhos manuais ou industriais que estabeleciam uma determinada relação pecuniária entre *libertus* e *patronus* que, se não fosse observada, dava ao antigo *dominus* o direito de reclamá-la judicialmente através de uma ação denominada *iudicium operarum*.

O liberto permanecia ainda sob a tutela de seu antigo senhor e de seus descendentes, pois a morte do *patronus* não encerrava a relação. Estes tinham o direito sobre a sucessão na herança do liberto, os *bona*, no caso deste morrer sem ter deixado filhos ou testamento. Atos intentados pelo liberto no sentido de fraudar esta relação de posse poderiam ser anulados.

As vantagens econômicas advindas da relação de patronato eram tão importantes que, segundo Alföldy (1989, p.156), transformou-se em prática a compra de escravos com o intuito de posteriormente os libertar para usufruir da proveitosa relação de dependência econômica estabelecida. E ainda podemos considerar o fato de o próprio escravo se empenhar para ressarcir-lo do valor aplicado na compra.

4.2 O valor da manumissão para um escravo

Selecionamos a fábula *Tiberius Caesar ad atriensem* (2, 5) para analisar que possível valoração Fedro teria definido para a aquisição da liberdade, a manumissão.

Após essa seleção de um *exemplum methodologicus*, procuramos cruzar as edições com a finalidade de estabelecer um eixo. Segmentamos a seguir, o texto em atos.

A edição de Havet (1895, p.37-39) foi tomada como ponto de referência porque, segundo este filólogo, seria fidedigno ao códice R. O de Solinas (FEDRO, 2005, p.40-41) é proveniente de versões do códice N. Gonçalves (1957, p.122-127) se fundamentou em Brenot (PHÉDRE, 1961) que utilizou o códice P como fonte, fazendo comentários a partir das coletâneas D e V.

Todavia, a tradução dos trechos se baseia na edição de Gonçalves com algumas alterações quanto ao vocabulário e à sintaxe, utilizados na época de sua publicação.

No período coberto pelas edições, algumas alterações puderam ser constatadas. Porém, não foi possível verificar até que ponto tais ocorrências são devidas às fontes diversas ou interferências dos filólogos no texto.

Algumas podem estar relacionadas ao próprio caráter diacrônico da linguagem: Na tradução de Solinas (FEDRO, 2005) se faz uso do verbo *adtendere* em lugar de *attendere*, no verso 6, o que necessariamente não interfere na interpretação, indicando mais a acomodação fonética para pronúncia; Gonçalves (1957) aportuguesa o uso do verbo *conspargere* para *conspergere* no verso 15, o que também não altera significativamente a tradução.

Outras se referem às falhas ocasionais na revisão, como na edição de Solinas na qual é utilizado o adjetivo *tanta* (feminino) em relação ao substantivo *ducis* (masculino), o que corresponde a um erro de concordância quanto ao gênero.

Entretanto, outras modificações lexicais interagem no sentido proposto da construção discursiva.

Uma primeira inferência: a quantidade e o emprego de 37 verbos, isoladamente ou em locuções verbais, são recursivos às três edições. Assim, partindo-se da consideração do verbo como núcleo semântico da enunciação é possível deduzir que, pela incidência de formais verbais (29) do *Perfectum*⁶², segundo Koch (2002, p.35), a temporalidade desta fábula se enquadra não como narrada, o que significaria certo distanciamento das ações, mas sim como comentada, o que representa o envolvimento, mesmo que indireto, do autor com o acontecido.

Começemos a análise desta fábula pelo final.

Na fábula *Tiberius Caesar ad atriensem*, segundo o texto de Gonçalves (1957, p.123), e apenas neste, a moral da fábula é: *Ne quid nimis* – Não (convém ser) demasiado em coisa alguma – reiteração da *aurea mediocritas*, da noção de equanimidade do poeta Horácio.

Porém, baseando-nos nas notas de Manuel Aveleza de Souza (ESOPO, 2001, p.371), podemos argumentar que a expressão latina utilizada por Fedro tem maior afinidade semântica com a fórmula grega *medèn ágan*, que significa “nada em excesso”, atribuída a Bías de Priene referenciado como um dos “Sete Sábios da Grécia”.⁶³

⁶² O sistema de formas verbais que traduzem a idéia de ação concluída.

⁶³ Este grupo teve trechos de seus escritos relacionados de modo indevido ou apropriados por autores posteriores, como *gnōthi seautón*, “conhece-te a ti mesmo”, adágio de Quílon da Lacedemônia, relatado como uma concepção socrática.

Fedro no primeiro ato, nos versos 1-6, usou verbos e locuções verbais que remetem a uma temporalidade situada no presente:

Est Ardalionum quaedam Romae natio, / trepide concursans, occupata in otio, / gratis anhelans, multa agendo nihil agens, / sibi molesta et aliis odiosissima. / Hanc emendare, si tamen possum / uolo uera fabella; pretium est operae attendere. [grifo nosso]

Há em Roma certa espécie de inquietos, que corre apressadamente, ocupada na ociosidade, [e] que, nada fazendo, mexendo-se muito, cansa gratuitamente, [sendo] molesta a si própria e muito odiosa aos outros. Quero corrigi-la, se ainda puder. Verdadeira historieta. O preço do trabalho é prestar atenção

O texto latino inicia com uma advertência e um aconselhamento sobre os *Ardaliona*: Saraiva (2000, p.100) relata a ocorrência do substantivo masculino *Ardelio*, *-onis*, derivado do verbo *ardere* com o sentido de inquietar, intrigar. Os filólogos comparados utilizaram-se do termo *Ardalionum* como genitivo plural originado do verbo, mas também em relação a uma espécie de pássaro de comportamento irrequieto, *Ardea*.

Esta proposta recomendação de uma conduta normativa pode ser relacionada à perspectiva elaborada por Veyne (1993, p.117) sobre o período dos primeiros governos do Principado. A liberalidade de atitudes e costumes expressava-se pela convivência de duas formas de conduta que se toleravam reciprocamente, sendo uma assumida abertamente, sem a proteção do “véu puritano” elaborado durante o Baixo Império, enquanto a outra continuava tradicionalista e severa. A opção era subjetiva e condicionada à capacidade de autonomia de cada indivíduo.

Nesta etapa a crítica seria dirigida a determinados habitantes de Roma, não necessariamente escravos, mas possivelmente libertos e em evidência, que tornaram-se *sibi molesta et aliis odiosissima*.

A partir desse momento e no seguinte a temporalidade desloca-se para um passado rememorado talvez ainda recente, nos versos 7-13:

Caesar Tiberius cum petens Neapolim / in Misenensem uillam venisset suam, / quae monte summo posita Luculli manu / prospectat Siculum et despicit Tuscum mare, / ex alticinctis unus atriensibus, / cui tunica ab umeris linteo Pelusio / erat dstricta, cirris dependentibus.

Como Tibério César dirigindo-se a Nápoles tivesse vindo para sua casa de campo em Misena, a qual, construída por Lúculo, no alto do monte, olha para o mar da Sicília e vê a seus pés o mar da Toscana,... um dos escravos do átrio de cinto levantado, o qual tinha a túnica solta desde os ombros com uma faixa de linho de Pelúcio de franjas pendentes...

Fedro introduz o protagonista da sua narrativa, *Caesar Tiberius*, e a descrição do cenário no qual se desenvolve a ação: pelo uso do toponímico *Misenensem uillam*, remeteria ao promontório de Miseno ⁶⁴ localizado a noroeste da baía de Nápoles, *Neapolim*, e que “dividiria” o Mar Tirreno em duas partes – a primeira ao norte se estenderia pela costa da Etrúria, *Tuscum*, a segunda até a ilha da Sicília, *Siculum*.

Para Fedro a *uilla* foi “posta” no ponto mais alto por *Lucullus* que, de acordo com Gonçalves (1957, p.126), seria *Lucius Licinius Luculus*, patrício romano do final da República, um dos comandantes do exército de Sila, que posteriormente foi eleito cônsul em 74 a.C., e que devido a sua posição assegurou para si o comando nos conflitos orientais o que teria lhe possibilitado acumular grandes riquezas. Estas riquezas apresadas principalmente das campanhas militares primeiro contra Mitridates VI, rei do *Pontus*, e depois contra seu genro Tigranes, rei da Armênia (BOWDER, 1990, p.162-163). A partir de seu retorno a península itálica teria passado a usufruir seus bens em um ambiente de ociosidade, requintado luxo e refinamento cultural de influência grega. ⁶⁵ Uma de suas aquisições seria a *uilla* que teria sido construída por Mário, conforme Fernando Solinas (FEDRO, 2001, p.177).

Se Fedro acompanhou Tibério nessa viagem podemos inferir que não era um liberto que exercia funções administrativas de primeiro escalão que o manteriam em Roma, talvez fosse um *a studiis*, um secretário particular para correspondências.

A referência a Tibério César, nesta fábula do segundo livro quando já possivelmente ameaçado de sofrer algum castigo por ter feito menções indiretas a Sejano em fábulas do primeiro livro, pode ter o sentido de cair nas graças do imperador para que este intercedesse ou revogasse uma possível punição.

O personagem secundário da sua construção discursiva também se torna significativo devido aos detalhes que o autor apresenta para caracterizá-lo, no sentido de dar maior ênfase a sua conduta: trata-se de um dentre os *Atrienses serui* designados para trabalhar no *Atrium*, a parte do domicílio romano onde desempenhavam entre outras funções a recepção de visitantes e a guarda da entrada da casa; e que usava vestimentas que remetem a *Pelusium*,

⁶⁴ Segundo Keppie (2001, p.383), o Cabo de Miseno era a base naval da maior frota da marinha romana (*classis nauis*), responsável pelo patrulhamento de todo o Mediterrâneo ocidental, além da costa do Egito. A outra grande base ficava em Ravena, no Mar Adriático, e era responsável pelo Mar Egeu e leste do Mediterrâneo. Talvez, devido a este aspecto a viagem de Tibério a Miseno tivesse caráter de inspeção da esquadra.

⁶⁵ De acordo com Alföldy (1989, p.103), que cita Plutarco (*Lucullus*, 41, 7) como sua referência, o vitorioso general oferecia almoços e jantares no valor de cinquenta mil denários, equivalente a duzentos mil sestércios, quantia excessiva se consideramos que para atingir a classificação censitária de cavaleiro, *equester*, um cidadão romano deveria ter à época um patrimônio mínimo de cem mil denários.

cidade egípcia localizada no extremo leste do delta do rio Nilo, próxima à atual faixa de Gaza, conhecida na época pela qualidade do linho produzido.

A descrição do atriense, feita por Fedro, remete à representação de uma imagem de relativa negligência, quanto à aparência e à postura pessoais, para uma determinada categoria de escravos que deveria proceder inversamente ao descrito.

Em seguida, os caminhos dos personagens convergem, nos versos 14-20:

Perambulante laeta domino uiridia, / alueolo coepit ligneo conspargere. / Humum aestuantem iactans officium comes / ut deridetur, inde notis flexibus / praecurrit alium in xystum, sedans puluerem. / Agnoscit hominem Caesar iamque intellegit / sibi ut putarit esse nescioquid boni.

... começou a borrifar com um regador de madeira a terra escaldante na qual o senhor passeava pelos abundantes pomares. Posto que, um companheiro (ao lado) que exaltasse o (seu) trabalho é escarnecido (pelo imperador), então, por atalhos conhecidos, se adiantou a outra alameda, o que fez cair à poeira. César reconheceu o homem e já (o) distinguiu, posto que, avaliou haver de si não sei o que de bom.

Isso ocorreria de modo artificial porque a ação é iniciada a partir da entrada do protagonista - *coepit... conspargere*. Não acontecia independente da presença deste - *conspargebat* - o que teria sido uma atitude mais adequada na percepção de Fedro.

No ato seguinte desta breve historieta ocorre um momento de tensão entre os personagens pela interposição de um terceiro não nomeado:

Neste trecho as versões de Havet e Gonçalves são idênticas, a variação acontece no texto de Solinas que se utiliza da conjunção *sed* (entretanto) em lugar da conjunção *ut* (posto que). A troca implica em uma modificação no encadeamento entre os enunciados. Se nos primeiros a correlação de causa e efeito parece constituir-se de modo natural, no segundo a tensão tende a se estabelecer a partir deste ponto.

O próximo ato da fábula implica em uma nova interação entre os personagens, e também em outras significativas diferenciações estabelecidas entre os textos:

Na versão de Gonçalves, o advérbio *cito* (apressadamente) é utilizado em lugar de *iam* (já), o que tende a dissimular a assimetria social entre os personagens pela modalização da ação do protagonista. Ocorre também o uso da locução *a se* (de si) -

preposição mais pronome -, em vez da forma pronominal *sibi* (para si), o que torna menos problemática a tradução.

A substituição do advérbio *iam* pelo substantivo *rem* (coisa, matéria), no texto de Solinas, complementa o sentido do verbo *intellegit* (distinguir, compreender). A troca de pronomes efetuada, de *sibi* para *is* (deste), também provavelmente tenha acontecido de modo a facilitar o trabalho de transposição lingüística.

A temporalidade da narrativa gradativamente retorna ao presente para a finalização da “moral” da fábula, nos versos 20-25:

“*Heus!*”, *inquit dominus. Ille enim uero adsilit ; / donationis alacer certae gaudio. / Tum sic iocata est tanti maiestas ducis: / “Non multum egisti et opera nequiquam perit; / multo maioris alapae mecum ueneunt.”.*

‘Olá!’, o senhor disse. Aquele, de fato, correu; animado pelo desejo de segura gratificação. Então, dessa maneira, se divertiu a majestade de tão grande soberano: ‘Não despendestes muito e o (teu) trabalho inutilmente se perdeu; comigo (em minha casa) as bofetadas são vendidas muito mais caras.’

No ato final a tensão entre as posições dos personagens é evidenciada, em um trecho comum aos três filólogos, assim como transpareceria de modo mais explícito a intenção do autor em agradecer o protagonista.

As expressões *iocata est* (se divertiu) e *tanti maiestas ducis* (a majestade de tão grande soberano) tendem a representar uma imagem de magnanimidade e de espirituosidade para Tibério, que não se ajusta à percepção de autores como Suetônio sobre o seu governo. Este recurso pode ter sido utilizado no sentido de influenciar uma possível decisão do imperador quanto à situação que vivenciava.

Em um trecho de suas “Leis”, citado por Epstein (1993, p.132), Platão teria recomendado que a linguagem utilizada na interação com os escravos deveria ser a de comando, jamais devendo incluir gracejos, fosse com relação a homens ou mulheres, pois, esta segunda maneira de dirigir-se a eles, considerada como insensata, tornaria a interação entre ambas as partes mais desagradável: a pressuposta empatia diminuiria a autoridade do senhor; e de modo concomitante suscitaria nos escravos expectativas que não deveriam concretizar-se.

Na interpretação de Veyne (1995, p.74) a *manumissio* seria resultante de atitudes meritórias, porém nunca teria sido definida como uma obrigação. O escravo não deveria esperar o reconhecimento por comportamentos considerados como inerentes a sua condição: a presteza na execução das ordens e a obediência inquestionável ao seu senhor.

Fedro também parece manifestar um que de satisfação no desfecho desta fábula em relação à vicissitude sofrida pelo atriense. Sugerindo que o direito à liberdade (*manumissio*), na sua perspectiva, deveria ser conquistado através de muito esforço e mérito pessoais. O que poderia significar também restringir-se a determinadas tarefas, procurando não colocar-se em evidência, como no transcurso da ação da fábula *Mulier Vidua et miles* (*Appendix*, 15). Nesta fábula, uma escrava aparece em cena velando pelo repouso de sua senhora viúva (*Mulier uidua*) e dando água a um sedento soldado (*miles*). Esta escrava (*ancillula*) não mais é citada além desse breve trecho, sugerindo que, na sua abordagem, as funções de um servo não deveriam extrapolar tais limites.⁶⁶ O uso da expressão no diminutivo para a serva possivelmente tem o sentido de reforçar a assimetria social.

Quando, no último verso, Fedro relaciona as *alapae* (bofetadas) a expressão *multo maioris ueneunt*, são vendidas muito mais caras, provavelmente se refere à forma de *manumissio per uindicta*. As bofetadas deveriam constituir parte de um ritual simbólico de pretensa ruptura entre o *dominus* e o seu *seruus*, pois não faziam parte do cerimonial. De acordo com Nóbrega (1962, p.278), alusão a esta formalização da *manumissio* poderia ser encontrada também no poeta Pérsio (*Sátira* 5, v. 88).

A sugerida tentativa de ascensão através de um instrumental lingüístico, segundo os críticos de Fedro, possivelmente enfrentando a resistência da própria estrutura da sociedade de seu tempo, parece se contrapor à representação de uma resignação que deveria perpassar o papel social do escravo em algumas de suas fábulas. Mas, até que ponto?

Para o fabulista, pelo menos segundo o discurso presente em suas breves narrativas, a libertação tinha um preço, que de modo algum deveria englobar a utilização de artifícios ou subterfúgios por parte do postulante. Sem o merecimento, obtido através de muito esforço efetivo, o objetivo não deveria ser atingido para evitar o risco de minimizar o valor de tal conquista, na sua perspectiva.

Contudo, seria este o real modo de percepção do problema para Fedro nas suas fábulas, o que o colocaria como um epígono do período anterior mais normatizante, representado pelo governo de Augusto? O escopo de seu discurso poderia ser no sentido de

⁶⁶ Juvenal (*Sátira* 9, v-118-121) descreveu que os romanos deveriam se acautelar em relação aos seus servos, capazes das maiores perfídias, e neles o que haveria de pior seria a sua capacidade de falar.

fomentar uma “consciência” entre os escravos sobre o potencial papel destes enquanto parte constituinte da sociedade romana? Ou a sua intenção era mostrar, através de suas narrativas, após os revezes sofridos em razão da sua resistência discursiva inicial, a necessidade de resignação perante a própria condição?

4.3 Estratégia recorrente de ascensão social?

Para resistir a *Mathesis Uniuersalis* dos dominantes, os padrões e regras impostas, Epstein (1993, p.145) argumentou que os dominados podem elaborar um repertório de ações e técnicas, configuradas a partir das contradições e interstícios existentes na lógica de dominação. Conectar-se-iam então nestas “frestas” para explorar inconsistências do sistema.

E no enfoque que adotamos a inclusão testamentária seria uma dentre as estratégias possíveis que poderiam ser utilizadas pelo escravo no mundo romano.

Ao discutirmos em tópico anterior sobre as formas de *manumissio* e suas conseqüências cogitamos uma terceira maneira de libertação considerada como solene e que agora abordaremos com o objetivo não apenas de descrevê-la, mas também de analisá-la tanto na perspectiva elaborada por Fedro como nas construídas por dois escritores satíricos do Principado sobre as questões testamentárias, respectivamente Horácio e Juvenal.

A manumissão por testamento, ou *manumissio per testamentum*, segundo Meira (1968, p.78), era aplicada desde o início do período republicano – constaria na *Lex Duodecim Tabularum*, na lei das XII Tábuas. Esta forma de libertação estaria condicionada a um termo, um acontecimento que se realizaria em momento futuro como uma determinada data, ou a uma condição, que poderia acontecer ou não – o que nesse caso tornava a sua espera incerta. Enquanto aguardava a efetivação das cláusulas testamentárias para a sua libertação, o escravo era então denominado como *statuliber* – em estado de liberdade.

Se a intenção de manumitir era expressa de forma clara e precisa no testamento do falecido *dominus*, e devendo, portanto, ser realizada logo após a leitura do testamento, tem-se o caso de uma manumissão testamentária direta expressa nas seguintes fórmulas: [nome do escravo] *liber esto*; [nome do escravo] *liber sit*; ou ainda [nome do escravo] *liberum esse iubeo* - “que seja livre” ou “ordeno que seja livre”, conforme Nóbrega (1954, p.145). O ex-escravo tornava-se assim liberto do próprio testador.

Se a libertação do escravo ficava ao encargo dos herdeiros ou do legatário do testador estes se tornariam seus patronos quando lhe conferissem a manumissão. Assim, os

herdeiros de seu pressuposto *patronus* continuariam a exercer sobre o liberto os mesmos direitos que teria o pai falecido. Nesse sentido, ocorria a denominada manumissão fideicomissária - *fideicomissaria libertas* - proclamada na fórmula: *Rogo, fideicomitto herdi meo ut a seruum manumittat.*

A principal diferença entre ambas as situações apresentadas era que a libertação ocorrida devido a uma vontade expressa do falecido senhor, além da própria manumissão, implicava em uma liberdade mais efetiva, pois rompia laços e obrigações que vinculavam mutuamente *libertus* e *patronus*, os quais foram discutidos anteriormente.

Poderia ocorrer ainda que o *dominus* morresse sem ter libertado nenhum de seus escravos e estes se tornariam então *serui poenae*, os “sem dono”, relatados por Petit (1970, p. 113) que não se aprofundou na questão.

D’Onoffrio (1968, 148) argumentou que em Roma a caçada ou a extorsão de legados testamentários se teria transformado em uma “arte” disseminada pela sociedade: todos independentemente de sua condição social, idade ou sexo, estavam dispostos a se utilizar de quaisquer meios, argumentos ou artifícios possíveis, pouco se importando se fossem eles lícitos ou não, para alcançar o objetivo almejado. Para embasar a sua argumentação utilizou como fonte comentários sobre sátiras de Horácio, Pérsio e Juvenal que procuramos explorar.

Em uma de suas sátiras, pressupostamente composta no ano 19 a.C., Horácio (Sátiras, 2, 5) retoma uma das últimas cenas da “Odisséia” de Homero e cria a partir desta um hipotético diálogo entre o vidente Tirésias e o astucioso herói homérico Ulisses, diálogo carregado de uma tonalidade irônica: no regresso a sua terra Ítaca, o herói percebeu que quase todos os seus bens haviam sido consumidos durante a sua longa ausência pelos pretendentes de sua pressuposta viúva.

Tirésias então vai lhe indicando gradativamente os artifícios necessários para conseguir os favores de um idoso rico (v.42-76), em vez de se estafar em atividades árduas, envolvendo até a sua esposa Penélope, por antonomásia o modelo de fidelidade feminina. As suas táticas deveriam conquistar tanto a razão como as emoções de sua vítima, mas todas as ações teriam que ser insinuadas de maneira mansa e obsequiosa (v.91-93).

Pérsio, do qual não localizamos nenhuma obra, de acordo ainda com D’Onoffrio (1968, p.148), teria enfatizado (Sátira 2, versos 10-13) que entre os votos feitos aos deuses os homens deveriam colocar a morte de um tio rico ou de um primeiro herdeiro na linha de sucessão. Em sua sexta sátira teria aconselhado a seu amigo, o poeta Basso, que usufruísse de seu patrimônio enquanto vivesse e não tomasse conhecimento das ameaças de

seu sobrinho e herdeiro de que, sem recursos, não poderia oferecer um banquete em suas exéquias, nem um enterro condigno.

Nas sátiras de Juvenal a crítica aos caçadores de testamento tornou-se um tema recorrente: na primeira, na qual procurou expor os motivos que determinaram a emergência do gênero literário entre os romanos nos momentos e que crimes e vícios se disseminavam pela sociedade, a prostituição masculina foi apontada como um dos meios (1, v.85-86); na terceira sátira, em que delineia os perigos da vida em Roma, o assédio às viúvas ricas é capitaneado pelos próprios magistrados, pretores disputam-lhes a atenção para receberem alguma doação (3, v.180-185); na sexta, dedicada a criticar o comportamento no seu entendimento dissoluto das matronas, as mães não poupariam nem seus próprios filhos, envenenando-os para obter com a morte deles a sua parte na herança (6, v.626-633); na décima ao discorrer sobre os revezes da vida também descreveu as artimanhas utilizadas por prostitutas para que fossem escolhidas em prejuízo dos herdeiros legítimos (10, v.323); na décima quarta em que delineou a falência da educação romana os filhos aspiram ardentemente à morte dos pais para novos recursos dilapidar (14, v.96-99); e na décima sexta são os pais que aguardam a herança dos filhos mortos em combate (16, v.51-52).

Fedro na fabula intitulada *Poeta de Credere et non Credere* (3, 10), expôs uma situação na qual um liberto traçou determinada estratégia com o objetivo de ser incluído como herdeiro único no testamento de seu *patronus*.

Esta fábula é a mais extensa do corpus fedriano com sessenta versos, demasiado sobrecarregada em relação às maiores narrativas do primeiro e do segundo livros que não ultrapassam os quarenta versos. A causa descrita, nos dois últimos versos (59-60), remete a percepção do autor acerca da reação de seu pretense público: *Haec exsequitus sum propterea pluribus, / breuitate nimia quoniam quosdam offendimus* (HAVET, 1895, p.62) - “Contei esta (fábula) através de mais (palavras), visto que com a excessiva brevidade desagradamos alguns”.

Todavia, a prolixidade não se constituiu em uma característica de suas fábulas a partir desse ponto. Disseminado por toda a obra o conceito de brevidade é uma dos atributos mais realçados por Fedro, mas para não nos estendermos na questão balizaremos essa “anomalia” do terceiro livro com referências do anterior e do subsequente: No seu segundo livro (2, Prólogo, v. 11-12), o fabulista declarou que *bonas in partes, lector, accipias uelim, / ita, si rependet, Illi, breuitas gratiam*, o leitor poderia receber de bom ânimo aqueles (poemas), obséquio que seria pago pela sua brevidade; no seu quarto livro (4, Epílogo, v. 7)

voltou a enfatizar que *si non ingenium, certe breuitatem adproba* - se não o talento, (que) certamente aprovasse (o público) a brevidade.

Cogitamos que o fabulista teria então uma maior necessidade de ser explícito do que a que de maneira recursiva procurou demonstrar, talvez descrever de maneira metafórica, ou por inferência, as circunstâncias de sua acusação, de seu julgamento e de sua subsequente punição.

No primeiro verso da narrativa utilizou uma expressão emblemática que pode ser considerada como o *promithium* da fábula: *Periculosum est credere et non credere* (HAVET, 1895, p.58) – perigoso é acreditar assim como duvidar. Isolada a fórmula pareceria talvez paradoxal ou hermética.

Para esclarecer possíveis interpretações ambíguas, preparou o ambiente para sua narrativa, no segundo verso - *Vtriusque exemplum breuiter ut ponam rei* – de ambas as situações relataria exemplos; e acrescentou “exemplos”, nos versos 3-4: *Hippolytus obiit, quia nouercae creditum est; / Cassandrae quia non creditum, ruit Ilium* – Hipólito morreu porque se acreditou em sua madrasta (Fedra), e Tróia ruiu porque não se acreditou em Cassandra (filha do rei Príamo).

Exemplos míticos e demasiado distantes do cotidiano de seu público. Percepção que faria parte das preocupações do fabulista, pois, mais adiante, nos versos 7-8, abandona esse paradigma para remeter a uma pressuposta situação coetânea: *Sed, fabulosam ne uetustatem eleues, / narrabo tibi memoria quod factum est mea* – Entretanto, para que não se exaltasse à antiguidade legendária, narraria para seus leitores algo que guardara entre suas lembranças.

Antes, porém, fez questão de enfatizar o possível sentido de sua narrativa, nos versos 5-6: *Ergo exploranda est ueritas multum, prius / quam stulte praua iudicet sententia* – antes que se julgasse de modo leviano através de qualquer má sentença, deveria, pois, ser explorada em profundidade a veracidade dos fatos.

A mesma ênfase foi retomada nos versos 51-53: *Nil spernat auris, nec tamen credat statim, / quandoquidem et illi peccant quos minime putes, / et qui non peccant inpugnantur fraudibus* – que nada do que se ouvisse fosse desconsiderado, mas que também não se acreditasse de imediato, posto que tanto aqueles que menos avaliassem uma situação como os que se isentassem de analisá-la poderiam cometer equívocos. Cogitamos que o não contribuir para solucioná-la seria um desses equívocos, na perspectiva descrita.

Feitas as considerações, analisemos a fábula, estruturada entre os versos 9-50, que dividimos em etapas para delinear a trajetória da narrativa.

Inicialmente o escopo foi ater-se à descrição dos personagens, assim como das relações existentes entre eles, nos versos 9-12: *Maritus quidam cum diligeret coniugem, / togamque puram iam pararet filio, / seductus in secretum a liberto est suo, / sperante heredem suffici se proximum.* (HAVET, 1895, p.58) - “Certo marido, o qual se dedicava à esposa e preparava para o filho a toga viril, foi chamado à parte por um liberto seu, o qual esperava se tornar o próximo herdeiro”. De maneira gradativa, os personagens e os seus respectivos papéis foram sendo introduzidos no enredo.

O ambiente familiar descrito não se enquadra em definições como a de Rousselle (1984, p.116) para quem o casamento entre os segmentos privilegiados da sociedade romana seria, sobretudo, uma aliança política.

A expressão *togam puram*, de acordo com Gonçalves (1957, p.178), é uma perífrase da qual Fedro se utilizou para demonstrar que o jovem estaria prestes a completar dezessete anos, marco cronológico da maioridade entre os romanos, quando então deixaria de usar a *toga praetexta* que era bordada em púrpura.

Quanto ao liberto seu interesse principal seria a herança de seu patrono.

Segundo Cretella Junior (1996, p.107-110; 369-371) havia um ordenamento específico na divisão da herança, designada como *hereditas* ou *successio*.

Entre os herdeiros, o parentesco baseado na consangüinidade, a *cognatio*, perante a lei era menos importante que a adoção pelo *paterfamilias*, a *agnatio*: é possível verificar essa concepção a partir das formas de união entre os romanos, pois, a mulher desposada *cum manu*, de acordo com as formalidades legais, se tornava *in loco filiae* com direitos que não teria uma casada *sine manu* cujo vínculo com o marido era mais frágil.

Desse modo, todos os que se encontrassem sob a *patria potestas*, considerados como *alieni iuris* ou indivíduos sem patrimônio e sem personalidade jurídica própria, entrariam na linha de sucessão, *heres*.

Os primeiros instituídos na relação testamentária, *heres scriptus*, seriam os denominados como *heredes sui*, vinculados tanto pela *cognatio* como pela *agnatio* e, portanto, reconhecidos como descendentes legítimos. A partilha dos bens que lhes coubessem deveria ser feita *per caput* de forma igualitária.

A seguir viriam os *agnati proximi*, os indivíduos adotados como os libertos que ficavam vinculados ao antigo senhor pelo patronato. A divisão nesse caso ocorreria *per stirpes*, dependente da condição de vinculação entre o testador e o pressuposto herdeiro.

Havia ainda um terceiro segmento de possíveis herdeiros, os *gentiles*, que foi desaparecendo das práticas testamentárias romanas: inclusos estavam todos os membros de uma determinada *gens*, assim como poderia também haver instituições públicas.

Como poderia então o liberto burlar a linha sucessória?

Fedro descreveria nos versos 13-17 uma estratégia possível, talvez recorrente entre pretendentes a herança: *qui, qum de puero multa mentitus foret / et plura de flagitiis castae mulieris, / adiecit, id quod sentiebat máxime / doliturum amanti, uentitare adulterum / stuproque turpi pollui famam domus.* (HAVET, 1895, p.58-59)

Desse modo, “Este (o liberto) como tivesse inventado muito sobre o menino, e mais acerca dos (pressupostos) crimes da casta mulher, acrescentou algo que julgava haveria de ferir ainda mais ao esposo: um adúltero através de desprezível sedução (*stuprum*) freqüentava e maculava a reputação de seu lar” - o conceito de *stuprum* entre os romanos remetia ao relacionamento não legitimado com uma mulher casada, fosse o amante um homem casado ou solteiro, que antes da legislação de Augusto poderia resultar em morte para ambos os amantes.

Diante da grave acusação, o patrono, talvez induzido pelo liberto, idealizou uma situação na qual pudesse constatar a consistência dos fatos (v.18-23): *Incensus ille falso uxoris crimine / simulauit iter ad uillam, clamque in oppido / subsedit; deinde noctu subito ianuam / intrauit, recta cubiculum uxoris petens, / in quo dormire mater natum iusserat, / aetatem adultam seruans diligentius.* (HAVET, 1895, p.59)

Assim, “irritado pelo pressuposto crime de sua mulher, teria simulado (o patrono) uma viagem a sua *uilla*, e, escondido na cidade, aguardou o anoitecer, quando então retornou a casa, irrompendo porta adentro até o interior do seu quarto, no qual a mãe ordenara ao filho para dormir para vigiar diligente a chegada da idade adulta”.

Nesse trecho da narrativa fedriana é descrita uma prática, o jovem ser vigiado talvez fosse parte de um ritual de passagem para a maioridade, que não nos foi possível verificar se se trataria de algo disseminado socialmente. Para além do estratagema elaborado, podemos inferir também que se tratava de um romano de posses, pois ocorre a referência a uma *uilla* – uma propriedade campestre. Sua *domus* se localizaria próxima da cidade o que lhe teria permitido o rápido retorno.

Na seqüência, entre os versos 24-28, um encadeamento de ações equivocadas: *Dum quaerunt lumen, dum concursant familia, / irae furentis impetum non sustinens / ad lectum uadit, temptat in tenebris caput. / Vt sentit tonsum, gladio pectus transigit, / nihil introspicens dum dolorem uindicet.* (HAVET, 1895, p.59)

No meio da escuridão, “enquanto os da família (escravos e libertos) acorrem e procuram alguma luz, (o senhor) dominado pelo ímpeto da ira, se dirige ao leito na penumbra; toca uma cabeça com os cabelos cortados (o jovem), e, incapaz de refletir importando-lhe apenas a vingança, trespassa o peito do suposto desconhecido com a espada”.

A pressuposta movimentação dos integrantes dessa *familia urbana* passa-nos a impressão de que se tratava de uma residência de consideráveis dimensões. Sobre o senhor que se deixou conduzir pela precipitação podemos também inferir pela utilização do *gladius* que se tratava de alguém que teria desempenhado atividades ou cargos militares.

O desfecho da irreflexão e da precipitação adquire conotações trágicas (v.29-33): *Lucerna adlata simul adspexit filium / sanctamque uxorem dormientem cubiculo, / sopita primo quae nil somno senserat, / representavit in se poenam facinoris / et ferro incubuit quod credulitas strinxerat.* (HAVET, 1895, p.60)

O senhor, assim que foi “trazida a iluminação, logo que percebeu tratar-se de seu filho e que a inocente esposa dormia em seu quarto, prostrada ainda no primeiro sono, sem nada ter sentido; aplicou em si a punição do seu crime e arrojou-se sobre a espada que por (excesso de) credulidade havia desembainhado”.

Diante de tal cenário as maquinações do liberto alcançaram um êxito talvez maior do que o almejado: com a morte do filho do patrono suas pretensões à herança não teriam mais um considerável obstáculo; o suicídio de seu patrono o livrava de uma série de obrigações, às quais comentamos anteriormente, e o tornava um indivíduo independente - *sui iuris*.

Entretanto, ainda havia um último empecilho: a mulher. O que fazer?

Fedro narrou o procedimento adotado (v.34-35), não podemos afirmar se usual: *Accusatores postularunt mulierem, / Romamque pertraxerunt ad centumuiros.*

Acusadores teriam procurado a mulher e levaram-na para Roma na presença dos centúviro, um tribunal formado por cento e cinco cidadãos romanos, sendo três para cada uma das trinta e cinco tribos nas quais se dividia a população da cidade, e que atuava desde os tempos da Realeza no julgamento de crimes envolvendo heranças e outros direitos de família.

Esses acusadores que permaneceram no anonimato, não poderiam ser escravos, impossibilitados pela sua condição de se expressarem diante de qualquer magistrado. Libertos talvez pudessem ser como o maior interessado na questão, mas o seu depoimento de cidadãos considerados de segunda categoria não teria a mesma gravidade na acusação que o de cidadãos romanos nascidos livres.

Nesse sentido, cogitamos que esses acusadores seriam *ingenui* que se coligaram ao liberto com a finalidade de obter participação na pretensa herança em litígio.

Haveria um grande patrimônio em disputa? Inferimos que pela descrição elaborada nos versos 36-37 é possível alegar: *Maligna insontem deprimit suspicio, / quod bona possideat. Stant patroni fortiter / causam tuentes innocentis feminae.* [grifo nosso] (HAVET, 1895, p.60) - “Porque quereria tomar posse dos bens, então uma torpe suspeita recai sobre a inocente. Presentes estão os seus **advogados** que com veemência defendem a causa da mulher”.

A expressão “*patroni*”, empregada no plural, foi utilizada para designar os advogados, os defensores da viúva que assumia a posição de cliente (*cliens*). Não nos é possível afirmar que mesmo em Roma, considerada a matriz das formas de atuação jurídica, fosse usual a utilização de mais de um defensor em um caso – Cícero na maioria das vezes em que atuou como advogado o fez sozinho. A motivação alegada pela acusação - a referência feita por Fedro pode ser interpretada como um indício de que haveria consideráveis somas envolvidas.

Porém, a disputa judicial teria chegado a um impasse entre os acusadores, possíveis aliados do escravo, e os defensores da mulher (v.38-42): *A Diuo Augusto tum petierunt iudices / ut adiuuaret iuris iurandi fidem, / quod ipsos error implicuisset criminis. / Qui postquam tenebras dispulit calumniae / certumque fontem ueritatis repperit:* (HAVET, 1895, p.60)

Desse modo, “os juízes, então, não conseguindo chegar a um veredicto devido à obscuridade do crime, recorreram ao ‘divino Augusto’, uma instância superior, o qual após dissipar as ‘trevas da calúnia’, descobriu a fonte do problema e pronunciou a sua decisão”.

A partir desse trecho podemos cogitar que o conselho encarregado de julgar o caso tinha autonomia em relação ao assunto e a ingerência do *Princeps* somente ocorreria nas situações em que não se chegasse a uma sentença decretada pela maioria: o poder de intervenção não seria então discricionário, apesar de ser determinante.

O sentenciamento de Augusto explicaria a expressão que iniciou a fábula:

"Luat" inquit "poenas causa libertus mali; / namque orbam nato simul et priuatam uiro / miserandam potius quam damnandam existimo. / Quodsi delata perscrutatus crimina / paterfamilias esset, si mendacium / subtiliter limasset, a radicibus / non euertisset scelere funesto domum." (HAVET, 1895, p.61)

Decretado foi pelo príncipe que “o liberto [sofresse] ⁶⁷ as penas por causa do mal (que causou); pois [julgo] que a (mulher) privada ao mesmo tempo do filho e do marido antes digna de compaixão que de ser condenada. Se o pai de família tivesse, porém verificado, e [esclarecido] sutilmente a calúnia, não teria derrubado desde os alicerces a sua casa com um crime funesto”.

Esse trecho também remete a penas que deveriam ser aplicadas ao liberto. Mas que punições seriam estas afinal?

A manumissão realizada em conformidade com legislação no período Augustano pelo que podemos averiguar não poderia ser revertida sob quaisquer circunstâncias, ou seja, era improvável uma *reuocatio in seruitutem* (ANDREAU, 1991, p.155). Talvez pudesse ser classificada como não solene, mas também não foram identificados indícios nesse sentido.

O decreto de interdição de fogo e água somente poderia ser aplicado a um cidadão pleno, o que o liberto não era.

A *relegatio*, permitida pela *lex Aelia Sentia* e que pressupomos foi aplicada a Fedro, implicava na interdição espacial: o punido deveria manter-se a no mínimo cem milhas da cidade de Roma, o que contribuiria para enfraquecer os vínculos citadinos que houvesse estabelecido, e diminuir suas possibilidades de interação social. Assim como na condenação a trabalhos forçados (p.156).

Possivelmente, o impacto maior para o liberto seria no campo econômico: o condenado por imputar falsas insinuações a alguém teria que assumir com todas as despesas do processo, tanto as suas como as das demais partes envolvidas. Se o liberto da fábula almejava tanto a herança de seu patrono que foi capaz de conceber uma trama falaciosa e arriscada para obter mais rápido o seu intento, podemos pressupor que necessitasse e que, portanto, não dispusesse dos recursos que desejava.

Exploraremos uma última questão. A qual público remeteria a fábula?

Procuraremos inferi-la a partir de uma pretensa advertência que Fedro expressou entre os versos 54-58: *Hoc admonere simplices etiam potest, [grifo nosso] / opinione alterius ne quid ponderent. / Ambitio namque dissidens mortalium / aut gratiae subscribit aut odio suo. / Erit ille notus quem per te congnoueris.* (HAVET, 1895, p.61)

Para Fedro “isto (a fábula) pode advertir **também às pessoas humildes**: que nada julguem segundo a opinião de outrem porque (o julgamento) dos mortais, divergindo,

⁶⁷ Na adaptação das diversas traduções que efetuamos alguns tempos verbais foram alterados.

ora se deixa levar pela afeição ora (segue) o próprio ódio, e ser-te-á conhecido aquele que conheceres por ti”.

Se a narrativa era inclusive para pessoas “simples”, não se destinava inicialmente a elas: o objetivo poderia ser o de atingir um segmento específico do qual esperava uma determinada reação. Reação que não podemos afirmar se teria relação com uma *indulgentia*, a suspensão por parte do imperador de sua *relegatio*, pois o fato de escrever o seu terceiro livro já implicaria na revogação de sua punição.

4.4 Imitação ou adaptação de Esopo?

Nas interpretações formuladas por diversos críticos literários sobre as fábulas latinas, como procuramos detalhar no primeiro capítulo, Fedro ter-se-ia limitado de forma recursiva à imitação das narrativas esópicas, eventualmente transigindo este perímetro quando elaborou algumas criações próprias.

Entretanto, a partir da fábula que inicia o *corpus* fedriano – *Lupus et Agnus*, tencionamos demonstrar que esse caráter imitatório pode ser questionado pela exposição e análise das discrepâncias presentes nas narrativas de ambos os escritores.

Antes de Esopo podemos encontrar um argumento semelhante em Hesíodo que (Os trabalhos e os dias, v.202-212) fez uso da fábula do rouxinol e do gavião para desenvolver um conceito de justiça que remeteria a uma atitude resignada: o contraste na disputa entre a força e a velocidade do gavião e a sonoridade do canto do rouxinol serviu como metáfora para demonstrar que seria um insensato - *aphron*, aquele que desafiaria alguém mais forte. Isto significaria que, além de tolerar a inevitável derrota – *níkes te stéretai*, teria que suportar também a humilhação – *aískhesin álgea páskhei*, independente das aptidões inatas e das lamentações do rouxinol neste caso.

Poderíamos explorar se Hesíodo procurou fazer uma apologia à tradição da aplicação da força nas relações sociais ou se, de modo mais possível, estaria fazendo uma crítica velada à prepotência que interferiria na fluência dessas relações, mas este itinerário demandaria uma base de que não dispomos.

No texto esópico que chegou até os dias atuais ocorrem duas fábulas em que o lobo e o cordeiro são os personagens, *lykos kai aren*, ocupam respectivamente a ducentésima septuagésima terceira e a ducentésima septuagésima quarta posição, e estas não

estão entre as primeiras das trezentos e cinquenta e sete traduzidas e reordenadas por Manuel Aveleza de Souza (ESOPO, 2002) que utilizou como base uma edição crítica francesa.⁶⁸

Partindo do pressuposto que o ordenamento atual corresponderia de fato à forma como estavam expostas as fábulas esópicas, é pertinente questionarmos por que o fabulista latino fez a escolha por esta narrativa específica e a adaptou à métrica latina?

Apenas a primeira delas mantém similaridade com a composta por Fedro.

Na segunda fábula Esopo, ou alguém que a escreveu utilizando-se do estilo denominado “esópico”, procurou enfatizar o aspecto dos templos como local de refúgio inviolável, *hieròs*, aos que sofriam a perseguição de figuras poderosas.⁶⁹

Diante da argumentação do lobo de que poderia o cordeiro ser imolado em sacrifício a algum deus, *esti theou thysían genéstai*, caso fosse encontrado por algum sacerdote, o cordeiro respondeu que, se a morte é um fato inevitável, seria preferível, *hairetóterón*, perecer de uma forma mais digna, *dóxes thánatos*.

Teria o elaborador dessa fábula tentado para a descrição de um panorama sombrio e de opressão do qual somente uma morte digna seria a alternativa de saída?

Na narrativa esópica que Fedro selecionou, traduziu e reinterpretou para iniciar a sua obra, o cordeiro já está a beber no rio quando o lobo se aproxima com o escopo de devorá-lo e se posicionou mais acima. Para este intuito, porém, seria necessário que fizesse uso de um pretexto, de um motivo aceitável – *eulógou aitías katathoinésastai*.

A necessidade de uma fundamentação argumentativa para fornecer legitimidade para a ação suscita que a narrativa descreveria um momento diferente na constituição da sociedade grega. Não mais o uso explícito da força bastaria para a consecução dos objetivos, mas, em tese, a exposição da motivação a uma coletividade seria indispensável.

Porém, cada uma das acusações utilizada pelo lobo contra o cordeiro foi objetada e invalidada. Respectivamente: a de que teria turvado a água que o lobo queria beber o que seria improvável devido às posições ocupadas por ambos; e a de que teria insultado o pai do acusante e que também podia ser contestada em razão da diferença de idade entre eles – um lobo adulto e um cordeiro.

⁶⁸ Há 426 fábulas esópicas na coletânea de *mythoi Aisópeioi* organizada pelo professor Ulrich Harsch, da Universidade de Augsburg, fundamentada em diversas edições críticas, e exposta no site http://www.hs-augsburg.de/~harsch/graeca/Chronologia/S_ante06/Aesop/aes_mcon.html. Acessado em 15 set. 2008. Nas traduções das fábulas esópicas o número varia: em Esopo (2006a) constam 352 fábulas sem referência às suas possíveis fontes; e em Esopo (2006b) estão traduzidas 372 fábulas das quais 358 teriam sido retiradas da mesma edição francesa que serviu de base a Manuel Aveleza de Souza, e outras 14 teriam sido acrescentadas de fonte não informada.

⁶⁹ Na narrativa herodotiana (História, 2, 113) ocorre um argumento símile: escravos perseguidos refugiavam-se em um templo dedicado a Hércules, se fazendo marcar com os estigmas que lhe eram consagrados.

Derrotado nesse *agón*, nesta competição, em termos retóricos, o lobo rompe com a hipotética necessidade de legitimar seu objetivo e argumenta que, independente da aptidão demonstrada pelo cordeiro em formular a própria defesa – *Eàn sy apologiõn euporêis* -, de qualquer maneira não deixaria de devorá-lo.

No seu desfecho a fábula evidenciaria que nenhuma defesa por mais autêntica que a fosse poderia superar a atuação da força – *oudè dikaía apologia iskhýei*.

Se a relevância da aplicação da força na articulação das relações se explicita, aparentando demonstrar a resignação dos que dispunham de menos poder no ordenamento social, também é possível observarmos a resistência através do embate retórico.

Abordaremos a fábula de Fedro, mas antes recuperaremos uma questão instigada anteriormente: a censura nos governos do Principado.

Como argumentamos, porém, Fedro não foi o primeiro nem o único dos escritores que teriam sido punidos, no caso do fabulista com a *relegatio*, no período dos primeiros governos do Principado.

Segundo a análise feita por D’Onoffrio (1967, p.404-405), que se baseou nos textos de Sêneca, Suetônio e Tácito, a primeira vítima da intolerância quanto à liberdade de expressão teria sido o filósofo grego Timagenes, expulso por Augusto do círculo palaciano por ter proferido palavras consideradas desrespeitosas contra a família imperial. Protegido pelo republicano Asínio Polião,⁷⁰ o filósofo foi disputado pelos círculos literários aristocráticos e se converteu no epicentro de um movimento de oposição ao grupo cultural organizado por Mecenas.

A partir da morte de Virgílio, no ano 19 a.C., e principalmente após as de Mecenas e Horácio, ocorridas em 8 a.C. no intervalo de alguns meses, Otaviano teria gradativamente aumentado a pressão sobre os literatos de oposição política – os *sub rostrani*. No ano 12 a.C., ordenou a queima dos escritos de Tito Labieno e expulsão de Cássio Severo da cidade de Roma.

Teria instaurado também Augusto a prática que foi ampliada por seus sucessores dos *delatores*, indivíduos remunerados pelas suas denúncias de supostos críticos.

Todavia, o exemplo mais utilizado para assinalar a censura durante seu governo foi o do exílio de Ovídio através de um *editum* imperial para o litoral do Mar Negro, então denominado como *Pontus Euxinus* e fora dos limites do Império, ocorrido em 8 d.C.

⁷⁰ Segundo Mendes (1997, p.24), Polião, quando foi governador da Gália Cisalpina, teria incentivado Catulo a criar um círculo de poesia, baseado em temas alexandrinos, denominado *neoterói*, para se contrapor aos ditames de uma escola literária mais austera, representada pelos *ueteres poetae*.

Cogita-se que a condenação de Ovídio se deveu à disseminação da leitura da *Ars Amatoria*, ou “A Arte de Amar”.⁷¹ O texto que não é a maior de suas obras, ainda é classificado, mesmo nos dias atuais, como obsceno por realçar práticas e atitudes que seguiriam na contramão da legislação moralizante de Augusto, seria um demonstrativo da oposição ao discurso e à política de costumes impostos.

Segundo Feitosa (2000), a *Ars Amatoria*, ao insinuar igual participação e direitos aos homens e às mulheres na relação amorosa, representou uma transgressão às regras e valores morais instaurados pela aristocracia. Nesse sentido, também pode ser explorada a sua apresentação enquanto “manual de galanteio”, como no viés da argumentação de Barbosa (2002, p. 156), para quem “Ovídio pagou com seu exílio por sua ousadia em incentivar um amor e um estilo de vida que os políticos consideravam prejudicial ao Estado” - ao efetuar suas considerações sobre o papel da amante na sociedade romana do século I d.C.

Em sua análise Silva (2001), que interpretou esta obra do *corpus* ovidiano em uma comparação com o *Satyricon* de Petrónio, refere-se a ambas como formas de negação a uma sociedade nitidamente patriarcal, quase misógina, que atingiu o absurdo e o grotesco em relação à sexualidade feminina.

Depois da *Ars Amatoria* Ovídio produziu os *Remedia Amoris* uma coletânea de diversos conselhos que teria por objetivo desarraigado do espírito os efeitos de uma paixão amorosa não correspondida – talvez uma alternativa aos que não obtivessem sucesso na aplicação da *Ars Amatoria*; a tragédia *Medea*, citada por autores posteriores, mas da qual não restaram sequer fragmentos; os *Metamorphoseon libri*, sua maior obra e a única escrita em hexâmetros datílicos, uma coletânea de mitos gregos e romanos com funções didáticas; e os *Fasti*,⁷² poemas que homenageiam as festividades religiosas e cívicas romanas, procurando também dar explicações sobre o calendário e o motivo de diversos costumes. A obra deveria ser composta de doze livros, um para cada mês do ano. Todavia, devido ao édito imperial só conseguiu Ovídio concluir seis.

Apesar de ter sido casado em terceiras núpcias com Lívia, sobrinha de Otaviano que, segundo Harvey (1998, p.372), lhe teria propiciado a aproximação da casa imperial – e esposa com a qual conseguiu manter certa estabilidade conjugal -, não conseguiu evitar o seu banimento.

⁷¹ A *Ars Amatoria* é um conjunto de três livros, escritos em dísticos elegíacos, no qual Ovídio teria procurado construir uma “teoria da sedução”, em contraposição ao clima moralizante da época conforme Cardoso (2003, p. 81): o primeiro e o segundo livros são direcionados aos homens - as táticas de aproximação e conquista, e os meios a serem utilizados para se manter a mulher amada; o terceiro livro é dedicado às mulheres - quais os artifícios para tornar-se amada de maneira duradoura

⁷² Nesta obra ocorre a expressão paronomástica *urbi et orbi*, à cidade de Roma e ao mundo (conhecido).

Após o *editum* começou a escrever ainda em Roma as *Tristia* ou *Tristium libri*, conjunto de epístolas em cinco livros, nas quais suplicou a revisão do seu exílio. Para Pereira (1984, p 378), em determinada epístola (*Tristia*, 4, v.15), a expressão *quia res est publica Caesar* teria por objetivo identificar Augusto como uma continuidade da *Res Publica*.

Os quatro livros das *Ponticae* ou *Epistulae ex Ponto* começaram a ser compostas algum tempo depois de sua chegada ao *Pontus Euxinus*. Escritas em um ritmo monótono, demonstram um tom nostálgico em relação a sua vida na cidade de Roma, e uma angústia diante da inutilidade de se suplicar pela clemência imperial.⁷³

A distancia temporal entre a *Ars Amatoria* e o momento em que Ovídio foi exilado pode ser utilizada como argumento para questionar se teria sido esta obra a motivação de seu banimento do império romano.

No ano 25 d.C., conforme D'Onoffrio (1967, p.405), Tibério ter-se-ia se utilizado de Sejano para executar Mamerco Escauro e destruir as suas tragédias em uma das quais teria feito alusões à tirania. Alguns anos depois, em 35 d.C., a mesma censura parece ainda predominar: os escritores satíricos Hélio Saturnino e Séstio Paconiano foram condenados por versos avaliados como ofensivos, tendo sido o primeiro atirado da rocha Tarpéia em Roma, e o segundo estrangulado na prisão. A ascensão de Calígula não alterou o mecanismo de controle sobre as possibilidades de expressão, tendo D'Onoffrio descrito outras situações de tortura, exílio e assassinato.

Quanto à fábula de Fedro, *Lupus et Agnus*, que inicia o primeiro de seus livros, há discrepâncias significativas em relação a Esopo que podem ser exploradas e auxiliar a relacioná-la ao contexto descrito de censura.

O texto latino que utilizamos como base é o seguinte:

*Ad riuum eundem lupus et agnus uenerant, / siti compulsi. Superior stabat
lupus, / longeque inferior agnus. Tunc fauce improba / latro incitatus iurgii
causam intulit; / 'Cur' inquit 'turbulentam fecisti mihi / aquam bibenti?'
Laniger contra timens / 'Qui possum, quaeso, facere quod quereris, lupe? /
A te decurrit ad meos haustus liquor'. / Repulsus ille ueritatis uiribus / 'Ante
hos sex menses male' ait 'dixisti mihi'. / Respondit agnus 'Equidem natus non
eram'. / 'Pater hercle tuus' ille inquit 'male dixit mihi'; / atque ita correptum
lacerat iniusta nece. / Haec propter illos scripta est homines fibula / qui
fictis causis innocentes opprimunt. (HAVET, 1895, p.2-3)*

⁷³ Para uma análise mais detalhada de alguns desses poemas é pertinente consultar a tradução elaborada por José Paulo Paes (OVIDIO, 1997).

Na narrativa de Fedro os personagens vieram ao mesmo rio, *ad riuum eundem... uenerant*, impelidos pela sede, *siti compulsi*. Uma necessidade comum lhes serviu de motivação para ocuparem uma mesma espacialidade.

Porém, a diferença de posições entre ambos é enfatizada, nos versos v.2-3: o lobo estaria mais acima e o cordeiro permaneceria longe mais abaixo - *Superior stabat lupus, longeque inferior agnus*. Este posicionamento refletiria apenas uma questão de espaço, ou poderia ser considerado como a manifestação de um determinado ordenamento social?

A seguir o agressor (*latro*) trouxe um motivo de discórdia (v.3-4), *iurgii causam intulit*, incitado pela desonesta voracidade, *fauce improba... incitatus*. A iminente ação do lobo não foi posta em questão, mas a maneira como pretendia alcançar o seu objetivo.

O primeiro argumento do lobo é o mesmo que foi utilizado pelo personagem de Esopo, na interpretação para a língua latina em forma de indagação, nos versos 5-6: “Por que turvastes a água para mim que estou bebendo?” – “*Cur... turbulentam fecisti mihi aquam bibenti?*”. E a resposta do cordeiro foi a mesma apresentada por seu predecessor esópico, desarticulando esta primeira incursão retórica - *A te decurrit ad meos haustus liquor* (verso 8).

Diante disso, o lobo fedriano fez uso de nova fundamentação para dar continuidade ao embate entre ambos. Nesse ponto, os textos novamente se distanciam quanto ao cenário constituído: se o lobo em Esopo alegou uma ofensa ao pai como motivação, algo que atingia pelas relações de parentesco todos os membros da família; em Fedro a ofensa alegada perde o caráter de ataque ao coletivo e entra no domínio da individualidade no verso 10 – “*Ante hos sex menses male... dixisti mihi*” [grifo nosso]. Seis meses antes o cordeiro teria falado mal **do próprio** lobo.

O cordeiro fedriano remeteu à mesma explicação esópica para produzir novo impasse em seu adversário. Seria improvável tal ofensa pelo fato de não na época não ser ainda nascido – “*Equidem natus non eram*” (verso 11).

A última investida do lobo possivelmente fazendo uso da resposta do cordeiro foi no sentido de gerar um pretexto que não poderia ser refutado pela falta do conhecimento necessário, no verso 12: a afronta ao lobo teria partido do pai do cordeiro, anterior, pois, ao seu nascimento – “*Pater... tuus... male dixit mihi*”.

Ante o silêncio de seu oponente neste embate discursivo, o lobo conseguiu enfim concretizar o seu intento e devorar o cordeiro. Uma vitória obtida através de artifícios, mas que de qualquer modo constituía um triunfo.

Significativa é a conclusão da fábula que não se destaca do corpo da narrativa, mas que pode ser considerada como seu *epimithium* – seu possível sentido: *Haec*

propter illos scripta est homines fabula / qui fictis causis innocentes opprimunt. A fábula teria sido escrita devido àqueles homens que por falsos motivos oprimiam os inocentes.

Entretanto, que possível relação pode ter esta fábula com o ambiente de censura disseminado no período que enfocamos, o início do Principado?

Uma “condenação” ocorrida no governo de Tibério é símile à fábula.

De acordo com a narrativa de Tácito (Anais, 4, 34-35), o escritor Cremúcio Cordo foi acusado ano 25 d.C. de reverenciar nos seus textos a memória das ações públicas de Cássio e Bruto, ações anteriores ao confronto com Otaviano que, apesar de vitorioso, não teria destruído as estátuas de seus oponentes expostas em Roma.

Este seria um crime novo e desconhecido até então, pois, segundo a defesa feita pelo próprio Cremúcio, tanto Júlio César como Otaviano teriam tolerado ou aceitado de maneira mais moderada lembranças aos feitos de adversários declarados do governo ou de quem estivesse no poder.

Dois *clientes* de Sejano, Pátrio Secundo e Pinário Nata, atuaram como acusadores. D’Onoffrio (1967, p.406), talvez baseado nesse aspecto da narrativa tacitiana, suscita a ação de censura de Tibério através de Sejano.

Antevendo que teria já sido considerado culpado, independente do que alegasse, Cremúcio procurou utilizar-se da atuação de outros escritores muito mais explícitos e críticos do que ele próprio em sua justificação, e defender a liberdade de expressão.

Condenado, retirou-se para sua casa e deixou-se morrer por inanição.

Seus livros por ordem do Senado deveriam ser queimados, e o foram.

Após essa condenação, conforme Tácito (Anais, 4, 36), a atuação dos *delatores* se intensificou, como também as formas de censura a quaisquer manifestações contra o regime e seus representantes. Mas, antes de descrever a atmosfera de perseguição instaurada, Tácito fez questão de enfatizar que nenhum poder transitório por maior que o fosse seria capaz de silenciar de modo permanente a livre expressão de idéias.

Conjeturamos que pelas similaridades abordadas é possível definir uma relação entre a fábula de Fedro e o contexto anterior ao retiro de Tibério para a ilha de Capri.

4.5 A desconstrução da figura do lobo mau

Na primeira das fábulas do *corpus* fedriano, *Lupus et agnus* (1, 1), o lobo surge como símbolo da opressão e da prepotência de um personagem que pressupomos em

posição de mando, pois é citado antes e acima do cordeiro, e que se utilizou de recursos ilícitos, como calúnias e difamações, para subjugar a sua vítima.

E essa imagem se tornou recorrente nas seis das sete fábulas em que o lobo foi figura dramática. As caracterizações negativas ocorrem cinco vezes no primeiro livro e uma no Apêndice: na *Lupus et agnus* (1, 1) como argumentamos é, sobretudo, uma metáfora da prepotência de indivíduos poderosos; na *Lupus et gruis* (1, 8), “O lobo e a grou”, de quem faz uso de falsas promessas para conseguir seu intento; na *Lupus et uulpis iudice simio* (1, 10), “(A disputa entre) lobo e raposa (tendo) o macaco como juiz”, de ardis entre astuciosos; na *Ouis, ceruus et lupus* (1, 16), “A ovelha, o cervo e o lobo”, da precaução em não se fazer negociações avalizadas por fiadores suspeitos; na *Ouis, canis et lupus* (1, 17), “A ovelha, o cão e o lobo”, dos revezes sofridos pelos caluniadores que se associaram aos indivíduos poderosos; e na *Scrofa parturiens et lupus* (*App.*, 19), “A porca parturiente e o lobo”, do perigo de se crer na benevolência de um confesso oponente.

Porém, em uma determinada fábula esta figuração do lobo destoa do padrão.

Na narrativa *Canis et lupus* (3, 7), ou *Lupus ad canem*, pois o título varia em algumas edições, o lobo se constitui numa figura de resistência em contraposição a de um cão submisso a condições que lhe garantissem a subsistência.

O cão, assim como a raposa que simbolizaria a astúcia, é o personagem mais presente no *corpus* fedriano. Aparece em dez das fábulas, sendo sete no primeiro, duas no terceiro, e uma no quinto livro.

Suas interações são quase todas no sentido de demonstrar: as conseqüências de uma demasiada ganância ou ambição, e do mesmo modo das ações irrefletidas; a necessária cautela com relação a determinadas propostas, e a desconfiança com uma súbita generosidade; e a defesa das convenções sociais. A imagem do cão somente adquire uma conotação menos carregada de tensões, porém mais próxima do melancólico, na última de suas exibições.

O cão nas antigas culturas era reverenciado como símbolo do guardião que controlava a passagem dos indivíduos entre mundos opostos como Anúbis, o deus-chacal egípcio, o cão selvagem que dirigiria a vida além-túmulo (SPALDING, 1973, p.272); ou Cérbero, o cão de três cabeças que guardava a entrada do Hades (COMMELIN, 1983, p.164-165), das regiões infernais segundo a mitologia grega.

Na interpretação que elaboramos, cogitamos que a figura do cão corresponderia de maneira metafórica à concepção platônica de um segmento social, os

“guardiões”, organizado e mantido permanentemente para a defesa da sociedade, que teria sido concretizado por Augusto (CARRIÉ, 1991, p.92).

Segundo Jaeger (2003, p.765) os atributos desse segmento, que deveria ser selecionado criteriosamente pelo projeto de Platão exposto na “República”, seriam ser “a agudeza” de suas percepções sensoriais, “a presteza” em seguir as ordens recebidas e “a energia” inabalável até a realização do objetivo determinado, como qualquer “bom” animal de caça. Suas “inclinações naturais” seriam aprimoradas através de um intenso treinamento. Em nenhum momento na idealização platônica se argumentou sobre a capacidade de reflexão desses indivíduos, pois os mesmos deveriam de modo paradoxal ser “dóceis” com os protegidos e demonstrar toda a sua “agressividade” para com os pressupostos adversários.

Entretanto, tal segmento, diferentemente da concepção platônica, a partir de Mário, não foi recrutado entre os mais aptos cidadãos, mas entre os excluídos e marginalizados da sociedade romana como discutimos em capítulo anterior.

Desse modo, até que ponto seria possível manter o controle deste grupo, selecionado e moldado para executar atividades que envolveriam riscos extenuantes para a maioria dos cidadãos e que poderiam ser realizadas por todos de modo escalonado como na *pólis* grega ou na *urbs* do período republicano, quando percebessem a importância de sua função na dinâmica social?

Para que não houvesse a possibilidade de que tal percepção surgisse esse grupo deveria ser mantido sob determinadas condições: o mais isolado possível da sociedade, somente intervindo em caso de necessidade extrema; pago com o máximo de parcimônia, a fim de que não se insuflesse a cobiça no seu meio; e mantido por seus comandantes sob uma severa disciplina que arrefecesse seus desejos e instintos, segundo Carrié (1991, p.93). A religião oficial (p.97), assim como princípios da doutrina dos estóicos mesclados a esses parâmetros, serviria para sedimentar o arcabouço teórico da função.

Devido à impossibilidade de um total isolamento dos “guardiões” de uma convivência considerada corruptora (p.98), e sob tais condições de autoridade, ao invés de se mitigar, se instilaria nesses indivíduos a percepção de que atributos que eram inerentes a sua função, como coesão e uniformidade de propósitos mesmo que forçados, confeririam-lhes uma vantagem potencial em relação aos demais membros da sociedade e que poderiam direcionar contra a população a pressão que sobre eles era exercida pelos segmentos dirigentes. Nesse sentido acabariam por se tornar mais um fator de opressão e tensão social.

No caso da cidade de Roma ao início do Principado pela ausência de legionários estabelecidos na península itálica, se não considerarmos os milhares de veteranos

desmobilizados por Otaviano e assentados como colonos na região (CARRIÉ, 1991, p.95), a figura do cão remeteria aos pretorianos.

Mas, atenhamo-nos à análise da narrativa fedriana.

A fábula *Canis et lupus* é a quarta em ordem de extensão no terceiro com vinte e sete versos, poucas a menos que o prólogo e o epílogo, e menos da metade dos versos da narrativa *Poeta de credere et non credere*, que abordamos em tópico anterior. Sua composição, no entanto, foge da brevidade propalada pelo autor.

Entre as narrativas esópicas existe uma fábula homônima: *Lýkos kai kýon*, “O lobo e o cão”, a de número duzentos e setenta e oito, de acordo com o ordenamento do professor Ulrich Harsch, da Universidade de Augsburg, que comentamos em nota anterior.

Todavia, a similaridade entre ambas as fábulas, a de Esopo e a de Fedro, ocorre, sobretudo no título e com relação aos personagens. Suas condutas são variáveis.

Fedro ao contrário de Esopo inicia a sua narrativa com um *promithium*: *Quam dulcis sit libertas breuiter proloquar*. (HAVET, 1895, p.54) – Mostraria de maneira breve (aos seus leitores) quão “doce” seria a liberdade – conceito sobre o qual discorreremos anteriormente.

O fabulista latino ainda acrescenta algumas etapas para aproximação entre os personagens antes do diálogo principal que não ocorre na narrativa esópica: *Cani perpasto macie confectus lupus / forte occucurrit;...* (versos 2-3) – Um lobo debilitado pela magreza teria ido ao encontro, por acaso, de um cão bem nutrido. A necessidade foi então o motivo da ação do lobo. O cão teria seguido sua atribuição de controlar a aproximação de estranhos.

A seguir, nos versos 3-4, depois que pararam próximos um do outro e se cumprimentaram mutuamente - ... *Dein, salutati inuicem / ut restiterunt...* -, o lobo questiona ao cão: “*Vnde sic quaeso nites? / Aut quo cibo fecisti tantum corporis? / Ego, qui sum longe fortior, pereo fame.*” (versos 4-6) – “De onde, pergunto, floresces assim? Ou com que alimentação conseguiste tamanha corpulência? (Se) eu, que sou muito mais forte, pereço de fome”

O cão respondeu simplesmente ao lobo que, se pudesse prestar ao seu dono o mesmo tipo de serviço, teria a mesma condição - *Canis simpliciter: “Eadem est condicio tibi, / praestare domino si par officium potes”* (versos 7-8). E novamente foi inquirido pelo lobo sobre o que teria de fazer: “*Quod?” inquit ille.* (verso 9)

A condição (versos 9-14) seria a defesa da casa durante a noite contra os ladrões, a guarda da porta, e, desse modo, os membros da família lhe trariam o pão, os restos da mesa e demais iguarias, sem que para isso precisasse se esforçar: “... *Custos ut sis liminis, /*

a furibus tuearis et noctu domum. / Adfertur ultro panis; de mensa sua / dat ossa dominus; frustra iactant familia, / et, quod fastidit quisque pulmentarium. / Sic sine labore uenter impletur meus.” (HAVET, 1895, p.55).

O discurso do cão procurou reiterar as vantagens de sua submissão.

O lobo por sua vez argumentou que pela própria existência que levava estaria em melhores condições para realizar tais serviços, contanto que tivesse um abrigo e alimentação não lhe faltasse: “*Ego uero sum paratus; nunc patior niues / imbresque in siluis asperam uitam trahens. / Quanto est facilius mihi sub tecto uiuere, / et otiosum largo satiari cibo?*” (HAVET, 1895, p.55).

Pressupostamente estabelecido um acordo entre ambos, o cão ordenou ao lobo que o acompanhasse – “*Veni ergo mecum*” (verso 15).

Todavia, nos versos 16-17, enquanto prosseguiam (em direção a casa) o lobo observou uma coleira presa ao pescoço do cão - ... *Dum procedunt aspicit / lupus a catena collum detritum cani* -, e perguntou a origem de tal objeto ao novo “aliado”: “*Vnde hoc, amice?...*”.

O cão foi incisivo na sua resposta: ... “*Nihil est.*”... – Não seria nada importante. E diante da negativa, o lobo reiterou (tamen) e exortou (sodes) o cão para que respondesse a sua interrogação: ... “*Dic sodes tamen.*”.

Devido à insistência o cão argumentou que por aparentar ser agressivo, era preso durante o dia, para que descansasse enquanto havia luz, e vigiasse assim que a noite chegasse, podendo então se movimentar sem restrições (versos 19-21): “*Quia uideor acer, alligant me interdium, / luce ut quiescam, et uigilem nox cum uenerit: / crepusculo solutus qua uisum est uagor*” (HAVET, 1895, p.56).

A narrativa esópica se inicia nesse momento quando o lobo, ao observar um cão enorme (*mégiston kýna*) aprisionado por uma coleira (*kloiōi*), inquiriu-lhe sobre quem o mantinha preso e o sustentava – “*Désas tís s'exéthrepse toúton?*”. O cão respondeu que era um caçador (*kynegós*), mas que o lobo não deveria se sujeitar (*mè páthoi*) a tal condição. Seria preferível a fome ao peso da coleira – “*Limos gàr he kloioû Barýtes*”.

Nessa fábula a atuação do lobo é secundária. O personagem essencial na concepção esópica é o cão que demonstraria pela sua fala uma contida resistência às condições que limitavam o livre-arbítrio de sua existência, a *Eleuthería* na concepção grega.

Seria esta uma das narrativas com temática de tendência cínica que Gaspar Morocho Gayo (ESOPO y BABRIO, 1994, p.33) descreveu terem sido conservadas pelos copistas da época helenística para fazerem a crítica a subserviência dos homens?

No apólogo de Fedro o diálogo entre o lobo e o cão continuou do mesmo ponto, quando então o “guardião” disse que se o intento era andar livremente, não o realizaria totalmente (versos 22-23) – “*Age, abire si quo est animus, est licentia?*” / “*Non plane est*” *inquit.* (HAVET, 1895, p.56)

O custo da submissão e de uma vida de conveniências em troca de sua liberdade foi considerado como elevado para o lobo que desistiu de seu objetivo, nos versos 23-24, não sem antes recomendar ao cão que usufruísse os benefícios que tanto se empenhara em enaltecer: “*Fruere quae laudas, canis; / regnare nolo, liber ut non sim mihi*”.

Na conclusão da fábula esópica o enfoque também se concentrou sobre a limitação da liberdade que traria conseqüentemente a infelicidade, mesmo que a subsistência estivesse garantida – *en taïs symphopáïs oudè gastrídzesthai*, “... na infelicidade, nem o estômago cheio é apreciado”.

Entre ambas as narrativas ocorreu uma inversão de papéis. Da fábula esópica na qual se apresentaria como um apologista do livre-arbítrio, o cão se tornou um símbolo da resignação e da submissão enquanto o lobo, que antes fora imagem periférica, adquiriu a característica de um personagem que incorporaria a resistência contra as condições que lhe foram impostas, na fábula latina. Porém, que possível sentido quereria Fedro atribuir a essa abrupta transformação de uma figura até então carregada de conotações pejorativas?

Alice Brenot (PHÉDRE, 1961, p. 40) cogitou uma possível analogia entre a fábula de Fedro, e os acontecimentos anteriores e posteriores a batalha da floresta de Teutoberg, no ano 9 d.C. O lobo e o cão representariam *Arminius* e *Publius Quintilius Varus*, respectivamente o líder da resistência na província da *Germania* e o comandante militar romano designado para a região. Na batalha, vencida por *Arminius*, três legiões do exército romano – a décima sétima, a décima oitava e a décima nona – foram dizimadas com suas *alae* de cavalaria e coortes auxiliares, em um desastre militar sem precedentes que levou insegurança a todo o mundo romano.

Entretanto, se nos basearmos na narrativa tacitiana (Anais, 1, 55-60), relação mais plausível pode ser estabelecida entre *Arminius* e seu irmão *Segestus*: o primeiro havia servido nas forças romanas e quando retornou ao seu povo começou a organizar uma resistência armada; o segundo adotara uma atitude conciliadora com Roma e foi por esse motivo considerado como inapto ao comando pelos seus pares. A inimizade entre ambos se evidenciou quando *Arminius* raptou a filha de seu irmão, prometida a outro, e a tomou como esposa. Depois dos fatos ocorridos em Teutoberg, sem condições de permanecer na *Germania*, *Segestus* pediu asilo aos romanos para si e para sua família.

Se a fábula remete a tais acontecimentos, por que lembrar algo que permaneceu durante décadas como uma mácula no exército e na sociedade romana? No seu terceiro livro, provavelmente depois de seu retorno do exílio, Fedro foi mais prolixo do que anteriormente. Tinha talvez uma premente necessidade de se expressar, de fazer a crítica aos que poderiam tê-lo apoiado, mas não o fizeram; talvez também de criticar toda uma sociedade que se considerava superior pelo seu modo de vida às demais.

Mas se de fato assim o foi, não temos indícios e argumentos suficientes para validar tais hipóteses e permanecemos apenas no terreno das conjecturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação procuramos demonstrar algumas das potencialidades na utilização das fábulas como fontes para a pesquisa histórica, e especificamente sobre assimetria nas formas de relacionamento.

A análise que empreendemos objetivou entranhar-se na economia das preconceções e expectativas, das angústias e anseios, circulantes em um contexto específico.

Para esta finalidade exploramos as tensões presentes na narrativa ficcional entre o discurso e seus silêncios, assim como entre a resignação e a resistência a determinadas maneiras de interpretar atitudes, comportamentos e situações.

O território das ficções, que não se constitui de modo algum em um ambiente inócuo e livre de contrastes, se mostrou no transcorrer da nossa pesquisa como uma arena sutil de embates e negociações entre convenções sociais, limites permitidos, questionamentos e alternativas possíveis, que, expostos muitas vezes de forma metafórica, e se transmitidos sem reflexão, podem ser utilizados na legitimação de idéias e interesses.

Desse modo, optamos por fazer uso das narrativas ficcionais para a análise de determinadas concepções sobre o mundo romano elaboradas por um indivíduo que expressou de maneira singular as suas perspectivas sobre o cotidiano que vivenciava.

Um indivíduo que não tinha relação com a maneira pela qual era designado. Sobre o qual se estabeleceu um consistente silêncio de seus coetâneos, somente sendo discutido pelas gerações posteriores. Alguém que fez uso de um instrumental até então considerado como inerte ou de aspecto apenas lúdico para criticar atitudes e comportamentos da sociedade em que viveu, e na qual teria talvez por esse meio tentado estabelecer para si uma posição mais estável.

Na sociedade romana do início do Principado, como procuramos demonstrar pelas conceituações de *populus* e *plebs* analisadas, as possibilidades de participação dos segmentos que se encontravam na base do ordenamento social romano eram limitadas, e foram gradativamente ainda mais diminuídas pela centralização de poderes, e transferência de suas atribuições, iniciada com as medidas adotadas durante o governo de Augusto que foram fundamentais nesse sentido – o poder que a princípio deveria emanar de uma legitimidade popular foi pressupostamente exercido em nome dessa legitimidade até que não fosse mais necessária devido à restrição da participação da população.

Essas medidas tinham por objetivo definir um pleno direito de ingerência não apenas sobre a forma de ordenamento social, ao estabelecerem critérios para a segmentação dessa sociedade, mas também atuar sobre o próprio modo de vida dos romanos, através da elaboração de leis e da disseminação de princípios filosóficos como os do estoicismo nas manifestações de um determinado padrão de cultura.

Todavia, até que ponto poderíamos argumentar sobre a efetividade da disseminação dos princípios e das medidas implementadas pelo governante?

A partir das perspectivas apresentadas pelas fábulas de Fedro o que transparece é uma sociedade dividida entre os que, incapazes de articular ações no sentido de alterar as condições contextuais, se satisfariam simplesmente em se esquivar de envolvimento considerados perigosos, e aqueles a quem, beneficiados pessoalmente de alguma maneira pelas circunstâncias presentes, não interessaria se empenharem para modificar a maneira como as relações se configuravam.

Perspectivas que, em relação ao gênero feminino, reiteraram na maior parte das fábulas, nas quais as mulheres foram personagens, uma tradição misógina, embasada tanto pela literatura greco-latina como pelas concepções filosóficas de cínicos e estoicos, que caracterizava a figura do gênero feminino, de um modo geral, como um potencial obstáculo a um pretense equilíbrio dos homens, e conseqüentemente ao espaço político.

As narrativas ficcionais poderiam servir para exprimir manifestações de reprovação a comportamentos femininos que contrariavam determinados papéis sociais supostamente pré-definidos para as mulheres na sociedade romana, como a resistência a um assédio masculino que não estivesse em conformidade com as leis, ou a sujeição sem questionamentos a determinadas atitudes dos homens como a bigamia.

O foco aparentemente seria a apologia à submissão feminina.

Mas, essa não seria a percepção inicial do fabulista. Em uma fábula que contrasta com as demais da mesma temática, o liberto procurou dar voz a uma de suas personagens que teria manifestado medos e anseios da maternidade inerente à condição feminina. Se este espaço aberto seria resultante de uma experiência pessoal, que pressupomos frustrante, pela mudança de tom, não o sabemos.

No último capítulo, ao analisar algumas das fábulas de Fedro sobre a temática da servidão procuramos interpretar as suas possíveis perspectivas sobre quais comportamentos e papéis seriam aceitáveis no desempenho das funções pelos *serui*.

Antes, porém, nos ativemos em descrever a maneira abrupta como esse contingente servil normalmente era constituído nas sociedades mediterrâneas.

Apreendido e inserido em um ordenamento social que seria diferenciado do seu, esse escravo muitas vezes perceberia que a possibilidade de mudança da sua condição, sem empenho pessoal, permaneceria mais no território das expectativas.

Desse modo, teria de assimilar estratégias de resignação diante da perspectiva apresentada pelo senhor, estabelecendo um hipotético valor a ser alcançado para sua libertação, ou adotando alternativas de vida consideradas mais dignas pelo segmento social hegemônico; ou ainda poderia desenvolver suas próprias formas de resistência à lógica de seus dominadores, e utilizar todos os artifícios que considerasse necessários para conseguir seus intentos.

Mas, não bastaria apenas ser libertado. As diferentes formas de manumissão também tinham suas conseqüências que afetavam a subsequente fase da vida desse liberto, estabelecendo categorizações dentro do próprio segmento. A maioria constatou pela experiência as limitações inerentes a sua condição.

Procuramos demonstrar também que as fábulas fedrianas elaboradas não têm o caráter emulativo das narrativas esópicas que lhes são de modo recorrente atribuídas a partir de uma análise superficial de seus conteúdos. Assim como não é possível considerar os personagens de que Fedro fez uso em seus apólogos como estereótipos com características definidas.

Mas, ao término desse périplo, percebemos que não é possível desvincular a relação entre interesse científico e questionamento existencial, talvez pelo próprio período da vida. Observamos um passado que cada vez mais se distancia, enquanto o fluxo do tempo não pára. O que procuramos então nesse passado? Talvez no momento em que alguns problemas começam a tomar forma poderiam estar suas soluções. Questionar a partir de determinada perspectiva, constituída em uma trajetória singular, o que permaneceu e poderia ter sido alterado, ou o que mudou e deveria ter permanecido.

Se o poder político se fundamenta na participação popular, por que esta participação continua sendo constantemente manipulada e alijada das decisões de seu interesse? Por que em pleno século XXI, em tempos “pós-modernos”, persiste a perspectiva que atribui de modo simultâneo à mulher instabilidade emocional e encargo nas relações, e que, se criticada, não se incorra em seu contrário de atribuir aos homens tais pressupostas características? Somos realmente livres de condicionamentos e limitações sociais?

Através do diálogo entre autores diversos e da análise de suas respectivas obras, podemos constatar que não haveria novos problemas sociais, mas antigas questões reformuladas, cuja solução depende do empenho de cada um e de todos.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

FEDRO. **Fábulas**. Versão portuguesa de Nicolau Firmino. 4ª edição. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1990. [1943].

FEDRO. **Fábulas**: texto integral. Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Editora Escala, 2006.

FEDRO. **Favole**. Introduzione, traduzione e note di Fernando Solinas. Milano: Arnoldo Mondadori editore S.p.A., 2005. (Classici Greci e Latini, 14).

GONÇALVES, Maximiano Augusto. **Tradução das Fábulas de Fedro**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes Limitada, Editora, 1957. [1937].

HAVET, Ludovicus. **Phaedri Augusti Liberti. Fabulae Aesopiae**. Paris: Libraire Hachette et Cie., 1895.

PHÉDRE. **Fables**. Texte établi et traduit par Alice Brenot. Deuxième Édition. Paris : Société d'Édition « Les Belles-Lettres », 1961. [1923].

FEDRO. **Fábulas**. Introdução de Samuel Pfromm Netto. Tradução de A.I. de Mesquita Neves. Campina: Editora Átomo; Editora PNS, 2001. [1884]. (Série Raízes Clássicas).

FEDRO. **Fábulas**. / Com notas gramaticais e versos escandidos por B. Sampaio. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d. [1930].

PHAEDRI. **Fabularum**: libri quinque cum fabellis nivis. Publicada com várias notas em português por J.-I. Roquete. 13ª edição. Paris: Aillaud, Alves & Cia.; Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1836.

FEDRO. **Fábulas / Fabularum Aesopiarum**. Tradução em prosa de A. B. Santos Martins e em prosa de Manoel de Moraes Soares. São Paulo: Edições Cultura, 1941. (Série Clássica de “Cultura”, “Os Mestres do Pensamento” sob direção de José Perez).

FONTES SECUNDÁRIAS:

ARISTÓTELES. **Política**. 3ª edição. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UNB, 1997.

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Tradução e notas de Amador Cisneros. Bauru: EDIPRO, 1995. 137 p. (Série Clássicos).

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos Deveres**. Tradução do latim Angélica Chiapeta. Revisão da tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Clássicos).

ESOPO. **As fábulas de Esopo**: em texto bilíngüe grego-português. Tradução de Manuel Aveiza de Souza. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.

ESOPO. **Fábulas**. Tradução de Antonio Carlos Vianna. Porto Alegre: L&PM, 2006a. (Coleção L&PM).

ESOPO. **Fábulas**: texto integral. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006b.

EURÍPIDES. **Medéia; Hipólito; As Troianas**. 3ª edição. Estudo e tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998. (A Tragédia Grega; Volume 3).

HERÓDOTO. **História**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Biblioteca Clássica UNB; 8).

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**: primeira parte. 4ª edição. Introdução, tradução e comentários de Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 2002. (Biblioteca Pólen)

HORÁCIO. **Arte Poética**. Introdução, tradução e comentários de R.M. Rosado Fernandes. Lisboa: Livraria Clássica Editora, s/d. (Textos Clássicos; Coleção Bilíngüe).

HORÁCIO. **Sátiras**. Tradução e notas de Antonio Luis Seabra. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993. (Clássicos de bolso).

OVÍDIO. **Ars Amatoria**. Tradução de Natália Correia e David Mourão-Ferreira. Edição bilíngüe: português-latim. São Paulo: Ars Poética, 1997. (Coleção Poesia; Serie Clássicos; Volume I).

OVÍDIO. **Poemas da carne e do exílio**. Seleção, tradução, introdução e notas de José Paulo Paes. São Paulo: companhia das Letras, 1997b.

PETRÔNIO (Petronius Arbiter). **Satyricon** (bilíngüe). Tradução direta do latim por Sandra M. G. Braga Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

PETRÔNIO. **Satiricon**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Abril Cultural, 1981. 207 p. (Grandes Sucessos).

SALÚSTIO e JUVENAL. **Obras e Sátiras**. Tradução de Barreto Feio e Francisco Antônio Martins Bastos. São Paulo: Livraria e Editora Logos Ltda., 1959.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de J.A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Obras**. Tradução e estudo introdutório de G. D. Leoni. São Paulo: Atena Editora, 1955. (Biblioteca Clássica, Volume XLIV)

SUETÔNIO. **A vida dos Doze Césares**. 5ª edição. Apresentação de Carlos Heitor Cony. Tradução Sady-Garibaldi. São Paulo: Ediouro, 2003. (Clássicos Ilustrados)

SUETÔNIO. **Os Doze Césares**. Tradução e notas de João Gaspar Simões. Lisboa: Editorial Presença, 1973. (Coleção Síntese)

TÁCITO. **Anais**. Tradução e prólogo de Leopoldo Pereira. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. (Coleção Clássicos de Bolso)

BIBLIOGRAFIA:**ARTIGOS DE PERIÓDICOS:**

CARVALHO, Margarida Maria, e GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Mulher romana e casamento na obra de Apuleio, *In: História*, São Paulo, 12, 1993, p.115-122.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação, *In: Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11, jan./abr. 1991, pp.180-193.

DEL CARRATORE, Enzo. Plauto e a helenização de Roma: Alguns aspectos, *In: Alfa*. Departamento de Letras. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Marília, nº 22-23, 1976-1977, p. 5-41.

D'ONOFFRIO, Salvatore. A liberdade de expressão na Roma imperial, *In: Revista de História*. São Paulo, USP, v.34, nº. 70, abr./jun. 1967, p.393-413.

FAVERSANI, Fábio. A tipicidade de Trimalchio, *In: História*, São Paulo, 15, 1996, p. 245-252.

JOLY, Fábio Duarte. A escravidão romana em perspectiva sincrônica: Escravos e libertos sob o principado de Nero, *In: Politéia: História e Sociologia, Vitória da Conquista*, v. 3, nº. 1, 2003, p. 63-83.

JOLY, Fábio Duarte. Tácito e a escravidão como metáfora do conflito e da contradição, *In: Boletim do CPA*. Campinas, nº. 11, jan./jun. 2001, p. 77-95.

LIND, Michael. A segunda queda de Roma. Tradução de Clara Allan. *In: Folha de São Paulo*, Caderno Mais! São Paulo. Domingo, 8 de outubro de 2000, p. 4-11.

MENDES, Norma Musco, e SILVA, Gilvan Ventura da. As representações do poder imperial em Roma entre o Principado e o Dominato, *In: Dimensões*. Revista de História da UFES, Vitória, nº 16, 2004, p. 241-270.

NASCER, Antenor. Origem das letras, *In: Alfa*. Departamento de Letras. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Marília, nº 5-6, mar-set 1964. [1965], p. 111-120.

PARZIALE, Mariano. Relações sociais nos primeiros dois séculos do Império Romano, *In: Letras & Letras*. Departamento de Letras. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 6 (1 e 2) 65-95, jul./dez. 1990 (publicado em dezembro de 1992), p. 65-95.

PEREIRA, Deise Quintiliano. Diálogos da resistência: imaginação, escritura e subjetividade em Sarte, *In: Gragoatá*. Niterói, nº. 18, 1º sem. 2005, p. 243-260. (Dossiê Sentidos, efeitos e resistências).

ROCHA, Décio. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem, *In: Gragoatá*. Niterói, nº. 21, 2º sem. 2006, p. 355-372. (Dossiê Usos lingüísticos).

SEGURADO E CAMPOS, J. A. Roma e a construção do passado, *In: Arquipélago: línguas e literaturas*. Ponta Delgada. Universidade dos Açores. Volume XV, 1998, p. 331-352.

SILVA, Gilvan Ventura da. Política, ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do Principado, *In: Politeia: História e Sociologia*. Vitória da Conquista, v.1, nº 1, 2001, p.29-51.

STELLA, Jorge Bertolaso. A origem da fábula, *In: Revista de História*. São Paulo, USP, v.XLII, nº. 85, jan. - mar. 1971, p.175-182.

TORRI, Marcos Breno. Divinização de Augusto: O Apolinismo, *In: Varia Historia*. Belo Horizonte, nº 22, jan. 2000, p.56-67.

AUTORES ANTIGOS:

A BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª edição. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. 1999.

APULEIO, Lucio. **O asno de ouro.** Introdução, notas e tradução direta do latim de Ruth Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint S.A., n/d. (Coleção Universidade de Bolso)

ARISTÓFANES. **As Nuvens; Só para mulheres; Um deus chamado dinheiro.** Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ARISTÓFANES. **As Vespas; As Aves; As Rãs.** Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

DEMÓSTENES. **A Oração da Coroa.** 4ª edição. Tradução de Adelino Capistrano. São Paulo: Atena Editora, 1957. (Biblioteca Clássica, Volume XV).

ESOPHO Y BABRIO. **Antologia de fábulas gregas.** Introducción de Gaspar Morocho Gayo. Texto griego de J. Mª Nieto Ibañez y Alberto Nodar Dominguez. Notas de J. Mª Nieto Ibañez. Grabados de Emilio Casas. Leon: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1994.

ESOPHO Y FEDRO. **Fábulas morales.** Versión establecida a la vista de los textos más autorizados y notas por Pilar Guibelalde com unas prologales de Emiliano M. Aguilera. Barcelona: Editorial Ibéria S.A., 1956. (Obras maestras).

EURÍPIDES. **Bacas:** O mito de Dioniso. Edição bilíngüe. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

LA FONTAINE, Jean de. **Fábulas:** traduções modernas. Tradução e estudos críticos de Pinheiro Chagas e Theophilo Braga. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1926.

OVÍDIO. **Os remédios do amor; os cosméticos para o rosto da mulher.** Edição bilíngüe. Tradução, introdução e notas de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Nova Alexandrina, 1994.

PLATÃO. **Fedro ou Da Beleza.** Tradução e notas de Pinharanda Gomes. 5ª edição. Lisboa: Guimarães Editores, 1994. (Coleção Filosofia & Ensaios)

PLAUTO e TERÊNCIO. **A Comédia Latina.** Prefácio, seleção, tradução e notas de Agostinho da Silva. São Paulo: Editora Tecnoprint S.A., s/d.

PLUTARCO. **Como tirar proveito de seus inimigos, seguido de Da maneira de distinguir o bajulador do amigo.** Prefácio e notas de Pierre Maréchaux. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Clássicos)

SÊNECA e SALÚSTIO. **Tratado sobre a Clemência; A conjuração de Catilina; A guerra de Jugurta.** Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes; 1990. (Clássicos do Pensamento Político; 4)

AUTORES MODERNOS:

ALFÖLDY, Géza. A crise da República e a sociedade romana. *In:* _____. **A história social de Roma.** Tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ANDREAU, Jean. O liberto, *In:* GIARDINA, Andréa (Direção). **O homem romano.** Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (O Homem e a História; 3)

BAIBICH, Tânia Maria. O auto-ódio judeu: ferida na identidade, *In:* _____. **Fronteiras da Identidade: o auto-ódio tropical.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

BALSDON, J. P. V. D. A Revolução e o fim da liberdade, *In:* BALSDON, J. P. V. D. (org.). **O mundo romano.** Tradução de Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Cultura Histórica).

BALSDON, J. P. V. D. Humor e Sátira, *In:* BALSDON, J. P. V. D. (org.). **O mundo romano.** Tradução de Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Cultura Histórica).

BANDEIRA, Manuel. **Noções de história das literaturas.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

BASSETTO, Bruno Fregni. O trabalho filológico. *In:* _____. **Elementos de filologia românica: história externa das línguas.** Volume 1. São Paulo: Editora da USP, 2001.

BAYET, Jean. La Littérature Claudienne, *In:* _____. **Littérature Latine.** Paris: Armand Colin, 1965. (Collection U).

BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Roma antiga.** Tradução de Maristela Ribeiro de Almeida Marcondes. São Paulo: Art Editora; Círculo do Livro, 1990.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro Grego: tragédia e comédia.** 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. Roma torna-se maior do que o Mediterrâneo, *In:* _____. **Memórias do Mediterrâneo: Pré-história e antiguidade.** Tradução de Teresa Antunes Cardoso, José M. Lopes, Isabel Aubyn e Amélia M. Joaquim. Rio de Janeiro: Multinova; Lisboa: Terramar, 2001.

BRESCIANI, Stella, e NAXARA, Márcia (orgs.). Apresentação, *In:* _____. **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRUNEL, Pierre, e CHEVREL, Yves (org.). **Compêndio de Literatura Comparada.** Tradução de Maria do Rosário Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

BRUNT, P. A. Trabalho e escravidão, *In:* BALSDON, J. P. V. D. (org.). **O mundo romano.** Tradução de Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Cultura Histórica).

CAETANO, Kéti Eliana. **Literatura e Sociedade: a prática da análise de discursos**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1997.

CARCOPINO, Jérôme. **Roma no apogeu do Império**. Prefácio de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1990. (A vida cotidiana)

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. *In: _____*. (org.). **Domínios da história: teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Narrativa, sentido e história**. Campinas: Papirus, 1997. 272 p. (Coleção Textos no Tempo).

CARDOSO, Zélia de Almeida. **A Literatura Latina**. 2ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal)

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Volume I. Rio de Janeiro: O Cruzeiro S.A., 1959-66.

CAVALLO, Guglielmo. Entre *Volumen* e *Codex*: a leitura no mundo romano, *In: CAVALLO, Guglielmo, e CHARTIER, Roger. História da leitura no Mundo Ocidental*. Volume 1. Tradução de Fúlvia M.L. Moretto (italiano), Guacira Marcondes Machado (francês) e José Antônio de Macedo Soares (inglês). Revisão técnica de Maria Thereza Fraga Rocco. São Paulo: Editora Ática, 1998.

COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas**. São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios; 103).

COMMELIN, P. **Nova Mitologia Grega e Romana**. Tradução de Thomaz Lopes. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1983. (Coleção Descoberta do Mundo; 28).

CRETTELLA JUNIOR, José. **Curso de Direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro**. 20ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

CROOK, J. A. Political History, 30 B.C. to A.D. 14, *In: The Cambridge Ancient History*. Second Edition. Volume X: The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D. 69. Edited by Alan K. Bowman, Edward Champlin and Andrew Lintott. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CROOK, J. A. Augustus: Power, Authority, Achievement, *In: The Cambridge Ancient History*. Second Edition. Volume X: The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D. 69. Edited by Alan K. Bowman, Edward Champlin and Andrew Lintott. Cambridge: Cambridge University Press, 2001b.

CRUZ, Estevão. Período de Tibério a Nero: A poesia e a prosa, *In: História Universal da Literatura*. Primeiro Volume: antiguidade oriental e clássica. Porto Alegre: Edições Globo, 1939.

CRUZ, José Marques da. Literatura Latina, *In: História da Literatura*. 8ª edição revista e ilustrada. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura européia e idade média latina**. Tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec; EdUSP, 1996. (Linguagem e Cultura: 21)

D'ONOFFRIO, Salvatore. **Os motivos da sátira latina**. Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília; FAPESP, 1968.

D'ONOFFRIO, Salvatore. **Literatura Ocidental: Autores e obras fundamentais**. São Paulo: Ática, 1990.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**, e outros episódios da história cultural francesa. 2ª edição. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (Biblioteca de história, 13).

DAWSON, Doyle. "A guerra grega" In: _____. **As Origens da Guerra no Ocidente: militarismo e moralidade no mundo antigo**. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999. (Biblioteca do Exército Editora; 679. Coleção General Benício; v.348).

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1 – artes de fazer**. 3ª edição. Tradução Ephram Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

DE MARTINO, Francesco. L'Economia dell'Impero, In: _____. **Storia economica di Roma antica – II**. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1980. (Strumenti: Ristampe anastatiche 55/2).

DEZOTTI, Maria Celeste Consolin (org.). **A tradição da fábula: de Esopo a La Fontaine**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Coleção Antiquitas).

EPSTEIN, Isaac. **Gramática do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. (Série Fundamentos; 99)

FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino-Português**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura; Fundação de Assistência ao estudante, 1992.

Fedro, In: **Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana**. Tomo XXIII. Madrid: Espasa-Calpe D.A., 1924. p. 557-558.

FINLEY, Moses I. Escravidão e Humanidade, In: _____. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FREDERIKSEN, M. W. Cidades e habitações, In: BALSDON, J. P. V. D. (org.). **O mundo romano**. Tradução de Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Cultura Histórica).

FREDOUILLE, Jean-Claude. **Dictionnaire da la civilization romaine**. Paris: Librairie Larousse, 1972. (Les Dictionnaires de l'homme do XX^e siècle; D24).

FREIRE, António. *Gramática Latina*. 6ª edição. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998. (Coleção "Cursos Universitários")

GALVÃO, Carlos. Autocracia, ressentimento e engajamento político no Principado romano, *In*: BRESCIANI, Stella, e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

GARLAN, Yvon. “Introdução” *In*: _____. **Guerra e economia na Grécia antiga**. Tradução de Cláudio César Santoro. Campinas: Papirus, 1991.

GARLAN, Yvon. “O homem e a guerra” *in*: VERNANT, Jean-Pierre (org.) **O homem grego**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994. (O homem e a história; 4).

GARNSEY, Peter, and SALLER, Richard. **The Roman Empire: Economy, Society and Culture**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1987.

GAUDEMET, Jean. O milagre romano, *In*: BRAUDEL, Fernand. (org.). **Os Homens e a Herança no Mediterrâneo**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1988. (coleção O Homem e a História).

GILL, Rosalind. Análise de discurso, *In*: BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Indagações sobre Piero: o Batismo, o Ciclo de Arezzo, a Flagelação**. Tradução de Luiz Carlos Cappellano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Oficinas das Artes; v. 4)

GRIMAL, Pierre. Roma e o Amor, *In*: _____. **O Amor em Roma**. Tradução de Hildegard F. Feist. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HARTOG, François (org.). **A História de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001. (Humanitas).

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de Literatura Clássica: grega e latina**. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HUMBERT, Jules. La Poésie sous les Césars, *In*: _____. **Histoire illustrée de la Littérature Latine: précis méthodique**. Paris: Henri Didier, 1932.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego**. Tradução de Artur M. Parreira; adaptação do texto para a edição brasileira de Monica Stahel; revisão do texto grego Gilson César Cardoso de Souza. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003. – (Paidéia)

JONES, A. H. M. A última crise: O Império romano até seu declínio, *In*: BALSDON, J. P. V. D. (org.). **O mundo romano**. Tradução de Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Biblioteca de Cultura Histórica).

KEPPIE, Lawrence. The Army and the Navy, *In*: **The Cambridge Ancient History**. Second Edition. Volume X: The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D. 69. Edited by Alan K. Bowman, Edward Champlin and Andrew Lintott. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça, BENTES, Anna Christina, e CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis.** São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem.** 7ª edição revista. São Paulo: Cortez, 2002.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder.** São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

LOCKWOOD, D. P. The Fifth Period, *In: A Survey of Classical Literature.* Roman Literature. Volume II. Chicago: The University of Chicago Press, 1963.

LÓPEZ BARJA, Pedro. **Epigrafia Latina: Las inscripciones romanas desde los orígenes al siglo III d.C.** Santiago: Tórculo, 1993.

MACY, John. **História da Literatura Mundial.** 4ª edição. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (Biblioteca do Espírito Moderno: Série 4ª - Literatura; Volume 5).

MALHADAS, Daisi, e SARIAN, Haiganuch. **Teofrasto: os caracteres.** Boletim nº. 25 (Nova Série). DLCV nº. 6. Curso de Grego nº. 1. São Paulo: USP – FFLCH, 1978. 233 p.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura.** Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MEIRA, Silvio Augusto Bastos. Status libertatis, *In: _____.* **Instituições de Direito Romano.** 3ª edição revista e aumentada. São Paulo: Max Limonad; 1968.

MENDES, João Pedro. **Construção e arte das Bucólicas de Virgílio.** Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

MUMFORD, Lewis. De Megalópolis a Necrópolis, *In: _____.* **A Cidade na História.** 1º Volume. Tradução de Neir R. da Silva. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1965.

NÓBREGA, Vandick Londres da. **A presença do latim.** Volume I: metodologia e instituições. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – INEP – Ministério da Educação e Cultura, 1962.

NÓBREGA, Vandick Londres da. O Principado, *In: _____.* **História e Sistema do Direito Privado Romano.** São Paulo; Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1954.

NØJGAARD, Morten. **La Fable Antique.** Deux Tomes. København: NYT Nordisk Forlag. Arnold Busck, 1964.

NOVAK, Maria da Glória, NERI, Maria Luiza, e PETERLINI, Ariovaldo Augusto (orgs.). **Historiadores latinos: antologia bilíngüe.** 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Clássicos).

NOVAK, Maria da Glória, e NERI, Maria Luiza (orgs.). **Poesia lírica latina.** 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Biblioteca Martins Fontes).

PAIM, Antonio (et Alii). **Curso de Humanidades – Moral**: Guia de Estudos. 2ª edição. Londrina: Edições Humanidades, 2008.

PARATORE, Ettore. **História da Literatura Latina**. Tradução de Manuel Losa, S. J. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PATTANAYAK, D.P. A cultura escrita: um instrumento de opressão, *In*: OLSON, David R., e TORRANCE, Nancy (orgs.). **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Múltiplas Escolhas).

PAVOLINI, Carlo. Il Commercio, *In*: _____. **La vita quotidiana a Ostia**. Roma – Bari: Editori Laterza, 1996. (Economica Laterza; 74)

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica**. II Volume. Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PEREIRA, S.J., Isidro. **Dicionário Grego-Português e Português-Grego**. 8ª edição. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

PERÉS, Ramon Domingo. **Historia de las Literaturas Antiguas y Modernas**. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, S.A., 1955. (Biblioteca Hispania).

PETIT MANGIN, H. La Poésie sous les Césars, *In*: _____. **Histoire sommaire illustrée de la Littérature Latine**. Dixième Édition. Paris: J. de Gigord Editeur, 1946.

PETIT, Eugene. De los esclavos, *In*: _____. **Tratado Elemental de Derecho Romano**. Traducido de La novena edición francesa y aumentado com copiosas notas por Jose Fernandez Gonzalez. Buenos Aires: Albatros; Editorial Maipu; 1970.

PICHON, René. La Poésie Scientifique, *In*: **Histoire de La Littérature Latine**. Douzième Édition. Paris: Librairie Hachette, 1930. (Histoire des Littératures).

PRAMPOLINI, Santiago. **Historia Universal de la Literatura**. Volumen Tercero: literaturas romana, cristianas y bizantina, latina medioeval (hasta los siglos IX-X). Traductor: Dante Ponzanelli. Buenos Aires: Uteha – Union Tipografica Editorial Hispano Americana, 1940.

PURCELL, Nicholas. The city of Rome and the *Plebs Urbana* in the late Republic, *In*: **The Cambridge Ancient History**. Second Edition. Volume IX: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C. Edited by J. A. Crook, Andrew Lintott and Elizabeth Rawson. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ROLIM, Luiz Antonio. **Instituições de direito romano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. (RT Didáticos).

ROMILLY, Jacqueline de. **A tragédia grega**. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

ROSTAGNI, Augusto. Fedro, poeta degli umili, *In*: **Storia della Letteratura Latina**. II – L'Impero. Seconda edizione ridevuta. Torino: Unione tipografico – Editrice Torinese, 1955.

ROULAND, Norbert. Os senhores da guerra, *In: _____*. **Roma, Democracia Impossível?** Os agentes do poder na Urbe romana. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ROUSSELLE, Aline. **Pornéia:** Sexualidade e amor no mundo antigo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SARAIVA, F. R. Dos Santos. **Novíssimo Dicionário Latino-Português**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2000.

SPALDING, Tassilo Orpheu. **Dicionário das Mitologias Européias e Orientais**. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1973.

SPALDING, Tassilo Orpheu. **Pequeno Dicionário de Literatura Latina**. São Paulo: Cultrix, 1968.

SPINA, Segismundo. **A Cultura Literária Medieval:** uma introdução. 2ª edição revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

TAVARES, António Augusto. O acesso às fontes. Problemática das versões, *In: Estudos da Alta Antiguidade*. Lisboa: Editorial Presença, 1983. (Biblioteca de Textos Universitários, 61).

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino-Português**. 3ª edição. Porto: Edições Marranus, 1945.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Yi-fu. **Topologia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

ULLMANN, Reinhold Aloysio. **Estoicismo romano:** Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. (Coleção Filosofia; 45).

VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada**. Volume I: Do Império Romano ao Ano Mil. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VEYNE, Paul. **A elegia erótica romana:** O amor, a poesia e o Ocidente. Tradução de Milton Meira do Nascimento e Maria das Graças de Souza Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VEYNE, Paul. **A sociedade romana**. Lisboa: Edições 70, 1993. (Lugar da História).

VIZENTIN, Marilena. **Imagens do poder em Sêneca:** estudo sobre o De Clementia. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

WEAVER, P.R.C. Movilidad social em el alto imperio romano: la evidencia de los libertos imperiales y los esclavos, *In: FINLEY, M.I. Estudios sobre historia antigua*. Traducción: Ramón López. Madrid: Akal Editor, 1981. (Akal Universitaria. Serie: historia antigua; 8)

WERNER, Marina. **Da Fera à Loira**: sobre contos de fadas e seus narradores. Tradução de Thelma Médici Nóbrega. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WIEDEMANN, T.E.J. Tiberius to Nero, *In: The Cambridge Ancient History*. Second Edition. Volume X: The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D. 69. Edited by Alan K. Bowman, Edward Champlin and Andrew Lintott. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ZANKER, Paul. **The power of images in the Age of Augustus**. Translated by Alan Shapiro. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990. (Jerome Lectures. Sixteenth Series).

TRABALHOS ACADÊMICOS:

BARBOSA, Renata Cerqueira. **Sedução e Conquista:** a amante na poesia de Ovídio. Dissertação de Mestrado em História orientada pelo professor doutor Renan Frighetto. 2002. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 158 f.

COPPOLA, Neusa Ciriaco. **Os recursos do riso em fábulas.** Dissertação de Mestrado em Estudos Literários orientada pela professora doutora Sylvia Helena Telarolli de Almeida Leite. 2001. Araraquara: Universidade Estadual Paulista. s/n f.

GONÇALVES, Claudiomar dos Reis. **A cultura dos libertos no Satyricon:** uma leitura. Dissertação de Mestrado em História orientada pelo professor doutor Pedro Paulo Abreu Funari. 1996. Assis: Universidade Estadual Paulista. 269 f.

LEITE, Leni Ribeiro. **O patronato em Marcial.** Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas orientada pelo professor doutor Carlos Antonio Kalil Tannus. 2003. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 83 f.

PITA, Luiz Fernando Dias. **A “Praetexta” Octavia e o pensamento de Sêneca.** Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas orientada pelo professor doutor Carlos Antonio Kalil Tannus. 2006. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 86 f.

SILVA, Glaydson José da. **Aspectos de cultura e gênero na Arte de Amar, de Ovídio, e no Satyricon, de Petrônio:** representações e relações. Dissertação de Mestrado em História orientada pelo professor doutor Pedro Paulo Abreu Funari. 2001. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 155 f.

SOBRAL, Aldo Eustáquio Assir. **Suetônio revelado:** o texto narrativo biográfico e a cultura política em “As Vidas dos Doze Césares”. Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas orientada pelo professor doutor Carlos Antonio Kalil Tannus. 2007. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 260 f.

VIEIRA, Ana Thereza Basílio. **A sobrevivência das fábulas de Fedro.** Dissertação de Mestrado em Língua e Literatura Latina orientada pelo professor doutor Carlos Antonio Kalil Tannus. 1992. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 149 f.

DOCUMENTAÇÃO OBTIDA POR MEIO ELETRÔNICO:

FEITOSA, Lourdes M. G. C. “O feminino, o desejo e o comportamento amoroso em Ovídio.”, *In: Entretextos Entresexos*, Campinas /SP, n. 4, p. 53-68, 2000. Texto não paginado disponível no site: <http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/historia_antiga/feminino.html>. Acesso em 31 out. 2007.

MALDONADO DE LIZALDE, Eugenia. Lex Iulia de Adulteriis Coercendis del emperador Cesar Augusto (Y otros delitos sexuales asociados), *In: Anuario Mexicano de Historia del Derecho - REVISTA JURIDICA*, Vol. XVII. Texto não paginado disponível no site: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/hisder/cont/17/dr/dr12.htm> . Acessado em 4 de outubro de 2008.

ANEXOS

PHAEDRI FABULARUM - Livro III

Fábula	Edição									
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Prologus / Phaedrus ad Eutychem	X	X	X	X	O	X	X	X	X	X
I. Anus ad amphoram	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
II. Panthera et Pastores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
III. Aesopus et Rusticus	X	X	X	X	X	X	X	O	O	X
IV. Lanius et Simius	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
V. Aesopus et Petulans	X	X	X	X	X	X	X	O	X	X
VI. Musca et Mula	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
VII. Lupus ad Canem	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
VIII. Sórora ad fratrem	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
IX. Sócrates ad amicos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Prologus / Phaedrus ad Eutychem	X	X	X	X	O	X	X	X	X	X
XI. Eunuchus ad Inprobum	X	X	X	X	O	X	O	O	O	X
XII. Pullus ad Margaritam	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
XIII. Apes et Fuci Vespa iudice	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
XIV. De lusu et seueritate	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
XV. Canis ad Agnum	X	X	X	X	X	X	X	O	O	O
XVI. Cicada et Noctua	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
XVII. Arbores in Deorum tutela	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
XVIII. Pau ad Iunonem de uoce sua	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
XIX. Aesopus et Gárrulo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Epilogus / Idem poeta	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X

PHAEDRI FABULARUM - Appendix

Fábula	Edição									
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
I. Vulpes et Simius	X	X	X	X	X	X	O	X	O	O
II. Animalium dotes	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
III. Mercurium et mulieres	X	X	X	O	X	X	O	X	O	O
IV. Veritas et mendacium	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
V. Poenae inferorum	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
VI. Delphicum oraculum	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
VII. Aesopus et scriptor	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
VIII. Pompeius et Miles	X	X	X	X	X	X	O	X	X	O
IX. Iuno, Venus et Gallina	X	X	X	O	X	O	O	O	O	O
X. Iuuenus et Bos uetulus	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XI. Aesopus et Victor gymnicus	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XII. Asinus et lyra	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XIII. Vidua et miles	X	X	X	O	X	O	O	X	O	O
XIV. Virgo et proci duo	X	X	X	O	X	O	O	X	O	O
XV. Aesopus et Domina	X	X	X	O	X	O	O	O	O	O
XVI. Gallus et Feles lepticarii	X	X	X	X	X	X	O	X	O	X
XVII. Scrofa parturiens et Lupus	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XVIII. Aesopus et Seruus profugus	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XIX. Equus abactus	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XX. Ursus et Cammari	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XXI. Coruus salutator	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XXII. Cornu fractum	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XXIII. Serpens et Lacerta	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XXIV. Cornis et Ouis	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XXV. Socrates ad Seruus moechus	X	X	X	X	X	X	O	O	O	O
XXVI. Lupus et Bubulcus	X	X	X	O	X	X	O	X	X	X
XXVII. Meretrix et Iuuenis	X	X	X	O	X	O	O	O	O	O
XXVIII. Feber siue Castor	X	X	X	X	X	O	O	O	O	O
XXIX. Papilio et Vespa	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X
XXX. Terraneola et Vulpes	X	X	X	X	X	X	O	X	X	X

Observação: a letra X indica a presença da fábula na edição e a letra O sua ausência.

Edições consultadas:

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| (1) – Havet (1895) | (6) – Gonçalves (1957) [1937] |
| (2) - Brenot (1961) [1923] | (7) - Neves (2001) [1884] |
| (3) - Solinas (2005) | (8) – Sampaio (s/d) [1930] |
| (4) - Firmino (1990) [1943] | (9) - Peres (1941) [1885] |
| (5) - Feracine (2006) | (10) - Roquete (1836) |

ANEXO B – MAPAS

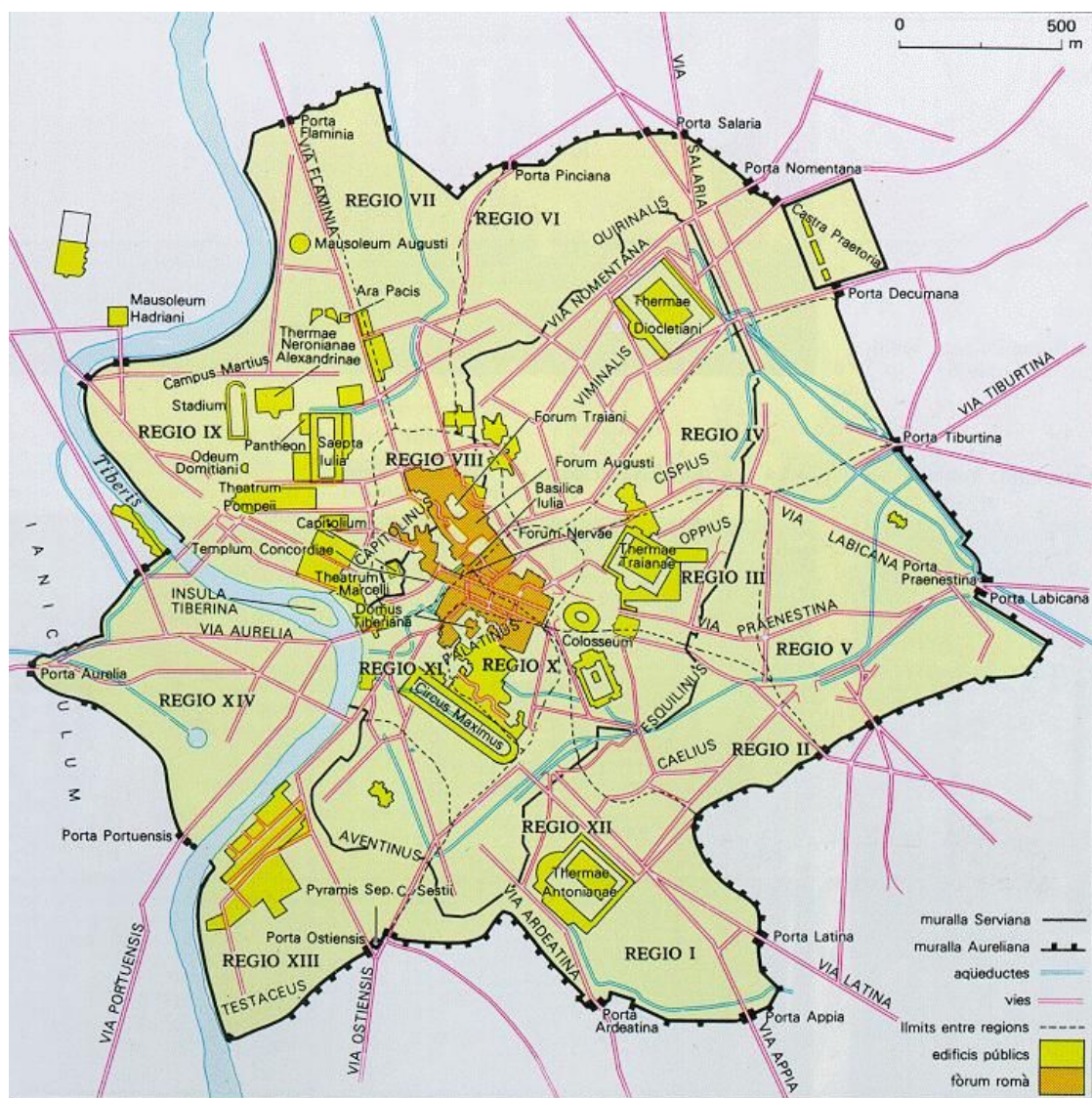


Imagem extraída do site <http://faculty.musowls.org/sellers/romemap.jpg> em 22/01/2009.



Imagem extraída do site http://westernlegaltradition.com/week_3.aspx em 22/01/2009.